

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SOCIOLOGIA

ENSINO MÉDIO

2ª Edição



Este livro é público - está autorizada a sua reprodução total ou parcial.

Governo do Estado do Paraná

Roberto Requião

Secretaria de Estado da Educação

Mauricio Requião de Mello e Silva

Diretoria Geral

Ricardo Fernandes Bezerra

Superintendência da Educação

Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde

Departamento de Ensino Médio

Mary Lane Hutner

Coordenação do Livro Didático Público

Jairo Marçal

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional, conforme Decreto Federal n.1825/1907, de 20 de Dezembro de 1907.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida Água Verde, 2140 – Telefone: (0XX) 41 3340-1500

e-mail: dem@seed.pr.gov.br

80240-900 CURITIBA - PARANÁ

Catalogação no Centro de Editoração, Documentação e Informação Técnica da SEED-PR

Sociologia / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. – 266 p.

ISBN: 85-85380-41-1

1. Sociologia. 2. Ensino médio. 3. Ensino de sociologia. 4. Teorias sociológicas. 5. Instituições sociais. 6. Cultura. 7. Trabalho. 8. Ideologia. 9. Movimentos sociais. I. Folhas. II. Material de apoio pedagógico. III. Material de apoio teórico. IV. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. V. Título.

CDU 316+373.5

2ª Edição

IMPRESSO NO BRASIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Autores

Everaldo Lorensetti
Katya Cristina de Lima Picanço
Marilda Iwaya
Salvina Maria Ferreira
Sheila Aparecida Santos Silva
Valéria Pilão

Equipe Técnico – Pedagógica

Isabel Cristina Couto
Laura Jane R. Garbini Both
Marilda Iwaya

Assessora do Departamento de Ensino Médio

Agnes Cordeiro de Carvalho

Coordenadora Administrativa do Livro Didático Público

Edna Amancio de Souza

Equipe Administrativa

Mariema Ribeiro
Sueli Tereza Szymanek

Técnicos Administrativos

Alexandre Oliveira Cristovam
Viviane Machado

Consultora

Fátima e Silva de Freitas - UniBrasil

Colaboradora

Ana Maria da Silva

Consultor de direitos autorais

Alex Sander Hostyn Branchier

Revisão Textual

Luciana Cristina Vargas da Cruz
Renata de Oliveira

Projeto Gráfico, Capa Editoração Eletrônica

Eder Lima/Ícone Audiovisual Ltda

Editoração Eletrônica

Ícone Audiovisual Ltda

■ Carta do Secretário

Este Livro Didático Público chega às escolas da rede como resultado do trabalho coletivo de nossos educadores. Foi elaborado para atender à carência histórica de material didático no Ensino Médio, como uma iniciativa sem precedentes de valorização da prática pedagógica e dos saberes da professora e do professor, para criar um livro público, acessível, uma fonte densa e credenciada de acesso ao conhecimento.

A motivação dominante dessa experiência democrática teve origem na leitura justa das necessidades e anseios de nossos estudantes. Caminhamos fortalecidos pelo compromisso com a qualidade da educação pública e pelo reconhecimento do direito fundamental de todos os cidadãos de acesso à cultura, à informação e ao conhecimento.

Nesta caminhada, aprendemos e ensinamos que o livro didático não é mercadoria e o conhecimento produzido pela humanidade não pode ser apropriado particularmente, mediante exibição de títulos privados, leis de papel mal-escritas, feitas para proteger os vendilhões de um mercado editorial absurdamente concentrado e elitista.

Desafiados a abrir uma trilha própria para o estudo e a pesquisa, entregamos a vocês, professores e estudantes do Paraná, este material de ensino-aprendizagem, para suas consultas, reflexões e formação contínua. Comemoramos com vocês esta feliz e acertada realização, propondo, com este Livro Didático Público, a socialização do conhecimento e dos saberes.

Apropriem-se deste livro público, transformem e multipliquem as suas leituras.

Mauricio Requião de Mello e Silva
Secretário de Estado da Educação

■ Aos Estudantes

Agir no sentido mais geral do termo significa tomar iniciativa, iniciar, imprimir movimento a alguma coisa. Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores, em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativa, são impelidos a agir. (...) O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais.

Hannah Arendt
A condição humana

Este é o seu livro didático público. Ele participará de sua trajetória pelo Ensino Médio e deverá ser um importante recurso para a sua formação.

Se fosse apenas um simples livro já seria valioso, pois, os livros registram e perpetuam nossas conquistas, conhecimentos, descobertas, sonhos. Os livros, documentam as mudanças históricas, são arquivos dos acertos e dos erros, materializam palavras em textos que exprimem, questionam e projetam a própria humanidade.

Mas este é um livro didático e isto o caracteriza como um livro de ensinar e aprender. Pelo menos esta é a idéia mais comum que se tem a respeito de um livro didático. Porém, este livro é diferente. Ele foi escrito a partir de um conceito inovador de ensinar e de aprender. Com ele, como apoio didático, seu professor e você farão muito mais do que “seguir o livro”. Vocês ultrapassarão o livro. Serão convidados a interagir com ele e desafiados a estudar além do que ele traz em suas páginas.

Neste livro há uma preocupação em escrever textos que valorizem o conhecimento científico, filosófico e artístico, bem como a dimensão histórica das disciplinas de maneira contextualizada, ou seja, numa linguagem que aproxime esses saberes da sua realidade. É um livro diferente porque não tem a pretensão de esgotar conteúdos, mas discutir a realidade em diferentes perspectivas de análise; não quer apresentar dogmas, mas questionar para compreender. Além disso, os conteúdos abordados são alguns recortes possíveis dos conteúdos mais amplos que estruturam e identificam as disciplinas escolares. O conjunto desses elementos que constituem o processo de escrita deste livro denomina cada um dos textos que o compõem de “Folhas”.

Em cada Folhas vocês, estudantes, e seus professores poderão construir, reconstruir e atualizar conhecimentos das disciplinas e, nas veredas das outras disciplinas, entender melhor os conteúdos sobre os quais se debruçam em cada momento do aprendizado. Essa relação entre as disciplinas, que está em aprimoramento, assim como deve ser todo o processo de conhecimento, mostra que os saberes específicos de cada uma delas se aproximam, e navegam por todas, ainda que com concepções e recortes diferentes.

Outro aspecto diferenciador deste livro é a presença, ao longo do texto, de atividades que configuram a construção do conhecimento por meio do diálogo e da pesquisa, rompendo com a tradição de separar o espaço de aprendizado do espaço de fixação que, aliás, raramente é um espaço de discussão, pois, estando separado do discurso, desarticula o pensamento.

Este livro também é diferente porque seu processo de elaboração e distribuição foi concretizado integralmente na esfera pública: os Folhas que o compõem foram escritos por professores da rede estadual de ensino, que trabalharam em interação constante com os professores do Departamento de Ensino Médio, que também escreveram Folhas para o livro, e com a consultoria dos professores da rede de ensino superior que acreditaram nesse projeto.

Agora o livro está pronto. Você o tem nas mãos e ele é prova do valor e da capacidade de realização de uma política comprometida com o público. Use-o com intensidade, participe, procure respostas e arrisque-se a elaborar novas perguntas.

A qualidade de sua formação começa aí, na sua sala de aula, no trabalho coletivo que envolve você, seus colegas e seus professores.

Sumário

Apresentação

Conteúdo Estruturante: O Surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas

Apresentação	10
Introdução	12
1 – O surgimento da Sociologia	17
2 – As teorias sociológicas na compreensão do presente	31
3 – A produção sociológica brasileira	49

Conteúdo Estruturante: O Processo de Socialização e as Instituições Sociais

Introdução	62
4 – A Instituição Escolar	67
5 – A Instituição Religiosa	83
6 – A Instituição Familiar	99

Conteúdo Estruturante: Cultura e Indústria Cultural

Introdução	118
7 – Diversidade Cultural Brasileira	123
8 – Cultura: criação ou apropriação?	143

Conteúdo Estruturante: Trabalho, Produção e Classes Sociais

Introdução	158
9 – O processo de trabalho e a desigualdade social	161
10 – Globalização	171

Conteúdo Estruturante: Poder, Política e Ideologia

Introdução	188
11 – Ideologia	191
12 – Formação do Estado Moderno	207

Conteúdo Estruturante: Direito, Cidadania e Movimentos Sociais

Introdução	216
13 – Movimentos Sociais	221
14 – Movimentos Agrários no Brasil	235
15 – Movimento Estudantil	251

A
p
r
e
s
e
n
t
a
ç
ã
o

■ Apresentação

Compreender as características das sociedades capitalistas tem sido a preocupação da Sociologia desde o início da sua consolidação como ciência da sociedade no final do século XIX. Nesse período, o capitalismo se configurava como uma nova forma de organização da sociedade caracterizada por novas relações de trabalho. Essas mudanças levaram os pensadores da sociedade da época a indagações e à elaboração de teorias explicativas dessa dinâmica social, sob diferentes olhares e posicionamentos políticos. Desde então, essa tem sido a principal preocupação dessa ciência, qual seja, entender, explicar e questionar os mecanismos de produção, organização, domínio, controle e poder, institucionalizados ou não, que resultam em relações sociais de maior ou menor exploração ou igualdade.

A sociedade globalizada assumiu tamanha complexidade e mostra-se por meios de tão diversas faces que tornou-se impossível à ciência sociológica, ou mesmo à qualquer outra ciência, responder ou explicar a toda problemática social que se apresenta hoje, sem correr o risco de cair em simplificações banais.

É preciso termos humildade para perceber que a amplitude das transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e ecológicas que a sociedade e o planeta estão vivendo, não nos permite explicações estreitas ou sectárias, com pretensões de apropriar-se da verdade.

Por outro lado, pensamos que a complexidade e a amplitude que caracterizam as sociedades contemporâneas, também não devem nos intimidar ou amedrontar, mas sim, nos desafiar para o estudo, para a pesquisa e para uma melhor compreensão e atuação política no mundo em que vivemos.

S
O
C
I
O
L
O
G
I
A

É, portanto, à partir dessa dupla perspectiva que apresentamos o Livro Didático Público de Sociologia:

Com humildade, pois temos clareza de suas limitações. Os conteúdos desenvolvidos foram escolhidos a partir das Diretrizes Curriculares da disciplina, as quais foram discutidas em simpósios e encontros envolvendo professores da área. Certamente muitos outros temas e conteúdos poderiam estar presentes, por sua relevância e urgência, os quais poderão ser contemplados em trabalhos futuros, ou mesmo serem desenvolvidos pelos professores e alunos nas escolas.

Mas também com muito orgulho, pois trata-se do resultado de um trabalho realizado coletivamente, por professores da rede pública de ensino, os quais, lançando mão de seus conhecimentos teóricos, articulados aos conhecimentos obtidos na prática escolar, ousaram escrever para seus alunos reais, considerando suas dificuldades e necessidades. Algumas pessoas chamam a isto como *“tomar a história nas mãos”*, ou seja, encher-se de coragem e tornar-se sujeito na história.

É com esse espírito que desejamos que você abra as folhas desse livro e inicie-se nos caminhos da sociologia. Você não encontrará respostas prontas, tampouco receitas de como agir na sociedade para tornar-se um cidadão bem-sucedido ou um bom consumidor, mas se defrontará com desafios que poderão levá-lo a refletir sobre o mundo ao qual você pertence, e, quem sabe, contribuir para uma inserção crítica e participativa na sociedade. Esteja certo de que estas são atitudes de que precisamos para construção de uma sociedade cujas relações apontam também para transformação social. Boa sorte!

I n t r o d u ç ã o

C éus! Aprender Sociologia deve ser muito complicado! Afinal, ciência para se entender a sociedade? O que isto significa? Que agora terei que me tornar cientista, vestir jaleco e tudo mais, para compreender os fatos que estão à minha volta?

Bem, talvez você ao ler este texto esteja pensando exatamente como mostram os questionamentos acima. Quem sabe em toda sua vida como estudante você nunca ouviu falar na Sociologia e este esteja sendo o seu primeiro contato com ela.

Se pelo menos parte do quadro que “desenhamos” acima se identifica com o seu, o fato é que ele se identifica com o de muitas pessoas, pois historicamente falando, a Sociologia, ciência que é voltada para o pensamento e reflexão sobre a sociedade, foi sendo deixada de ser lecionada nas escolas.

Hoje, porém, estamos ajudando a fazer uma nova história: a que insere a Sociologia como ferramenta para nos ajudar a entender o mundo em que vivemos.

Por exemplo, veja alguns aspectos da nossa sociedade aos quais a Sociologia pode nos ajudar a ter maior compreensão:

Imagine como seriam suas respostas se alguém lhe fizesse as seguintes perguntas:

- Por que há poucos negros nas universidades brasileiras?
- Por que o Brasil é visto como um país em desenvolvimento, para não dizer atrasado, em relação aos países mais ricos?

— Por que os negros são a maioria pobre do país?

— Por que o homem moderno cada vez mais se faz prisioneiro do trabalho?

— Apesar de tanta riqueza produzida pelo trabalho no sistema capitalista, por que se tem, em boa parte dos países, a maioria dos trabalhadores em situação de pobreza?

Ora. Talvez você consiga dar boas respostas às perguntas acima, apontando, inclusive, as origens dos problemas questionados, o que seria muito desafiador e necessário. Mas, talvez outros, não tendo argumentos para dar boas respostas, diriam:

“Bom, eu acho que...”.

Mas sabe... com certeza você já ouviu a frase:

“Quem acha, pode não saber muita coisa”, não é mesmo?

Pois bem. O que estamos propondo aqui é que todos podemos ir além do que já sabemos, ou “achamos” saber, sobre nossa sociedade.

E o papel da Sociologia como disciplina é justamente nos ajudar nesse sentido: a percebermos, por exemplo, que fatos considerados naturais na sociedade, como a miséria de muitos, o enriquecimento de poucos, os crimes, os suicídios, enfim, a dinâmica e a organização social podem não ser tão naturais assim, como o Sol que a cada manhã “nasce” naturalmente.

Os questionamentos apresentados acima, dentre outros, poderão ser melhor esclarecidos pelas teorias, ou seja, “lentes” teóricas sociológicas que nos ajudarão a ver nossa sociedade de maneira muito mais crítica e com base científica.

I
n
t
r
o
d
u
ç
ã
o

Portanto, neste trabalho composto de três “Folhas”, queremos focar dois aspectos fundamentais da Sociologia. O primeiro deles, seria uma espécie de apresentação, isto é, mostrar como é que essa ciência foi sendo constituída e se estabelecendo como tal.

Sobre este primeiro aspecto, construímos um “Folhas” que nos mostrará os acontecimentos, as transformações sociais e científicas que ocorriam no mundo quando a Sociologia começou a ser constituída como uma ciência, uma disciplina, um saber, uma forma de pensar o mundo.

Para isso, recorreremos à História com a finalidade de descobriremos, além do contexto do surgimento da Sociologia, quem foram os precursores desta disciplina, como o filósofo Augusto Comte e o sociólogo Émile Durkheim, pensadores que empenharam-se em transformar a Sociologia em um saber científico.

O segundo aspecto que trabalharemos aqui, representado nos “Folhas” Dois e Três, focaliza algumas teorias da Sociologia que deram um “outro olhar” sobre o mundo, trazendo a compreensão de que a sociedade é construída e acionada a partir das motivações e intenções dos homens, desmitificando a “naturalidade” de muitos fatos.

No “Folhas” Dois, dos clássicos da Sociologia trabalharemos as teorias do francês Émile Durkheim, que apresenta uma visão funcionalista da sociedade: para este autor, por exemplo, um suicídio, aparentemente uma “loucura” individual, pode estar relacionado com a sociedade e a “partes dela que não estejam funcionando”.

Max Weber será outro autor que veremos na continuidade deste mesmo “Folhas”. Este pensador empenhou-se em compreender a sociedade (por isso que a sua teoria é chamada de Sociologia Compreensiva) a partir das pessoas que nela vivem, num enfoque *micro social*. Pelo conceito dos *tipos ideais de ação* que ele propõe, ao compreendermos as ações dos indivíduos, compreenderemos o *macro social*, enfim, a sociedade.

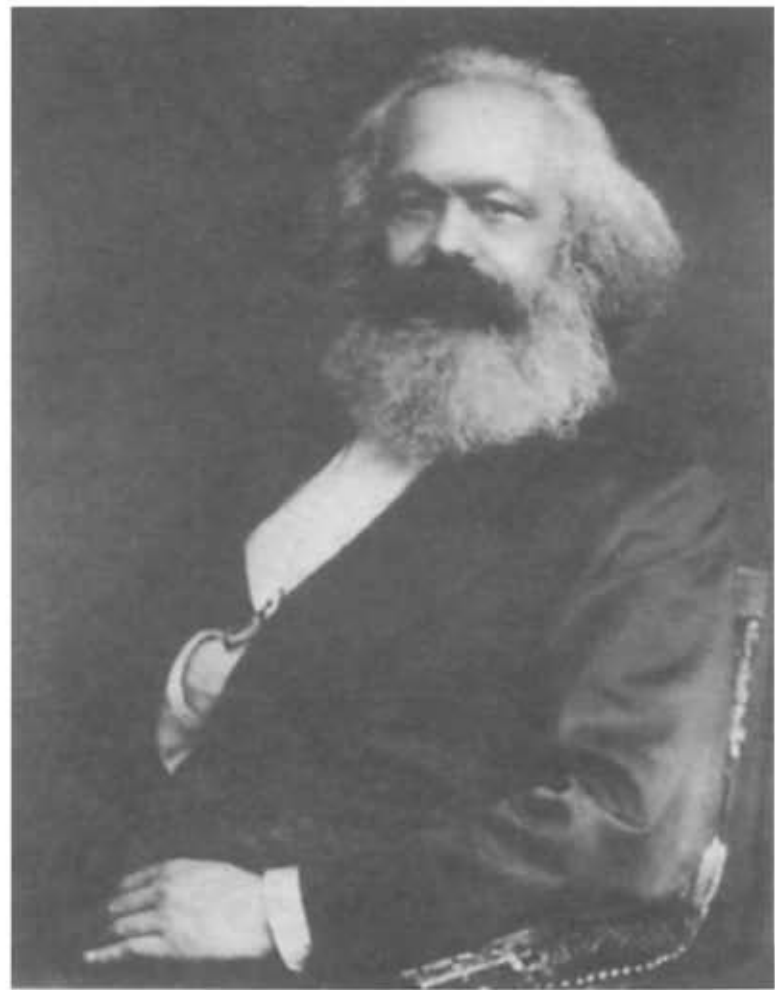
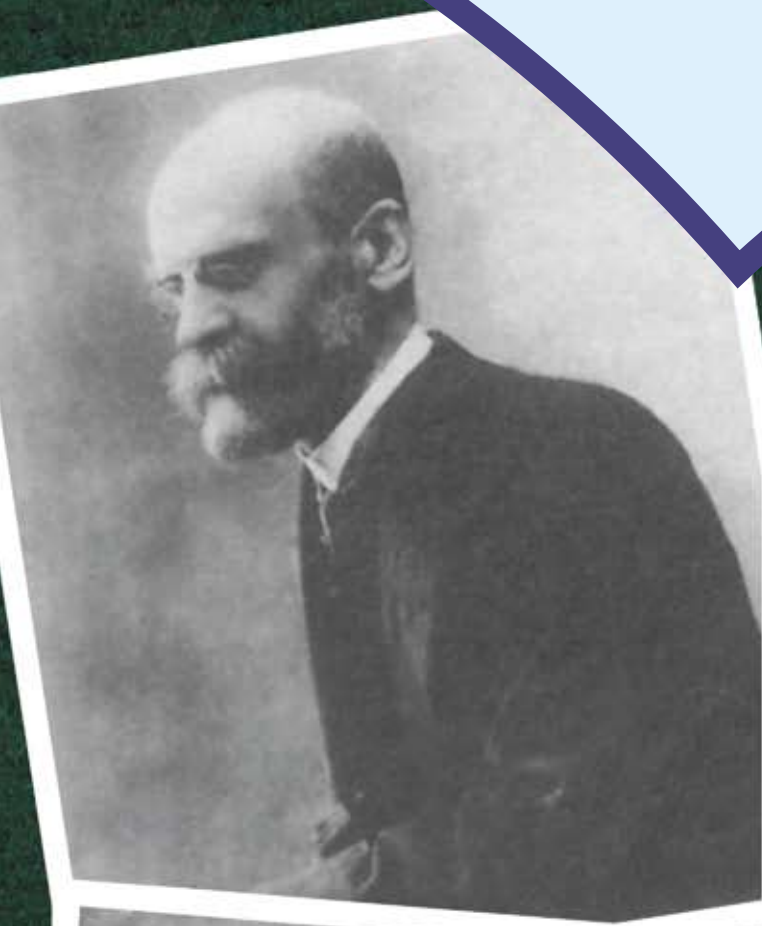
Ainda neste “Folhas” Dois trabalharemos com as teorias do alemão Karl Marx, que apresenta duras críticas à sociedade capitalista, na qual vivemos. Este autor representa a perspectiva crítica da Sociologia e nos ajudará a olharmos as relações de trabalho de maneira a entender os seus bastidores, isto é, o que motiva o mundo do capital e do lucro, leitura obrigatória para quem deseja compreender o “porquê” do enriquecimento de alguns, a miséria de outros e a existência da exploração no mundo do trabalho.

Finalmente, no “Folhas” Três, nos preocuparemos em trabalhar as teorias sociológicas desenvolvidas no Brasil, para entendermos um pouco mais das bases da sociedade em que vivemos. Começaremos por Euclides da Cunha, um dos autores que iniciaram o pensamento sociológico no Brasil, passaremos por Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, autores que se propuseram a entender a “formação” do povo brasileiro, bem como a discutir quais seriam as causas dos supostos “atrasos” da nossa nação. Na seqüência, trabalharemos com o sociólogo Florestan Fernandes que procurou entender, dentre outros fatos, as dificuldades do povo negro no Brasil, ou seja, os acontecimentos que transformaram esse grupo na maioria menos privilegiada e pobre da nação brasileira.

Todos os autores que procuramos trabalhar nestes “Folhas” foram selecionados por atenderem à interpretação dos recortes (assuntos) que elegemos para serem analisados e compreendidos. São autores que acreditamos serem essenciais para começarmos nossa reflexão sobre as sociedades de forma mais crítica e participativa.

Existem, porém, muitos outros autores que poderiam ser trazidos para a discussão dos temas propostos aqui. Todavia, não sendo possível trabalhar todos, apenas os que mencionamos e suas valiosas interpretações serão trazidos para o nosso aprendizado e reflexão.

Uma boa leitura e conhecimento para você!



O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA

■ Everaldo Lorenssetti¹

■ Você é um privilegiado!

Leitor: – Como assim, privilegiado?

O livro: – É, privilegiado! Você é um deles!

Na sociedade, há pessoas privilegiadas. Uma delas, por exemplo, pode ser aquela que tem o poder de governar e de conduzir os rumos da sociedade, o que muitas vezes pode não ser da maneira mais justa para todos. Outro exemplo...



Leitor: – Um outro...?

O livro: – Você mesmo é um, caro leitor!

Leitor: – Mas, eu?! Como?

O livro: – Simples! Seu privilégio está no fato do que você vai adquirir agora: conhecimento! Você poderá avançar no entendimento de como funciona a sociedade em que você vive, conhecer como trabalham os demais privilegiados (a elite social) e aumentar sua **autonomia de reflexão** e de ação diante dos fatos que lhe cercam. Sigamos adiante?



Mas o que é essa AUTONOMIA de que estamos falando?

Vamos lá! Vamos descobrir! Você vai entender o que estamos dizendo, passo a passo.

Essa autonomia é quanto à sua maneira de pensar e de agir frente a diversas situações. Muitas pessoas não sabem (e não se preocupam em saber) como e por que determinadas coisas mexem com suas vidas.

Vamos pensar num exemplo bem simples para você entender: você já viu uma TV que não “pega” direito? O que pode ser feito para se resolver o problema do sinal?

Colocar palha-de-aço na antena resolveria?

Essa atitude, de pôr a palha-de-aço na antena, falando de tempos passados, era algo muito mais comum do que hoje com as antenas parabólicas e TVs a cabo, o que não significa que ninguém mais o faça.

Mas a palha-de-aço pode até resolver o problema, consideravelmente. Outras vezes, porém, ela não será suficiente para acabar com o defeito. Dependendo do sinal que a TV esteja recebendo.

O que seria a palha-de-aço?

Palha-de-aço = uma espécie de Senso Comum.

No caso da TV, um técnico resolveria melhor o problema do sinal porque ele tem um conhecimento mais apurado daquilo que opera o funcionamento da televisão. Provavelmente ele iria dar uma boa gargalhada ao ver a palha-de-aço na antena, pois ele sabe que aquilo pode se apenas um “remendo no rasgo”, ainda que em alguns casos resolva, entende?

Resumindo: Então, o que seria um Senso Comum?

Poderíamos dizer que é uma resposta ou solução simples para o cotidiano, geralmente pouco elaborada e sem um conhecimento mais profundo.

O teólogo brasileiro e Doutor em Filosofia, Rubem Alves, em seu livro *Filosofia da Ciência*, considera o senso comum como sendo aquilo que não é ciência. De outra maneira, seria dizer que a palha-de-aço na antena da TV não é algo científico, mas sim um “eu acho que funciona” para o dia-a-dia das pessoas.

Mas existe uma lógica em pôr a palha-de-aço na antena. As pessoas só não sabem qual é. E é por esse motivo, também, que Rubem Alves diz que a ciência, na verdade, é um refinamento, ou melhoramento, do senso comum.

O senso comum e a ciência nos dão respostas, ou inventam soluções práticas para nossos problemas. A diferença é que a ciência é um conhecimento mais elaborado.

“Eu acho que...” Fique sabendo!

Muitas vezes quando alguém começar uma resposta com as palavras “eu acho que...”, tal resposta pode não chegar no centro real do problema a ser entendido ou resolvido. O que não significa, porém, que ela deva ser rejeitada. Ela só precisa ser refinada.

Por exemplo, se alguém nos perguntasse o motivo que leva a economia de um país oscilar, nós poderíamos dar uma resposta certa, com demonstrações, inclusive, mas também poderíamos dizer apenas: “eu acho que...”.

A exemplo da economia, existem muitas outras coisas que acontecem na sociedade e que nos atingem diretamente. E para todas essas coisas seria muito bom que tivéssemos curiosidade para saber se aquilo que é mostrado é realmente como é, entende?

E a Sociologia? Como vai aparecer nessa conversa?



Foto: João Urban

■ Para muitas pessoas, passar por debaixo de uma escada traz azar. Crenças como essa, também podem ser um exemplo de senso comum.

Contribuindo para que possamos entender um pouco mais o lugar onde vivemos!

Veja, como já falamos, o senso comum não deve ser rejeitado.

O que estamos propondo é que você pode ir além desse conhecimento comum, neste caso, sobre a sociedade.

Uma outra coisa que deve ser desmitificada é o termo cientista. Confirmamos o pensamento de Rubem Alves quando diz que um cientista não é uma pessoa que pensa melhor do que os outros. Rubem Alves nos fala que a tarefa de refletir e de entender os porquês das coisas cabe a todos nós, e que a idéia de que não precisamos pensar, porque existem pessoas “melhores” para isto, é furada.

Avançar um pouco mais em relação a um conhecimento elaborado e investigativo vai lhe trazer um entendimento mais claro sobre como funciona a sociedade, dentre outras coisas.

Além do fato de que você terá maior autonomia para CONCORDAR OU DISCORDAR POR SI PRÓPRIO sobre as questões que você vive na sociedade.

Essa é a independência que queremos que você tenha: A DE REFLEXÃO.



ATIVIDADE

E para começarmos a pensar: “ELITE SOCIAL”

Você já ouviu falar na existência dela na Sociedade? Pesquise e veja o que você consegue sobre esse termo (em livros, revistas, pessoas que você conhece, etc.). Traga os seus registros para a classe. Vamos iniciar uma discussão a partir do que sabemos, hoje, sobre a chamada elite. Por que ela é considerada elite e como surgiu?

Pensando em elites: NÓS PODEMOS VIVER DE FORMA ALIENADA?

■ E o que é ser alienado?

Veja: se não tivermos nossa independência de pensamento e ação, ou seja, se não conseguimos refletir sobre aquilo que vemos e ouvimos, ou se concordamos com tudo o que acontece, então podemos estar vivendo de forma alienada.

Segundo a filósofa brasileira Marilena Chauí, a alienação acontece quando o homem não se vê como sujeito (criador) da história e, nela, capaz de produzir obras.

Para o homem alienado, e segundo esta mesma visão, a história e as obras produzidas nela são fatos estranhos e externos. E, sendo estranhos, tal homem não os pode controlar, ficando numa posição de dominado. Já o conhecimento pode nos fazer transformadores da história, e não apenas espectadores dela.

Mais à frente retomaremos essa discussão sobre a alienação e a existência de elites e o faremos com mais recursos para a nossa reflexão.



■ Conhecer e entender (sobre a Sociologia) é preciso!

A Sociologia não é redentora ou solucionadora dos males sociais, ou dos problemas intelectuais das pessoas. Ela surge como uma ciência que vai fornecer novas visões sobre a sociedade.

Sua contribuição está no fato de nos dar referenciais para refletirmos sobre as sociedades.



ATIVIDADE

Mais um pouco de prática inicial: "AUTONOMIA DE REFLEXÃO".

Observe sua comunidade e traga para nossa aula uma relação dos "problemas sociais" que nela existem. Vamos discutir a possível origem dos mesmos, a partir do que temos hoje, em termos de recursos teóricos, para mais tarde podermos retomar essas questões.

■ A "Gênese Sociológica":

É importante...

Nesse início de trabalho, buscaremos conhecer como a Sociologia surgiu, para depois sabermos como é que ela pode nos ajudar a entender a sociedade, bem como os problemas levantados pela atividade anterior. Vamos fazer um passeio pela história para encontrarmos suas bases. Acompanhe:

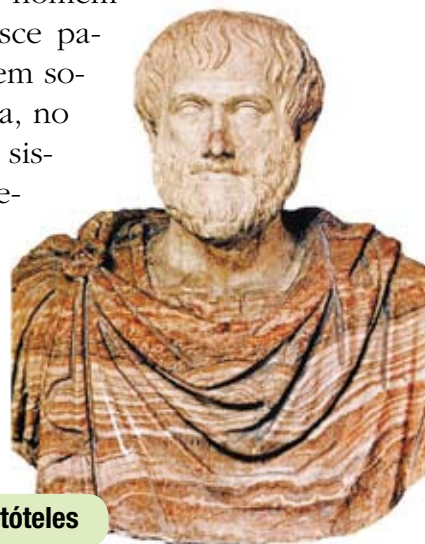
Como tudo começou!

Apesar da ciência sociológica ser considerada nova, pois ela se consolidou por volta do século XIX, a angústia de se entender as sociedades, por sua vez, não é tão nova assim. Se olharmos para a Grécia Antiga, vamos ver que lá já havia o desejo de se entender a sociedade.

No século V a.C, havia uma corrente filosófica, chamada sofista, que começava a dar mais atenção para os problemas sociais e políticos da época. Porém, não foram os gregos os criadores da Sociologia.

Mas foram os gregos que iniciaram o pensamento crítico filosófico. Eles criaram a Filosofia (que significa amor ao conhecimento) e que, por sua vez, foi um impulso para o surgimento daquilo que chamamos, hoje, de ciência, a qual se consolidaria a partir dos séculos XVI e XVII, sendo uma forma de interpretação dos acontecimentos da sociedade mais distanciada das explicações míticas.

Foram com os filósofos gregos Platão (427-347 a.C) e Aristóteles (384-322 a.C), que surgiram os primeiros passos dos trabalhos mais reflexivos sobre a sociedade. Platão foi defensor de uma concepção idealista e acreditava que o aspecto material do mundo seria um tipo de fruto imperfeito das idéias universais, as quais existem por si mesmas. Aristóteles já mencionava que o homem era um ser que, necessariamente, nasce para estar vivendo em conjunto, isto é, em sociedade. No seu livro chamado Política, no qual consta um estudo dos diferentes sistemas de governo existentes, percebe-se o seu interesse em entender a sociedade.



Aristóteles

Já na Idade Média...

Séculos mais tarde, no período chamado de Idade Média (que vai do século V ao XV, mas exatamente entre os anos 476 a 1453), houve, segundo os renascentistas (que vamos conhecer mais à frente), um período de “trevas” quanto à maneira de ver o mundo.

Segundo eles, havia um prevalecer da fé, onde os campos mítico e religioso, tendiam a oferecer as explicações mais viáveis para os fatos do mundo. Na Europa Medieval, esse predomínio religioso foi da Igreja Católica

Tal predomínio da fé, de certo modo, e segundo os humanistas renascentistas, asfixiava as tentativas de explicações mais especulativas e racionais (científicas) sobre a sociedade. Não cumprir uma regra ou lei estabelecida pela sociedade, poderia ser entendido como um pecado, tamanha era a mistura entre a vida cotidiana e a esfera sobrenatural.

É claro que se olharmos a Idade Média somente pela ótica dos renascentistas ela pode ficar com uma “cara meio tenebrosa”. Na verdade, ela também foi um período muito rico para a história da humanidade, importante, inclusive, para a formação da nossa casa, o mundo ocidental. Vale a pena conhecermos um pouco mais sobre essa história.

E, na continuidade da história...

Tudo caminhava para o uso da razão

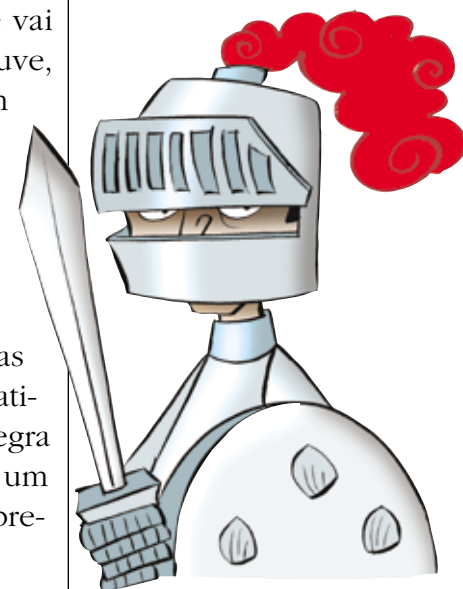
O predomínio, na organização das relações sociais, dos princípios religiosos durou até pelos menos o século XV. Mas já no século XIV começava a acontecer uma renovação cultural. Era o início do período conhecido por Renascimento.

Os renascentistas, com base naquilo que os gregos começaram, isto é, a questionar o mundo de maneira reflexiva (como já contamos anteriormente), rejeitavam tudo aquilo que seria parte da cultura medieval, presa aos moldes da igreja, no caso, a Católica.

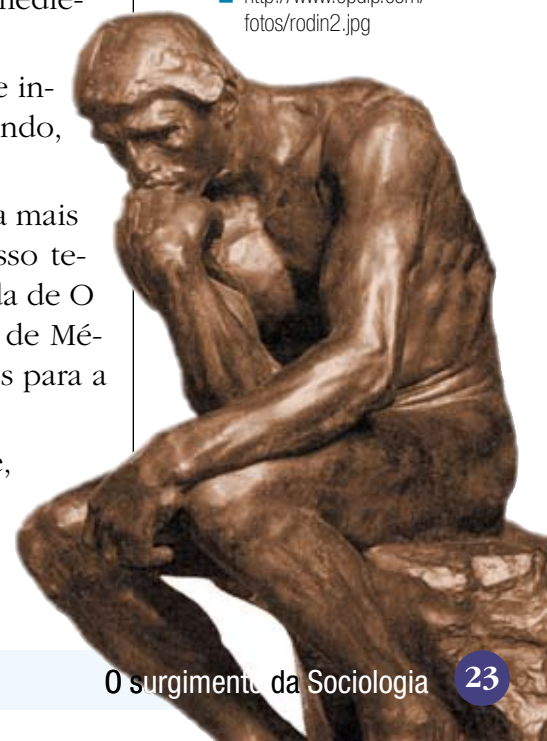
O renascimento espalhou-se por muitas partes da Europa e influenciava a arte, a ciência, a literatura e a filosofia, defendendo, sempre, o espírito crítico.

Nesse tempo, começaram a aparecer homens que, de forma mais realista, começavam a investigar a sociedade. A exemplo disso temos Nicolau Maquiavel (1469-1527) que, em sua obra intitulada de O Príncipe, faz uma espécie de manual de guerra para Lorenzo de Médici. Ali comenta como o governante pode manipular os meios para a finalidade de conquistar e manter o poder em suas mãos.

Obras como estas davam um novo olhar para sociedade, olhar pelo qual, através da razão os homens poderiam dominar a sociedade, longe das influências divinas.



■ <http://www.epdlp.com/fotos/rocin2.jpg>



http://renascimento.cio.pro.br/
Figuras/maquiavel.JPG



Nicolau Maquiavel
(1469-1527)

Era a doutrina do antropocentrismo ganhando força. O homem passava a ser visto como o centro de tudo, inclusive do poder de inventar e transformar o mundo pelas suas ações.

Além de Maquiavel, outros autores renascentistas, como Francis Bacon (1561-1626), filósofo e criador do método científico conhecido por experimental, ajudavam a dar impulso aos tempos de domínio da ciência que se iniciavam.

Não perdendo de vista...

Estamos contando tudo isso para que você perceba que nem sempre as pessoas puderam contar com a ciência para entender o mundo, sobretudo o social, que é o queremos compreender.

Dessa maneira, muitas pessoas no passado, ficaram ‘presas’ principalmente, àquelas explicações a respeito da realidade que eram baseadas na tradição, em mitos antigos ou em explicações religiosas.

O Iluminismo

Já no século XVIII, houve um momento na Europa, chamado de Iluminismo, que começou na Inglaterra e na França, mas que posteriormente espalhou-se por todo o continente em que a idéia de valorizar a ciência e a racionalidade no entendimento da vida social tornou-se ainda mais forte.

Uma característica das idéias do Iluminismo era o combate ao Estado absoluto, ou absolutismo, que começou a surgir na Europa ainda no final da Idade Média, no século XV, em que o rei concentrava todo o poder em suas mãos e governava sendo considerado um representante divino na terra, uma voz de Deus, a qual até a igreja, não raramente, se sujeitava.

Com a ciência ganhando força, era, digamos, inviável o fato de voltar a pensar a vida e a organização social por vias que não levassem em conta as considerações da ciência em debate com as de fundo religioso. Como por exemplo, imaginar os governantes como sendo representantes sobrenaturais.

Nesse período, a continuada consolidação da reflexão sistemática sobre a sociedade foi ajudada por autores como Voltaire (1694-1778), filósofo que defendia a razão e combatia o fanatismo religioso; Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que estudou sobre as causas das desigualdades sociais e defendia a democracia; Montesquieu (1689-1755), que criticava o absolutismo, e defendia a criação de poderes separados (legislativo, judiciários e executivo), os quais dariam maior equilíbrio ao Estado, uma vez que não haveria centralidade de poder na mão do governante.

Portanto, com a contribuição Iluminista...

A partir das teorias sobre a sociedade que no período Iluminista surgiram, é que começa a ser impulsionada, ou preparada, a idéia da existência de uma ciência que pudesse ajudar a interpretar os movimentos da própria sociedade.

■ Consolidação do Capitalismo e a Revolução Industrial!

Estamos mudando de assunto?

Mudando em parte, porém não estamos deixando de falar do surgimento da Sociologia. Há outros elementos que a motivaram surgir.

As transformações na sociedade européia não estavam ocorrendo somente no campo das idéias, como era o caso da consolidação da ciência como ferramenta de interpretação do mundo, que vimos até aqui.

Há também a consolidação do sistema capitalista, culminando com a Revolução Industrial, que ocorreu em meados do século XVIII, na Inglaterra, gerando grandes alterações no estilo de vida das pessoas, sobretudo nas das que viviam no campo ou do artesanato. Estes temas despertavam o interesse de críticos da época.

Dessa maneira, quando a Sociologia iniciou os seus trabalhos, ela o fez com base em pensadores que viram os problemas sociais ocasionados a partir da crise gerada pelos fatos acima mencionados.

Acompanhe:

Recorrendo à História para entendermos...

Podemos dizer que o início do sistema capitalista se deu na chamada Baixa Idade Média, entre os séculos IX e XV, na Europa Ocidental. A partir do século XI, com as “cruzadas” realizadas pela Igreja Católica, para conquistar Jerusalém que estava dominada pelos muçulmanos, um canal de circulação de riquezas na Europa foi aberto.

O contato cultural e o comércio do ocidente com o oriente europeu foram retomados via Mar Mediterrâneo. Com a movimentação de pessoas e riquezas houve, na Europa Ocidental, o surgimento de núcleos urbanos, conhecidos por burgos. Destes, ressurgiram as cidades, pois existiam poucas naquele tempo.

As chamadas corporações de ofício, que eram uma espécie de associação que organizava as atividades artesanais para ter acordo entre os preços de venda e qualidade do produto, por exemplo, começaram a aparecer a fim de regular o trabalho dos artesões que vinham para as cidades exercer sua profissão. Aqui vemos que a idéia do lucro se fortalecia.

Sistema capitalista:

A propriedade privada é sua característica mais forte. O capitalista é aquele que a possui, isto é, a empresa ou os meios de produção. Os empregados são aqueles que vendem sua força de trabalho para o capitalista. E o lucro, além da recuperação do capital investido na fabricação dos bens a serem vendidos, é a meta deste sistema. Distinção de classes: embora não a única, a propriedade ou não dos meios de produção é a primeira e mais importante condição que separa os indivíduos em diferentes classes sociais.



PESQUISA

“Quase não existiam cidades...”

Descubra pela história o porquê do fato que acima é mencionado. Não lhe soa estranho? O que fez com que isso ocorresse? Tal fato poderá se repetir algum dia em alguma sociedade? Vamos discutir pensando o nosso mundo, hoje.

Mais tarde, os europeus...

...começaram a explorar o comércio em termos mundiais, principalmente depois dos séculos XV e XVI e das chamadas Grandes Navegações. Por exemplo, com o descobrimento da América, muita riqueza daqui era levada à Europa para a criação de mercadorias que seriam vendidas nesse mercado mundial que estava surgindo. A idéia de uma produção em série de mercadorias começava a surgir.

As antigas corporações de ofícios foram transformadas pelos comerciantes da época em manufatura. O trabalho manufatureiro acontecia com vários artesãos, em locais separados e dirigidos por um comerciante que dava a eles a matéria-prima e as ferramentas. No final do trabalho encomendado, os artesões recebiam um pagamento acertado com o comerciante.

Mais à frente ainda, os comerciantes (futuros empresários capitalistas) pensaram que seria melhor reunir todos esses artesãos num só lugar, pois assim poderiam ver o que eles estavam produzindo. Além de cuidar da qualidade do produto, o controle sobre a matéria-prima e ritmo da produção poderia ser maior.

Foi então que surgiu a idéia da fábrica...

Um lugar com uma produção mais organizada, com a acentuação da divisão de funções, onde o artesão ia deixando de participar do processo inteiro de produção da mercadoria e onde passava a operar apenas parte da produção. Desse ponto para a implantação das máquinas movidas a vapor, restava somente o tempo da invenção das mesmas.

Quando o inventor escocês James Watt (1736-1819) conseguiu patentear a máquina a vapor, em abril de 1784, ela veio dar grande impulso à industrialização que se instalava, aumentando a produção, diminuindo os gastos com mão-de-obra e aumentando o acúmulo de capital.

Fábrica de papel.



Foto: Acervo Icone Audiovisual

Veja o quadro que se montava...

O sistema feudal da Europa Ocidental, estava sendo superado. Ele não conseguiria suprir as necessidades dos novos mercados que se abriam. O sistema capitalista, com base na propriedade privada e no lucro, isto é, na acumulação de capital, estava sendo consolidado.

A partir da Revolução Industrial (século XVIII), as cidades da Europa Ocidental começavam a se transformar em grandes centros urbanos comerciais e, posteriormente, industriais. Muitas delas “inchadas” por desempregados. O estilo de vida das pessoas estava se transformando – para alguns de forma violenta e radical – como era o caso de muitos camponeses que eram expulsos pelos senhores das terras que as cercavam para criar ovelhas e fornecer lã às fábricas de tecidos.

Já no caso dos artesãos, esses “perdiam” sua qualificação profissional e o controle sobre o que produziam, ou seja, de profissionais, passavam a “não ter profissão”, pois a indústria era quem ditava que tipo de profissional precisava ser. Não importava se fossem grandes artesãos, só precisariam aprender a operar a máquina da fábrica. Se fosse hoje, usaríamos o termo aprender a “apertar botões”. Dessa maneira, como não tinham capital para ter uma produção autônoma e competir com a fábrica, submetiam-se ao trabalho assalariado.

Sistema feudal:

Sistema social que existiu durante a Idade Média. Com o desaparecimento das cidades, o comércio também desaparecia. As bases econômicas se centraram no campo, nos feudos. Os feudos eram grandes áreas de terras pertencentes a um senhor. Dentro deles havia as colônias de servos que lavravam a terra. Parte da produção era destinada ao senhor da terra, e parte era para os servos.

Novas e grandes invenções estavam sendo realizadas no campo tecnológico, como as próprias máquinas a vapor das indústrias. O comércio mundial estava aumentando cada vez mais. O mundo estava “encolhendo”, em termos de fronteiras comerciais e ficando “europeizado”.

E em meio a isto, duas classes distintas emergiam: a composta pelos empresários e banqueiros, chamada de classe burguesa, e a classe assalariada, ou proletária.

A classe burguesa é aquela que ao longo do tempo veio acumulando capital com o comércio e reteve os meios de produção em suas mãos, isto é, as ferramentas, os equipamentos fabris, o espaço da fábrica, etc., bem como o poder político. Já a classe proletária, sem capital e expropriada dos meios de produção por meio de sua expulsão dos feudos e das terras comuns, tornava-se fornecedora de mão-de-obra aos donos das fábricas.

Agora perceba comigo:

O quadro social na Europa Ocidental do período passava, então, por transformações profundas, provocadas pela consolidação do sistema capitalista, pela valorização da ciência contrapondo as explicações míticas a respeito do mundo, pela abertura de mercados mundiais e pelos conflitos derivados das condições de vida miseráveis dos operários, confrontadas com o enriquecimento da classe burguesa. É em meio a todas essas mudanças que a Sociologia começa a ser pensada como sendo uma ciência para dar respostas mais elaboradas sobre os novos problemas sociais.

A Sociologia e suas teorias, as quais vamos ver a seguir, se constituem ferramentas de reflexão sobre a sociedade industrial e científica que surgia. Vamos ver como elas refletem para entendermos os problemas sociais e ajudar a encontrar soluções para os mesmos.

Burguesia:

As pessoas que moravam nos núcleos urbanos (burgos), eram identificadas como sendo os burgueses. Mas com o passar dos tempos, essa denominação ficou apenas para os que haviam enriquecido com o comércio, sobretudo os comerciantes e banqueiros.



ATIVIDADE

Com base no que vimos até aqui, associe...

Que relação há entre o sistema capitalista, a existência de uma elite na sociedade e o processo de alienação?

Retomando os problemas que você levantou para a atividade da página 20, relacione-os com o estilo de vida imposto pelo sistema capitalista.

■ Referências:

ALVES, R. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Ars Poética, 1996.

AZEVEDO, F. **Princípios de Sociologia**: pequena introdução ao estudo da sociologia geral. 11ª ed. – São Paulo: Duas Cidades, 1973.

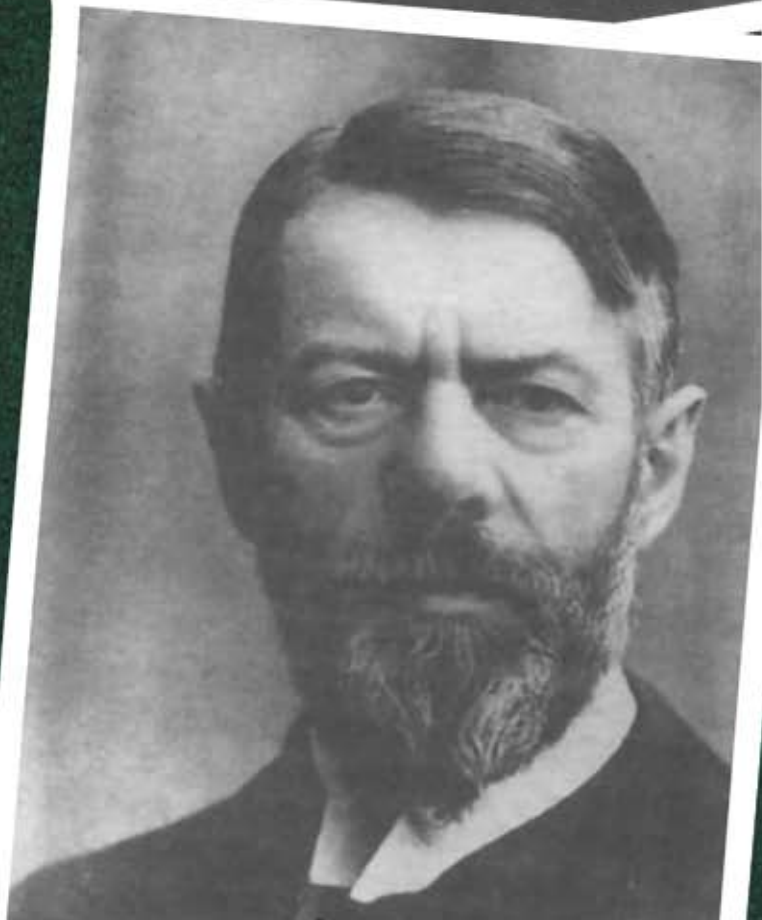
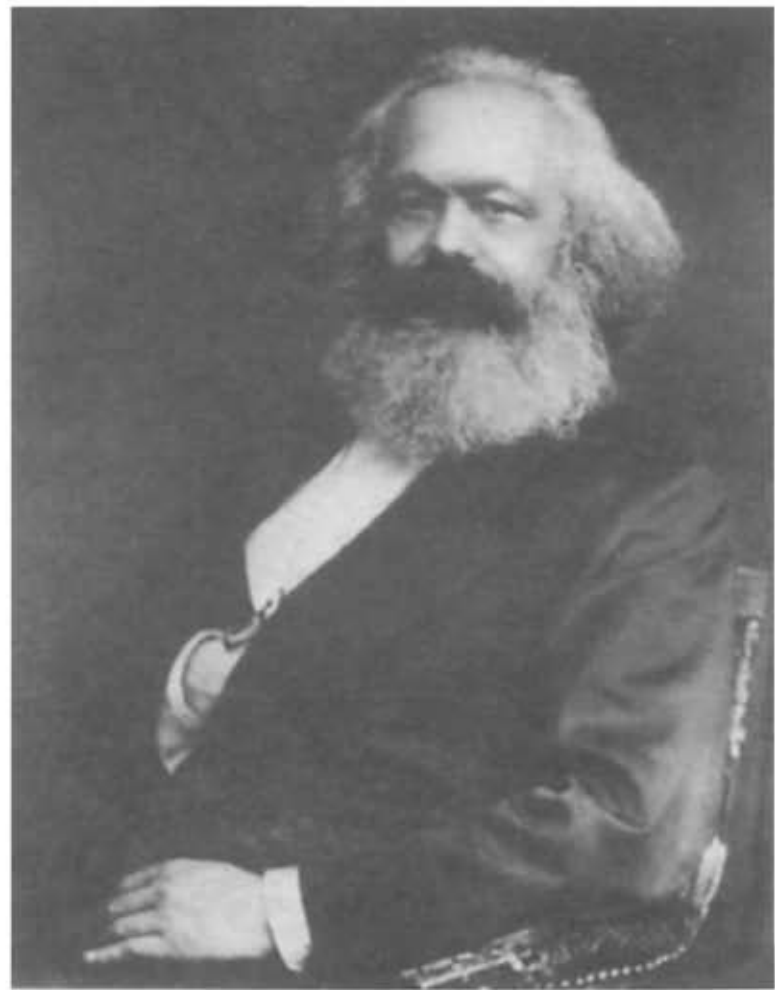
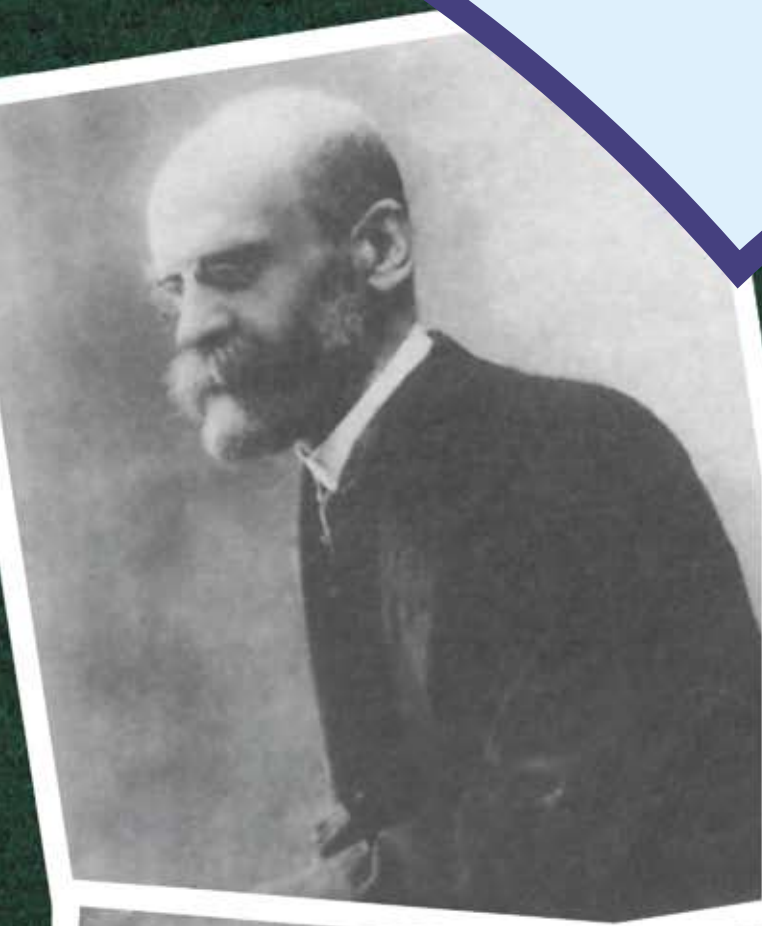
CASTRO, A. M. DIAS, Edmundo Fernandes. **Contexto histórico do aparecimento da sociologia**. In.: Introdução ao pensamento sociológico. São Paulo: Centauro, 2001.

CHAUI, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.



AS TEORIAS SOCIOLOGICAS NA COMPREENSÃO DO PRESENTE

■ Everaldo Lorensetti¹



Muito bem. Segundo os pensadores de tempos atrás...”
Nossa! Espere um pouco... Tempos atrás? Essa moçada já não foi para o “andar de cima”?
Como é que eu posso pensar o meu **mundo** hoje a partir de quem só viu o passado?
É possível?
Vamos ver se podemos...

¹Colégio Estadual Chateaubriandense.
Assis Chateaubriand - PR



Auguste Comte

Vamos começar por Auguste Comte (1798-1857), pois foi ele quem criou o termo “sociologia” a partir da organização do curso de Filosofia Positiva em 1839.

O que desejava Comte com esse curso? Ele pretendia fazer uma síntese da produção científica, ou seja, verificar aquilo que havia sido acumulado em termos de conhecimento bem como os métodos das ciências já existentes, como os da matemática, da física e da biologia. Ele queria saber se os métodos utilizados nessas ciências, os quais já haviam alcançado um “status” de positivo, poderiam ser utilizados na física social, denominada, por ele de Sociologia.

Este pensador era de uma linha positivista, o que quer dizer que acreditava na superioridade da ciência e no seu poder de explicação dos fenômenos de maneira desprendida da religiosidade, **como era comum se pensar naquela época**. E tem mais... como positivista ele acreditava que a ciência deveria ser utilizada para organizar a ordem social. Na visão dele, naquela época, a sociedade estava em desordem, orientada pelo caos. Devemos considerar que Comte vislumbrava o mundo moderno que surgia, isto é, um mundo cada vez mais influenciado pela ciência e pela consolidação da indústria, e a crise gerada por uma certa anarquia moral e política quando da transição do sistema feudal (baseado nas atividades agrárias, na hierarquia, no patriarcalismo) para o sistema capitalista (baseado na indústria, no comércio, na urbanização, na exploração do trabalhador).. Era essa positividade (instaurar a disciplina e a ordem) que ele queria para a Sociologia.

Assim sendo quando Comte pensava a Sociologia, era como se fosse uma “criança” sendo gestada, na qual colocava toda sua crença de que poderia estudar e entender os problemas sociais que surgiam e reestabelecer a ordem social e o progresso da civilização moderna. Ele queria que a Sociologia estudasse de forma aprofundada os movimentos das sociedades no passado para se entender o presente e, inclusive, para imaginar o futuro da sociedade.

Percebeu? Olhando o passado para compreender o presente.

Os do “andar de cima”, e não só eles, nos ajudarão a ver melhor o mundo que vivemos hoje.

Comte via a consolidação do sistema capitalista como sendo algo necessário ao desenvolvimento das sociedades. Esse novo sistema, bem como o abandono da teologia para explicação do mundo seriam parte do progresso das civilizações. Já, os problemas sociais ou desordens que surgiam eram considerados obstáculos que deveriam ser resolvidos para que o curso do progresso pudesse continuar.

Portanto, a Sociologia se colocaria, na visão deste autor, como uma ciência para solucionar a crise das sociedades daquela época. Mas Comte não chegou a viabilizar a sua aplicação. Seu trabalho apenas iniciou uma discussão que deveria ser continuada, a fim de que a Sociologia viesse a alcançar um estágio de maturidade e aplicabilidade.



ATIVIDADE

Você já reparou no lema da nossa bandeira? Tem alguma relação com o pensamento de Comte? O Brasil pode ser visto como uma sociedade que orienta-se pelo cumprimento da “Ordem e Progresso” inscritos na nossa bandeira?



Um pouco de História do Brasil: A Bandeira Nacional.

Símbolo nacional idealizado por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, baseada na antiga bandeira do Brasil Império. Ela tremulou pela primeira vez no dia 19 de novembro de 1889, na cidade do Rio de Janeiro. Este dia ficou marcado como sendo o da sua adoção oficial. E hoje vemos em nossos calendários que em todo 19 de novembro é comemorado o dia da bandeira.

Bordada em pano de algodão suas estrelas foram projetadas por um astrônomo. A inscrição ao centro substituiu o símbolo da “coroa” e foi um resumo feito por Miguel Lemos, um de seus idealizadores, com base em princípios positivistas de ordem e progresso.



■ Acervo Icone Audiovisual

Continuando o trabalho iniciado por Comte, o de fazer da Sociologia uma ciência, numa visão positiva, surge nessa história o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917). Dar à Sociologia uma reputação científica foi o seu principal trabalho.

É a partir desse pensador que a Sociologia ganha um formato mais “técnico”, sabendo **o que** e **como** ela iria buscar na sociedade. Com métodos próprios, a Sociologia deixou de ser apenas uma idéia e ganhou “status” de ciência.

Durkheim presenciou algumas das mais importantes criações da sociedade moderna, como a invenção da eletricidade, do cinema, dos carros de passeio, entre outros. No seu tempo, havia um certo otimismo causado por essas invenções, mas Durkheim também percebia entaves nessa sociedade moderna: eram os problemas de ordem social.

E uma das primeiras coisas que ele fez foi propor regras de observação e de procedimentos de investigação que fizessem com que a Sociologia fosse capaz de estudar os acontecimentos sociais de maneira semelhante ao que faz a Biologia quando olha para uma célula, por exemplo.



Émile Durkheim

Falando em Biologia nota-se que o seu objeto de estudo é a vida em toda a sua diversidade de manifestações. As pesquisas dos fenômenos da natureza feitas pela Biologia são resultantes de várias observações e experimentações, manipuláveis ou não.

Já para a Sociologia, manipular os acontecimentos sociais, ou repeti-los, é muito difícil. Por exemplo, como poderíamos reproduzir uma festa ou um movimento de greve “em laboratório” e sempre de igual modo? Seria impossível.

■ Os fatos sociais – objetos nas mãos

Mas Durkheim acreditava que os acontecimentos sociais – como os crimes, os suicídios, a família, a escola, as leis – poderiam ser observados como coisas (objetos), pois assim, seria mais fácil de estudá-los. Então o que ele fez? Propôs algumas das regras que identificam que tipo de fenômeno poderia ser estudado pela Sociologia. A esses fenômenos que poderiam ser estudados por uma ciência da sociedade ele denominou de **fatos sociais**.

E as características dos fatos sociais são:

- **Coletivo ou geral** – significa que o fenômeno é comum a todos os membros de um grupo;
- **Exterior ao indivíduo** – ele acontece independente da vontade individual;
- **Coercitivo** – os indivíduos são “obrigados” a seguir o comportamento estabelecido pelo grupo.



Foto: Icone Audiovisual.

Para entender melhor, veja o exemplo de um fato social: o casamento

As pessoas pensam, em um dia, se casar. Salvo algumas exceções, pois não pensamos todos da mesma forma, certo? Mas se fizermos uma pesquisa, veremos que a grande maioria das pessoas deseja se unir a alguém.

Então podemos dizer que o casamento é um fato **coletivo ou geral**, pois existe pela vontade da maioria de um grupo ou de uma sociedade.

Mas ainda que alguém não queira se casar, a grande maioria das pessoas vai continuar querendo, não é mesmo?



Isso significa que o fato social “casamento” é **exterior ao indivíduo**. O que quer dizer que ele se constitui não como resultado das intenções particulares dos indivíduos, mas como resposta às necessidades ou influências do grupo, da comunidade ou da sociedade.

Outra coisa. Não é verdade que os mais velhos ficam nos “incentivando” a casar? “Não vá ficar pra titia, heim!”, “Onde já se viu! Todo mundo, um dia, tem que se casar!”. Com certeza você já ouviu alguém dizendo isso.

Pois é. Esses dizeres nos levam a crer que o casamento também é **coercitivo**, pois nos vemos “obrigados” a fazer as mesmas coisas que fazem os demais membros do grupo ou da sociedade a que pertencemos.

Todo fato que reúna essas três características (generalização, exterioridade e coerção) é denominado social, segundo Durkheim, e pode ser estudado pela Sociologia. Quanto ao casamento, poderíamos estudar e descobrir, por exemplo, quais fatores influem na decisão das pessoas em se casarem e se divorciarem para depois se casarem novamente.

Perceba, então: Não apenas com o casamento...

Essas regras são da mesma maneira aplicadas ao trabalho, à escola, à moda, aos costumes do nosso povo, à língua, etc.



ATIVIDADE

O que é fato social?

Faça o exercício de localizar os fatos sociais a partir das características que Durkheim percebeu neles. Recorte de jornais e revistas e traga para que a turma discuta se os fatos que você encontrou são sociais e podem ser estudados pela Sociologia.

Veja que interessante...

Para Durkheim, a sociedade só pode ser entendida pela própria sociedade. As ações das pessoas não acontecem por acaso. A sociedade as influencia. Você concorda com isso? Veja o exemplo na página seguinte e tire suas conclusões.

O Suicídio = Fato Social

O que leva uma pessoa a se suicidar? Loucura?

Durkheim utilizou sua teoria para explicar, por exemplo, o suicídio. O que aparentemente seria um ato individual, para ele, estava ligado com aquilo que ocorria na sociedade.

Esse pensador compreende a sociedade como um corpo organizado. Assim como a Biologia que compreende o corpo humano e todas suas partes em pleno funcionamento.

O médico Joaquim Monte, em seu livro “Promoção da qualidade de vida” (1997) considera o corpo humano como sendo um *“organismo vivo concebido sob forma de uma estrutura que apresenta constituição e função (um conjunto organizado de elementos bióticos de anatomia e fisiologia). A estrutura do corpo humano representa a dimensão orgânica da pessoa: a carne da qual somos constituídos (matéria orgânica com suas características constitucionais e suas propriedades funcionais) e que tem a potencialidade de reproduzir, nascer, maturar, crescer, desenvolver, agir, adaptar, adoecer, sarar e morrer”* (p. 257).

É de maneira semelhante que Durkheim entende a sociedade: com suas partes em operação e cumprindo suas funções. E, caso a família, a igreja, o Estado, a escola, o trabalho, os partidos políticos, etc., que são elementos da sociedade com funções específicas, venham a falhar no cumprimento delas, surge no corpo da sociedade aquilo que Durkheim chamou de **anomia**, ou seja, uma patologia. Assim, como no corpo humano, se algo não funcionar bem, em “ordem”, significa que está doente.

Dê uma olhada nas manchetes abaixo e reflita: o que leva esse fato a ocorrer com muito mais frequência no Japão do que aqui no Brasil, ou em outro país?

Problemas financeiros e de saúde aumentam suicídios no Japão

- 23/07/2004 – 09h38 - data de publicação.
- http://opt.zip.net/arch2004-07-18_2004-07-24.html - acesso em 20/mar/2005.

Nove morrem em suicídio coletivo no Japão

- 05/02/2005 – 08h24 – data de publicação.
- <http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0%2C%2C01467123-EI294%2C00.html> - acesso em 20/Mar/2005

Andar em ‘desconformidade’ com o que seria tido como ideal na sociedade pode ser fator altamente propício ao suicídio no Japão. Não ser aprovado no vestibular ou se endividar podem ser exemplos de ‘desconformidade’ nessa sociedade.

A propósito desse tema, Durkheim verificou que existem três categorias de suicídios. Analise-os:

- **Suicídio Altruísta:** ocorre quando um indivíduo valoriza a sociedade mais do que a ele mesmo, ou seja, os laços que o unem à sociedade são muito fortes. Deixe-me lembrar você do ocorrido em 11 de Setembro de 2001. Homens, em atos aparentemente “loucos”, pilotavam aviões que se chocaram contra o World Trade Center em Nova York, lembra? Para Durkheim, os agentes dessa aparente “loucura” poderiam ser classificados como suicidas altruístas, pois se identificavam de tal forma como o grupo Al Qaeda, ao qual pertenciam, que se dispuseram a morrer por ele. Da mesma maneira aconteceu com os kamikases japoneses durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e que, de certa forma, continua acontecendo com os “homens-bomba” de hoje. Se você assistir ao filme “O Patriota”, com Mel Gibson, poderá ver um exemplo de alguém que se dispôs a morrer por uma causa que acreditava em relação ao seu país, no caso, a Inglaterra.
- **Suicídio Egoísta:** se alguém se desvinculasse das instituições sociais (família, igreja, escola, partido político, etc.) por conta própria, para viver de maneira livre, sem regras, qual seria o limite para essa pessoa, uma vez que ninguém a controlaria? Pois é, segundo Durkheim, a falta de redes de convívio ou limites para a ação poderia levar a pessoa a desejar ilimitadas coisas. Mas caso tal pessoa não consiga realizar os seus desejos, a frustração poderia levá-la a um suicídio.
- **Suicídio Anômico:** este tipo pode acontecer quando as partes do corpo social deixam de funcionar e as normas ou laços que poderiam “abraçar”(solidarizar) os indivíduos perdem sua eficácia, deixando-os viver de forma desregrada ou em crise. Um exemplo disso pode ser pensado quando, na nossa sociedade, uma família abandona o filho, ou o idoso, ou o doente.



PESQUISA

Pesquisa de dados

Procure na internet, jornais, livros ou revistas, a origem dos suicídios atuais para discutirmos à luz do que pensa Durkheim. Verifique sua teoria analisando alguns fatos.

Qual a relação entre o corpo humano, estudado pela Biologia, e o corpo da sociedade, pensado por Durkheim?

E o mundo moderno para Durkheim?

A humanidade, para esse autor, está em constante **evolução**, o que seria caracterizado pelo aumento dos papéis sociais ou funções. Por exemplo, para Durkheim, existem sociedades que organizam-se sob a forma de um tipo de solidariedade denominada **mecânica** e outras sociedades organizam-se sob a forma de solidariedade **orgânica**.

As sociedades organizadas sob a forma de **solidariedade mecânica** seriam aquelas nas quais existiriam poucos papéis sociais. Segundo Durkheim, nessas sociedades, os membros viveriam de maneira semelhante e, geralmente, ligados por crenças e sentimentos comuns, o que ele chama de **consciência coletiva**. Neste tipo de sociedade existiria pouco espaço para individualidades, pois qualquer tentativa de atitude “individualista” seria percebida e corrigida pelos demais membros.

A organização de algumas aldeias indígenas poderiam servir de exemplo de como se dá a solidariedade mecânica: grupos de pessoas vivendo e trabalhando semelhantemente, ligados por suas crenças e valores. Nesses grupos, se alguém começasse a agir por conta própria, seria fácil perceber quem estaria “tumulando” o modo de vida local. Outro exemplo que pode caracterizar a solidariedade mecânica são os mutirões para colheita em regiões agrárias ou para reconstruir casas devastadas por vendavais e, ainda, são exemplos também as campanhas para coletar alimentos.

Diferentemente das sociedades organizadas em solidariedade mecânica, nas sociedades de **solidariedade orgânica** – típicas do mundo moderno - existem muitos papéis sociais. Pense na quantidade de tarefas que pode haver nas áreas urbanas, nas cidades: são muitas as funções e atividades. Durkheim acreditava que mesmo com uma grande divisão e variedade de atividades, todas elas deveriam cooperar entre si. Por isso, deu o nome de orgânica (como se fosse um organismo).

Mas, nessas sociedades, diante da existência de inúmeros papéis sociais, diminui o grau de controle da sociedade sobre cada pessoa. A individualidade, sob menor controle, passa a ser uma porta para que a pessoa pretenda aumentar, ainda mais, o seu raio de ação ou de posições dentro da sociedade.

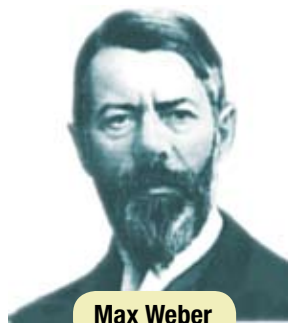
Uma das maiores expressões da anomia no mundo moderno, segundo Durkheim, seria esta: o egoísmo das pessoas. E a causa desta atitude seria a fragilidade das normas e controles sobre a individualidade, normas e controles que nas sociedades de solidariedade mecânica funcionam com maior eficácia

Qual seria, então, a solução para o mundo moderno, segundo Durkheim?

Já que ele compara a sociedade com um corpo, deve haver algo nela que não está cumprindo sua função e gerando a patologia (a anomia, a doença). O corpo precisa de diagnóstico e remédio. Segundo ele, a Sociologia teria esse papel, ou seja, o de encontrar as “partes” da sociedade que estão produzindo fatos sociais patológicos e apontar para a solução do problema. Durkheim chegou a fazer, para as escolas francesas, propostas de valores tais como ‘o respeito da razão, da ciência, das idéias e sentimentos em que se baseia a moral democrática’, visando contribuir à restauração da ordem social naquela sociedade.

■ Uma outra maneira de ver a sociedade...

O pensamento do sociólogo que estudaremos a seguir vai em direção diferente ao que vimos até agora. Max Weber (1864-1920), ao contrário de Durkheim e Comte, acreditou na possibilidade da interpretação da sociedade partindo não dos fatos sociais já consolidados e suas características externas (leis, instituições, normas, regras, etc). Propôs começar pelo indivíduo que nela vive, ou melhor, pela verificação das “intenções”, “motivações”, “valores” e “expectativas” que orientam as ações do indivíduo na sociedade. Sua proposta é a de que os indivíduos podem conviver, relacionar-se e até mesmo constituir juntos algumas instituições (como a família, a igreja, a justiça), exatamente porque quando agem eles o fazem partilhando, comungando uma pauta bem parecida de valores, motivações e expectativas quanto aos objetivos e resultados de suas ações. E mais, seriam as ações recíprocas (repetidas e “combinadas”) dos indivíduos que permitiriam a constituição daquelas formas duráveis (Estado, Igreja, casamento, etc.) de organização social.



Max Weber

Weber desenvolve a teoria da Sociologia Compreensiva, ou seja, uma teoria que vai entender a sociedade a partir da compreensão dos ‘motivos’ visados subjetivamente pelas ações dos indivíduos.

Uma crítica de Weber aos positivistas, entre os quais se encontrariam Comte e Durkheim, deve-se ao fato de que eles pretendiam fazer da Sociologia uma ciência positiva, isto é, baseada nos mesmos métodos de investigação das ciências naturais. Segundo Weber, as ciências naturais (biologia, física, por exemplo) conseguiriam explicar aquilo que estudam (a natureza) em termos de descobrir e revelar relações causais diretas e exclusivas, que permitiriam a formulação de leis de funcionamento de seus eventos, como as leis químicas e físicas que explicam o

fenômeno da chuva. Mas a ciência social não poderia fazer exatamente o mesmo. Segundo Weber, não haveria como garantir que uma ação ou fenômeno social ocorrerá sempre de determinada forma, como resposta direta a esta ou aquela causa exclusiva. No caso das Ciências Humanas, isso ocorre porque o ser humano possui “subjetividade”, que aparece na sua ação na forma de valores, motivações, intenções, interesses e expectativas.

Embora esses elementos que compõem a subjetividade humana sejam produtos culturais, quer dizer, produtos comuns acolhidos e assumidos coletivamente pelos membros da sociedade, ou do grupo, ainda assim se vê que os indivíduos vivenciam esses valores, motivações e expectativas de modos particulares. Às vezes com aceitação e reprodução dos valores e normas propostas pela cultura comum do grupo; outras vezes, com questionamentos e reelaboração dessas indicações e até rejeição das mesmas.

Decorre dessa característica (de certa autonomia, criatividade e inventividade do ser humano diante das obrigações e constrangimentos da sociedade) a dificuldade de se definir leis de funcionamento da ação social que sejam definitivas e precisas.

Por isso, o que a Sociologia poderia fazer, seria desenvolver procedimentos de investigação que permitissem verificar que conjunto de “motivações”, valores e expectativas compartilhadas, estaria orientando a ação dos indivíduos envolvidos no fenômeno que se quer compreender, como uma eleição, por exemplo. Seria possível sim, prever, com algum acerto, como as pessoas votarão numa eleição, pesquisando sua “subjetividade”, ou seja, levantando qual é, naquela ocasião dada, o conjunto de valores, motivações, intenções e expectativas compartilhadas pelo grupo de eleitores em foco, e que servirão para orientar sua escolha eleitoral. Esses pressupostos estão por detrás das conhecidas “pesquisas de intenção de voto”, bastante freqüentes em vésperas de eleições.

Vamos tentar ver isso na prática...

Segundo Weber, as pessoas podem atuar, em geral, mesclando quatro tipos básicos de ação social. São eles:

- **A ação racional** com relação a fins: age para obter um fim objetivo previamente definido. E para tanto, seleciona e faz uso dos meios necessários e mais adequados do ponto de vista da avaliação. O que se destaca, aqui, é o esforço em adequar, racionalmente, os fins e os meios de atingir o objetivo. Na ação de um político, por exemplo, podemos ver um foco: o de obter o cargo com o poder que deseja a fim de...Bom. Aí depende do político.

Agora, “dando um tempo” nas teorias, veja o que Weber pensa sobre a política: ele nos fala no livro *Ciência e Política – Duas vocações*

(2002), que há dois tipos de políticos que por nós são eleitos. Acompanhe:

- a) Os políticos que exercem essa profissão por vocação, ou seja, os que têm o poder como meta para trabalhar arduamente em prol da sociedade que os elegeu. Podemos dizer, em concordância com Weber, que estes são os que **vivem para a política**, certo?
- b) E os que são políticos sem vocação, ou seja, que olham para a política como se fosse um “emprego” apenas. São aqueles que, uma vez eleitos, geralmente se esquecem dos compromissos sociais que assumiram, pouco fazem pelo social, trabalham apenas para manter-se no poder a fim de continuar ganhando o salário. Weber diz que estes são os que **vivem da política**.

Bem. Fechados os parênteses teóricos, voltemos aos demais tipos de ação.

- A **ação racional** com relação a valores, ocorreria porque, muitas vezes, os fins últimos de ação respondem a convicções, ao apego fiel a certos valores (honra, justiça, honestidade...). Neste tipo, o sentido da ação está inscrito na própria conduta, nos valores que a motivaram e não na busca de algum resultado previa e racionalmente proposto. Por esse tipo de ação podemos pensar as religiões. Ninguém vai a uma igreja ou pertence a determinada religião, de livre vontade, se não acredita nos valores que lá são pregados. Certo?
- Na **ação afetiva** a pessoa age pelo afeto que possui por alguém ou algo. Uma serenata pode ser vista como uma ação afetiva para quem ama, não é mesmo?
- A **ação social tradicional** é um tipo de ação que nos leva a pensar na existência de um costume. O ato de tomar chimarrão ou pedir a bênção dos pais na hora de dormir são ações que podem ser pensadas pela ação tradicional.

Agora, entendendo a sociedade por Weber...

Muito bem. A idéia de Weber para se entender a sociedade é a seguinte: se quisermos compreender a instituição igreja, por exemplo, vamos ter que olhar os indivíduos que a compõem e suas ações. Provavelmente haverá um grupo significativo de pessoas que agem do mesmo modo, quer dizer, partilhando valores, desejos e expectativas quanto à religião, o que resultaria no que Weber chama de **relação social**.

A existência da relação social dos indivíduos, ou seja, uma combinação de ações que se orientam para objetivos parecidos, é que faz compreender o ‘porquê’ da existência do todo, como neste próprio exemplo da igreja. É assim que, as normas, as leis e as instituições são formas de relações sociais duráveis e consolidadas.

Os tipos de ação, para Weber, sempre serão construções do pensamento, isto é, suposições teóricas baseadas no conhecimento acumulado, que o sociólogo fará para se aproximar ao máximo daquilo que seria a ação real do indivíduo nas circunstâncias ou no grupo em que vive. Com esse instrumento, o sociólogo pode avaliar, na análise de um fenômeno, o que se repete, com que intensidade, e o que é novo ou singular, comparando-o com outros casos parecidos, já conhecidos e resumido numa tipologia.

Por exemplo, se há alguém apaixonado que você conheça, qual seria o tipo ideal de ação desta pessoa? A afetiva! Assim sendo, seria “fácil” prever quais seriam as possíveis atitudes desta pessoa: mandar flores e presentes, querer que a hora passe logo para estar com ela(e), sonhar acordado e coisas do tipo. E assim poderíamos entender, em parte, como se forma a instituição família. Uma coisa liga a outra.

Outro exemplo. Pode ser que alguém perto de você nem pense em querer se apaixonar para não atrapalhar os estudos. Sua meta é a universidade e uma ótima profissão. Então, o que temos aqui? Uma ação racional! Para esta pessoa nem adiantaria mandar flores ou “torpedos”, certo? O que não significa que não possamos tentar, não é mesmo?



Foto: João Urban

Quanto ao sistema capitalista e mundo moderno...

O que pensa Weber?

Uma contribuição relevante de Weber, neste caso, é demonstrar que a montagem do modo de produção capitalista, no ocidente europeu, principalmente, contou com a existência, em alguns países, de uma ‘pauta’ de valores de fundo religioso que ajudou a criar entre certos indivíduos, predisposições morais e motivações para se envolverem na produção e no comércio de tipo capitalista.

Na crença dos calvinistas, os homens já nasceriam predestinados à salvação ou ao inferno, embora não pudessem saber, exatamente, seu destino particular. Assim sendo, e para fugir da acusação de pecadores e desmerecedores do melhor destino, dedicavam-se a glorificar Deus por meio do trabalho e da busca do sucesso na profissão.

Com o passar dos tempos, essa idéia de que a predestinação e o sucesso profissional seriam indícios de salvação da alma foi perdendo força. Mas o interessante é que a ética estimuladora do trabalho disciplinado e da busca do sucesso nos negócios ganhou certa autonomia e continuou a existir independente da motivação religiosa.

Para Weber, ser capitalista é sinônimo de ser disciplinado no que se faz. Seria da grande dedicação ao trabalho que resultaria o sucesso e o enriquecimento. Herança da ética protestante, válida também para os trabalhadores.

Mas por que os católicos e as outras religiões orientais não tiveram parte nesta construção capitalista analisada por Weber?

Porque a ética católica privilegiava o discurso da pobreza, reprovando a pura busca do lucro e da usura e não viam o sucesso no trabalho como indícios de salvação e nem como forma de glorificar a Deus, como faziam os calvinistas. Assim sendo, sem motivos divinos para dedicarem-se tanto ao trabalho, não fizeram parte da lista weberiana dos primeiros capitalistas.

Quanto às religiões do mundo oriental, a explicação seria de que essas tinham uma imagem de Deus como sendo parte do mundo secular, ao contrário da ética protestante ocidental que o concebia como estando fora do mundo e puro. Assim sendo, os orientais valorizavam o mundo, pois Deus estaria nele. O Budismo e o Confucionismo são

exemplos do que falamos. E daí a idéia e a prática de não se viver apenas para o trabalho, mas sim de poder aproveitar tudo o que se ganha pelo trabalho com as coisas desta vida, entende?

Em relação ao mundo moderno (científico), Weber demonstrava um certo pessimismo e não encontrava saída para os problemas culturais que nele surgiam, assim como para a “prisão” na qual o homem se encontrava por causa do sistema capitalista.

Antes da sociedade moderna, a religião era o que motivava a vida das pessoas e dava sentido para suas ações, inclusive ao trabalho. Mas com o pensamento científico tomando espaço como referencial de mundo, certos apegos culturais – crenças, formas de agir – vindos da religiosidade fo-

Para lembrar...

O Calvinismo tem sua origem nas idéias protestantes pregadas por João Calvino (1509-1564) que, a exemplo de Martinho Lutero (1483-1546), fundador da Igreja Luterana, rompeu com os ensinamentos da Igreja Católica. Na intensa busca do conhecimento bíblico, os calvinistas tornaram-se altamente moralistas (puritanos) e muito disciplinados. Também criam que os homens eram predestinados à salvação.

Para lembrar...

Budismo: Sidarta Gautama – o Buda – (563a.C-486a.C) foi o fundador do Budismo, uma religião e filosofia que surgiu na Índia e que tem como moral a preservação da vida e a moderação, além de praticar o ensino de boas ações, purificação e treino da mente (meditação). Os budistas não crêem que há um Deus criador de todas as coisas.

Para lembrar...

Confucionismo: Filosofia criada pelo pensador chinês Kung-Fu-Tzu – o Confúcio – (551a.C – 479a.C). Tal filosofia tem quatro pilares: a religião, a política, a pedagogia e a moral.

■ Foto: Ícone Audiovisual.



ram confrontados. O problema que Weber via era que a ciência não poderia ocupar por completo o lugar que a religião tinha ao dar sentido ao mundo.

Se, em contextos históricos anteriores, o trabalho poderia ser motivado pela religião, como foi explicado anteriormente, e agora não é mais, devido à racionalização do mundo, por que, então, o homem se prende tanto ao trabalho?

Porque o sistema capitalista – da produção industrial em série e da exploração da mão-de-obra – deixou o homem ocidental sem uma “válvula de escape”. Preso, agora ele vive **do** e **para** o trabalho.

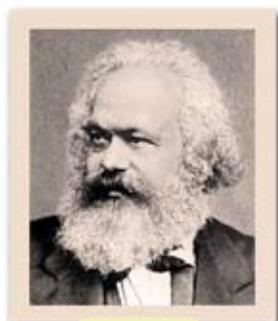


ATIVIDADE

Contrapondo...

No que difere o raciocínio de Weber em relação ao de Durkheim sobre a maneira de ver a sociedade? Justifique.

Como Durkheim e Weber nos auxiliam a compreender o sistema capitalista e o mundo moderno?



Karl Marx

■ Seguindo para mais um clássico da Sociologia: A crítica da sociedade capitalista.

Vamos falar agora de quem também viu a consolidação da sociedade capitalista e fez uma forte crítica a ela. O alemão, filósofo e economista **Karl Marx (1818–1883)**, foi um dos responsáveis, se não o maior deles, em promover uma discussão crítica da sociedade capitalista que se consolidava, bem como da origem dos problemas sociais que este tipo de organização social originou.

E veja, também, que interessante. Para ele “*a história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes*”.

Mas como assim, lutas de classe? Quais são elas?

Nas sociedades de tipo capitalista a forma principal de conflito ocorre entre suas duas classes sociais fundamentais: a burguesia versus o proletariado.

Você se lembra que comentamos no primeiro “Folhas” como foi que surgiu a chamada burguesia e por que ela ficou conhecida assim? Pois bem, segundo Marx, a burguesia foi tendo acesso, a partir da atividade comercial à posse dos meios de produção, enriqueceu e também passou a fazer parte daqueles que controlavam o aparelho estatal, o que acabou, por fim funcionando, principalmente como uma espécie

de “escritório burguês”. Com esse acesso ao poder do aparelho estatal, a burguesia foi capaz de usar sua influência sobre ele para ir criando leis que protegessem a propriedade privada (particular), condição indispensável para sua sobrevivência, além de usar o Estado para facilitar a difusão de sua ideologia de classe, isto é, os seus valores de interpretação do mundo.

Enquanto isso, a classe assalariada (os proletários), sem os meios de produção e em desvantagem na capacidade de influência política na sociedade, transforma-se em parte fundamental no enriquecimento da burguesia, pois oferecia mão-de-obra para as fábricas, (as novas unidades de produção do mundo moderno).

Marx se empenhava em produzir escritos que ajudassem a classe proletária a organizar-se e assim sair de sua condição de **alienação**.

Alienado, segundo Marx, seria o homem que não tem controle sobre o seu próprio trabalho, em termos de tempo e em termos daquilo que é produzido, coisa que o capitalismo faz em larga escala, pois o tempo do trabalhador e o produto (a mercadoria) pertencem à burguesia, bem como a maior parte da riqueza gerada por meio do trabalho.

Falando em lucro...

O objetivo do sistema capitalista, como modo de produção, é justamente a ampliação e a acumulação de riquezas nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Mas de onde sai essa riqueza? Marx diria que é do trabalho do trabalhador.

Ideologia:

Segundo Marx e Engels, o termo se encaixa na tradução de “falsa consciência”, ou seja, um conjunto de idéias falsas que justificavam o domínio burguês e camuflava a existência da dominação desta classe sobre a classe trabalhadora.



Foto: João Urban

Veja um exemplo. Quantos sofás por mês um trabalhador pode fazer? Vamos imaginar que sejam 15 sofás, os quais multiplicados a um preço de venda de R\$ 300,00 daria o total de R\$ 4.500,00.

E quanto ganha um trabalhador numa fábrica? Imagine que seja uns R\$ 1.000,00, para sermos mais ou menos generosos.

Bem, os R\$ 4.500,00 da venda dos sofás, menos o valor do salário do trabalhador, menos a matéria-prima e impostos (imaginemos R\$ 1.000,00) resulta na acumulação de R\$ 2.500,00 para o dono da fábrica.

Esse lucro Marx chama de **mais-valia**, pois é um excedente que sai da força de cada trabalhador. Veja, se os meios de produção pertencessem a ele, o seu salário seria de R\$ 3.500,00 e não apenas R\$ 1.000,00.

Então podemos dizer que o trabalhador está sendo roubado? Não podemos dizer isso, pois o que aqui exemplificamos é consequência da existência da propriedade privada e de os meios de produção nas mãos de **uma** classe, a burguesia.

Para entender a sociedade, por Marx

Devemos partir do entendimento de que as coisas materiais fazem a sociedade acontecer. De outra maneira, seria dizer que tudo o que acontece na sociedade tem ligação com a economia e que ela se transforma na mesma medida em que as formas de produção também se transformam. Por exemplo, com a consolidação do sistema capitalista, toda a sociedade teve que organizar-se de acordo com os novos moldes econômicos.

Marx também via o homem como aquele que pode transformar a sociedade fazendo **sua história**, mas enfatiza que nem sempre ele o faz como deseja, pois as heranças da estrutura social influenciam-no. Assim sendo, não é unicamente o homem quem faz a história da sociedade, pois a história da sociedade também constrói o homem, numa relação recíproca. Entendeu?

Vamos tentar explicar melhor. As condições em que se encontram a sociedade vão dizer até que ponto o homem pode construir a sua história. Por essa lógica podemos pensar que a classe dominante, a burguesia, tem maiores oportunidades de fazer sua história como deseja, pois tem o poder econômico e político nas mãos, ao contrário da classe proletária que, por causa da estrutura social, está desprovida de meios para tal transformação. Para modificar essa situação somente por intermédio de uma **revolução**, pois assim a classe trabalhadora pode assumir o controle dos meios de produção e tomar o poder político e econômico da burguesia.

Para Marx, a classe trabalhadora deveria organizar-se politicamente, isto é, conscientizar-se de sua condição de explorada e dominada por meio do trabalho e transformar a sociedade capitalista em socialista por intermédio da revolução.

Socialismo:

Pressupõe uma sociedade na qual os meios de produção pertençam a todos os seus membros. Para tal, o sistema capitalista deveria ser superado, deixando de existir a propriedade privada e passando a existir a "propriedade coletiva".



ATIVIDADE

Pensando como Marx...

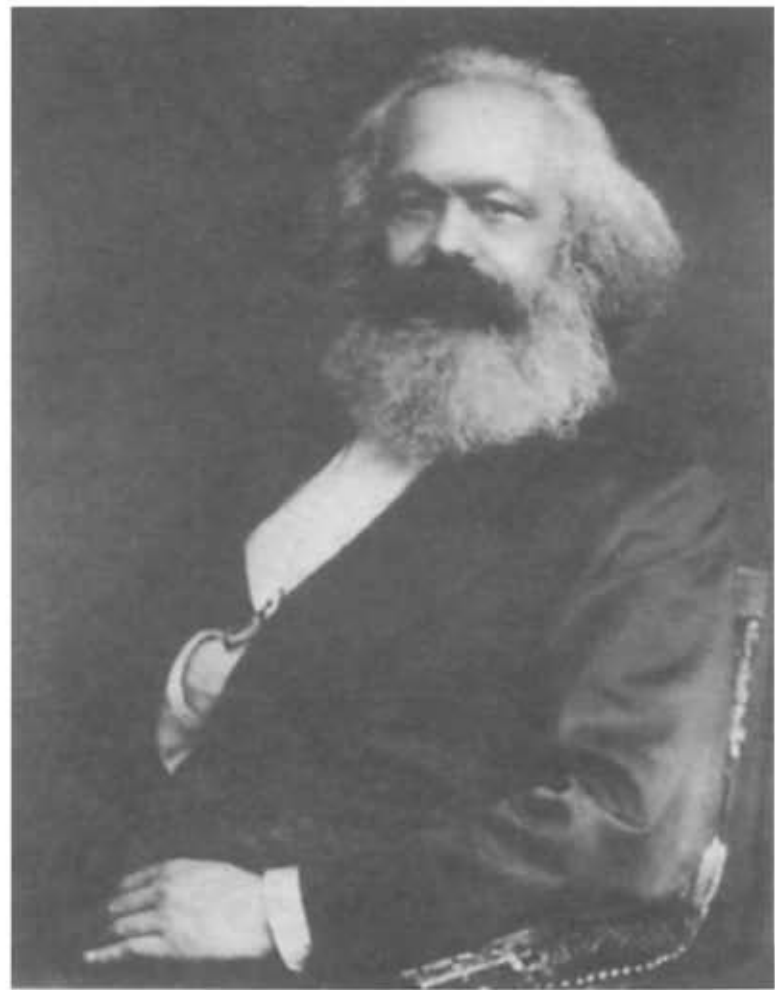
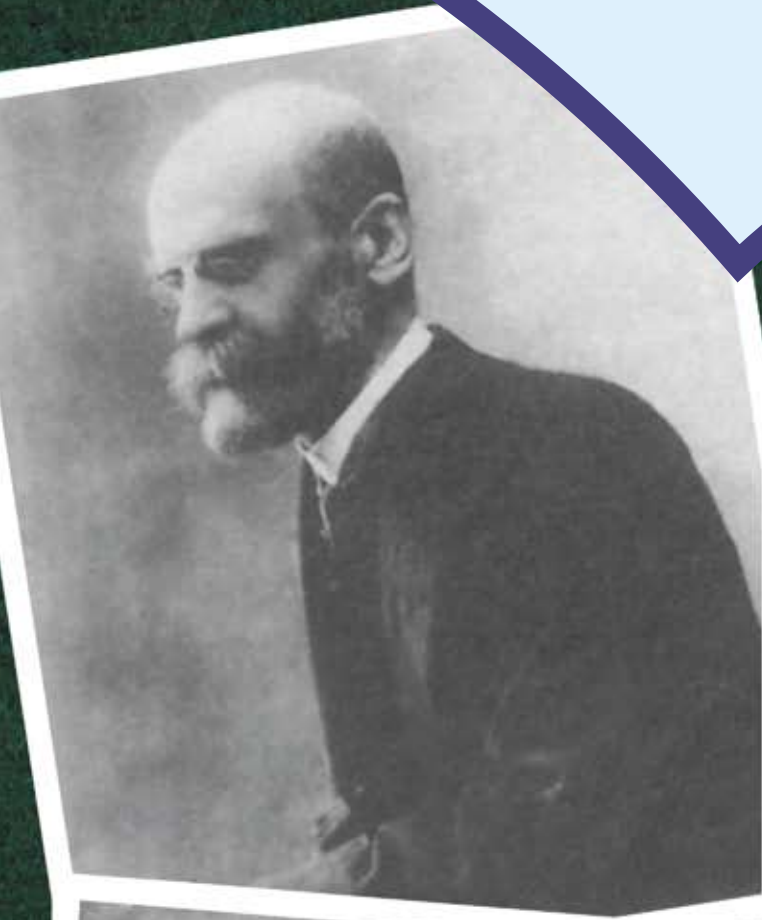
Como a teoria de Marx nos ajuda a entender a sociedade contemporânea?

A pobreza no Brasil e no mundo pode ser pensada como sendo uma das conseqüências do sistema capitalista? Por quê?

No que Marx diferencia-se dos demais autores vistos até aqui?

Referências:

- COMTE, A. **Sociologia** [organização e tradução de Evaristo de Moraes Filho] São Paulo: Ática, 1978.
- DURKHEIM, É. **Sociologia** [organizador da coletânea: Albertino Rodrigues]. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. **As regras do método sociológico**. Tradução. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.
- _____. **O suicídio**. 6. Ed. Lisboa: Presença, 1996.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. **O manifesto do partido comunista**: Karl Marx e Friedrich Engels; tradução de Maria Lúcia Coim: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MONTE, J. **Promoção da qualidade de vida**. Curitiba: Letras, 1997.
- SELL, C. E. Émile Durkheim. In.: **Sociologia Clássica**: Durkheim, Weber e Marx – 3ª ed. – Itajaí: Ed. Univali, 2002.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11ª. Ed. São Paulo: Pioneira, 1996.
- _____. **Ciência e Política**: duas vocações – coleção: A obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. **Sociologia** [organizador da coletânea: Gabriel Cohn]. São Paulo: Ática, 1979.
- Pesquisado em: <http://www.estadao.com.br> Acesso em: 19.03.05
- Pesquisado em: <http://www.wikipedia.org/> Acesso em 14.10.05



A PRODUÇÃO SOCIOLOGICA BRASILEIRA

■ Everaldo Lorensetti¹

- E o Brasil?
- O Brasil? Como assim? O que tem ele?
- Mas é isto mesmo o que queremos saber...
- O que tem o Brasil?

O fato é que até aqui vimos apenas teorias sociológicas “importadas”.

Mas será que tais teorias, de pensadores que não viveram a realidade deste que é gigante pela própria natureza, belo, forte, um impávido colosso, e que tem um futuro que espelha sua enorme grandeza, podem dar conta de explicar o que acontece por aqui?

O que há de **VERDE** e

AMARELO na **SOCIOLOGIA**?

¹Colégio Estadual Chateaubriandense.
Assis Chateaubriand - PR

Bom, antes de estudarmos a produção sociológica brasileira, gostaria de mencionar, bem rapidamente, uma idéia que pode nos ajudar a pensar sobre um aspecto muito importante: a escolha das teorias para refletirmos sobre a sociedade.

Vamos imaginar que durante a leitura destes textos você se identificou muito com os elementos que Karl Marx nos fornece para interpretação da sociedade, isto é, pela lógica econômica e material.

Mas veja. Será que a teoria marxista, apenas, seria suficiente para entender todas as questões sociais, como por exemplo, o movimento feminista, a união de casais homossexuais, os suicídios dos homens-bomba, as religiões, etc.?

Bem, o que estamos querendo transmitir com essa reflexão é que, o ideal, é não termos posturas doutrinárias quanto à teoria que mais gostamos, como se fosse uma espécie de “verdade absoluta”, não aceitando, portanto, a contribuição que outras teorias podem nos dar para o trabalho de reflexão sobre a sociedade.

Portanto, o que devemos fazer é exercitar uma “conversa” com as mesmas para, então, elegermos a teoria que seja mais adequada à situação que queremos entender. Ok?

E falando em teorias...

■ A Sociologia no Brasil...

Podemos dizer que a Sociologia brasileira começa a “engatinhar” a partir da década de 1930, vindo a se fortalecer nas décadas seguintes.

Apesar de alguns autores da sociologia dizerem que não há uma data correta que marca o seu começo em solo brasileiro, essa época parece ser a mais adequada para se falar em início dos estudos sociológicos no Brasil.

Quando dizemos “data mais adequada”, é porque as produções literárias que surgem a partir dessa década (1930) começam a demonstrar um interesse na compreensão da sociedade brasileira quanto à sua formação e estrutura.

Mas note não estamos afirmando que antes da data acima ninguém havia se proposto a entender nossa sociedade. Antes da década de 1930 muitos ensaios sociológicos sobre o Brasil foram elaborados por historiadores, políticos, economistas, etc. No entanto, na maioria destes trabalhos, os autores apresentavam a tendência de escrever sobre raça, civilização e cultura, mas não tentavam explicar a formação e a estrutura da sociedade brasileira.

A partir de 1930, surge no Brasil um período no qual a reflexão sobre a realidade social ganha um caráter mais investigativo e explicativo.

Esse caráter mais investigativo e explicativo foi impulsionado pelos muitos movimentos que estimularam uma postura mais crítica sobre o que acontecia na sociedade brasileira. Dentre alguns destes movimentos estão o Modernismo, a formação de partidos (sobretudo o partido comunista) e os movimentos armados de 1935.

Movimentos como esses, de alguma forma, traziam transformações de ordem social, econômica, política e cultural ao país, e despertavam o interesse de pensadores em dar explicações a tais fenômenos. Aos poucos a Sociologia passa a constituir-se como uma forma de reflexão sobre a sociedade brasileira. Veja como isso aconteceu:

■ Fases da sua implantação

Dividindo os acontecimentos da implantação da Sociologia no Brasil como ciência, em fases, ou em geração de autores, de acordo com o sociólogo brasileiro Otávio Ianni (1926-2003), destacamos aqui três delas, as quais se complementam:

A fase “A” da implantação da Sociologia no Brasil:

A primeira geração da Sociologia brasileira seria composta por aqueles autores que se preocuparam em fazer estudos históricos sobre a nossa realidade, com um caráter mais voltado à Literatura do que para a Sociologia.

Desta geração de autores, queremos destacar Euclides da Cunha (1866-1909). Cunha nasceu no Rio de Janeiro, foi militar engenheiro, além de ter estudado Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Porém, o que gostava de fazer, como profissional, era o jornalismo.

Em 1895, abandonou o Exército e começou a trabalhar como correspondente do jornal “O Estado de São Paulo”. Nessa função foi enviado para a Guerra de Canudos, no interior da Bahia, de onde surgiu sua maior contribuição à Sociologia brasileira: o livro **Os Sertões**.

Se analisarmos este livro pelo enfoque literário, podemos perceber que Cunha faz, usando seus conhecimentos de Ciências e Físicas Naturais, relatos sobre como era a terra e a paisagem de Canudos. Também faz a descrição dos homens que ali viviam, ou seja, os sertanejos, nos quais percebe que, ao contrário do que pensava antes de conhecê-los, eram fortes e valentes, ainda que a aparência dos mesmos não demonstrasse isso.

Por fim, Cunha descreve a guerra, isto é, como foi que o governo da época conseguiu acabar com o que considerava ser uma revolução que reivindicava a volta do sistema monárquico no Brasil. Na verdade

Movimento Modernis-

ta: Lutava para que as regras vigentes sobre a arte e a literatura deixassem de “engessar” a produção brasileira. A intenção do movimento era que os moldes internacionais não sufocassem o que viesse a ser arte com um jeito nacional. A Semana de Arte Moderna de 1922, em SP, foi uma espécie de marco da independência da arte brasileira.

Partido Comunista: Fundado em 25 de Março de 1922, tinha o ideário de criar uma cultura socialista no Brasil. Com base em teóricos como o alemão Karl Marx, inauguraram uma maneira de se fazer política voltada aos interesses do proletariado.

Movimentos armados de

1935: Também conhecidos como o “Levante Comunista”. Tiveram como protagonistas o Partido Comunista (PCB) e os Tenentes de esquerda do exército brasileiro. Alguns de seus projetos e lutas eram pelo fim do imperialismo e pela existência de uma ditadura democrática. Apesar de vencidos, serviram para que o PCB ficasse conhecido e ganhasse maior força no cenário brasileiro.

Ver indicação de filme correspondente no final deste trabalho.

Guerra de Canudos

(1897): Aconteceu numa abandonada fazenda no interior da Bahia que tinha o nome de Canudos. As tropas federais massacraram milhares de pessoas que viviam naquele lugar tendo por líder um beato chamado Antonio Conselheiro o qual, a partir de 1890, começou a ajuntá-los pregando esperança para os que foram esquecidos pelo governo republicano. Conselheiro era visto, pelo governo, como sendo um líder perigoso e contrário à consolidação da República. Por isso o objetivo da guerra.

Ver indicação de filme no final do trabalho.

Antonio Conselheiro (o líder da Revolução de Canudos) e seus seguidores apenas defendiam seus lares, sua sobrevivência.

“É que estava em jogo, em Canudos, a sorte da República...” Diziam-no informes surpreendedores; aquilo não era um arraial de bandidos truculentos apenas. Lá existiam homens de raro valor – entre os quais se nomeavam conhecidos oficiais do exército e da armada, foragidos desde a Revolução de Setembro, que o Conselheiro avocara ao seu partido.” (CUNHA, 1979: 250).

Olhando mais pelo lado sociológico, podemos perceber que Cunha estava fazendo revelações quanto à organização da República que estava sendo consolidada. Canudos era um retrato de uma sociedade republicana que não conseguia suprir as necessidades básicas de seu povo. Coisa que Antonio Conselheiro, com sua maneira missionária de ser, acreditava e lutava para acontecer, pois...

“...abria aos desventurados os celeiros fartos pelas esmolas e produtos do trabalho comum. Compreendia que aquela massa, na aparência inútil, era o cerne vigoroso do arraial. Formavam-na os eleitos, felizes por terem aos ombros os frangalhos imundos, esfiapados sambenitos de uma penitência que lhes fora a própria vida; bem-aventurados porque o passo trôpego, remorado pelas muletas e pelas anquiloses, lhes era a celeridade máxima, no avançar para a felicidade eterna”. (CUNHA, 1979: 132).

Após duas tentativas sem sucesso de “tomar” Canudos – pois os sertanejos tornavam difícil a vida dos soldados, por conhecerem muito bem a caatinga sertaneja – o governo federal republicano deixou de subestimar a força daquelas pessoas que se uniram a Conselheiro. Convocou para uma terceira expedição batalhões armados de vários estados brasileiros e promoveu uma grande guerra e matança naquela região, em prol da República.

A observação de Euclides da Cunha e as revelações que faz quanto à sociedade brasileira em **Os Sertões**, transforma esta obra em um dos referenciais de início do pensamento sociológico no Brasil.

**PESQUISA**

Pesquisa para reflexão.

Faça uma pesquisa, a exemplo de Euclides da Cunha, a respeito dos problemas sociais do seu cotidiano, por exemplo, na área da educação, saúde, transporte coletivo, moradia etc. Escolha pelo menos duas áreas para sua pesquisa e, após o levantamento dos dados, apresente suas conclusões sobre as ações do poder público com relação ao que você investigou.

A fase “B” da implantação da Sociologia no Brasil:

Numa segunda fase de geração de autores, a preocupação em se fazer pesquisas de campo, que é uma característica das pesquisas sociológicas, começa a ser levada em conta.

Existem vários autores desta geração que poderíamos referenciar, como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Nelson Werneck Sodré, Raymundo Faoro, etc. No entanto, vamos nos fixar em dois deles, os quais podem ser vistos como clássicos do pensamento social brasileiro: Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior.

Gilberto Freyre foi o autor de **Casa Grande & Senzala** (1933), livro no qual demonstrou as características da colonização portuguesa, a formação da sociedade agrária, o uso do trabalho escravo e, ainda, como a mistura das raças ajudou a compor a sociedade brasileira.

Freyre foi um sociólogo que nasceu em Pernambuco no ano de 1900 e, no desenvolver de sua profissão, criou várias cátedras de Sociologia, como na Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935. Freyre faleceu em 1987.

Quando escreveu **Casa Grande & Senzala** tinha 33 anos e, anti-racista que era, inaugurou uma teoria que combatia a visão elitista existente na época, importada da Europa, a qual privilegiava a cor branca. Segundo tal visão racista, a mistura de raças seria a causa de uma formação “defeituosa” da sociedade brasileira, e um atraso para o desenvolvimento da nação.

Freyre propõe um caminho inverso. Em **Casa Grande & Senzala** ele começa justamente valorizando as características do negro, do índio e do mestiço acrescentando, ainda, a idéia de que a mistura dessas raças seria a “força”, o ponto positivo, da nossa cultura.

Este autor forneceu, para o seu tempo, uma nova maneira de ver a constituição da nacionalidade brasileira, isto é, o Brasil feito por uma harmoniosa união entre o branco (de origem européia), o negro (de origem africana), o índio (de origem americana) e o mestiço, ressaltando que essa “mistura” contribuiu, em termos de ricos valores, para a formação da nossa cultura.

Veja alguns trechos de sua obra a este respeito:

“Um traço importante de infiltração de cultura negra na economia e na vida doméstica do brasileiro resta-nos acentuar: a culinária” (FREYRE, 2002)

“Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria.”(FREYRE, 2002)

“Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa... carregando sacos de açúcar... os negros trabalhavam sempre cantando.” (FREYRE, 2002).

No entanto, vale ressaltar aqui que Gilberto Freyre tinha um “olhar” aristocrático e conservador sobre a sociedade brasileira, pois além de justificar as elites no governo, sua descrição do tempo da escravidão em **Casa Grande & Senzala** adquire uma conotação harmoniosa, ele não via conflitos nessa estrutura.

Mas se para Gilberto Freyre era um erro pensar que a mistura das raças seria um atraso para o Brasil, há um outro autor que se propôs a verificar qual seria e onde estaria a origem do atraso da nação brasileira.

Estamos falando de Caio Prado Júnior. Este autor vai nos fornecer uma visão muito mais crítica sobre a formação da nossa sociedade. Veja por quê.

Enquanto Gilberto Freyre fazia uma análise conservadora da formação da sociedade brasileira, Caio Prado recorria à visão marxista, isto é, partindo do ponto de vista material e econômico para o entendimento da nossa formação.

Caio Prado Júnior nasceu em 1907 e faleceu em 1990. Formou-se em direito e, de forma auto-didata, leu e tomou para si os ideais de Marx, o que o fez uma pessoa comprometida com o Socialismo.

Caio Prado também era uma espécie de “contra-mão” do Partido Comunista Brasileiro no seu tempo, pois um dos militantes daquele partido, Octávio Brandão (1896-1980), havia escrito um livro na década de 1920, chamado **Agrarismo e Industrialismo** no qual apresentava a tese de que o atraso do Brasil, em termos econômicos, estava no fato dele ter tido um passado feudal. E esta tese continuou a ser defendida pelo PCB com o historiador **Nelson Werneck Sodré (1911-1999)**, que interpretava o escravismo, no Brasil Colonial, como uma característica do feudalismo.

É por essa razão que Caio Prado era contrário ao Partido Comunista, pois a idéia de que no passado o Brasil havia sido feudal era “importada” do marxismo oficial, da Europa, e que na sua opinião, não funcionava aqui. E, para Caio Prado, a prova disso estaria no fato de que no sistema feudal o servo não era considerado uma mercadoria, coisa que ocorria aqui com os escravos, o que denota uma característica do sistema capitalista (e não feudal) no que tange à análise da mão-de-obra.

No seu livro **Formação do Brasil Contemporâneo**, publicado em 1942, Caio Prado apresenta a tese de que a origem do atraso da nação brasileira estaria vinculada ao tipo de colonização a que o Brasil foi submetido por Portugal, isto é, uma colonização *periférica e exploratória*.

Traduzindo para melhor compreendermos... Caio Prado explica que Portugal teve grande contribuição no “nosso atraso” como nação, pois o centro do capitalismo, na época do “descobrimento” do Brasil,



Nelson Werneck Sodré

estava na Europa, o que fazia com que as riquezas daqui fossem levadas para lá. Este tipo de organização econômica foi denominado de *primária e exportadora*, pois os produtos extraídos das monoculturas brasileiras, nos latifúndios, eram exportados para os países que estavam em processo de industrialização.

Segundo Caio Prado, a América era vista pelos europeus como sendo

“...um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias comerciais, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí”. (PRADO JÚNIOR, 1942: 24).

As teses desse autor rompem com as análises dos autores que antes dele apresentaram um pensamento conservador restrito, isto é, de reprodução daquilo que estava posto na sociedade brasileira e, conseqüentemente, sem a intenção de apresentar propostas para sua transformação.

Assim sendo, segundo a visão de Caio Prado, Gilberto Freyre, em **Casa Grande e Senzala**, pode ser considerado “conservador”. Veja porque:

- a) seus escritos nos levam a pensar que a miscigenação acontecia sempre de maneira harmoniosa. Mas e a relação entre os senhores brancos e suas escravas negras, por exemplo? Se verificarmos relatos da história veremos que as negras eram forçadas a terem relações sexuais com eles, o que é bem diferente de harmonia.
- b) sobre os problemas sociais da época, Freyre não apresenta nenhuma proposta para a solução dos mesmos, ou para a transformação da sociedade.

Para Caio Prado Júnior, os pontos “a” e “b” mencionados acima demonstram a postura conservadora de Gilberto Freyre, pois transparece um certo conformismo com a situação em que se apresentava a sociedade. Conformismo que pressupõe continuidade, sem transformação.



PESQUISA

Segundo Caio Prado Júnior podemos dizer que a colonização portuguesa contribuiu para o nosso subdesenvolvimento, certo? Pesquise a história de alguns outros países que também foram “colonizados”. Procure analisar a forma dessas “colonizações”. Em seguida, verifique se é verdadeira a tese de que exploração ocasiona necessariamente subdesenvolvimento.

E a fase “C” da implantação da Sociologia no Brasil:

Já a partir dos anos de 1940 novos sociólogos começam a aparecer no cenário brasileiro.

Esta terceira geração é formada por sociólogos que vieram de diferentes instituições universitárias, fundadas a partir de 1930 e inauguraram estilos mais ou menos independentes de fazer Sociologia.

Dessa forma, e progressivamente, a intelectualidade sociológica no Brasil começa a ganhar corpo. Também começam a surgir estilos ou tendências, o que fez com que surgissem diferentes “escolas” de Sociologia em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e em outros lugares.

Dos autores que fazem parte dessa terceira geração, podemos citar Oliveira Viana, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, dentre vários outros. Mas vamos nos deter na obra do sociólogo paulista **Florestan Fernandes (1920-1995)**, importante nome da Sociologia crítica no Brasil.

Qual é a proposta de Sociologia que ele apresenta?

Florestan Fernandes foi um sociólogo que fez um contínuo questionamento sobre a realidade social e das teorias que tentavam explicar essa realidade. O objetivo deste autor foi de, numa intensa busca investigativa e crítica, ir além das reflexões já existentes.

Florestan Fernandes tinha como metodologia “dialogar”, de maneira muito crítica, com a produção sociológica clássica, com os autores citados no Folhas 02. Mas veja, o diálogo não se dava somente com aqueles autores, pois a lista de clássicos, principalmente modernos, é bem extensa.

Florestan também mantinha contínuo diálogo com o pensamento crítico brasileiro. Autores como Euclides da Cunha e Caio Prado Júnior, os quais vimos anteriormente, fazem parte de sua lista de interlocutores. O diálogo com esses autores foi fundamental para o seu trabalho de análise dos movimentos e lutas existentes na sociedade, principalmente aquelas travadas pelos setores populares.

Um outro aspecto de sua maneira crítica de fazer Sociologia foi a sua afinidade com o pensamento marxista, principalmente sobre o modo de analisar a sociedade, o que se constituiu numa espécie de “norte” crítico orientador de seu pensamento.

As transformações sociais que ocorreram a partir de 1930 no Brasil foram, também, uma espécie de “motor” para os trabalhos de Florestan. Mas não apenas para ele, pois como já mencionamos, essas transformações serviram de impulso para os trabalhos sociológicos no Brasil como um todo. E isso se deu principalmente a partir de 1940, pois essas transformações se intensificaram muito por causa do aumento da industrialização e da urbanização.



Florestan Fernandes

Algumas das conseqüências da urbanização, inclusive gerada pela migração de pessoas que, vindas do campo, procuravam trabalho nas indústrias das grandes cidades, foram o surgimento de problemas de falta de moradia, desemprego e criminalidade. Essas situações emergentes, logicamente, tornavam-se temas para a análise sociológica.

Para finalizar, vale ressaltar que a Sociologia crítica que Florestan inaugura também tinha o “olhar” voltado aos mais diversos grupos e classes existentes na sociedade. Algumas de suas pesquisas com grupos indígenas e sobre as relações raciais em São Paulo, por exemplo, tiveram o mérito de fornecer explicações que se contrapunham às explicações dadas pelas classes dominantes da sociedade brasileira.



ATIVIDADE

Contrapondo os autores...

Com base nos autores que vimos até aqui, construa uma argumentação que diferencie um autor dito “conservador” de um autor “revolucionário”.

Para exemplificarmos a forma do trabalho sociológico de Florestan...

Veja que interessante:

Uma de suas pesquisas, **sobre os negros** em São Paulo, demonstrada no livro **A integração do negro na sociedade de classes**, de 1978, vai auxiliar nossa explicação. Nesse trabalho, Florestan analisa como os negros foram sempre situados à margem na nossa sociedade.

Na presente obra podemos perceber as seguintes características sociológicas de Florestan:

- a) O interesse em explicar fatos relativos aos setores populares da sociedade, neste caso, os negros. Florestan queria saber como se deu o processo que colocou esse grupo “à margem” na sociedade brasileira. E, mais, queria uma interpretação diferente daquelas que as elites da sociedade forneciam a este respeito.
- b) Ele se filia ao pensamento crítico brasileiro ao afirmar que o negro não era um problema para a nação. Inclusive desenvolve a idéia de que os negros sempre foram agentes participantes das transformações sociais do país, ainda que de maneira menos privilegiada que os brancos.
- c) Faz uma crítica à sociedade capitalista que não “absorveu” os negros, que, segundo as elites da sociedade, encontravam-se em iguais condições em relação aos brancos e, inclusive, em relação aos inúmeros estrangeiros que chegavam ao Brasil para viverem e trabalhar.

Hum... Iguais condições? Será?

Imagine só... De um dia para outro todos os negros, os que antes foram de maneira desumana tratados como “coisas” e úteis apenas para o trabalho, tornaram-se livres para atuarem nas empresas e comércio da época, se é que assim podemos chamar os empreendimentos daquele tempo, isto é, em 1888.

Os negros tentaram, mas “...viram-se repudiados, na medida em que pretenderam assumir os papéis de homem livre com demasiada latitude de ingenuidade, num ambiente em que tais pretensões chocavam-se com generalizada falta de tolerância, de simpatia militante e de solidariedade.”

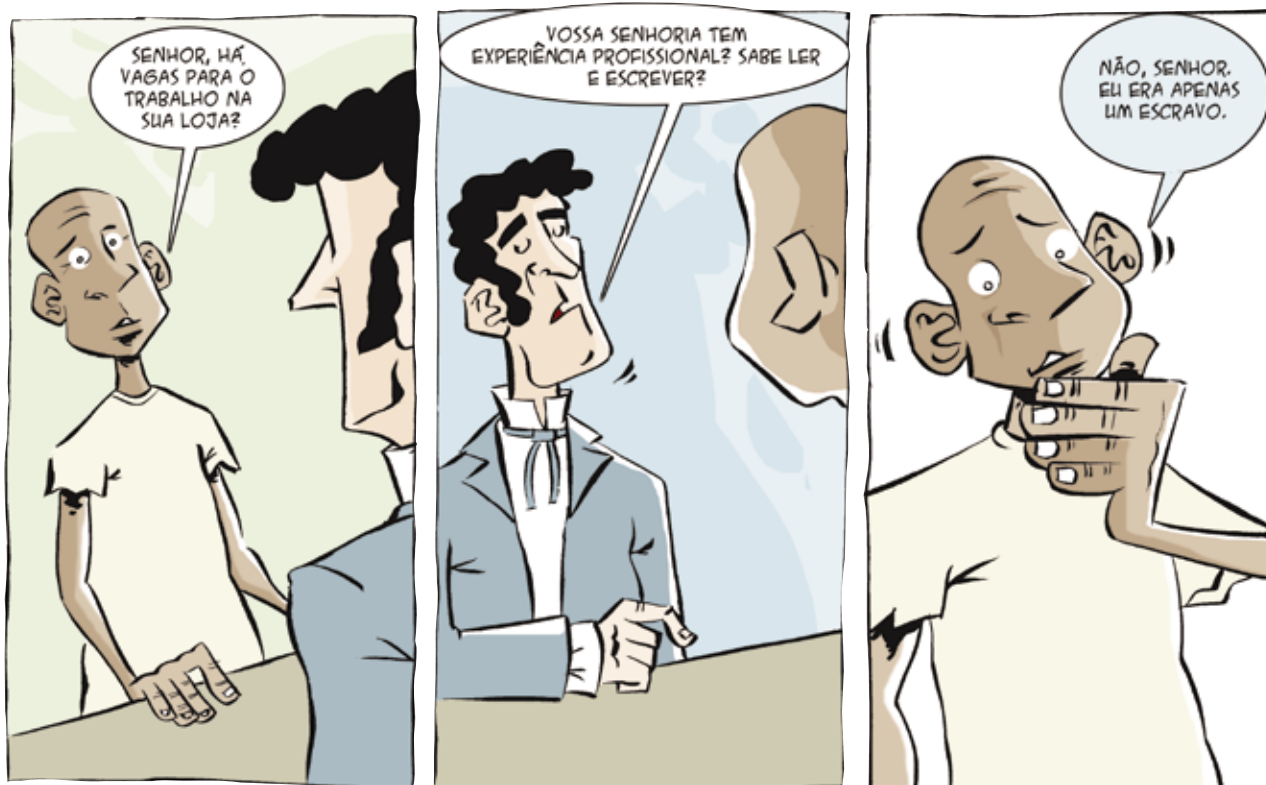
(FERNANDES, 1978: 30-31).

Afinal, quem é que daria emprego a um homem que “até ontem à tarde” era não mais que um pertence de alguém, isto é, um utensílio de um senhor?

E se você fosse um patrão na época da Abolição, daria trabalho a tal pessoa em sua loja?

Hoje, no Brasil, ainda podemos encontrar muitos problemas quanto à aceitação da diversidade cultural, apesar dos muitos movimentos que combatem a desigualdade racial e social nas mais diversas áreas da sociedade. Esses problemas são, na verdade, heranças de um passado, que fora muito pior.

Vamos “voltar” no tempo e tentar imaginar a cena de um negro, recém-liberto, pedindo emprego. Talvez o diálogo fosse esse:



Ora veja, ainda que o discurso das elites privilegiasse a liberdade dos negros, eles não tinham condições de igualdade na concorrência com os brancos,

“como não se manifestou nenhuma impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o negro (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal.” (FERNANDES, 1978: 20).

Segundo Florestan, para os negros e os mulatos apenas duas portas se abriam, pois...

“vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarianização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de “homem livre. (FERNANDES, 1978:20).

Portanto, pela interpretação de Florestan, a inexistência de um plano de incorporação do negro, elaborado pela sociedade que o libertou, com estratégias de aceitação social dos mesmos, foi fator importante que contribuiu para sua marginalidade social.



PESQUISA

Olhando para o resultado.

Primeiro faça uma pesquisa em órgãos como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – e verifique qual é a situação do negro em termos econômicos e educacionais em relação ao branco.

Após a coleta dos dados, “trabalhe” com seus colegas os resultados, relacionando-os com as teorias de Florestan Fernandes sobre os negros.

■ Sugestão de filmes:

- “Guerra de Canudos”, 1997, BRASIL, Direção: Sérgio Rezende
- “Olga”, 2004, BRASIL, Direção: Jayme Monjardim

REFERÊNCIAS:

CUNHA, E. **Os sertões** – Campanha de Canudos. 29ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FERNANDES, F. **Fundamentos da explicação sociológica** – 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. 46ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, C. **A educação em perspectiva sociológica**. São Paulo: EPU, 1985.

IANNI, O. **Sociologia da Sociologia** – o pensamento sociológico brasileiro. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1989.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MOREIRA, M. **A vida dos grandes brasileiros** – Cândido Portinari. Cajamar: Três, 2001.

VIANNA, M. A. G. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



ANOTAÇÕES

I

n

t

r

o

d

u

ç

ã

o

O que você acha de obedecer regras, de cumprir ordens, de seguir caminhos que já foram preestabelecidos para você?

É provável que você e muitos de seus colegas digam que não gostam de obedecer regras, e alguns cheguem mesmo a afirmar com uma pontinha de orgulho que só fazem aquilo que gostam ou que têm vontade...

Pois saibam que não é bem assim que as coisas acontecem. Mesmo que você se considere um rebelde, você está muito mais dentro da ordem que imagina, principalmente se você é um aluno devidamente matriculado no Ensino Médio, e está lendo este texto na escola ou em sua casa.

Por que estamos falando disso?

Para dizer que vivemos numa sociedade totalmente institucionalizada, ou seja, vivemos “imersos” em instituições sociais, portanto, somos continuamente levados a realizar coisas que não escolhemos, e na maioria das vezes as realizamos “naturalmente”, sem questionar de onde e de quem partiu aquela idéia ou aquela ordem.

Todo o nosso pensamento e nossa ação foram aprendidos e continuam constantemente sendo construídos no decorrer de nossa vida. Muito do que fazemos foi pensado e estabelecido por pessoas que nem existem mais. Desde o momento de nosso nascimento até a nossa morte estamos sempre atendendo às várias expectativas dos vários grupos que participamos.

Por isso, nosso objetivo com este estudo é colocá-lo em contato com algumas instituições sociais muito presentes e atuantes em nossa sociedade, mais especificamente três: a escola, a religião e a família. Colocar em contato quer dizer conhecer um pouco das origens históricas das instituições, ou como foram construídas pelas diversas sociedades ao longo do tempo; perceber as transformações que foram sofren-

S
O
C
I
O
L
O
G
I
A

do e como se configuram hoje, conhecer as diversas possibilidades de leitura oferecidas pela Sociologia, e, principalmente, nos enxergarmos como parte integrante dessas instituições. Não como uma peça num tabuleiro de um jogo, mas como sujeitos atuantes e com capacidade de mudar as regras do jogo quando considerarmos necessário.

Nossa intenção ao propor este tema de estudo vai muito além da simples informação de conteúdos da Sociologia, avalizados pelos grandes nomes dessa ciência. Pretendemos que você, com auxílio dos instrumentais teóricos da Sociologia, possa compreender a dinâmica da sociedade contemporânea, aprenda a questionar as “verdades” que lhe são colocadas, e possa inserir-se de forma crítica e criativa nas diversas instituições sociais que compõem o sistema social.

Vamos pontuar alguns aspectos destas três instituições: família, escola e religião.

Nascemos todos em algum lugar da sociedade: num bairro de periferia, num edifício no centro da cidade, numa favela, num condomínio fechado, e pertencemos quase sempre a algum tipo de família. É dentro da família que aprendemos os primeiros valores do grupo e da sociedade a que pertencemos. Os pais (ou aqueles que cumprem este papel), criam e provêm os filhos de condições para a subsistência e esperam desses respeito e obediência. A sociedade espera que os pais trabalhem e tenham uma vida honesta, às mães cabe o amor incondicional, capaz de fazê-las abrir mão da própria vida para ver a felicidade de seus filhos. Isso pode parecer um pouco exagerado, mas, às vezes, a caricatura de uma situação nos permite enxergá-la melhor.

Bem, crescemos ouvindo que a família é um lugar “sagrado”, que devemos respeitar nossos pais, que tanto sacrifícios fizeram por nós. Crescemos ouvindo que é o bem mais importante de um homem, e quando finalmente crescemos, “desejamos” formar outra família, porque é isto que esperam de nós. Mas se não agirmos dessa forma espe-

I
n
t
r
o
d
u
ç
ã
o

rada, se não nos transformarmos no pai trabalhador, na “mãe santa”, no filho respeitoso? Se escolhermos outro caminho e outros valores? Aí sofreremos o que a Sociologia chama de **coerção social** – significa que seremos coagidos e pressionados pelo grupo familiar e pelas pessoas próximas desse, a retomar os valores preestabelecidos.

É o grupo familiar que também vai nos indicar os caminhos escolares e profissionais. Para algumas famílias, percorrer toda a carreira escolar sem interrupção é algo indiscutível, e desviar-se deste caminho previsto pode ser traumático. Novamente não escolhemos, mas as escolhas já estão feitas. Quase sempre fazemos o que é esperado.

Passemos agora para a escola. Essa instituição ensina-nos novos padrões de comportamento, ou reforça aqueles que já trazemos de nossa classe social e tenta nos fazer acreditar que somos todos iguais, porque podemos nos sentar igualmente nas carteiras escolares. Mas tão logo os alunos percebem que para haver igualdade é necessário mais do que um lugar na escola, começam as reações contrárias à ordem. São as chamadas questões disciplinares.

A escola valoriza a ordem, a disciplina, o bom rendimento. Os adolescentes vêm neste momento de suas vidas a oportunidade de rebelar-se contra os padrões de comportamento estabelecidos, de agredir tudo que representa autoridade, de desprezar o que não atende a seus interesses imediatos...

Há uma outra instituição social com a qual você provavelmente também convive. Caso tenha sido batizado ou iniciado em alguma religião em sua infância, e tenha crescido seguindo os ensinamentos de sua igreja, você desenvolveu o que se chama de pensamento sagrado.

S
O
C
I
O
L
O
G
I
A

Você explica fenômenos da vida e da morte de acordo com os preceitos de sua fé. Você conhece os rituais de sua igreja e respeita, ou ao menos sabe o significado das principais datas religiosas. Se, em algum momento de sua vida, você resolver se desligar de sua religião, esteja certo de que sofrerá forte pressão de seu grupo religioso, o qual muito o indagará a respeito de sua decisão, e mais do que isso, fará tudo para demovê-lo de sua decisão.

Com esses exemplos é possível perceber o quanto as instituições direcionam nossas ações, às vezes de forma tão sutil que não percebemos que as situações vivenciadas cotidianamente são em sua maioria reproduções de antigas instituições sociais.

Também será possível que um dia você chegue à conclusão de que uma ou todas as instituições não são assim tão importantes para a sua vida. Você verá sobre isto nos Folhas a seguir, que em diversos momentos da história, alguns grupos sociais e alguns indivíduos negaram a necessidade da autoridade, fosse esta política, familiar, religiosa, educacional ou qualquer outra. Acreditavam na capacidade de auto-governo do ser humano, na liberdade e na autonomia de pensamento. Aliás, hoje é possível encontrar em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, pessoas que vivem em comunidades alternativas, que negam os valores do pensamento dominante, e constroem suas próprias regras, com base na visão que têm da sociedade e do planeta.

Mas para chegar até isso, e quem sabe superar este modelo de sociedade e de instituições sociais a que estamos sujeitos hoje, é preciso muito estudo e a construção de projetos coletivos. E é isto que estamos lhe propondo nestes textos que se seguem.



A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

■ Marilda Iwayat



Como você reagiria se ouvisse ou lesse esta notícia? Ficaria feliz por ver-se livre desta obrigação? Ficaria preocupado, pois você já ouviu falar que sem escolas temos poucas chances na vida? Ficaria triste, pois é na escola que você encontra seus amigos?

Pois é, a escola já faz parte de sua vida diária. Você já cursou oito anos do Ensino Fundamental, está cursando o Ensino Médio, e talvez esteja pensando em ingressar em algum curso superior para seguir uma carreira. Você pode mesmo ser considerado um vitorioso do sistema escolar, uma vez que muitos dos seus colegas que iniciaram a 1ª série com você, não chegaram à 8ª série, e daqueles que chegaram ao fim do Ensino Fundamental, muitos não prosseguiram no Ensino Médio, pois não tiveram condições de arcar com as despesas e exigências da escola.

Sim! Pois estudar exige esforço e também custa caro! São cadernos, livros, roupas, transportes, etc. Em nosso país, são poucas as famílias que conseguem arcar com os estudos de seus filhos.

Segundo dados do censo escolar, realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), em 2004, ingressaram no Ensino Fundamental 26.614.310 alunos, enquanto no Ensino Médio ingressaram apenas 9.169.357 alunos.

A notícia apresentada no início do texto pode parecer absurda, mas já houve um cientista da educação que propôs uma “sociedade sem escolas”. Seu nome era Ivan Illich. Illich (1926-2002) era russo, e afirmava que “(...) a obrigatoriedade da educação escolar é uma invenção relativamente nova, e não há porque aceitá-la como se fosse algo inevitável” (GIDDENS, 2005:413).

Lembre-se, no entanto, que a inexistência de escolas não significa a inexistência de educação. Esta última existe em todas as sociedades humanas e são muitos os meios disponíveis para o seu acesso. Estudaremos sobre isto mais à frente.

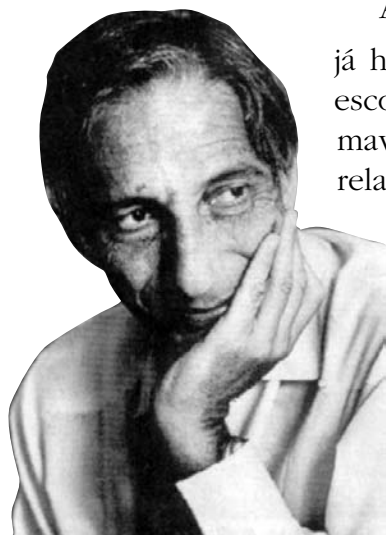
Retornando a Illich, suas idéias nos sugerem a pensar sobre a origem das escolas. **A partir de quando, e por que, esta instituição passou a fazer parte do cotidiano de algumas sociedades?**

A escola, tal como conhecemos hoje, intitulada pelos historiadores da educação como Escola Moderna, começou a se configurar em fins do século XVI e ao longo do século XVII.

Antes disso, nas sociedades antigas e medievais, já havia a preocupação com a educação de seus jovens, os quais estudavam ou individualmente, sob a orientação de um mestre, ou em pequenos grupos, independentes de idade ou seriação. Adultos e crianças frequentavam a mesma classe durante o tempo que desejassem ou precisassem, e isso não era considerado um problema. As teorias da psicologia da aprendizagem, que estabelecem etapas para o desenvolvimento humano, virão muitos anos depois.

Mas a escola moderna organiza-se inicialmente com características que já conhecemos bem:

- a preocupação em separar os alunos em classes seriadas, de acordo com a faixa etária;



■ Ivan Illich

- a divisão sistemática dos programas de acordo com cada série;
- os níveis de estudos passam a ter um encadeamento: a escola elementar (ler, escrever e contar), com a escola média ou profissional e os estudos superiores;
- o tempo para o estudo e para o cumprimento dos programas para uma determinada série também passam a ser preestabelecidos. Não será mais o ritmo de aprendizado do aluno que dirá de quanto tempo ele necessita para aprender, mas sim o ritmo imposto pela instituição.

Outros elementos muito comuns em nossa prática escolar também passaram a ser utilizados, como o registro das aulas, o controle de frequência (chamada), a elaboração de textos simplificados para cada disciplina (livros didáticos). Junto com isso teremos maior rigor disciplinar, com a criação de normas e regimentos de conduta. Enfim, são práticas que têm a função de **organizar**, **disciplinar** e **controlar**, e que hoje nos parecem naturais e quase imutáveis.



Foto: João Urban

Mas atenção! Um dos principais objetivos do estudo da Sociologia é auxiliá-lo a “desnaturalizar” os fatos sociais, a desconstruir alguns conceitos que, de tão repetidos que foram, parecem ser os únicos verdadeiros. Desnaturalizar a instituição escolar significa saber que ela foi pensada e construída por pessoas como professores, religiosos ou governantes que tinham interesses e necessidades próprias daquele momento histórico. E que, antes desse modelo escolar, existiram outras formas criadas pelas sociedades para transmitirem às suas crianças e jovens os saberes necessários para a vida social. Portanto, cabe a nós e às próximas gerações também pensarmos e construirmos escolas que estejam mais próximas de nossas necessidades e nossos sonhos!

Quais fatores contribuíram para o aparecimento e desenvolvimento das escolas? Foram muitos os fatores. No momento, vamos comentar sobre o contexto histórico que favoreceu o nascimento desta instituição.

As revoluções burguesas, principalmente a inglesa (séc.XVII) e a francesa (séc. XVIII), vão encerrar definitivamente o feudalismo e inaugurar um novo modo de produção – o capitalismo. A burguesia, classe social em ascensão, irá conceber uma nova doutrina social ou uma nova ideologia para o capitalismo que se denominará **liberalismo**. Os



Descartes
(1596-1650)

princípios do liberalismo são: **o individualismo, a propriedade, a liberdade, a igualdade e a democracia.** Explicando os princípios:

A doutrina do individualismo coloca no esforço individual toda a responsabilidade para que as pessoas atinjam o sucesso ou o progresso, desconsiderando as condições econômicas e sociais nas quais estejam vivendo. Para o liberalismo, os indivíduos serão tão mais livres quanto menor for a ação do Estado, ou seja, o Estado não deve interferir e despender recursos para serviços públicos.

Quanto ao princípio da propriedade, significa que todos têm direito à propriedade desde que se esforcem e trabalhem para isso.

A igualdade, como é tratada no liberalismo, não se refere à igualdade social, mas sim à igualdade perante a lei. Já devem ter ouvido a frase: “Todos são iguais perante a lei”. Pois é, mas em relação às desigualdades sociais, a conversa é outra. Os liberais consideram natural que existam pobres e ricos, uma vez que nem todas as pessoas são talentosas ou esforçadas da mesma forma.

A democracia, defendida pelos liberais, resume-se à democracia representativa, isto é, o direito de todos escolherem seus representantes políticos. No entanto, democracia é mais do que isto, é o direito de usufruirmos igualmente os bens produzidos em nossa sociedade.

Outro importante movimento que se desenvolve à partir do século XVII, foi a chamada “revolução científica”. A filosofia, e as ciências físicas, químicas e matemáticas sofrem um grande desenvolvimento e há uma **supervalorização** do pensamento racional e científico. O filósofo e matemático René Descartes (França, 1596 – 1650) é considerado o fundador desta doutrina.

Observe que não fica difícil estabelecer relações entre a doutrina liberal, o pensamento racionalista e o surgimento da escola moderna, tal como essa foi descrita anteriormente.



ATIVIDADE

Agora pensando bem, será que é possível identificar alguns dos princípios do liberalismo e do pensamento racionalista na organização e na prática da escola contemporânea? Reflita sobre o seu dia-a-dia escolar e produza um pequeno texto sobre o assunto.

Vocês viram até aqui uma breve história da instituição escolar, organizada de forma mais ou menos semelhante em grande parte das sociedades.

Mas... E as sociedades sem escolas?

Retomando a idéia inicial desse texto, que apontava como quase absurda a possibilidade da extinção das escolas, temos que tomar conhecimento da existência das sociedades “descolarizadas”, ou seja, sociedades que existiram e ainda existem sem a presença das instituições escolares.

Nessas sociedades, assim como na nossa, a educação é elemento fundamental de socialização e de manutenção do próprio grupo. Nessas, a herança cultural e os saberes necessários para a sobrevivência e a convivência são transmitidos por meio da educação informal. A palavra informal nos revela que a educação acontece, mas sem a necessidade de escolas, salas de aulas, notas, provas, recuperação de estudos, etc e etc. A escola é a própria vida, e os professores são todos aqueles que têm experiências e conhecimentos significativos à comunidade.

Florestan Fernandes (1920-1995), importante nome da Sociologia brasileira, estudou os povos Tupinambás, e sua pesquisa nos permite conhecer alguns elementos que caracterizam a educação das sociedades tribais:

- 1º os conhecimentos são acessíveis a todos os membros da sociedade;
- 2º a transmissão da cultura faz-se cotidianamente, sem a utilização de recursos ou técnicas pedagógicas;
- 3º como se tratam de sociedades iletradas, a comunicação dos saberes ocorre oralmente. Aliás, a palavra oral possuía tanto prestígio quanto a linguagem escrita possui em nossa sociedade;
- 4º a educação não é privilégio das crianças e jovens, uma vez que os membros da comunidade estão continuamente nos papéis de aprendizes e de mestres.

Os Tupinambás foram os primeiros povos que tiveram contato com os portugueses, quando teve início a colonização. Habitavam o litoral brasileiro e foram muito utilizados na exploração do pau-brasil



Foto: João Urban

■ Escola de aldeia Guarani

Três importantes valores perpassam a educação dos tupinambás: **a tradição, o valor da ação e o valor do exemplo.**

A tradição possui um valor sagrado; significa que os conhecimentos produzidos pelos antepassados devem ser respeitados religiosamente, sem questionamentos.

O valor da ação está relacionado à máxima do “aprender fazendo”, ou seja, todos os membros da comunidade devem estar engajados em todas as atividades sociais (resguardadas somente as diferenças sexuais).

O valor do exemplo refere-se à imitação. Cabia aos adultos a responsabilidade de pensar e agir de acordo com os modelos legados pelos antepassados para servirem de exemplo aos mais jovens, assegurando assim a permanência das tradições.

É possível perceber que nessas sociedades existia um grande respeito entre todos os membros do grupo, pois as pessoas mais velhas eram especialmente valorizadas pelas experiências e saberes acumulados ao longo dos anos vividos.

Seria possível uma sociedade sem escolas hoje?

No tipo de sociedade em que vivemos hoje, que são chamadas de “complexas”, uma educação informal nos moldes das sociedades tribais seria muito difícil de acontecer. As áreas do conhecimento se diversificaram em demasia, e avançam rapidamente. A ciência, a tecnologia, as artes e outras áreas se desenvolvem numa velocidade que nem mesmo os especialistas conseguem acompanhar. Imaginar que tudo poderia ser apreendido informalmente por todos seria irreal!

No entanto, existem muitas pessoas que têm buscado educação em lugares diferentes destes que chamamos de escola. As telecomunicações e a informática têm ofertado diversos cursos nos vários níveis de ensino e em várias áreas de interesse, e têm atraído pessoas que desejam atualizar-se, ou mesmo iniciar-se em alguma profissão. Se esta modalidade de educação poderá vir a substituir a escola, no futuro, ainda não sabemos. Mas tudo indica que a escola, essa nossa velha conhecida, ainda tem um longo tempo de vida.



PESQUISA

Pesquisar em sua cidade instituições/empresas que oferecem cursos à distância – as modalidades de curso, materiais utilizados, público-alvo e resultados obtidos.



Provavelmente você já percebeu que a escola não é o lugar que mais agrada aos jovens de sua idade. Freqüentar a casa dos amigos, andar pelas ruas, ir às baladas, trabalhar ou ficar à toa parecem coisas bem mais agradáveis e interessantes. Por que isto ocorre? Ora, adquirir novos conhecimentos, vivenciar experiências que nos auxiliem na compreensão de nosso mundo e nos façam sentir integrantes na construção da cultura das sociedades, são atitudes que fazem parte da natureza humana. Sem a curiosidade, a vontade de aprender e de buscar formas diferentes para realizar suas tarefas cotidianas, certamente não teríamos saído da idade da pedra, não teríamos desenvolvido a tecnologia, as ciências, as artes, enfim, em todas as áreas, o ser humano não cessa a busca por novas alternativas que visem a melhora da qualidade de vida. Você poderá dizer que isso ocorre por interesses de mercado. Certo. No entanto, isso não quer dizer que não seja necessário estudo, pesquisa, persistência, disciplina...

Para nos auxiliar na reflexão a respeito da função disciplinadora da escola, podemos recorrer às idéias de um filósofo francês – Michel Foucault (1926-1984). Este pensador realizou estudos comparativos entre algumas instituições como prisões, conventos, quartéis e escolas, buscando desvelar suas semelhanças no que se refere aos aspectos de organização e controle. Para Foucault, mais importante do que um poder centralizador e visível, são os “pequenos” poderes que abarcam todo o espaço social, e dos quais não conseguimos escapar, porque estão dispersos. É o espaço físico, o mobiliário, as regras, os olhares vigilantes, as ameaças e as punições agindo sempre no sentido de controlar nossos corpos e nossas consciências, de nos fazermos “úteis”, “dóceis”, treinados para a obediência.

Mas o que isto tem a ver com a escola?

A escola é criada (como já vimos anteriormente), num contexto de grande valorização da ciência, e de preocupação com a formação de um “novo homem”, adequado às novas regras e aos novos princípios. Sua função disciplinadora, normatizadora, desde o início é muito clara, quase inerente. Mas seu papel de levar às novas gerações os conhecimentos necessários para a vida social também jamais foi negado. Ainda hoje se perguntarmos a uma criança, por que ela vai à escola, a resposta será: “Para aprender...” Mas aprender o quê? E para quê?

Aprender para nos tornarmos “civilizados”?

Aprender para nos tornarmos obedientes e conformados?

Aprender para acreditarmos e aceitarmos que escola não é para mim, mas sim para os “outros”?

Aprender que aprender é repetir o livro e as palavras do professor?

Aprender que estudar é difícil e cansativo?

Desde o seu início a instituição escolar tornou-se objeto de estudo privilegiado de filósofos, sociólogos, psicólogos e pedagogos. Mais recentemente, outros profissionais como médicos, arquitetos, historiadores, entre outros, também têm dedicado suas pesquisas à escola e à educação. Você, como aluno, não tem idéia da polêmica que cerca a instituição e a educação escolar. Este lugar, aparentemente tão banal, tem sido alvo de debates acirrados e os resultados apresentados em muitos livros, revistas e discutidos em congressos pelo mundo inteiro.

Para que você compreenda melhor isto que estamos falando, vamos apresentar algumas teorias explicativas sobre a organização e o funcionamento escolar desenvolvidos por sociólogos que se dedicavam a este tema:

Teorias crítico-reprodutivistas: estas teorias partem do princípio de que a escola é uma instituição que, por meio de suas práticas, conhecimentos e valores veiculados, têm contribuído para a reprodução das desigualdades da sociedade de classe em que vivemos.

Os sociólogos franceses, Pierre Bourdieu (1930-2002) e Jean-Claude Passeron (1930-), são representantes desta teoria, e acompanhar seus pensamentos pode ajudar-nos a compreendê-la. No interior de uma sociedade de classes existem diferenças culturais. As elites possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, de vestir-se, de valores, etc. Já as classes trabalhadoras (ou dominadas, como são identificadas pelos autores) possuem outras características culturais, diferentes, não inferiores, pois têm lhes permitido sua manutenção enquanto classe. A escola, por sua vez, ignora estas diferenças sócio-culturais, selecionando e privilegiando em sua teoria e prática as manifestações e os valores culturais das classes dominantes. Com essa atitude, ela favorece aquelas crianças e jovens que já domi-

nam este aparato cultural. Para estes, a escola é realmente uma continuidade da família e do “mundo” do qual provêm. A escola somente reforça e valoriza conhecimentos que estes já trazem de casa.

Já para os jovens filhos das classes trabalhadoras, a escola representa uma ruptura. Seus valores e saberes são desprezados, ignorados, e ela necessita quase que reiniciar sua inserção cultural, ou seja, aprender novos padrões ou modelos de cultura. Dentro dessa lógica, é evidente que para os estudantes filhos das classes dominantes alcançar o sucesso escolar torna-se bem mais fácil do que para aquelas que têm que “desaprender” uma cultura para aprender um novo jeito de pensar, falar, movimentar-se, enfim, enxergar o mundo, inserir-se neste e ainda ser bem-sucedido. Bourdieu chama isso de “violência simbólica”, ou seja, o desprezo e a inferiorização da expressão cultural de um grupo por outro mais poderoso econômica ou politicamente, faz com que esse perca sua identidade e suas referências, tornando-se fraco, inseguro e mais sujeito à dominação.

Perceberam que estes autores fazem uma **crítica** ao sistema escolar? Afirmam que a escola está organizada para servir apenas a alguns grupos da sociedade, aqueles que já trazem de casa uma bagagem cultural semelhante a da escola.

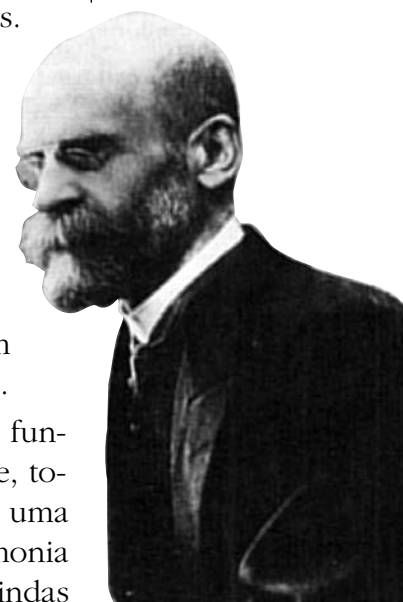
Essa é uma forma de olhar a escola! Agora vejamos outra:

Teoria funcionalista – Émile Durkheim (1858–1917) é um dos representantes do pensamento conservador. Sua teoria faz a defesa da ordem social dominante, do chamado “status quo”. Não menciona a necessidade de mudanças, reformas ou muito menos revoluções. Seguindo a linha de pensamento de Durkheim, a escola, assim como as demais instituições sociais, têm a função de imprimir sobre as novas gerações valores morais e disciplinares que visam à perpetuação da sociedade tal como ela está organizada quanto à ordem e no respeito aos poderes dominantes.

Durkheim trata a sociedade como se essa fosse uma entidade externa aos indivíduos, acima dos conflitos sociais, das lutas por interesses diversos. A sociedade é assim entendida como um corpo harmônico, com valores e à qual só nos resta a adaptação.

Pois bem! Para Durkheim a escola não é alvo de críticas, pois funciona adequadamente à sociedade na qual está inserida. Para ele, todos os indivíduos e instituições têm uma função a cumprir, que uma vez, bem desempenhada contribuirá para o progresso e à harmonia social. Os conflitos sociais não resultam das desigualdades provindas da sociedade de classes, mas são espécies de “doenças”, e como tais devem ser “tratadas”.

Esta é uma outra forma de olhar para a sociedade e para a escola!



■ Émile Durkheim (1858–1917)



ATIVIDADE

Faça uma entrevista com três colegas de sua escola, levantando elementos das teorias estudadas até aqui: Foucault, Bourdieu e Durkheim. Que características dessas análises estão presentes em sua escola?

O conhecimento dessas teorias nos ajuda a compreender o fracasso escolar, este fenômeno que anualmente exclui centenas de jovens da escola. Se formos verificar a origem social destes alunos que não conseguiram concluir seus estudos, verificaremos que pertencem às classes menos favorecidas economicamente, e cujos hábitos culturais estão mais distantes dos padrões oficiais. No entanto, temos que estar atentos ao fato de que as teorias nos ajudam a melhor compreender como e porquê as coisas acontecem de uma determinada forma, mesmo que esta forma esteja desagradando ou prejudicando muita gente, como é o caso da escola, arriscaríamos dizer. Mas nenhuma teoria sociológica consegue dar conta de explicar toda a realidade educacional.

São formas de olhar para esta realidade!

Corremos sérios riscos ao tentarmos “encaixar” a realidade aos modelos teóricos, se nos fixarmos somente nas teorias e não prestarmos atenção às diferenças e às peculiaridades. Estes são alguns riscos:

- 1º O pensamento imobilista – ou seja, se a escola existe somente para reproduzir a sociedade desigual que aí está, então nada podemos fazer senão nos adequarmos a esta situação. Esta atitude passiva em nada contribui para desenvolvermos as atitudes críticas e criativas necessárias à criação de um outro modelo de escola.
- 2º A generalização – acreditar que todas as escolas são iguais. Que todas têm a mesma organização pedagógica, a mesma interpretação das leis, a mesma ideologia, as mesmas práticas. Ainda bem que isso não é verdade! Vários são os fatores que contribuem para a construção da cultura de cada escola: sua localização espacial e temporal, sua arquitetura, e principalmente seus sujeitos – professores, alunos, diretores, funcionários – verdadeiros autores da educação escolar. A forma como essas pessoas relacionam-se no dia-a-dia escolar, criam e assimilam regras, selecionam e aplicam conteúdos não está necessariamente condicionada às normas oficiais, mas muito mais às preferências pessoais, às opções políticas, às histórias de vida, às formas de pensar e agir próprias daquele grupo, que podem ser mais ou menos coesas.

Perceber a escola dessa forma, em suas peculiaridades e diferenças nos permite ver possibilidades de ação e de mudanças nessa instituição em que passamos tantos anos.



Foto: João Urban

Vamos então para uma outra forma de olhar para a escola!

A escola pública, universal e gratuita é um direito garantido pela Constituição Nacional. É uma conquista da sociedade, resultado de muita luta de professores, estudantes, pais e de todos aqueles que se importam com a justiça e com a igualdade social. Mas ao mesmo tempo que é um direito, a educação é obrigatória; ou seja, o Estado tem a obrigação de oferecer escola e os pais ou responsáveis têm o dever de matricular e manterem seus filhos menores na escola, sob pena de serem punidos até mesmo com a perda da guarda destes. (Art. 22 e 24 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parece contraditória essa idéia de algo ser direito mas ao mesmo tempo ser um dever, no entanto, as contradições que cercam essa instituição não param aí.

A escola é uma instituição regida por normas estabelecidas por grupos externos a esta. No caso da escola pública brasileira, é o Poder Público quem exerce essa função. A escolas particulares também prestam contas ao Poder Público, assim como às entidades que as mantêm. Por exemplo, as escolas confessionais possuem normas que são ditadas pelas organizações religiosas a que estão ligadas.

Mas além das normas ditadas exteriormente, as escolas possuem uma dinâmica interna, como foi falado acima, que lhes permite criar seu próprio sistema de normas e valores, sua própria “cara”, ou o que pesquisadores da educação denominam hoje de “cultura escolar”. Vamos buscar entender como essa “cultura escolar” pode constituir-se a nosso favor.

O direito à educação pública e gratuita foi assegurado na Constituição de 1988, e refere-se somente ao Ensino Fundamental (pré à 8ª série). O Ensino Médio ainda não está garantido a todos pela lei.

As escolas são ambientes tensos e permeados de conflitos, o que não deve ser considerado um problema, uma vez que sua população é absolutamente heterogênea: possui origens sociais distintas, assim como diferentes idades, bagagens culturais, visões e projetos de vida. No entanto, algo aproxima essa população: todos procuram essa instituição com um interesse semelhante, qual seja, o de lá sair “melhores” do que quando entraram. Em melhores condições de enfrentar a vida, com mais conhecimentos e preparo para prosseguir os estudos ou buscar uma profissão. Algumas vezes esses objetivos são atingidos, outras não. Para conseguirmos fazer com que nossos objetivos, buscados nesta instituição escolar, coincidam com sua prática, é necessário o esforço e o trabalho conjunto de todos aqueles que a constituem, no sentido da construção de uma escola democrática, participativa e que integre-se às nossas vidas.

Para construirmos esta escola podemos buscar inspiração nas idéias de grandes educadores que dedicaram suas vidas ao estudo e à experimentação de formas de educação que tornam as pessoas mais livres, responsáveis, criativas e com autonomia de pensamento. Estes educadores são chamados pela pedagogia de “educadores progressistas”, o que significa que suas propostas educacionais apontam no sentido de uma ruptura com os valores criados e reforçados pela sociedade capitalista (submissão, competição, individualismo), e no estímulo e reforço de valores que podem contribuir para fazermos nossa vida uma experiência diária de solidariedade e, talvez, coletivamente, podermos projetarmos uma nova ordem social. Estes valores são a cooperação, a criatividade, a tolerância, o respeito ao outro e ao planeta.

Conhecido no mundo todo, Paulo Freire (1921–1997) representante da **filosofia da libertação**, é considerado um dos mais importantes educadores da atualidade. Suas obras e experiências se espalharam pelo mundo principalmente porque após o golpe militar de 1964, que instaurou a ditadura brasileira, Freire foi exilado do Brasil, vivendo e trabalhando primeiramente no Chile, e depois em vários lugares como Genebra, na Suíça, países africanos, como Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, e Nicarágua, na América Central. Por onde passou, Paulo Freire deixou sua marca de educador comprometido com as classes oprimidas. Quando retornou ao Brasil, após a ditadura, retomou suas atividades na universidade, assumiu cargos políticos e continuou a escrever para aqueles que sonham e acreditam que a educação e o mundo podem ser para todos e não só para alguns.



■ <http://www.paulofreire.org>

■ Paulo Freire (1921–1997)

Educação, para Paulo Freire, antes de mais nada, tem a ver com **conscientização**.

Vamos entender o que ele quer dizer com isso. Partindo do princípio de que vivemos numa sociedade dividida em classes, temos alguns grupos que estão na situação de domínio, de poder, e outros (a grande maioria), que vivem à mercê das ordens e decisões tomadas pelos primeiros, numa situação de opressão. Ser oprimido significa não somente estar subjogado economicamente, mas principalmente **não ser respeitado em suas manifestações culturais** (valores, linguagem, religião, etc), **não ter voz na sociedade** (suas insatisfações e suas propostas não são ouvidas), e **não considerar-se sujeito de sua história**. A condição de oprimido é muito complexa porque esse, muitas vezes, não se percebe como tal, ou pior, se percebe e considera como “natural” o fato de existirem os que mandam e os que são mandados (visão fatalista), também muitas vezes considera-se mesmo inferior e “merecedor” do lugar que ocupa na sociedade.

A educação conscientizadora, proposta por Paulo Freire, tem a tarefa de ao mesmo tempo conscientizar criticamente o educando de sua posição social e mobilizá-lo internamente para a luta pela transformação da sociedade. Portanto, a educação assim entendida, reveste-se de um caráter essencialmente político. Ou seja, além do estudo, do conhecimento, da aquisição de habilidades, a escola tem papel fundamental na construção de sujeitos autônomos, críticos, em condições para lutar pela superação das desigualdade e pela transformação da sociedade.

Este é o sentido da **Pedagogia da Libertação** – contribuir para a criação de homens e mulheres “livres” – abertos para a vida, para o novo, para um fazer e refazer permanente na busca do mundo que fará a todos mais felizes, e não somente alguns.

Algumas pessoas criticam Paulo Freire, acusando-o de utópico ou sonhador. A elas, ele mesmo responde:

“(…) Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização. O meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora (FREIRE, 2001: 86).



PESQUISA

Realizar um ensaio fotográfico sobre a sua escola. Fotografar aspectos da arquitetura, a forma de utilização das paredes (imagens e símbolos), o mobiliário, as pessoas – alunos, professores, funcionários, visitantes. Procure perceber como estes se sentem e como se relacionam entre si e com o espaço escolar. Você vai descobrir coisas que nunca havia visto. A câmera fotográfica nos possibilita um olhar de redescoberta do que imaginávamos conhecido!

Proponha uma exposição das fotografias na escola, acompanhadas de pequenos textos sobre as impressões que as imagens causaram a vocês.

Ler e debater em sala a obra sugerida:

“A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir”, de Rubem Alves, que relata uma bela experiência educativa, que já existe há vinte e cinco anos em Portugal, e que nos comprova a possibilidade de uma escola que ensina na prática, o verdadeiro sentido da palavra cidadania.

Os filmes abaixo também podem auxiliá-lo a repensar a educação que você “recebe”, e a escola que você conhece:

“Sarafina” – o som da liberdade (1993, África do sul, direção: Darrel James)

“Nenhum a menos” (1999, China, direção: Zhang Yimou)

“De volta para casa” (1989, E.U.A, direção:Zhang Yimou)

“A corrente do bem” (2000, E.U.A, direção Mimi Leder)

“Sociedade dos poetas mortos” (1989, E.U.A, direção: Peter Weir)

“Professor profissão perigo” (1996, França, Gérard Lauzier)

Referências:

ARANHA, M. L.A **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. São Paulo: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAMBI, F. **História da educação**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CÂNDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, L.; FORACHI, M. (org.) **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 6ª ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Publicado no “Diário Oficial” da União, de 16 de julho de 1990.

FERNANDES, F. A educação numa sociedade tribal. In: PEREIRA, L.; FORACHI, M.(org.) **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**; ARAÚJO, A. M.(org.), São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PETTAT, A. **Produção da escola/produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Arte Médicas, 1994.

ZNANIECKI, F. A escola como grupo instituído. In: PEREIRA, L.; FORACHI, M.(org.) **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

■ Internet:

www.inep.gov.br – censo escolar – acesso em 16/09/2005.



A INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

■ Marilda Iwaya¹

Anunciaram e garantiram que o mundo ia se acabar

Por causa disso a minha gente lá de casa começou a rezar... (Assis Valente)

Imagine se algo semelhante ocorresse hoje, ou se nos fosse dado o poder de saber o dia de nossa morte? Como agiríamos? O que pensaríamos? Para muitos, a consciência de nossa finitude, a certeza de que somos mortais, levaria a repensar nossos valores, nossos atos cotidianos, nossas preocupações, as quais, numa situação como a colocada acima, ganhariam outra dimensão.

Os versos citados acima pertencem à música “E o mundo não se acabou” do compositor Assis Valente (1908-1958), e foram inspirados numa notícia divulgada nas rádios do país no ano de 1938.

A notícia era uma brincadeira (é claro), mas o fato provocou a preocupação e agitação da população do país que teve as mais variadas reações, desde gastar todo o dinheiro, até praticar atos considerados insanos...

“Beije na boca de quem não devia
Dancei um samba em traje de maiô” (Assis Valente)

Talvez nem seja necessário pensar no fim do mundo, ou na própria morte, mas o simples fato de ficar “frente a frente” com a perda de alguém muito querido, comover-se com as catástrofes que levam à morte de milhões de pessoas ou com o drama cotidiano dos doentes e famintos que passam a vida somente em busca de alimento, e morrem ignorando totalmente as possibilidades que a vida pode nos oferecer, sejam situações que certamente levam muitos de nós a pensar sobre o sentido da vida, sobre as razões de nossa existência, sobre os motivos que fazem cada um de nós termos vidas tão diferentes.

Estas são questões que incomodam a humanidade desde os mais remotos tempos, muito antes dos filósofos gregos colocarem as clássicas questões: De onde viemos? Quem somos? Para onde vamos? Para que viemos?

A busca dessas respostas motivou-nos a desenvolver o que podemos chamar de pensamento sagrado, ou seja, nossa imaginação e inteligência, movidas pela curiosidade, levou-nos a criar histórias que nos explicam e aquietam nossas angústias sobre os mistérios acerca da criação de todo o universo, e sobre o destino que nos espera. É claro que a ciência também se encarregou de buscar estas respostas, mas trataremos disto mais a frente.

Segundo Marilena Chauí, filósofa brasileira, o “sagrado opera o encantamento do mundo” (Chauí, 1998: 297), ou seja, essa forma de pensamento nos remete a um mundo povoado de seres sobrenaturais com poderes ilimitados que nos observam, nos recompensam, nos castigam, nos auxiliam, etc. Em todas as culturas conhecidas, vamos encontrar sinais do sagrado. Não importa se são seres naturais dotados de poderes sobrenaturais – a água, o fogo, o vento, se animais – o cordeiro, a vaca, a serpente, se seres com forma humana – santos, heróis, ou seres imaginários – anjos, demônios. Em outros casos não há deuses, mas práticas, regras ou rituais com dimensões sagradas. Exemplificando: para alguns povos indígenas o Sol e a Lua são considerados sagrados, para os hindus, a vaca é um animal digno de idolatria, os judeus não cultuam deuses, mas têm seus dogmas, assim como os budistas, que transformam todo o universo em entidade sagrada.

Juntamente com o desenvolvimento do pensamento sagrado, são criados os “locais sagrados”, templos, igrejas, sinagogas, terreiros, mes-

quitas, os céus, que são os lugares estabelecidos para as celebrações, as homenagens, os sacrifícios, enfim são os lugares em que as pessoas se reúnem ou aos quais se dirigem mentalmente, para reafirmarem suas crenças, celebrarem seus rituais. Observe que para algumas religiões, em alguns momentos históricos, esses locais tornam-se verdadeiros símbolos de poder, como as catedrais medievais.

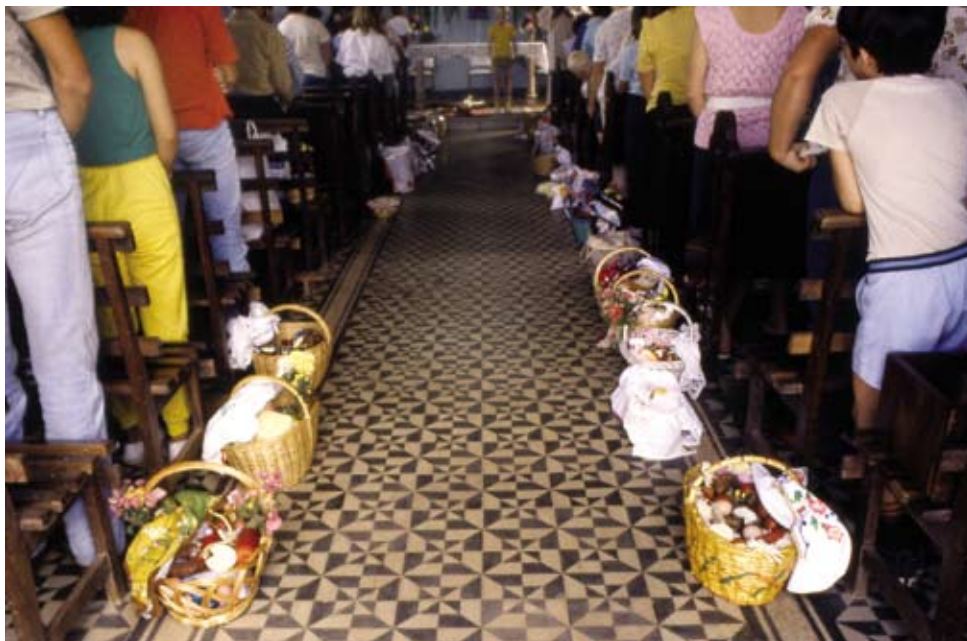


Foto: João Urban

■ Ritual de bênção de alimentos

■ O que são os rituais?

Os rituais são atos repetitivos, que rememoram o acontecimento inicial da história sagrada de determinada cultura. É fundamental na celebração do ritual que as palavras e os gestos sejam sempre os mesmos, pois trata-se de uma reafirmação dos laços entre os humanos e os deuses. Quem já presenciou uma cerimônia de casamento da Igreja Católica conhece de antemão as palavras e os gestos que serão ditos e praticados pelo padre e pelos noivos. Trata-se de um ritual de passagem, da vida de solteiro para a vida de casado. Os rituais são realizados para agradecermos graças recebidas, para pedirmos ajuda, para desculpar-nos por atos considerados incorretos, assim como para sermos aceitos numa religião, ou nos despedirmos da vida.

Outra importante característica das religiões são os dogmas – verdades irrefutáveis que são mantidas pela fé. Um dogma jamais pode ser questionado, ou colocado em dúvida. Por exemplo: a transformação do vinho e do pão em sangue e corpo de Cristo.

Este conjunto de símbolos sagrados, que inclui o pensamento religioso, somado aos locais e rituais sagrados formará um sistema religioso, ou uma religião.

São muitas as definições propostas a este termo. Por tratar-se de um aspecto ao mesmo tempo amplo, multifacetado e que envolve a subjetividade humana, torna-se quase impossível chegar-se a algum consenso. No entanto, escolhemos para este texto uma pequena definição de Peter Berger, sociólogo norte-americano:

“a religião é uma obra humana através da qual é construído um cosmo sagrado” (BERGER apud FILORAMI&PRANDI, 1999: p.267).

Em sua definição, Berger contempla tanto o aspecto transcendental quanto o cultural (obra humana).

Prosseguindo nesse raciocínio, cabe a explicação etimológica da palavra religião. A partir de um pensamento de Santo Agostinho o qual nos propõe que liguemos nossa alma a um único Deus, temos hoje a associação da palavra religião a “religar”. Ligar o que a quê? Ligar o mundo sobrenatural, sagrado, ao mundo humano, ou profano, fazer-nos crer (e este é um aspecto fundamental da religião: a fé), que nós mortais não estamos sozinhos no universo, que há um sentido para a vida, e que cabe a cada um de nós tentarmos descobrir a que viemos.



Foto: João Urban

Em resumo, consideramos que esta seja uma das formas de compreendermos o pensamento religioso:

A religião como uma forma de alimento às nossas esperanças, como uma força que nos impulsiona em direção a construção daquilo que consideramos justo, ético e ideal. A crença de que em última instância, algo ou alguém irá nos socorrer, que não estamos abandonados à própria sorte, pode nos dar a força necessária para prosseguirmos em nossa aventura pela vida! A religião pode também nos ensinar

a conviver com nossos conflitos interiores e aceitarmos o que é inevitável, caso contrário, a vida se tornará inviável. Talvez elevar o pensamento ao Céu possa colocá-lo à altura de nossos desejos.

Mas por que estudar a religião, e suas várias manifestações?

Antes de tudo porque não vivemos isolados no mundo. Estamos em contato contínuo com as mais diversas culturas do planeta! Já há muito tempo a antropologia nos alertou sobre os riscos e os prejuízos que o pensamento etnocêntrico causaram à humanidade. Quantas culturas arrasadas, quantos povos destruídos e dominados em virtude da ignorância e da arrogância de outros, mais poderosos economicamente. Hoje, é inadmissível termos este tipo de atitude, qual seja, a de olharmos com superioridade para povos com culturas diferentes da nossa, julgarmos como inferiores comportamentos culturais que nos parecem “estranhos” ou exóticos. Conhecer as diferentes religiões que se espalham por nosso país e pelo mundo afora, possibilita-nos abriremos os olhos para o mundo, ou melhor, conhecermos outras dimensões para se compreender e explicar a vida e o universo. Veremos que o mundo é muito maior do que imaginamos e muito mais fascinante depois de conhecermos as histórias que buscam dar significado às nossas existências.

Uma segunda forma de compreensão do pensamento religioso é percebê-lo como instrumento de dominação, de intolerância, e que ao extremo pode chegar ao fanatismo religioso.

No Brasil, temos hoje o respeito e a tolerância pelas mais diversas religiões. Não somos obrigados a seguir uma única religião, como ocorre em alguns países. Inclusive a Constituição Nacional nos assegura a liberdade de credo e de culto segundo o art.5º, cap.I, inciso VI. Isso significa que, ao nascermos, quase sempre seguimos a religião de nossa família, mas que ao longo da vida podemos escolher uma nova religião, ou mesmo optarmos pelo ateísmo.

Essa conquista, no entanto, foi obtida por meio de muita luta e de muita opressão. Relembrando um pouco da história de nosso país, vamos chegar aos povos nativos que aqui habitavam. Estes povos, assim como ocorre em uma parte das sociedades ditas “primitivas”, tinham o pensamento religioso como eixo central de suas vidas, o sagrado permeando todas as relações e explicando todos os acontecimentos da comunidade. Tinham, portanto, seus deuses, seus rituais, que davam significado à sua existência. A chegada dos europeus, povos de tradição católica, na condição de colonizadores, provocou um verdadeiro massacre cultural.

Os padres jesuítas, representantes do catolicismo, iniciaram, no Brasil, na primeira metade do século XVI, sua obra de catequização, impondo novos valores e uma visão de mundo aos curumins, que em na-

da correspondiam à cultura daqueles povos.

A visão eurocêntrica fazia-os crer que os indígenas, apesar de estarem situados numa escala inferior de humanidade, se comparados aos europeus, ainda assim poderiam ser cristianizados e salvos com intervenção de um religioso que lhes encaminhasse para a fé.

Logo em seguida, com o processo de colonização, povos africanos foram trazidos como escravos e consigo carregam também seus cultos, suas crenças, seus rituais, enfim sistemas religiosos estruturados há muito tempo. No Brasil, essas pessoas foram tratadas como mercadorias, como coisas, e portanto, suas crenças também foram desprezadas, ou pior, proibidas. Mais tarde houve a vinda de outros povos europeus e asiáticos que migraram em busca de terras e trabalho. Junto com seus sonhos, trazem também suas religiões, as quais buscaram preservar, como forma de manterem-se unidos e mais fortes numa terra tão estranha a seus hábitos culturais.

No entanto, mesmo com toda essa variedade religiosa, as leis brasileiras declaravam o catolicismo como a religião oficial do país. Aliás, a Igreja Católica, no Brasil sempre teve um poder muito grande, não somente em seu âmbito, mas também nas questões políticas nacionais e regionais. Até o advento da República, Estado e Igreja legislavam em conjunto, decidindo os rumos da nação. Ainda no período Vargas (1930 – 1945), vamos encontrar fortes influências dos chamados setores católicos na política nacional.



Foto: João Urban

■ Cracóvia

Mas por que a Igreja Católica possui tanto poder?

A origem deste poderio da Igreja Católica pode ser encontrado no fim do Império Romano do Ocidente, com a legalização do cristianismo no ano 313. A partir daí, o progresso do cristianismo se acelerou,

chegando ao seu auge na Idade Média europeia. Nesse período da história, a Igreja Católica reinou absoluta, decidindo os destinos dos reinos e dos indivíduos. Todos eram obrigados a professar a mesma religião, e aqueles que não obedecessem seriam duramente castigados. Foi um tempo de muito terror e mentiras. Qualquer ato ou sinal que contrariasse os rígidos preceitos da Igreja eram considerados heresia ou feitiçaria, motivos para perseguições e castigos.

A Inquisição era um verdadeiro tribunal que julgava e condenava as pessoas que considerava hereges. Qualquer um que questionasse as idéias e as práticas da Igreja poderia ser levado aos tribunais do Santo Ofício.

Foto: Nego Miranda



■ México

Muitos séculos se passaram, e somente no século XVI, veremos o poder da Igreja Católica ser abalado, com o Movimento da Reforma Religiosa. A Reforma constituiu-se num rompimento da Igreja Católica e teve como consequência religiosa o surgimento de novas igrejas – conhecidas como protestantes (luteranismo, calvinismo). O conflito tem início quando Martinho Lutero (1484–1546), monge alemão rompe com o Papa porque discordava de algumas práticas da Igreja, como a venda de indulgências, de relíquias e cargos.

A partir do Iluminismo, teremos o acirramento do conflito entre ciência e religião. Galileu Galilei (1564–1642) foi obrigado pela Igreja a negar sua teoria (heliocentrismo), caso não desejasse sofrer as penas da Inquisição. O Iluminismo introduziu formas inéditas de ver o mundo, que até então era percebido somente em termos religiosos, e esta nova visão estava associada a uma nova classe social que se insurgia contra o poder aristocrático. Neste período (séc.XVIII), a religião está associada ao poder aristocrático. Portanto, é fácil perceber que a luta contra o pensamento religioso transformou-se numa luta política, contra os representantes deste pensamento conservador.

É neste contexto histórico (séc.XIX), que alguns teóricos da Sociologia iniciam seus estudos sobre a religião. Karl Marx (1818 -1883),

"A secularização representa o processo por meio do qual a religião perde sua influência sobre as diversas esferas da vida social". (GIDDENS, 2005, p. 437)

Émile Durkheim (1858 -1917) e Max Weber(1864 -1920) mais uma vez nos auxiliam nesta tarefa da Sociologia de analisar contextualmente e desnaturalizar as relações sociais. Chegam a conclusões distintas em suas análises e reflexões sobre as funções da religião nas sociedades. No entanto, num aspecto é possível observar a convergência entre os três pensadores: são unânimes em anunciar o previsível fim da religião. Afirmam que com o desenvolvimento das sociedades industriais, a religião tenderia a perder espaço para outras atividades sociais. Ou seja, a modernização e a industrialização levaria ao que a Sociologia denomina de processo de **secularização**.

É!! Parece que se equivocaram! Caso contrário não estaríamos neste momento gastando nossas horas com esse estudo.

Para Durkheim, a religião teria a função de fortalecer os laços de coesão social, e contribuir para a solidariedade dos membros do grupo. Por isso, as cerimônias e os rituais ganham uma grande importância, uma vez que são estes momentos que possibilitam o encontro dos fiéis e a reafirmação de suas crenças. Durkheim iniciou e baseou suas análises em uma pesquisa realizada com os povos aborígenes australianos, na qual abordava a prática do totemismo. **Um totem é um objeto sagrado, um símbolo do grupo, venerado nas cerimônias ritualísticas. Pode ser uma planta, um animal, ou objeto, que por possuir, em sua origem, um significado especial para o grupo, adquire o caráter de sagrado.** A utilização do termo Totem está restrito às religiões chamadas "elementares" ou simples. Reafirmando, podemos concluir que para Durkheim, a religião possui unicamente a função de conservar e fortalecer a ordem estabelecida. De forma alguma pode ser associada a questões de poder político ou ideológico.



ATIVIDADE

Escolha um ritual religioso que você conhece, descreva-o e aponte os elementos de coesão, solidariedade social e reafirmação de valores do grupo religioso a que este pertence.

Marx muitas vezes foi citado como um crítico mordaz da religião, devido principalmente à sua famosa frase: "a religião é o ópio do povo" (MARX, 1991: 106). Mas veremos que isto não é bem assim. Marx foi um grande pensador e crítico do sistema capitalista. Suas análises e críticas estão focadas no lucro, na mais-valia, na divisão da sociedade entre burguesia e proletariado, na luta de classes. Portanto, suas principais preocupações estavam focadas nas condições materiais das vidas das pessoas, na concretude do sistema. Para ele, a forma como a sociedade se organiza para produzir os seus bens materiais, ou seja, a forma

de organização do trabalho vai exercer forte influência sobre a forma como as pessoas pensam. Este **pensar** é representado pelo conjunto de valores e conhecimentos impostos pelo Estado e pela religião. Em seu texto “A questão judaica”, escrito em 1844, Marx discute a respeito do papel desempenhado por estas instituições no sentido de controlarem e modelarem o pensamento social.

Para Marx, a sociedade civil só terá condições de alcançar a liberdade, ou a “emancipação humana” quando tiver condições de participar efetivamente das decisões políticas do Estado, e por conseguinte alcançar a verdadeira democracia. Mas atenção! Entenda-se democracia não somente em sentido político/eleitoral, como nos ensinaram os liberais do século XVIII, mas sim em seu sentido pleno, **como igualdade na distribuição dos bens socialmente produzidos e materializados na forma de direitos sociais**.

Por esse motivo, podemos afirmar que para Marx, a grande transformação deveria acontecer no modo da sociedade produzir e distribuir seus bens, assim como na presença de um Estado que atendesse aos interesses coletivos, pois uma vez construída uma sociedade justa e igualitária, não haveria mais necessidade das pessoas sonharem com um mundo ideal, ou um paraíso. “Ópio do povo” significa que o povo projeta em seus deuses e no mundo sobrenatural a vida que deseja ter aqui na Terra. Esta forma de pensar leva à resignação, a aceitação das condições de nossa vida como um destino que não pode ser modificado. Mas Marx demonstra grande compreensão pela manifestações religiosas quando afirma: “a religião é o coração de um mundo sem coração” (MARX, 1991:106), ou seja, a religião é o único refúgio, o único consolo para aqueles a quem a vida é muito dura e ingrata.

Essa é mais uma forma de compreendermos a religião. Que nos leva à acomodação, à submissão, à aceitação de nosso lugar na sociedade sem questionamentos como nos sugere o ensinamento “é mais fácil um camelo passar num buraco da agulha que um rico entrar no reino dos céus”.



■ Foto: João Urban



ATIVIDADE

Pesquise a música “Procissão”, do compositor Gilberto Gil. Interprete seus versos apontando os elementos de submissão e acomodação estudados acima.

Weber foi um grande estudioso da religião. Empreendeu análises comparativas entre as religiões orientais e ocidentais, com o objetivo de compreender as razões do desenvolvimento do capitalismo na Europa. Concluiu que o mundo oriental não oferecia condições para este tipo de organização econômica devido aos seus sistemas religiosos (que veremos adiante), os quais pregavam valores de harmonia com o mundo, de passividade em relação às condições de existência, ao contrário das religiões cristãs que incentivavam o trabalho e a prosperidade. Em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber desenvolve um interessante estudo em que demonstra o quanto os protestantes (em especial os calvinistas) contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo. Esses possuíam um forte espírito empreendedor baseado na crença de que com o trabalho estariam servindo a Deus. O enriquecimento e o sucesso material eram sinais de favorecimento divino.

Esses são, portanto, três possíveis olhares sociológicos sobre a instituição religiosa.

Como já comentamos anteriormente, saber da existência e conhecer outras religiões, além de ampliar nosso universo cultural e nos ensinar a respeitar a diversidade cultural, leva-nos principalmente a compreender melhor nossa própria religião. Sim, porque só nos percebemos como construtores de cultura na medida em que conhecemos a cultura do outro. Quando só conheço o meu mundo este se torna “natural”, ou o único possível!

Importa ressaltar, antes de conhecermos o quadro das religiões, a existência de uma postura filosófica denominada **Ateísmo**. Surge na antigüidade greco-romana e ganha maior espaço à partir do século XVIII, com o surgimento das teorias anarquistas, liberais e socialistas. **Consiste na total ausência de explicação divina para a vida.**

Vamos, em seguida, apresentar as principais religiões que podemos encontrar espalhadas por todo o mundo. Apenas citaremos e apontaremos algumas características de cada uma delas. O interesse e a curiosidade de vocês poderá levar à pesquisa e ao aprofundamento sobre o assunto.

■ Religiões originárias do Extremo-Oriente

Taoísmo

Baseia sua doutrina num livro chamado “Tao Te Ching” – o livro do Tao (ordem do mundo) e do Te (força vital), escrito presumivelmente pelo filósofo chinês Lao Tsé, no séc. VI a. C. O Taoísmo prega a passividade para se alcançar o Tao, ao contrário do confucionismo que propõe o conhecimento. Para Lao Tsé, o mundo ideal era aquele das antigas aldeias, onde a simplicidade e a ingenuidade criariam as condições propícias para o perfeito equilíbrio entre o Tao e o Te.

Xintoísmo

Trata-se da antiga religião oficial do Japão. Originariamente não possuía um fundador, doutrinas nem dogmas. Estrutura-se por intermédio de um conjunto de mitos e ritos que estabelecem o contato com o divino e explicam a origem do mundo, do Japão e da família imperial japonesa. O universo xintoísta é povoado por milhares de deuses, denominados kamis – que se manifestam na forma de rios, montanhas, flores, seres humanos, animais, etc. Kami também pode ser traduzido por espírito, sendo o culto aos ancestrais uma das práticas mais importantes do xintoísmo.

Hinduísmo

São surpreendentes a permanência no tempo e a complexidade desta religião, que perdura há aproximadamente 6 mil anos, e compõe-se de tão grande variedade de cultos e práticas religiosas, que pode ser considerada como um grande conjunto formado por várias pequenas religiões. Mas algumas características unem todos os hinduístas, quais sejam: o sistema de castas, a adoração às vacas e a crença no carma. A organização da sociedade em castas parte do princípio de que os indivíduos vêm ao mundo já ocupando um lugar na hierarquia social, como resultado de suas encarnações nas vidas passadas. Portanto, este deve cumprir com resignação a função que lhe coube, porque um viver com pureza pode resultar como “prêmio”, uma vida futura numa casta superior. As quatro castas do hinduísmo são: 1º – os sacerdotes (brâmanes), 2º – guerreiros, 3º – agricultores, comerciantes e artesãos e 4º – os servos. Um quinto grupo que não é considerado casta são os párias. Cada casta tem suas próprias regras de condutas e suas próprias regras religiosas.

A vaca é considerado um animal sagrado, um símbolo da vida, porque ela supre tudo que é necessário à sobrevivência humana, portanto, não é permitido matá-la.

Budismo – criado na Índia, pelo príncipe Sidarta Gautama

O Buda (o iluminado), por volta do séc. VI a.C.. Este é tratado pelos adeptos do budismo como um guia espiritual, e não um deus. Importa ressaltar que Buda era absolutamente contra o sistema de castas existente na Índia.

Segundo o budismo, o ser humano está condenado à reencarnação após cada morte, e a enfrentar novamente os sofrimentos do mundo (lei do carma). Para encerrar este constante ciclo, deve-se buscar o estado da perfeita iluminação, ou nirvana. Este estado é alcançado por intermédio da meditação e da contem-



■ Foto: IconeAudiovisual

plaçãõ, que corresponde à negaçãõ dos desejos – fonte de todos os sofrimentos.

Confucionismo

Foi a doutrina oficial da China durante quase dois mil anos (do séc.II ao início do séc. XX). Criada pelo filósofo Confúcio (Kung Fu Tzu), seus ensinamentos apontam no sentido da busca do caminho do Tao – que seria o equilíbrio e a harmonia entre o universo, a natureza e o indivíduo. Para alcançar este caminho é necessário o conhecimento e a compreensão, os quais são obtidos por meio do estudo do passado, da tradição. A respeito da vida após a morte, Confúcio não ousava comentar, uma vez que ainda não havíamos compreendido o que é a vida na Terra.

■ Religiões de origem africana

Citaremos aqui somente as principais religiões afro-brasileiras presentes hoje no Brasil, não esquecendo de que, na África, encontraremos uma grande variedade de religiões – as religiões tradicionais ou tribais.

Candomblé

Originário da África, o candomblé chegou ao Brasil junto com os primeiros escravos africanos, entre os séc. XVI e XVII. Seus deuses são chamados de Orixás e representam as principais nações africanas de língua iorubá. Suas cerimônias são realizadas em língua africana, acompanhadas de cantos e sons de atabaques. Como esta forma de religião era proibida no Brasil, seus adeptos associaram seus deuses a santos católicos, criando o que se conhece como sincretismo religioso. Os deuses do candomblé dão proteção às pessoas, mas não determinam como essas devem agir, e não castigam caso essas cometam algo considerado incorreto para a sociedade.

Umbanda

É uma religião brasileira, resultado da fusão de duas religiões africanas: a cabula e o candomblé, e de crenças européias. O universo para os umbandistas é habitado por entidades espirituais – os guias, que entram em comunicação com as pessoas por intermédio dos iniciados, ou médiuns. Os guias assumem formas como o caboclo, a pomba-gira, o preto velho e outros. A umbanda se propagou por todas as regiões do Brasil, e é frequentada por pessoas de todas as classes sociais e todas as origens étnicas.

Foto: João Urban



■ Ritual de Umbanda

■ Religiões originárias do Oriente-Médio

As religiões comentadas abaixo adotam a prática do monoteísmo, ou seja, o culto a um único Deus.

Judaísmo

É a mais antiga das três grandes religiões monoteístas, sendo suas origens encontradas há aproximadamente 1.000 anos a.C. A palavra judeu deriva de Judéia, parte de uma região do antigo reino de Israel. Os judeus crêem num único Deus, onipotente, o qual estabeleceu com eles um pacto, uma aliança. Por isso, consideram-se “o povo escolhido por Deus”. O livro sagrado dos judeus é a Bíblia judaica, ou Torá, que corresponde ao Antigo Testamento dos cristãos, porém organizada de uma forma um pouco diferente.

A vida dos judeus é regida por normas rígidas estabelecidas por Deus. O não-cumprimento dos deveres com Deus e com seus semelhantes implicará em castigos divinos.

Cristianismo

Tem origem no séc.I, na região ocupada hoje pelos atuais Estados de Israel e territórios palestinos. Seus primeiros adeptos são os seguidores de Jesus Cristo e de seus apóstolos. A doutrina cristã nos ensina que Deus envia à Terra, seu filho Cristo – o salvador, o qual foi morto a favor dos homens que estavam distanciando-se de Deus. Na sua ressurreição Jesus oferece às pessoas a possibilidade de salvação eterna após a morte, caso essas aceitem seguir seus preceitos de amor a Deus e aos seus semelhantes. O cristianismo segue a Bíblia, que se divide em Antigo e Novo Testamento. Algumas vertentes do cristianismo são apresentados a seguir:

Igreja Católica Romana

Igreja Ortodoxa

Igreja Anglicana

Igreja Luterana

Igreja Presbiteriana

Igreja Metodista

Igreja Batista



■ Aparecida - SP

Igreja Pentecostais: Congregação Cristã no Brasil
 Assembléia de Deus
 Evangelho Quadrangular
 Deus é Amor

Igrejas Neopentecostais: Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras.

Cristianismo de fronteira: Mórmons
 Adventistas
 Testemunhas de Jeová

Islamismo

Sua origem baseia-se nos ensinamentos do profeta Maomé, assim como ocorre com o cristianismo. A palavra **islã** significa submeter-se. Seu deus é chamado **Alá**, e seus seguidores são conhecidos como **muçulmanos** (em árabe Muslim, aquele que se subordina a Deus). O livro sagrado do islamismo é o **Alcorão**, sendo seus principais ensinamentos: onipotência de Deus e a necessidade de bondade, generosidade e justiça entre as pessoas. A maioria dos muçulmanos está concentrada no norte e no leste da África, no Oriente Médio e no Paquistão.

Após elencarmos todo este numeroso rol de religiões e suas subdivisões em igrejas, que aliás não termina aqui, se você pesquisar, certamente encontrará outras ramificações destas religiões ou seitas isoladas e provavelmente você ficará surpreso com a quantidade e a diversidade de manifestações religiosas existentes no mundo. Este quadro constitui-se no que se chama de **pluralismo religioso**, e certamente nos coloca importantes questões sociológicas, que não poderão ser aprofundadas neste momento, mas sobre as quais vale a pena pensar:

- A lógica do mercado que nas últimas décadas do século XX invadiu todas as esferas da vida humana nas sociedades capitalistas não poupou as religiões. Por isso, temos que estar atentos aos “espertalhões”, que se aproveitam dos sofrimentos e falta de perspectivas das pessoas para vender sua “mercadoria” e ganhar adeptos que favorecerão seus “negócios”.
- O desenvolvimento industrial levaria a uma perda da influência das religiões, diziam os teóricos do séc. XIX. A ciência avançou vertiginosamente no último século, e as religiões, por sua vez, ganharam uma abrangência e diversidade nunca antes conhecidas. É importante observar o papel dos meios de comunicação na difusão de mensagens religiosas, que chegam prontas em nossas casas.



Foto: João Urban

■ Mesquita em Curitiba - PR

- Não importam suas crenças religiosas, não importa se você é ateu. Mas importa que você não espere o mundo acabar para lembrar-se da experiência da vida, do presente, que se acaba e recomeça a cada dia.



ATIVIDADE

Escolher três religiões e realizar uma visita aos seus “lugares sagrados” (mesquita, igreja, sinagoga, terreiro, templo). Marcar uma entrevista com o líder religioso, e elaborar um roteiro, contemplando questões referentes à história da religião, suas principais práticas e rituais e seus ensinamentos fundamentais. Se for possível, fotografar, para organizar uma exposição em sua escola.

Sugestões de filmes:

- “A letra escarlate”, 1995, E.U.A, direção: Roland Joffé
- “Em nome de Deus”, 2002, Inglaterra, direção: Peter Mullan
- “Lutero”, 2003, Alemanha/E.U.A, direção: Eric Till
- “O corpo”, 2001, E.U.A., direção: Jonas MC Cord
- “Tenda dos Milagres”, 1977, Brasil, direção: Nelson Pereira dos Santos
- “O nome da Rosa”, 1986, Alemanha/França/Itália, direção: Jean Jacques Annaud.
- “A missão”, 1986, Inglaterra, direção: Roland Joffé

Referências:

ALVES, R. **O que é religião**. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1998.

DURKHEIM, É. Religião e conhecimento In: **Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

FILORAMO, G.; PRANDI, C. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GIDDENS, A. **Sociologia**; 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARX, K. **A questão judaica**. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, K. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: **A questão judaica**. 2 ed. São Paulo: Moraes, 1991.

ORTIZ, R. Iluminismo e religião. In: **Revista Religião e Sociedade**. São Paulo: Vozes, mar/1986.

PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMINELLI, R. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 15ª ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. 2000.



A INSTITUIÇÃO FAMILIAR

■ Marilda Iwaya¹



“Qualquer maneira de amor vale a pena”. (C. Velozo).



“Que seja eterno enquanto dure, posto que é chama”. (Vinicius de Moraes).



“Desde que João se foi em busca de trabalho... Maria cria sozinha seus filhos...”



“A família era muito mais um núcleo econômico... os laços afetivos não importavam”.

¹Departamento de Ensino Médio – Curitiba – SEED/PR

Algumas das imagens apresentadas anteriormente têm a ver com sua idéia de família? Ou melhor, com a idéia que você construiu a respeito de família? Sim? Não? Talvez?

Será que há algo em comum entre as imagens?

É! Pensar sobre família não é algo fácil! Pois são muitas as referências que temos sobre essa instituição.

A primeira idéia provavelmente está ligada à nossa própria família – aquela na qual nascemos ou na qual fomos criados. Mas à medida que crescemos e vamos saindo do nosso “mundinho”, começamos a observar que as pessoas vivem em grupos familiares diferentes do nosso. Vemos a família dos vizinhos, dos amigos da rua, dos colegas da escola, das novelas da TV, dos comerciais de margarina... Isto sem mencionar outros lugares, distantes ou não muito do nosso, e outros tempos históricos, nos quais as famílias eram e são ainda muito mais diferentes que as nossas conhecidas.



Foto: João Urban

■ Família Bojan

Frente a isso somos levados a pensar: **que instituição tão estranha é essa! Ao mesmo tempo que parecem tão semelhantes, são, por sua vez, tão diferentes!**

Veja por exemplo as imagens da primeira página. O que há de semelhante entre a imagem 4 (família patriarcal) e a imagem 2 (mãe com seus filhos)? Será que o sentimento que une o casal 1 é o mesmo que une as pessoas da imagem 4? Aliás, que sentimentos unem os membros de uma família? Amor, afeto, respeito, cumplicidade? Muitas vezes sim. Mas certamente não foi e não é sempre assim. Algumas vezes as pessoas se unem para formar uma família por questões econômicas, outras vezes, por tradição, ou para obedecer regras impostas pela so-

cidade. Ou seja, nem sempre é o amor, como estamos acostumados a pensar, o responsável pelas uniões conjugais, e nem sempre é o amor que mantém unidas as famílias.

Bem, até aqui já deu para perceber que quando se fala de família não há consenso, ou seja, não há chance de chegarmos a um modelo considerado melhor ou pior, certo ou errado. E qual é o significado desta instituição para nós? Para alguns, família é conforto, para outros é tormento. Para alguns é segurança, para outros é prisão. Alguns psicólogos vêm na família a origem de todos os nossos traumas – problemas que carregamos ao longo de nossa vida, e dos quais muitas vezes não conseguimos identificar as causas. O senso comum e a religião nos ensinam que a família é a célula-mãe da sociedade, imprimem-lhe um caráter quase sagrado, e tentam nos convencer de que todos temos que amar e preservar a família, caso contrário as gerações não se perpetuam... a escola já há algum tempo vem culpando e responsabilizando a família, caso o aluno não se saia bem nos estudos...

E nós, como ficamos no meio disso tudo que se afirma? Amamos, odiamos, permanecemos, fugimos, destruimos ou construímos? Já encontramos nossa família pronta quando nascemos, mesmo que se constitua unicamente de nossa mãe. Por isso, os sociólogos afirmam que essa é primeira instituição social à qual pertencemos. Aquela da qual recebemos os primeiros valores e as primeiras impressões sobre a vida e sobre o mundo. Muito do que somos e do que pensamos é resultado da forma como fomos criados em nossos anos iniciais, nessa pequena instituição.

Fazendo um parênteses, cabe lembrar das crianças orfãs ou abandonadas, as quais são encaminhadas para orfanatos e que, portanto, recebem um tipo diferenciado de valores e de educação. E as crianças cuja moradia é a rua? Algumas vezes elas possuem uma casa, mas preferem ou são obrigadas a permanecer nas ruas, a fim de garantir seu próprio sustento e mesmo de algum adulto que as explora. Quais são seus valores, e como o mundo chega aos seus olhos?



Foto: João Urban

Nos orfanatos e abrigos as crianças recebem, além de cuidados básicos para sua saúde e educação, valores que estão mais ligados à vida em coletividade, crescem, portanto, aprendendo a viver cooperativamente, dividindo direitos e obrigações. No entanto, se podemos afirmar que valores como solidariedade, senso de justiça e autonomia são aprendidos por meio de relações de cooperação, estas devem ser tecidas com muito amor e afeto, sentimentos nem sempre fáceis de se desenvolverem em instituições que abrigam um grande número de crianças.

Quanto às crianças que vivem nas ruas, além de tudo que sabemos sobre os constantes riscos a que estão sujeitas, como a violência das drogas, dos crimes, da prostituição infantil e mesmo de assassinatos, temos hoje interessantes pesquisas apontadas pela psicóloga Sílvia Helena Koller, professora da UFRGS, que *“...sustentam que crianças em situação de rua apresentam características psicológicas sadias, apesar do cotidiano adverso que enfrentam na hostilidade da rua. A rua gera altos níveis de stress, testando constantemente sua vulnerabilidade emocional, social e cognitiva. Todavia, também, exige permanentemente que elas apresentem estratégias de adaptação e de resistência à situação adversa e que põe em risco a sua segurança e sobrevivência”*. (KOLLER, 2000: 67). Este é um dado importante para revermos nossos preconceitos.

É provável que você já tenha ouvido a frase: “A vida imita a arte”. Ou será: “A arte imita a vida”? Pois vejamos o que nos diz o poeta Chico Buarque de Holanda a respeito de casamentos, famílias, mães e filhos...

Quando trata de casamentos e vida familiar é possível perceber, nos versos de Chico Buarque, sentimentos como a opressão, o conformismo e a “mesmice”, em que podem tornar-se o cotidiano familiar. As canções **“Cotidiano”** (1971) e **“O casamento dos pequenos burgueses”**, exemplificam alguns destes aspectos: **“Todo dia ela faz tudo sempre igual/ Me sacode às seis horas da manhã/ Me sorri um sorriso pontual/ e me beija com a boca de hortelã...”**, e assim a música prossegue, repetindo palavras, num ritmo constante e repetitivo, no qual as ações se sucedem de modo sempre previsível. A música não nos sugere paixão nem tampouco ódio entre os cônjuges. Apenas descreve a rotina diária de um casal, que pode significar segurança como também um certo tédio como preferirem aqueles que a lerem.

Já em **“O casamento dos pequenos burgueses”**, é evidente a hipocrisia das relações que se mantêm somente para salvar as aparências, e o conseqüente sofrimento daqueles que aceitam uma vida sem sabor, ou será sem amor?

“Ele faz o macho irrequieto
E ela faz crianças de monte
Vão viver sob o mesmo teto
Até secar a fonte...”

Mas Chico não é só pessimismo quando trata de casamentos. Em sua música “**Valsinha**” (1971), ele aponta a possibilidade das pessoas se “reencontrarem”, mesmo após muitos anos de convívio, e poderem reconstruir a vida com que um dia haviam sonhado, ao som de uma valsa de ritmo suave: **“Um dia ele chegou tão diferente do seu jeito de sempre chegar/ Olhou-a de um jeito muito mais quente do que sempre costumava olhar/ E não maldisse a vida tanto quanto era seu jeito de sempre falar/ e nem deixou-a só num canto, pra seu grande espanto convidou-a pra rodar... E finalmente: E cheios de ternura e graça foram para a praça e começaram a se abraçar.”**

Quando trata das relações entre mãe e filhos, Chico Buarque demonstra tamanha sensibilidade, que quase imaginamos ser ele o protagonista das histórias. No samba “**O meu guri**”(1984), podemos compreender o orgulho da mãe, cujo filho tudo faz para vê-la feliz, e esta prefere não ver o que não lhe convém.

“Chega suado e veloz do batente
E traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, cardeneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar...”

Já em “**Angélica**” (1978) chega a nos angustiar o desespero e o sofrimento da mãe que tem o seu filho “roubado” pela ditadura militar, que se traduz numa melodia triste e desesperançosa:



Foto: João Urban

“Quem é esta mulher
Que canta sempre este estribilho
Só queria embalar meu filho
Que mora na escuridão do mar...”

Também o menino de rua, ou o menor abandonado é mostrado em “**Pivete**” com toda a crueldade que a vida lhe reservou. Sua vida acontece num único fôlego e tem um ritmo acelerado, como o próprio poema de Chico e Francis Hime. Seu mundo é a cidade grande, que ele domina como ninguém. Seus ídolos – Pelé, Ayrton Senna e Mané Garrincha – expressam os sonhos tão distantes e quase inacessíveis da maioria dos brasileiros. Este menino, cuja mãe, cujo pai e irmãos também estão em algum lugar, que não se chama lar ou família é um menino apenas, que luta para sobreviver, do jeito que a vida lhe ensinou:



■ Foto: João Urban

“No sinal fechado
Ele vende chiclete
Capricha na flanela
E se chama Pelé
Pinta na janela
Batalha algum trocado
Aponta um canivete
E até
Dobra a Carioca, olerê
Desce a Frei Caneca, olará...”



PESQUISA

Pesquise outras músicas e poemas que abordem relações familiares, da forma como vimos no texto acima. Procure imagens que correspondam aos textos pesquisados. Monte cartazes e apresente à turma.

Mas agora voltemos ao centro de nossa questão. Por que estudamos sobre a família? Que objetivos tem a sociologia ao propor o estudo deste assunto?

Certamente não pretendemos chegar a nenhum consenso, a nenhuma verdade única, como também não iremos lhes apresentar um belo modelo familiar a ser seguido. Nosso objetivo neste caso é problema-

tizar! Sim, problematizar para que possamos nos situar melhor na sociedade, compreender nossa origem social e as implicações daí decorrentes, e a partir disso podermos escolher e encontrar nosso lugar no mundo, mantendo os vínculos familiares que nos forem importantes e abandonando sem culpa aqueles que nos fazem mal.

E como faremos esta problematização? Primeiramente conhecendo como a Sociologia define e classifica as organizações familiares. Após, teremos contato com os resultados de algumas pesquisas antropológicas que ilustram a respeito da diversidade familiar encontrada pelo mundo afora. Finalmente, discutiremos sobre as mudanças pelas quais passam as famílias nas sociedades contemporâneas e as alternativas buscadas pelos grupos humanos, na tentativa de encontrar formas mais harmoniosas e saudáveis de se viver. Então, conseguiremos relativizar a respeito desta questão, ou seja, não nos utilizarmos somente do ponto de vista individual para analisar uma situação (neste caso a familiar), mas podermos vê-la a partir de outros referenciais teóricos e sociais.

Vamos a alguns conceitos:

Família é um agrupamento de pessoas cujos membros possuem entre si laços de parentesco, podendo ou não habitarem a mesma casa. Por exemplo, um pai separado continuará fazendo parte da família de seu filho (mas não de sua ex-mulher), embora esteja morando em outra casa. Quando uma família é composta por pai, mãe e filhos, ela é chamada de **família nuclear**. Quando outros parentes, como avós ou tios convivem com o casal e seus filhos, temos o que se chama de **família extensa**.

Os laços de parentesco são estabelecidos a partir da consangüinidade ou do casamento. Os casamentos ou uniões conjugais podem ser classificados basicamente de duas formas: **monogâmicos** – é a união de um homem ou de uma mulher com um único cônjuge; e **poligâmicos** – que é a união de um homem ou uma mulher com mais de um cônjuge. No mundo ocidental, a poligamia é ilegal, embora os meios de comunicação e a literatura vez ou outra nos relatem casos de pessoas que vivem conjugalmente com mais de um marido ou mais de uma esposa.

Na perspectiva da Sociologia Funcionalista (Durkheim, Parsons), a família nuclear é considerada uma unidade fundamental para a organização da sociedade, pois detém as funções de transmitir às crianças as regras básicas da sociedade, bem como de proporcionar estabilidade emocional a seus membros. Mas, para estes sociólogos a grande importância da família refere-se à divisão de tarefas, que permite que um dos adultos saia para trabalhar enquanto o outro cuida da casa e dos filhos. Hoje, esta interpretação é considerada conservadora, pois pressupõe que a divisão das tarefas domésticas é um dado natural. Da mesma forma, as funções referentes à educação dos filhos, antes atribuídas somente à família, são cada vez mais divididas com outras instituições

como o Estado, a escola e creches, além da forte influência exercida pelos meios de comunicação.

Muito bem! Após estas informações básicas vamos ao que interessa mais especificamente no pensamento sociológico. Ou seja, indagar, questionar, desconstruir o que parece “normal”, ou “natural”, ir na contra-mão de verdades repetidas anos a fio, romper com o que é aparente, e buscar o que está oculto, o que não é visível aos olhos da maioria, mas que pode ser apreendido pelos olhos curiosos da Sociologia. Desenvolvendo esta forma de olhar, nosso estudo ganhará sentido e perceberemos a sua importância em nossas vidas. Quem sabe nosso objeto de estudo possa até tornar-se Sujeito, com todas as prerrogativas que lhe cabe!

Então, vamos à primeira pergunta:

Há algo mais intrinsecamente ligado a nós do que a nossa família? É provável que não. No entanto, por que tão poucas vezes paramos para refletir sobre este assunto? Uma das respostas pode estar ligada aos ensinamentos que recebemos da ciência e da escola, que nos dizem que as coisas que estão longe de nós é que são importantes, como os afluentes do rio Nilo ou a dinastia do reino Franco, ao passo que a nossa história, nossas inquietações não são dignas de estudo e pesquisa. Talvez este seja um dos motivos que nos leva a crer que o mundo em que vivemos não nos pertence, e assim pouco importa que nossos direitos sejam roubados e que nossas vidas sejam somente objeto de estudo para pesquisadores bem intencionados.

Então pessoal! Vamos continuar pensando:

Será que a família sempre se organizou desta forma nuclear – pai, mãe e filhos? Observe que sempre começando pelo pai. Por que será?

Será que as regras para o casamento são iguais em todas as sociedades? Você sabe por exemplo, que uma das regras na nossa sociedade é de que não podemos casar com os nossos irmãos ou irmãs.

Será que esta instituição chamada família sempre existiu?

Será que a forma de organização familiar, como nós conhecemos hoje, é uma necessidade dos grupos humanos?

As respostas são: Não. Não. Não e não! Portanto, vamos às explicações: a complexidade que cerca as formas de organizações familiares é semelhante à profusão de sentimentos que estas nos despertam, como foi colocado nas primeiras páginas deste texto. Os exemplos de famílias que conhecemos e que parecem quase eternos são apenas algumas das muitíssimas possibilidades de agrupamentos familiares conhecidos na história. Antropólogos como Lewis Morgan (1818 - 1881), Bronislaw Malinowski (1884 - 1942), Claude Lévi-Strauss (1908 -), ou cientistas sociais como Friedrich Engels (1820 - 1895), entre outros, buscaram em suas pesquisas as várias combinações criadas pelo ser humano para se organizarem socialmente.

Primeiramente é preciso esclarecer que não há uma escala evolutiva das sociedades humanas que caminham das famílias poligâmicas para as monogâmicas. Essas duas formas básicas de casamento sempre coexistiram em toda a história da sociedade humana, o que indica que não há relação de superioridade ou inferioridade entre elas. Inclusive em alguns grupos sociais verificou-se a existência de ambas no mesmo tempo histórico.

Seria correto afirmar que a família é uma instituição que surge das necessidades naturais do ser humano (a procriação, por exemplo), ou seria também uma construção cultural, embasada em regras e valores? Esta é uma questão com muitas respostas. O que se sabe, à partir de inúmeros estudos antropológicos é que podemos encontrar, mesmo nos mais remotos grupos humanos, regras que autorizam ou proíbem alguns tipos de união. Por exemplo, não se casar com o irmão, ou com o tio. Esta prática é chamada de **incesto**. Portanto, uma relação incestuosa seria uma relação proibida, ou negada, numa dada sociedade.

Conclui-se daí, que quando o ser humano estabelece tais regras, ele está procurando expandir seu pequeno grupo, sair de sua família biológica.

Vamos a alguns exemplos de agrupamentos familiares distintos dos nossos conhecidos: os iroqueses (tribos norte-americanas), estudados por L. Morgan, consideram como seus filhos não somente os seus próprios, mas também os de seus irmãos, os quais também o chamam de pai. Os filhos de suas irmãs, por sua vez, são tratados como sobrinhos. A iroquesa, por sua vez, considera como seus filhos aqueles provenientes de sua irmã, enquanto os filhos de seus irmãos são chamados de sobrinhos. Essas denominações implicam numa série de deveres e de obrigações de cada um dos membros, e que irão configurar o sistema social desses agrupamentos.

Estamos acostumados hoje com o fato de cada filho ter apenas um pai e uma mãe, no entanto, em muitas sociedades é comum que cada filho tenha vários pais e várias mães. Nos casos em que seja praticada a poligamia (pelos homens) e a poliandria (pelas mulheres), os filhos de um e de outros são considerados comuns, e responsabilidades de ambos.

B. Malinowski, em suas pesquisas com os nativos das ilhas Trobriand, um arquipélago de coral situado a nordeste da Nova Guiné, denominados papuamelanésia, verificou que estes constituem-se numa sociedade matrilinear. Isto quer dizer que a mãe é a referência para o estabelecimento das relações de parentesco, e de descendência, assim como cabem às mulheres as maiores responsabilidades nas atividades econômicas, cerimoniais e mágicas. O pai, mesmo acompanhando o crescimento dos filhos, é considerado simplesmente como o marido de sua mãe, não estabelecendo nenhum vínculo maior com estes.



■ Família de índios tupinambás, em gravura de Teodore de Bry, do livro de Jean de Léry.

As famílias matrilineares estiveram presentes durante muito tempo em diferentes lugares do mundo, e, segundo F. Engels, o desmoronamento deste tipo de organização familiar está relacionado com a prática do escravismo. O escravismo nas sociedades antigas é decorrência de vitórias ou derrotas nas guerras entre as tribos. Com a vitória, o homem apoderava-se das terras, rebanhos, prisioneiros (futuros escravos), da direção da casa e da mulher, que aos poucos torna-se servidora do homem. Temos aí o gérmen da família patriarcal – aquela em que o homem, o pai, é senhor absoluto de todos que vivem sob o seu domínio. Este, o chefe, permanece vivendo em poligamia, enquanto sua mulher e os outros membros de sua família devem-lhe total fidelidade.



■ Família Xavier de Miranda

Acervo: Nego Miranda

Em sua origem latina, a palavra família provém de *Famulus*, que significa escravo doméstico, e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. O direito romano conferia ao pai o direito de vida e morte sobre todos que viviam sob suas ordens – esposa, filhos, escravos. Para Marx, “(...)a família moderna contém em seu germe, não apenas a escravidão como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra em miniatura todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado”. (Marx apud Engels, 1978: 62), ou seja, a desigualdade e a opressão da sociedade de classes capitalistas.

Podemos encontrar exemplos de família patriarcal muito próximos de nossa história, no período denominado Brasil Colônia. O protótipo da família patriarcal brasileira é a família latifundiária, embora este modelo possa ser encontrado também nos meios urbanos, entre classes

de não-proprietários de terras, como profissionais liberais, comerciantes, militares, etc. No momento de organizarem suas famílias não havia dúvida de que cabia ao pai o papel principal e determinante de todas as outras relações entre mãe, filhos e empregados.

Na família patriarcal o pai é o grande proprietário: das terras, dos bens e das pessoas que habitam suas terras, não importando se estes estão ligados por laços sanguíneos ou não. O pai concentra todas as decisões, sejam referentes aos destinos da terra ou das pessoas, como o chefe de um clã. E todas as ações giram em torno da manutenção da propriedade. Este tipo de organização familiar faz com que esta se volte somente para si mesma, para seus próprios interesses, sendo a sociedade e o Estado instâncias secundárias. Não há a preocupação com a formação de cidadãos, mas somente de parentes ou agregados preparados para servir aos interesses do patriarca. As mulheres (esposa e filhas), são figuras quase invisíveis deste tipo de sociedade. Saem pouquíssimas vezes de casa (geralmente em festas religiosas), não aparecem para os visitantes, são proibidas de estudar, envelhecem cedo, pois casam-se ainda meninas (em torno dos 13 – 14 anos), têm vários filhos, praticamente não fazem exercícios (têm escravas para todos os afazeres domésticos). Os maridos para as filhas são escolhidos pelo pai, sendo o principal critério o volume de posses do pretendente. Muitas vezes estas eram obrigadas a casarem-se com homens muito mais velhos, mas já estabelecidos economicamente.

Os filhos, homens, tinham outras funções: ao mais velho cabia herdar e administrar a propriedade paterna, ao segundo cabia seguir a carreira eclesiástica. Constituíam-se em motivo de orgulho e quase uma obrigação toda família “de bem”, formar um padre. O terceiro filho deveria prosseguir os estudos na capital ou na Europa, tornando-se “doutor”, provavelmente bacharel em direito ou médico.

Este modelo de família nuclear e patriarcal tornou-se ao longo da história do Brasil sinônimo de honra e respeitabilidade, seguido não só pelas classes mais abastadas, mas também pelas classes médias.

Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro, estudioso da formação da sociedade patriarcal brasileira, assim resume a importância da família colonial:

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos. Bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar”. (FREYRE, 2001: 92).

Este tipo de organização familiar exerceu profunda influência na formação social e cultural da população brasileira. O poderio do homem, resultou em atitudes como o machismo, a subserviência da mulher, a educação diferenciada de meninos e meninas, o preconceito e

desrespeito contra empregados domésticos, mesmo quando estes não são mais necessariamente escravos.

Trata-se de um modelo forte, que sem dúvida impregnou o pensamento cultural brasileiro, mas que não impediu o desenvolvimento de outras formas de organização familiar.



PESQUISA

A reprodução de modelo autoritário e machista de família traz como uma de suas mais tristes consequências a violência doméstica, que constitui-se no abuso físico de um membro da família contra outro ou outros. As principais vítimas são as crianças e as mulheres.

Realize uma pesquisa em jornais e na Delegacia da Mulher (se possível), ou delegacia de seu município, levantando casos de violência doméstica.

Discuta com a turma sobre as diversas causas que levam a estas situações de violência no sentido de repensarmos as atuais relações e não reproduzi-las no futuro.

Convide um especialista no assunto para debater com a turma.

A instituição familiar é essencialmente dinâmica, e este dinamismo tornou-se muito visível na segunda metade do século XX, não só no Brasil mas em praticamente todo o mundo ocidental.

A família tradicional foi adquirindo contornos nunca antes imaginados. As novas configurações da família levaram a sociedade, e inclusive os cientistas sociais, a anunciarem a falência desta instituição social. Mas não era o fim, e sim a prova da imensa capacidade criativa do ser humano de adequar-se a novas necessidades e novos valores. Os movimentos feministas que se iniciaram na década de 1950 na Europa, e logo chegaram ao Brasil, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a mudança de valores na criação dos filhos, a quebra de tabus como a virgindade, a criação da pílula anticoncepcional, que propicia maior controle da mulher sobre seu corpo, os movimentos hippies (1960), que pregam o amor livre, a instituição do divórcio (1977) são alguns dos fatores que irão contribuir para as novas configurações de família.

A pesquisadora brasileira Elza Berquó, emprega em seus estudos uma nova terminologia: a de **arranjos familiares**, para denominar estas situações que refletem concepções de vida e estratégias de sobrevivência.

Vejam algumas destas permanências e mudanças. A família nuclear ainda predomina na sociedade brasileira, apesar do número de filhos ter diminuído consideravelmente. Se em 1940, a média era de 6,2 filhos por mulher, em 1991, caiu para 2,5. O número de divórcios e separações aumentou, como também o das uniões conjugais não-le-

galizadas. Muitos jovens hoje desejam “experimentar” a vida de casados antes de legalizar a união. Outros optam pela união livre, ou “viver juntos”, sem a preocupação de “prestar contas” à sociedade ou à Igreja. Apesar do número de pessoas casadas ser majoritária no cenário matrimonial, por outro lado têm decrescido as taxas de uniões legais (em 1979 atingia 7,83, e em 1994, passou a 4,96).

Outro tipo de arranjo que tem crescido nos últimos anos é o de **famílias monoparentais** – quando um dos cônjuges vive com os filhos, com a presença ou não de outros parentes na mesma casa. Neste tipo de arranjo há um predomínio das mulheres chefes de família (em 1995 representavam 89,6%, em relação à 10,4% de homens na mesma situação). Essas mulheres são hoje predominantemente separadas ou divorciadas, o que não ocorria na década de 1970, quando eram principalmente viúvas. São muitos os fatores que contribuem para esta prevalência das mulheres chefes de famílias. Junto com o aumento do número de separações e divórcios, temos, historicamente, o fato de que as chances de recasamento das mulheres no Brasil são mais baixas que as dos homens, seja pelo fato do número de mulheres ser superior ao número de homens, seja pela tradição masculina de se casar com mulheres mais jovens. Outro fator refere-se à mortalidade masculina que é superior e mais precoce do que entre as mulheres, resultando, portanto, em muito mais viúvas do que viúvos (hoje a expectativa de vida entre os homens está em ascensão). Cabe também lembrar o aumento do número de mães solteiras nos últimos anos.

Um aspecto que caracterizou durante muito tempo este arranjo familiar e que hoje está se modificando, era seu atrelamento com a situação econômica da mulher. A pobreza parece estar nas causas e nas conseqüências desta situação de comando da família pela mulher.

É muito mais freqüente encontrarmos nas camadas populares mulheres solteiras, viúvas ou separadas. A falta de dinheiro atinge de formas diferentes homens e mulheres. O homem tende muito mais a atitudes como sair de casa em busca de alternativas de trabalho – muitas vezes parte para outras terras e nunca mais retorna; acabando por perder o rumo de casa. Os conflitos constantes com a esposa devido às dificuldades em manter a família, algumas vezes chegam à violência, e também os levam a desistir, a abandonar o barco, ou o lar; isto sem contar os acidentes, sejam de trabalho, de trânsito, ou brigas de rua, que atingem muito mais os homens.

Essas são algumas justificativas para o alto número de mulheres chefes de família entre as camadas populares. Mas essa situação está se modificando, e pode-se observar que o crescimento desse tipo de arranjo familiar tem atingido também mulheres das camadas médias. Essas cada vez mais têm obtido independência financeira suficiente para não manterem casamentos desequilibrados e instáveis. A antiga preocupação em não desfazer a família para manter as aparências tem deixado de existir.



Foto: João Urban

Todas essas mudanças apontadas acima têm resultado em importantes modificações nos padrões de comportamento dos membros das famílias. A mulher, uma vez que desempenha papel fundamental no orçamento familiar, não aceita mais submeter-se aos desmandos do marido. Os filhos, por sua vez, conquistam mais voz e espaço para opinar e, principalmente, decidir os rumos da própria vida. A hierarquia tão presente nas famílias tem aos poucos sido substituída por relações mais democráticas. Se há meio século podíamos afirmar que a instituição familiar se sobrepunha ao indivíduo, ignorando sua vida privada e seus anseios, hoje o indivíduo tem mais condições de impor suas vontades no núcleo familiar, seja qual for sua posição. E permanece na família se esta lhe oferecer segurança, afeto e, principalmente, não interferir em sua vida privada. Caso contrário este irá procurar outros espaços e outras formas de relacionamento social.



PESQUISA

Pesquisar em sua cidade ou bairro formas de constituição familiar diferentes, indagando sobre: número de membros da família, idade de cada um, relação de parentesco entre eles, número de pessoas que trabalham.

Após, montar com a turma um quadro geral contemplando todas as situações encontradas pela turma.

Falamos até aqui de famílias de sociedades tribais e de sociedades capitalistas. Mas se pesquisarmos a respeito de sistemas sociais distintos do capitalismo, como o socialismo e o anarquismo, iremos conhecer formas muito interessantes de conceber a instituição familiar.

Os adeptos do pensamento anarquista colocam-se contra todo e qualquer tipo de poder autoritário, que tenha como objetivos regulamentar e controlar a vida do indivíduo. Propõem portanto, a abolição do Estado e do governo, não importando quais fossem as suas formas; da Igreja, de qualquer credo religioso; do exército, das prisões, das escolas, tal como são organizadas, e também da família.

Não eram contrários à existência da família, mas críticos da família legal, submetida aos desmandos da lei, do Estado e da Igreja. Os anarquistas criticavam principalmente o tratamento dado à mulher dentro do casamento e da família. A mulher tratada como propriedade do homem, como animal doméstico, submissa às vontades e caprichos dos filhos.

Numa sociedade libertária, homens e mulheres teriam os mesmos direitos e deveres, e jamais a vida conjugal e familiar poderia ser embasada na autoridade de um dos cônjuges. Segundo Malatesta “(...)homens e mulheres na condição de seres humanos igualmente livres poderão, no futuro, celebrar uniões amorosas livremente, sem qualquer ingerência

legal ou clerical, e o casamento consumado com base exclusivamente no amor recíproco deverá durar tanto quanto dure o amor". (Malatesta apud Luizetto, 1987: 84.) Portanto, o movimento anarquista não colocava-se contra a família natural, mas sim da família legal, "(...)fundada sobre o direito civil e sobre a propriedade, ao passo que o casamento religioso e civil seria substituído pelo casamento livre". (idem, p. 91).

Foto: João Urban



ATIVIDADE

A literatura paranaense e brasileira oferece algumas obras que descrevem e analisam a construção e a convivência numa comunidade anarquista que existiu entre 1890 e 1894, em Palmeira, sudeste do Paraná. Foi denominada de Colônia Cecília, e partiu da iniciativa de um engenheiro italiano – Giovanni Rossi. Alguns dos livros que tratam deste tema são: O anarquismo da Colônia Cecília, de Newton Staldler de Souza (Civilização Brasileira), “Um amor anarquista”, de Miguel Sanches Neto (Ed. Record, 2005) e “A Colônia Cecília – uma aventura anarquista na América” (Ed. Anchieta, 1942).

“Colônia Cecília, 2 de janeiro de 1893

...Se estes episódios conspiram contra nosso experimento, o amor livre foi enfim posto em prática, e logo vocês receberão mais notícias desta grande experiência. Estamos enfim mudando os possessivos, também no amor não existe mais o meu e sim o nosso, e com isso nos tornamos efetivamente anarquistas – o anarquista que defende sua mulher é tão reacionário, tão feroz e tão implacável quanto o pior dos capitalistas defendendo seus milhões...” Giovanni Rossi. (Trecho de uma das cartas de G. Rossi enviada a companheiros da Itália. In SANCHES NETO, Um amor anarquista, 2005: 33).

Pesquise como foi a organização dessa colônia, principalmente no aspecto familiar, e procure entender os motivos que levaram ao seu fim.

Pois bem pessoal! Novamente falamos do amor como um sentimento que permeia as relações familiares. Lembram-se da imagem do casal da primeira página? “Que seja eterno enquanto dure...” o que lhe parece? Romântico e inconseqüente? Ou verdadeiro e responsável? Além dos jovens heterossexuais que buscam este tipo de casamento hoje, também não podemos omitir o crescente número de relacionamentos estáveis entre casais homossexuais. Estes casamentos estão quase sempre calcados na confiança e no compromisso mútuo, uma vez que poucos países reconhecem a legalidade destas uniões.

Os grupos organizados de homossexuais têm obtido importantes conquistas referentes à adoções de filhos e à permissão da utilização de técnicas de inseminação artificial. Essas conquistas são o anúncio do aumento da tolerância por parte da sociedade e do Estado, assim como da consolidação de valores como o respeito às diferenças.

Mais um indicativo de mudanças na organização da sociedade refere-se à opção que muitas pessoas fazem hoje de viverem sozinhas. Viver sozinho não tem mais o caráter negativo que tinha anos atrás. O indivíduo que vivia sozinho era considerado anti-social, infeliz ou solitário. Hoje, muitas pessoas optam por viver sozinhas para garantir a privacidade, e poder escolher os momentos mais apropriados para estabelecer contatos com amigos e familiares.

O modo de vida imposto pelas sociedades contemporâneas exige que estejamos constantemente nos relacionando com um grande número de pessoas (no trânsito, na escola, no trabalho, no comércio, etc.), o que se torna extremamente desgastante e cansativo. Este pode ser um dos motivos que levam algumas pessoas a refugiarem-se e buscarem novas energias na solidão, recusando o cotidiano familiar, que também impõe regras e exige atenção.



Foto: João Urban

Não estamos falando aqui da famosa “solidão em meio à multidão”, da sensação de sentir-se sozinho mesmo estando cercado de pessoas, uma vez que estas pessoas não estão nem um pouco preocupadas se você vive ou deixa de existir. Também não estamos falando dos relacionamentos impessoais via Internet, que nos dão a falsa sensação de que não estamos sozinhos. Estas são situações que podem, inclusive, levar a doenças, como a depressão, e às quais estamos sujeitos se não estivermos atentos e não soubermos reagir contra valores da sociedade contemporânea que nos são constantemente impostos como o individualismo e a competição, por exemplo.

Enfim, para concluirmos este assunto, sobre o qual ainda há muito o que se discutir, cabe-nos novamente repetir que no âmbito deste tema – a família – não há verdades absolutas e muito menos modelos a serem seguidos obrigatoriamente.

Podemos ter vindo de famílias mais rígidas, mais repressoras e controladoras de nossos pensamentos e ações. Assim, como podemos ter vindo de famílias mais abertas, equilibradas ou mesmo permissivas. É claro que estas condições nos deixam marcas, às vezes difíceis de serem superadas, mas o que importa é que a cada dia conquistamos mais liberdade para escolhermos a forma de convivência familiar que melhor se aproxima de nossas necessidades e desejos.

Não somos mais obrigados a casar para responder às expectativas sociais, a ter filhos para provar que podemos ser pais ou mães, ou conviver com pessoas que não mais nos agradam. Podemos mudar nossas opções iniciais, e repensar nossa vida familiar de acordo com o nível de maturidade que estivermos vivendo.

Desde que não nos maltratemos, e, mais do que isso, não façamos sofrer em demasia aqueles que um dia amamos (ou assim pensamos), estejam certos que “*qualquer maneira de amor vale a pena*” (C.Velozo).



Foto: João João Urban

■ Sugestões de filmes

“A família”, 1986, Itália/França, direção: Ettore Scola

“Parente é serpente”, 1992, Itália, direção: Mário Monicelli

“A excêntrica família de Antônia”, 1995, Holanda, direção Marleen Gorris

“Eu, tu, eles,” 2000, Brasil, direção: Andrucha Waddington

“Ana e os lobos”, 1972, Espanha, direção: Carlos Saura

■ Músicas citadas

Valsinha – C. B. de Holanda, 1971.

O meu guri – C. B. de Holanda/ Francis Hime, 1984.

Cotidiano – C. B. de Holanda, 1971.

Casamento dos pequenos burgueses – C. B. de Holanda,

Angélica – C.B. de Holanda/Miltinho, 1978.

■ Referências:

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira. Parte III** – A transmissão da cultura. RJ. E. UNB/Ed. UFRJ. 1996, 6ª ed.

BERNARDI, B. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Trad. A. C. Mota da Silva. Milão, Franco Angeli Editore. 1974.

BERQUÓ, E. **Arranjos familiares no Brasil**: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. (org.), História da vida privada no Brasil v.4; SP: Companhia das Letras, 1998.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala** – introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil –1. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KOLLER, S. H. Resiliência e vulnerabilidade em crianças que trabalham e vivem na rua. In: **Educar em revista**, Curitiba, PR: Ed. da UFPR, n.15, 1999.

LUIZZETTO, F. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MALINOWSKI, B. **A vida sexual dos selvagens**; trad. de Carlos Sussekind; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

MORGAN, L. **A sociedade primitiva I**; Portugal/Brasil: Ed. Presença/Livraria Martins Fontes, 1980.

PROST, A.; VICENT, G. (org.). **História da vida privada 5**: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

STRAUSS. C. L. **O olhar distanciado**; São Paulo, Martins Fontes, 1983.



ANOTAÇÕES

I
n
t
r
o
d
u
ç
ã
o

■ De onde vêm as Culturas e por que é importante estudá-las?

A Sociologia é uma das áreas de conhecimento das Ciências Sociais que estuda, de maneira científica, fugindo do senso comum e dos “achismos”, a sociedade. Assim também é a Ciência Antropológica.

Mas você leitor pode se perguntar: Se já existe a Sociologia, que estuda a sociedade e nos ensina a também sermos “cientistas”, pessoas que saibam refletir sobre as questões sociais e ter ação frente à sociedade, para que outra ciência?

Ora, a vida do homem em sociedade é tão complexa que, durante a história, muitos se dedicaram a entender, explicar e a dar soluções a muitas questões da sociedade, incluindo as questões culturais. Tais explicações deveriam ser “certas”, tudo passa a ser explicado pelas Ciências. Isso ocorreu no cenário mundial, principalmente, no final do século XVII e início do século XIX.

Mas a cultura pode ser estudada cientificamente?

Pois é, pode sim! Foram muitos os estudiosos que tiveram a preocupação de se dedicar à elaboração de uma área específica das Ciências Sociais para desvendar os mistérios e encantos das diferentes culturas existentes entre os povos. Foi então que a Antropologia entrou em cena. O nome parece estranho, não é? Tradicionalmente, foi a Antropologia que primeiro estabeleceu métodos científicos para estudar os fenômenos culturais.

Você sabe por que as Ciências em geral necessitam de instrumentais teóricos e metodológicos para poder desenvolver suas pesquisas, estudos e resoluções de problemas? O agrônomo, por exemplo, antes

de indicar certo tipo de agrotóxico ao agricultor, deve ter a precaução de “verificar” qual a doença que a planta tem. E, como ele estudou, sabe os métodos científicos para analisar a planta, pois tem as condições preestabelecidas para não errar na investigação e no diagnóstico.

Assim também é com relação à análise dos fenômenos sócio-culturais. Veremos nas páginas seguintes, alguns dos fundamentos teóricos (as idéias científicas) e dos métodos de estudos que foram criados para dar conta de analisarmos e compreendermos a dimensão da vida cultural das diferentes sociedades.

No primeiro “Folhas” abordaremos como se projetam as relações sociais cotidianas a partir da diversidade cultural brasileira. À luz das teorias antropológicas, analisaremos uma questão fundamental que atinge a vida de todo brasileiro, a nossa **identidade nacional**.

Entender como ao longo da história fomos construindo nossa identidade nacional em todo o processo de colonização pelo qual passamos nos permitirá analisar questões como, diferenças étnicas: preconceito racial e étnico, “cotas” para negros em universidades e em concursos públicos, etc.

No segundo “Folhas” refletiremos sobre a dinâmica pela qual a **CULTURA** vem passando, desde o advento da Revolução Industrial e todo o processo de industrialização que vem ocorrendo a partir do século XX. Se antes o alvo primordial da Antropologia era o estudo de povos desconhecidos e toda a questão das diferenças, agora, nas sociedades ainda mais “complexas” e desiguais, ela se preocupará também em explicar os novos rumos da dinâmica cultural.

O alvo passa a ser o uso da cultura.

Uso da CULTURA? Sim, é o mercado de bens culturais de consumo. A cultura como mercadoria. Como mecanismo social de controle. Veremos que isso ocorre quando uma classe social se apropria de um as-

I n t r o d u ç ã o

pecto da cultura e o transforma em produto padronizado para atingir toda a massa. Você consegue imaginar uma manifestação cultural folclórica transformada em mercadoria? Ou ainda, uma música ser “usada” como uma maneira de repúdio ou “imposição” de atitudes e interesses de classes?

Todos estes temas e outros que não serão abordados diretamente são questões com as quais convivemos todos os dias. Algumas vezes até passam despercebidas no nosso cotidiano. Outras vezes, são motivos de alegria, festas, entretenimento, etc. Mas, como nem tudo são rosas, a cultura também pode levar o homem e sua sociedade a uma série de conflitos sociais, principalmente, em meio à diversidade cultural.

Convido você leitor, a mergulhar nas páginas seguintes e a conhecer mais do funcionamento da dinâmica sócio-cultural e a autenticidade das diferentes culturas, pois, conhecer e compreender os valores culturais que nos cercam nos levará, também, a sermos pessoas conscientes e com a capacidade de refletir sobre os diferentes problemas que são originados pelas visões de mundo que os grupos e as classes sociais reproduzem cultural e cotidianamente ao longo da história.

*S
O
C
I
O
L
O
G
I
A*



DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA

■ Sheila Aparecida Santos Silva¹

Você se considera legitimamente brasileiro?



¹Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela –
Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante – Assis
Chateaubriand – PR

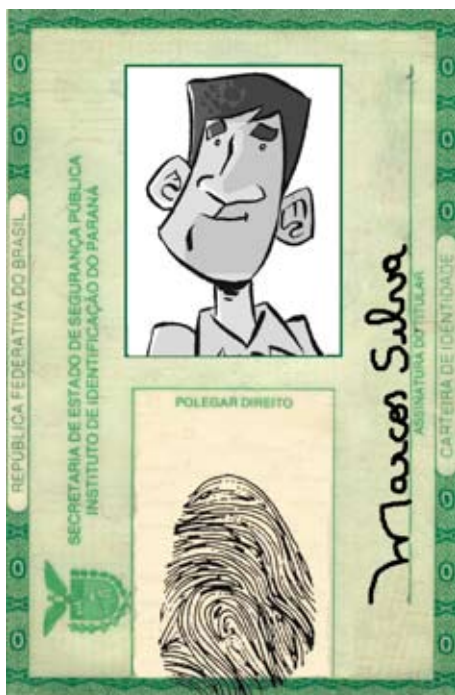
Costumamos dizer e ouvir que somos o povo brasileiro! Que vivemos no país do futebol e do carnaval. Pelo menos é assim que nos vêem os outros povos, na maioria das vezes. Contudo, quando somos indagados e questionados sobre nossa identidade nacional, ou seja, que povo realmente somos e, qual o sentido da nossa formação enquanto nação, ficamos na maior “crise de identidade”.

Ora, como definir quem realmente somos em meio à **diversidade cultural**?

A questão é: como viemos, enquanto povo e nação ao longo da história, construindo nossa identidade nacional? Mas, será que temos mesmo uma única e autêntica **identidade nacional**?

Quando falamos em identidade, logo pensamos em quem somos. Vêm à nossa mente os nossos “dados pessoais”, ou seja, a cidade onde nascemos, a data de nascimento, nossa filiação, que são os nomes de nossos pais, uma foto registrando nossa fisionomia, nossa impressão digital, uma assinatura feita por nós mesmos.

E que ainda contém um número de registro geral, que permite sermos identificados, não como pessoas, com suas devidas características, mas como um número em meio a tantos outros. E o mais interessante, está ali registrado para todo mundo ver, a nossa **nacionalidade**, a que nação e povo pertencemos.



Caro leitor, o que o seu documento de identidade significa para você? Já havia parado para pensar nisso? O nosso documento de identidade nos dá algumas informações sobre quem somos.

Alguns de nós temos condições de reconstruir a árvore genealógica e saber toda a nossa história a partir da constituição familiar ao longo das gerações que foram formadas.



ATIVIDADE

Você tem condições de reconstruir a árvore genealógica de sua família?

Proposta de trabalho: Monte a árvore genealógica de sua família descrevendo as características socioeconômicas e culturais de cada geração. Depois, compare as características de cada geração relacionando com a conjuntura social (a situação) de cada época. Com a construção genealógica feita presente em sala de aula, comparando as realidades sociais de cada grupo familiar.

O objetivo de construir a nossa árvore genealógica é o de verificar as características socioeconômicas e culturais de nossas famílias em cada período da história. A partir daí, descobrir, além de características físicas, entender como a nossa cultura foi construída ao longo da história, com o passar de gerações.

Que legal! Além de podermos descobrir as características físicas e de personalidade que herdamos de nossos antepassados, podemos reconstruir a trajetória histórica cultural de nossas famílias. E a partir dos dados históricos, entendermos a **herança social** e todo nosso **legado cultural**.

Um exemplo desse processo social de transmissão de cultura é a educação ou criação familiar. A cada geração vai se transmitindo, ou melhor, ensinando aos filhos e jovens certos conhecimentos e valores morais adquiridos pela geração mais velha.

Quando falamos em nação ou sociedade, não é diferente. Podemos descobrir como a nossa nação e nós, enquanto povo, fomos constituídos.

Saber, por exemplo, quais as características culturais que podemos encontrar na formação e depois no desenvolvimento da nossa sociedade brasileira. E mais, podemos conferir se a sociedade brasileira ainda está refletindo tradicionalmente as mesmas características culturais de quando foi formada!

Entender como tudo começou, nos levará a compreender a grande diversidade cultural que caracteriza nosso país! Já que a cultura é um dos instrumentos de análise e compreensão do comportamento humano social, podemos nos questionar: *“E eu, o que eu tenho com tudo isso? Será que a diversidade cultural do meu país me atinge diretamente ou somente de forma indireta?”*

A **cultura** faz parte da totalidade de uma determinada sociedade, nação ou povo. Essa totalidade é tudo o que configura o viver coletivo. São os costumes, os hábitos, a maneira de pensar, agir e sentir, as tradições, as técnicas utilizadas que levam ao desenvolvimento e a interação do homem com a natureza. Ou seja, é tudo mesmo! Tudo que diz respeito a uma sociedade.

Herança social e legado cultural: são processos de transmissão cultural, que ocorrem ao longo da história, nos quais as gerações mais velhas transmitem às gerações mais jovens a cultura do grupo.

Muitos sociólogos e historiadores brasileiros, a partir do século XIX, buscaram explicar a formação do povo brasileiro, caracterizado pela diversidade cultural, enquanto uma nação. E o olhar de alguns desses autores foi exclusivamente dedicado ao aspecto cultural. O legado cultural que herdamos dos povos que se misturam deu origem aos brasileiros.

Bom, todos nós sabemos, nem que seja um pouquinho, da história da colonização do nosso país.

Se alguém chegar a você e disser:

- O Brasil foi colonizado pelos egípcios!

Logo você irá franzir a testa e, dando uma boa aula de história do Brasil, irá dizer:

- Não, não! Fomos colonizados primeiramente pelos europeus, especificamente pelos portugueses e espanhóis. Temos também uma marcante presença dos africanos, que foram trazidos para cá como escravos e os indígenas que aqui já viviam... depois, por volta de 1870 em diante, é que imigraram muitos outros povos, como os italianos, alemães e holandeses, em busca de trabalho e de uma vida melhor e promissora no Brasil!

Pois bem, é isso mesmo! Somos um povo que surgiu de uma grande confluência! Miscigenados! Ou seja, o povo brasileiro foi formado, a princípio, a partir de uma miscigenação, que foi a mistura de basicamente três “raças”, quais sejam: o índio, o branco e o negro. Vamos entender o que é raça, etnia e cultura.

O conceito de **etnia** distingue-se do conceito de **raça** e **cultura**. Etnia é um conceito associado a uma referência e/ou origem comum de um povo. Ou seja, são grupos que compartilham os mesmos laços lingüísticos, intelectuais, morais e culturais.

Embora possuam uma mesma situação de dependência de instituições e organização social, econômica e política, não constitui ainda em uma nação, mas apenas um agrupamento étnico. Etnia é, portanto, um conceito diferente de raça e cultura.

São exemplos de grupos étnicos, entre outros, os índios xavantes e javaés do interior de Goiás, que são reconhecidos pelo etnônimo de tapuios. Hoje habitam no Parque Nacional do Xingu, em número extremamente reduzido.

Já a **cultura** é tudo que as diferentes raças e as diferentes etnias possuem em matéria de vida social, o conjunto de leis que regem o país, a moral, a educação-aprendizagem, as crenças, as expressões artísticas e literárias, costumes e hábitos, ou seja, é a totalidade que abrange o comportamento individual e coletivo de cada grupo, sociedade, nação ou povo.

O termo **raça** significa dizer que há grupos de pessoas que possuem características fisiológicas e biológicas comuns. No entanto, o uso do termo raça acaba classificando um grupo étnico ou sociedade, levando também à hierarquização.

Etnia: grupo de indivíduos originados de uma ascendência comum e que compartilham uma mesma cultura.

Raça: Os primeiros estudos Antropológicos sobre o homem buscaram explicar a diferença entre a humanidade pelas suas características fisiológicas e biológicas, herança das Ciências Naturais (Biologia), que até o século XVIII e XIX classificava a humanidade por meio da seleção natural e organização genética.

Como se todos nós, seres humanos, fôssemos postos em uma grande escadaria, e em ordem de classificação e hierarquização pelo grau de importância das características físicas de cada grupo étnico; os mais importantes ficariam no topo e assim iria descendo até chegar nos menos importantes. Contudo, qual raça ou grupo étnico pode dizer que é melhor ou mais desenvolvido que outro?

Muitas críticas a esse pensamento foram levantadas, principalmente no final do século XIX, pois tais concepções ajudaram a reforçar a discriminação e o preconceito e, conseqüentemente a legitimação das desigualdades sociais. Apesar de todas as críticas, ainda é possível observar que nos séculos XIX e XX houve um retorno de práticas racistas como, por exemplo, a eugenia e estudos do genoma, que foram muito defendidas por estudiosos adeptos às teorias evolucionistas sobre o progresso físico e comportamental do homem.



Foto: João Urban

Tais teorias concebiam que determinadas raças e etnias deveriam ser conservadas, por serem modelos de pureza, de superioridade, etc. Contudo, outras que não se enquadrassem nos modelos estabelecidos, ou que fossem, pela situação social que viviam, vítimas de doenças ou epidemias tornavam-se um perigo para o progresso da humanidade e não deveriam existir. Podemos tomar como um exemplo claro deste pensamento, o *apartheid* ocorrido na África do Sul nos anos de 1948 a 1991, quando toda a população negra foi obrigada a seguir normas e regras rígidas com relação ao convívio social, trabalho, etc., além de toda a forma de violência e discriminação sofrida.

O que pregavam os nazistas: queriam a qualquer custo tornar a Alemanha uma nação Nacionalista-socialista, sob o governo ditador de Adolf Hitler, mas composta por uma única raça, a “raça ariana”, considerada superior às demais.

Etnicidade: é a mobilização política e social de determinados grupos étnicos em prol de seus direitos e valores do grupo, na defesa de sua identidade socio-cultural.

Ou ainda, quem não se lembra do genocídio dos judeus ou mais conhecido como o Holocausto dos Judeus, durante a II Guerra Mundial? O pensamento ideológico que estava por trás daquele terrível ato que exterminou cerca de 6 milhões de judeus, que não eram reconhecidos como seres humanos, era a idéia de superioridade da “raça ariana” alemã. A perseguição e o extermínio dos nazistas alemães contra os judeus ficou conhecido na história por anti-semitismo, uma forma de repudiar tudo o que era contrário à ideologia **nazista**.

Quando olhamos os três grupos étnicos que se miscigenaram no Brasil Colônia, séculos XVI e XVII, com suas características biológicas específicas e também sócio-culturais, suas tradições, vemos como fizeram toda a diferença no processo de colonização e formação do povo brasileiro, diferentemente de outras colonizações empreendidas pelo mundo.

Nosso país é uma “aquarela” de grupos étnicos! Constituída por meio da colonização (século XVI) e depois, pelas imigrações por volta dos séculos XVIII e XIX. Temos então uma pluralidade de identidades, caracterizada pelas diferenças. Por conta dessa variedade de identidades, povos e tradições, os diferentes grupos étnicos fizeram com que ocorressem em nosso país, um processo chamado de **etnicidade**.

Etnicidade... O que é isso? Na nossa vida social cotidiana, muitas vezes, deparamos-nos com notícias de grupos étnicos lutando e reivindicando algo na sociedade, tanto no âmbito econômico ou político, como ocorre com os índios e os negros. As várias etnias indígenas se unem em prol da luta pelos direitos de suas terras. Não se trata de direitos à igualdade de distribuição de renda ou de Reforma Agrária, mas, sim da posse legítima que os índios têm das suas reservas de terras.

Outro exemplo de **etnicidade** e mobilização é a luta pela igualdade de oportunidades no trabalho e na educação, distribuição de renda, contra a discriminação étnica-racial (racismo), etc., que os negros travam no Brasil.

As cotas, termo que também faz parte das chamadas **Políticas Afirmativas**, são medidas positivas, que buscam reparar ou minimizar o racismo e a exclusão social que afetam os negros e descendentes retirando as oportunidades de ingresso nas universidades e nos concursos públicos.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS OU AÇÕES AFIRMATIVAS: “São estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidades, por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações resultantes de práticas ou sistemas sociais. Têm caráter temporário, são justificadas pela existência da discriminação secular contra grupos de pessoas e resultam da vontade política de superá-la”. (SUPLICY, 1996: 131).

O Brasil é conhecido como o país de maior número de negros e afrodescendentes depois do Continente Africano, no entanto, o racismo que muitas vezes aparece “camuflado”, estabelece uma grande distância entre estes e as suas efetivas e plenas participações na vida social.



PESQUISA

Vamos investigar como a população de sua comunidade ou bairro “encara” o processo da etnicidade. Realize uma entrevista com cinco pessoas perguntando o que pensam sobre as reivindicações de alguns grupos étnicos brasileiros. Compare os resultados da pesquisa com o texto acima e discuta com os colegas em sala de aula.



Foto: João Urban

Você já ouviu essa pergunta:

De que descendência
você é?

Quando questionado sobre isso, o que você responde?

Já parou para pensar que a sua identidade é de BRASILEIRO, independente de que etnia seus avós ou pais fazem parte?

Vamos entender isso?

É muito comum vermos um americano encher o peito e dizer: “sou um norte-americano!” Vemos em suas palavras e postura o orgulho de sua nacionalidade! Contudo, não é raro, vermos entre nós brasileiros e muitas vezes nós mesmos, dizermos de cabeça baixa que somos brasileiros... Mas, logo dizemos: “Ah, mas sou descendente de... poloneses... alemães... portugueses... espanhóis... italianos... holandeses... japoneses...” e, alguns mais “corajosos” dizem: “sou descendente de africanos... indígenas...”, não



que a proposta aqui seja a da “negação” das descendências e origens. Mas, que possamos refletir e ter um bom entendimento da nossa pluralidade, uma das maiores riquezas de nosso país.



Foto: João Urban

Veja bem! Todos os grupos étnicos que imigraram para o Brasil a partir dos séculos XVIII e XIX foram muito importantes no desenvolvimento da nação e ajudaram a dar um colorido especial ao país. O problema é quando “desprezamos” as nossas raízes, as nossas origens, as pessoas que primeiro formaram aquilo que viríamos a ser no futuro: “os brasileiros”.

O que realmente acontece conosco? Parece que a “crise de identidade” paira entre os brasileiros. Não nos reconhecemos como uma nação e não nos valorizamos como outros povos, o nosso país, a nossa gente, as nossas tradições e a nossa multiforme e colorida diversidade cultural como um todo. Costumamos tão somente exaltar alguns aspectos ou traços da nossa **cultura**. Essas questões nos levam a pensar qual o verdadeiro problema ou impasse que nos impede de dizer com orgulho que somos brasileiros.

O que a História nos relata sobre isso?... Quais as “raízes” culturais do nosso Brasil que nos faz ser como somos hoje?

Durante o processo de colonização pelo qual passou parte do mundo, a partir do século XV, foi deixada uma forte marca de **etnocentrismo**. Ora, o etnocentrismo é a atitude de superioridade e desprezo que um grupo social, uma sociedade ou um povo tem em relação a outros grupos. Com a descoberta do Novo Mundo e suas gentes, tornou-se necessário conhecer o outro, o diferente. As interações sociais provenientes do contato com este Novo Mundo, foram marcadas por conflitos, caracterizados nas formas de genocídios e etnocídios.

No “Folhas” anterior tratamos da discussão do genocídio. Lembra-se? Pois então, as interações sociais do Novo Mundo foram marcadas por conflitos, caracterizados nas formas de genocídios e etnocídios.

Interação social... o que é isso? Interação é uma palavra muito usada hoje em dia. É comum para nossa geração ouvir, falar e viver em interação. Por via de regra, a internet é um grande exemplo de interação. Conectado à rede mundial de computadores e comunicação eu, você e tantos outros passamos a repartir, trocar ou associar não somente informações, mas também várias e diferentes ações. Com a reciprocidade de ações sociais passamos, então, a interagir com outros indivíduos ou grupos sociais.

Hoje, em pleno século XXI, torna-se necessário entendermos o processo histórico de formação do povo brasileiro, sem negar a origem histórica da maioria da nossa população!

Muitos antropólogos, sociólogos e historiadores brasileiros pesquisaram e discutiram o processo de formação do povo brasileiro. Gilberto Freyre (1900-1987), por exemplo, defendeu a idéia de que a interação social entre negro, branco e índio foi harmoniosa. Em seu famoso livro intitulado **Casa-Grande & Senzala** (1933), Freyre relata que foi por meio da miscigenação que houve um equilíbrio entre, principalmente, o negro e o branco. As relações sociais baseavam-se no trabalho escravo, no poder e mando do senhor de engenho e na família patriarcal, características da colonização portuguesa no Brasil, na qual o convívio era caracterizado pela harmonia e o equilíbrio entre o senhor patriarca e os escravos.



■ Mapa da Casa-Grande. In: FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

**OPA!!**

É interessante tomarmos nota: No “Folhas” sobre as Teorias Sociológicas você encontrará as definições sobre o que vem a ser sociedade para cada um dos principais autores clássicos da Sociologia.

E você, já se viu numa situação de interação social conflituosa?

Em algum grupo que você participa já surgiram conflitos de idéias, de interesses, de tradições... de culturas?

É interessante saber que o **contato interétnico** é um fenômeno que não ocorreu somente no período das colonizações, ainda ocorre, a ocupação por parte de alguns grupos, como por exemplo, os madeireiros, garimpeiros, e etc., em territórios indígenas, assim como pela utilização do trabalho manual dos índios.

A situação de conflito, como já sabemos, decorre do sentimento e da atitude **etnocêntrica**, que foi uma característica do pensamento **evolucionista**, apoiando o empreendimento colonialista pelo mundo.

Você sabe como esses povos eram chamados?

Ah... eram selvagens, considerados sem a menor condição de raciocínio, servindo somente ao trabalho braçal. Não precisavam pensar, calcular ou programar. Serviam de braços e pernas para seus senhores. No entanto, houve resistência dos índios, como é o caso dos Guaranis que habitavam parte do que é hoje o Paraguai e o estado do Paraná e, os Carijós que habitavam o litoral paranaense.

Tanto os colonizadores espanhóis quanto os portugueses empreenderam grandes **preamentos** de índios com o objetivo de os forçarem ao trabalho nos engenhos de açúcar, como no desmatamento para a expansão e ocupação das terras, entre outras atividades no Brasil Colônia. O contato e a interação social entre o índio e o branco foi, e ainda hoje é, de altos e baixos. De amizade e de inimizade, de concordância e de não-concordância, de uma cultura ser mais valorizada que a outra e se sobrepor a esta.

Uma das conseqüências do contato foi um forte processo de **mudança cultural**, sofrida pelos povos nativos no Brasil e no mundo. Todos nós já sabemos a história de como os índios foram “desprezados” e muitos deles exterminados pelos colonizadores. Mas, quando o tráfico negreiro passou a ser mais rentável, os índios foram trocados por braços e pés mais ágeis e fortes, que foram os escravos africanos. Contudo, não podemos esquecer que cada povo ou grupo tem a sua própria maneira de organização social, que é vinculada à sua cultura, à sua forma de ver o mundo e a si mesmo.

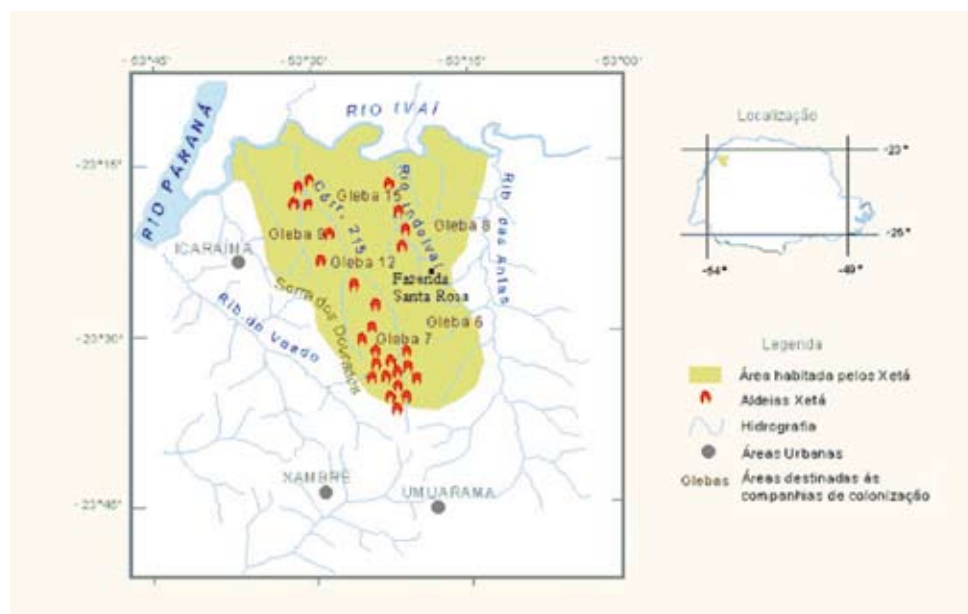
Muitos grupos indígenas foram cruelmente extintos. Dados do acervo da “ANAI—Associação Nacional de Apoio ao Índio” (1983), e pe-

Preamentos: aprisionamentos em massa dos índios, que eram deslocados de uma região do país para outra como escravos.

Mudança cultural: é a junção de duas ou mais culturas que em contato se alteram, em que alguns traços culturais de ambas são mudados e agregados outros traços culturais. Ocorre aí uma mudança cultural, a incorporação de outros costumes que são aceitos e convencionados socialmente.

los dados levantados pela Secretaria de Estado da Cultura relatam que os Xetá, grupo indígena que habitava o noroeste paranaense, conhecida como a floresta tropical da Serra de Dourados, nas proximidades do município de Cruzeiro do Oeste, ao noroeste do estado do Paraná, conseguiram viver de forma mais isolada em suas terras até o início do século XX.

Gradualmente, mas num curto espaço de tempo, o índice de extinção deste grupo foi notório. Tendo sido retirados de suas terras e com isso negado o seu direito de posse, sofreram perseguição e morte, doenças e fome. Hoje, 2005, o número de Xetá foi reduzido a seis pessoas. Motivo? Ora, nada mais, nada menos que a colonização cafeeira calculada e empreendida por colonos em busca de riquezas e prosperidade nas maravilhosas terras férteis do Brasil da década de 1950.



■ Fonte: CD-Rom "Quem são os Xetá?" da Secretaria de Estado da Cultura, resultado da pesquisa antropológica e histórica de Vladimir Kozák, 2000.

Aproximadamente dos dez milhões de índios que havia aqui antes da colonização, restam apenas 345 mil índios, espalhados em 215 sociedades indígenas (dados levantados pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio, acesso em 08 de set. e 20 de out. de 2005).



OPA!!

Tomemos nota: Você pode pesquisar sobre as ações da **Funai** (Fundação Nacional do Índio) no site: www.funai.gov.br e, a partir deste endereço eletrônico obter mais informações sobre a realidade indígena no Brasil.

Como ilustração para melhor compreensão do contato interétnico entre brancos e índios, assista ao filme: "A Missão" (Direção: Roland Joffé Inglaterra, 1986, 121 min.).



ATIVIDADE

Você tem idéia do número de índios que habita o seu Estado? Realize uma pesquisa nas instituições responsáveis pela questão indígena, via internet ou filmes e documentários e verifique como está atualmente a situação dos índios em seu Estado. Com os dados anotados produza um texto refletindo sobre as várias formas de etnocídios sofridos pelos nativos que aqui habitavam e sua realidade atual.

Foto: João Urban



E os negros...?

Bom, os negros foram uma solução para o “problema” da não “domesticação” do índio ao trabalho exploratório e com isso à escassez de mão-de-obra escrava. Sabemos que os negros que vieram para o Brasil eram de diferentes tribos africanas, cada uma com sua própria cultura. Como os índios, os negros africanos também sofreram adaptações e mudanças culturais, ou melhor, foram incorporados às regras dos colonializadores europeus.

A discussão sobre a escravidão dos negros no Brasil, desde os séculos XVIII, XIX e início do XX, foram convergentes em muitos estudos brasileiros. Como vimos antes, a exemplo de Gilberto Freyre, que considerava harmoniosa a convivência entre negros e brancos, outros autores diziam totalmente o contrário. Florestan Fernandes, por exemplo, em seu livro **A integração do negro na sociedade de classes** (1978), analisa o processo de exclusão social que os negros sofreram.

Mesmo depois da abolição da escravatura em 1888, houve um forte movimento que colocava como negativa a presença e influência dos negros no povo brasileiro. Acusavam a mistura racial como um fator de desequilíbrio na formação social e cultural, impedindo a unidade nacional e o desenvolvimento da nação.

A mestiçagem era fortemente condenada por alguns segmentos da sociedade brasileira da época, que desejavam e diziam ser necessário o embranquecimento da população. A vinda de muitos imigrantes europeus pode ser considerada como um dos elementos ideológicos de embranquecimento da população, atraídos pela propaganda de prosperidade, riquezas e uma vida nova no país promissor chamado Brasil.

Bom, mas continuando com a análise sociológica de Florestan Fernandes, ele afirma que o negro sempre foi ativo na sociedade brasileira, participou de todas as transformações sociais pelas quais o país passou desde a sua Independência. Quando houve a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, os negros passaram a concorrer com os outros trabalhadores nas cidades.

Assim, acabaram nas ruas ou concordavam com as precárias ofertas de trabalho. Sabe por que isso ocorreu? A cidade não absorveu todos

os negros, que agora perambulavam pelas ruas, muitos mendigando, à mercê da própria sorte ou, partiam para o interior para realizar trabalhos manuais, pois na cidade havia os trabalhadores estrangeiros que já eram acostumados aos moldes capitalistas de trabalho.

Veja! A sociedade brasileira, após a abolição, “(...) largou os negros ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e idéias de homem criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista” (FERNANDES, 1978: 20). Então, aprofunda-se aí, a marginalização do negro na sociedade brasileira capitalista e excludente. Acostumados ao trabalho escravo, manual e arcaico, não tinham uma organização de vida baseada nos moldes da organização do trabalho que surgia.

Mas, você pode dizer: **Como os negros eram ativos então?** Ativos porque já faziam parte da sociedade brasileira, tinham um papel social, embora de maneira desigual.

O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1922–1997), em **O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**, defende a importância dos primeiros negros no contexto da formação do povo brasileiro. Seriam “(...) agentes de europeização que difundiriam a língua do colonizador e que ensinaria aos escravos recém-chegados às técnicas de trabalho, as normas e valores da subcultura que se via incorporado” (RIBEIRO, 1995: 116). Serviram muito bem enquanto mão-de-obra escrava, que necessariamente levantou na força de seus braços o que hoje temos e somos, mas não foram contados como pioneiros ou como se dizem hoje, **cidadãos honorários**, importantes.

Por muitas vezes a literatura brasileira traz a figura do negro seguindo um estereótipo elaborado pelo branco e esta condição o aprisionou nas teias do preconceito até os dias de hoje. As histórias infantis, os contos, fizeram ao longo da história uma narrativa do negro, associando-o a tudo que é ruim, feio e perigoso. O negro e sua condição de escravo virou um mito. Algo que não representava a realidade, mas uma fantasia, como se o negro não tivesse feito parte da história real do processo de miscigenação e da formação do povo brasileiro.

Monteiro Lobato (1882-1948), romancista e contista autor de livros infantis, construiu em suas obras um tipo ideal de povo brasileiro. Descreveu bem o distanciamento e a mitificação que muitas vezes a nossa sociedade tem do negro em relação à sua realidade e ao mesmo tempo denunciava em seus contos a crueldade e a violência da escravidão. Lobato cria então tipos raciais do brasileiro, mostrando aspectos negativos e positivos do povo negro e caboclo, por meio de personagens como o Jeca, que era um “CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças” (LOBATO, 1956 apud MORAES, 1997: 103).



Monteiro Lobato

www.artelivre.net/imagens/al_monteiro_lobato.jpg



Foto: João Ulfhan

É no **Sítio do Pica-Pau Amarelo**, lugar inventado por Lobato e presente em diversas obras suas, que ganham destaque por sua singeleza, honestidade, bom humor, por exemplo, Tia Anastácia e Tio Barnabé, considerados por ele como representantes do povo brasileiro. Apesar disso, a figura do mulato e do negro continuou, na geração de Lobato e na realidade social da época, considerada de menor valor que a figura do branco.

Para além de 1900, a situação do negro na sociedade de classes só andava de mal a pior. Assim, como em **Os Sertões** (1902), de Euclides da Cunha, Lobato, em seus contos, denunciava a condição degradante do caboclo, do mestiço e do negro na época das grandes fazendas cafeeiras.

Cunha (1866-1909), ao percorrer os sertões nordestinos, denunciava o preconceito e o abandono de um povo que poucas vezes era contado como brasileiro. Em determinados momentos e processos históricos, como diria Lobato, serviam para votar:

“O fato mais importante de sua vida é sem dúvida votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão furadinho de traça e todo vincado de dobras; entala os pés num alentado sapatão de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lho retém para maior garantia da fidelidade partidária. Vota. Não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhol de gatafunhos a que chama “sua graça”. Se há tumulto, chuchurreia de pé firme, com heroísmo, as porretadas oposicionistas, e ao cabo segue para a casa da chefe, de galo cívico na testa e colarinho sungado para trás, a fim de novamente lhe depor nas mãos o “diploma” (LOBATO, 1997: 92-93).

Quando a sociedade brasileira reconhece que o Jeca Tatu não era preguiçoso e vadio, já que assim era considerado devido à sua mestiçagem, e por conta do abandono do povo caipira, Jeca e seus companheiros começam a virar motivo de preocupação e eram agora deba-

tes nacionais. Como resolver a questão, de quem era a culpa de tantos transtornos, que num primeiro momento eram causados tão somente pelo povo caipira que não tinha se adaptado à sociedade rica e civilizada?

Jeca Tatu passou a ser o Zé Brasil, homem simples e pobre. Seus problemas seriam solucionados se tivesse umas terrinhas para plantar e viver sua vida, quem sabe como um ilustre fazendeiro.

A figura do negro continuava sofrendo o preconceito e discriminação. Em **Negrinha**, Lobato retrata a violência com que os negros eram tratados. A negrinha, personagem que caracterizava a vida de uma criança negra, órfã, sofria constantemente os maus tratos de sua senhora, mesmo em tempos de abolição.

A menina descrita no conto servia a uma senhora fazendeira, como uma lembrança do tempo em que o trabalho e todos tipos de afazeres eram realizados pelos negros escravos. Assim descreve Lobato:

“Dona Inácia estava azeda... e disse à Negrinha:

– Traga um ovo.

Veio o ovo. Dona Inácia mesma pô-lo na água a ferver; e de mãos à cinta, gozando-se na prelibação da tortura, ficou de pé uns minutos, à espera. Seus olhos contentes envolviam a mísera criança que, encolhidinha a um canto, aguardava trêmula alguma coisa de nunca visto. Quando o ovo chegou a ponto, a boa senhora chamou:

– Vem cá!

Negrinha aproximou-se.

– Abra a boca!

Negrinha abriu a boca, como o cuco, e fechou os olhos. A patroa, então, com uma colher, tirou da água “pulando” o ovo e zás! Na boca da pequena. E antes que o urro de dor caísse, suas mãos amordaçaram-na até que o ovo arrefecesse. Negrinha urrou surdamente, pelo nariz. Esperneou. Mas só. Nem os vizinhos chegaram a perceber aquilo...

... E a virtuosa dama voltou contente da vida para o trono, a fim de receber o vigário que chegava. ‘Ah, monsenhor! Não se pode ser boa nesta vida... Estou criando aquela pobre órfã, filha da Cesária – mas que trabalhadeira me dá!’ ‘A caridade é a mais bela das virtudes cristãs, minha senhora, murmurou o padre’. ‘Sim, mas cansa...’ (LOBATO, 1956: 3-12).

Ai, não é de se estranhar na estrutura social brasileira um forte e arraigado sentimento etnocentrista!

Darcy Ribeiro, por exemplo, prefere dizer que o produto final e real da colonização, foi a formação de um povo-nação, repleto de uma diversidade cultural, característica da miscigenação, que ocorreu em nosso país. Segundo o autor, a nação ficou dividida em grandes grupos étnicos e nos chama a atenção de que não há um Brasil, mas “os *brasís*”. O Brasil sertanejo, caboclo, crioulo, caipira e gaúcho... Onde a perda de identidade do branco, do negro e do índio (no processo de miscigenação) fez surgir “o brasileiro”! Povo “misturado”, ora não definido! Sim, mas apesar de todas as diferenças: **brasileiro!** Não podendo haver o abandono, diagnosticado por Euclides da Cunha, na separação do Brasil do “litoral” e Brasil do “sertão”.



ATIVIDADE

Para sua melhor compreensão sobre a formação do povo brasileiro, faça uma análise das obras de Roberto Da Matta “O que faz o Brasil, Brasil?” e de Euclides da Cunha “Os Sertões”, que escreveram sobre o processo de colonização e a formação do nosso povo. Depois, relate em sala de aula, as análises que eles fizeram sobre a formação do povo brasileiro, na perspectiva da miscigenação.

Sabe por que nós mesmos temos essa atitude etnocêntrica arraigada, que nos leva a não aceitar, dentro de nossa própria sociedade, determinados grupos étnicos? Temos uma consciência “contaminada”!

Hum, complicou? Vamos descomplicar e, entender o que é essa tal de consciência nas relações sociais.

O antropólogo Levi-Strauss nos ajuda a entender que a nossa vida social é “moldada” pelas estruturas sociais. As nossas relações sociais são “determinadas” por modelos (que são um conjunto de idéias pré-elaboradas, chamadas por este autor de “estruturas”). As **estruturas sociais** são como modelos sociais! Agimos na sociedade, na nossa vida cotidiana, obedecendo de forma “inconsciente” a esses modelos. **E assim, ocorre o que disse Durkheim, somos “condicionados” na nossa maneira de vestir, pensar, agir...**

Ou seja, a “consciência” é aquilo que conseguimos ver e realizar, isso ocorre nas nossas relações sociais. Uma pessoa que discrimina outra por sua cor, ou ainda grupos étnicos que não aceitam outro grupo étnico, estão tendo tal atitude por causa do “inconsciente”, que são as estruturas da sociedade, as idéias que a sociedade faz das pessoas de cor, ou dos grupos étnicos que não são valorizados na sociedade.

Nossa sociedade brasileira foi estruturada na não-compreensão e não-aceitação de sua diversidade... Eis aí o motivo da nossa crise de

Estruturas sociais: Tem uma relação direta com a infraestrutura, que é a base material e econômica da sociedade e da superestrutura, que são o conjunto de idéias, valores, leis, religião que ideologicamente organizam a vida social.

identidade. Muitos de nós não queremos parecer conosco mesmos! Preferimos pensar que outras nações e culturas são melhores que a nossa! E assim reproduzimos, em nossas relações sociais, atitudes de discriminação ou etnocêntricas!!

Mas, contudo, o discurso simplista e conformista, de atribuir ao inconsciente (as estruturas sociais), as atitudes preconceituosas, muitas vezes oculta a ideologia que persiste ainda hoje em nossa sociedade de que as diferenças raciais, étnicas e culturais são o motivo do não-desenvolvimento e progresso da nação.

Nosso país é rico em toda a sua diversidade, não se constitui, então, em “problema” a miscigenação e nem tão pouco as imigrações que aqui se firmaram e formou o Brasil. Presenciamos, hoje, muitos “entranhas” econômicos e políticos que não têm em sua gênese relação com as questões raciais e étnicas.



ATIVIDADE

Assista ao filme “Um ato de coragem” (Direção: Nick Cassanvetes, EUA, 2002, 118min.). A partir da análise do filme e do texto acima sobre a denúncia das condições de vida do negro no período da escravidão e da realidade do preconceito “camuflado” em nossa sociedade, monte uma dramatização retratando esta realidade. Depois, escreva um texto crítico sobre a discriminação étnica e as desigualdades de oportunidades no Brasil.

REFERÊNCIAS:

- BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 1902.
- DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978, Vol. I e II.
- FREIRE-MAIA, N. **Brasil: laboratório racial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GONÇALVES, M. M. T.; AQUINO, Z. T.; SILVA, Z. B.(Orgs.) **Antologia escolar de literatura brasileira: poesia e prosa**. São Paulo: Musa Editora, 1998.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LOBATO, M. **Contos** (extraídos de Urupês). Curitiba: Pólo editorial do Paraná, 1997.

LOBATO, M. **Negrinha**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

MAGGE, Y. REZENDA, Claudia Barcellos. (Orgs.) **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MORAES, P. R. Bodê de. “O Jeca e a cozinheira: raça e racismo em Monteiro Lobato”. In: **Revista de Sociologia e Política**. N ° 8, UFPR, 1997.

POUTGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

OLIVEIRA, R. C. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo, Ed. Pioneira, 1981.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

SUPLICY, M. “Novos paradigmas nas esferas de poder”. In: **Revista**: Estudos feministas. IFCS/UFRJ PPCPIS/NFRJ, Vol. 4, nº 1/96.

SANT’Anna, Darli Machado e CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira (orgs.). **Índios do Paraná**. AVAÍ – Associação Nacional de Apoio ao Índio, Curitiba, 1983.



ANOTAÇÕES



CULTURA: CRIAÇÃO OU APROPRIAÇÃO?

■ Sheila Aparecida Santos Silva¹



Você sabe qual a utilidade de um instrumento chamado cabresto?

¹Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela –
Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante – Assis
Chateaubriand - PR

O cabresto é utilizado como um instrumento para guiar o cavalo, a mula, o jumento, etc. Serve para pôr freio nos animais ou ainda, para governar suas ações de tal modo que façam o que queremos. Tais atitudes de dominar e governar as ações “alheias” não acontece somente com relação aos animais.

Socialmente, há mecanismos de controle que visam dominar e guiar as ações dos indivíduos ou de uma coletividade. No “Folhas” anterior compreendemos o porquê da diversidade cultural em nosso país. Agora, vamos entender mais um pouco da dinâmica cultural, não somente no âmbito nacional, mas analisaremos também como a cultura foi se tornando um mecanismo de controle social e um vivo e próspero “objeto” de comercialização.

Bom, mas a **cultura** pode ser um cabresto?

E aí, deu um nó na sua cabeça? Ficou confuso? Vamos esclarecer! Lembra-se do período iluminista? Nos séculos XVII e XVIII, a Europa passava por profundas transformações sociais. A burguesia estava em ascensão, o regime absolutista e aristocrático estava declinando. O momento era o da busca da liberdade, o homem procurava em si mesmo explicação para sua vida e para a sociedade, não necessitava ou não queria mais as explicações religiosas e místicas. O científico, ou seja, tudo o que é testado pela experiência do próprio homem, passou a ter VALOR.

Com o estabelecimento do capitalismo, o modo de vida burguês passa a ser dominante, fortemente influenciado pelos ideais iluministas. As obras artísticas e literárias e, principalmente, as artes plásticas começam a representar ou “impulsionar” os valores desta nova classe, assim como o seu requintado estilo de vida.

Voltando à Idade Média, as manifestações culturais literárias e artísticas Barrocas que tratavam os valores religiosos e artísticos, assim como o modelo de vida do absolutismo e do poder da Igreja sobre a vida das pessoas é substituído e entra em cena o **Arcadismo**. Este se opõe ao “velho” modo de vida religioso começou a se basear nos ideários iluministas, representando por meio da pintura, da música, da literatura e da arquitetura, o domínio da razão, que se expandia por toda a Europa. Entrando nos séculos XVII e XVIII, a burguesia nascente deste período mergulha nestes novos ideários, descobre que pode usufruir uma vida refinada e culta, porque reafirmava enquanto classe dominante seus valores e modo de vida.

Mas você pode dizer: “**A cultura tem tudo a ver com as obras literárias e artísticas!**” E tem mesmo! Mas, além de vermos a arte e a literatura dos povos, apenas, como uma manifestação ou expressão cultural, é necessário para fazermos uma análise da sociedade, entendermos como a cultura foi se tornando ao longo da história, diferenciada e “usada” pelo sistema capitalista para acumulação e reprodução de capital.

Diferença entre a Literatura Barroca e o Arcadismo e suas funções sociais: O Barroco foi uma manifestação artística de Contra-reforma que investia na volta de uma intensa religiosidade em detrimento ao movimento Humanista. Já o arcadismo herdeiro do período Iluminista, expressava as manifestações artísticas baseadas no novo estilo de vida e visão de mundo da alta burguesia insatisfeita com o absolutismo.

A relação entre burguesia e o que é considerado culto nos leva a pensar que existem diferenças culturais, ou melhor, diversas expressões culturais, entre os diferentes grupos ou classes sociais. A cultura de cada grupo, sociedade, povo ou nação, tem sua própria lógica que expressa a maneira de ser e viver dos indivíduos.

Mas como a burguesia por exemplo conseguiu se “apropriar” dos saberes e conhecimentos intelectuais e científicos? Nos “Folhas” sobre as Instituições Sociais, vemos como as diferentes sociedades transmitem seus valores culturais. Em sociedades mais complexas como a nossa, a transmissão de conhecimentos é de maneira sistemática.

Ora, desde que a educação passou a ser institucionalizada, ou seja, quando se passou a ensinar os valores, costumes, saberes científicos e os procedimentos técnicos acumulados historicamente, que nada mais é do que a cultura da sociedade, a escola passa a ser o lugar onde as pessoas recebem esses saberes. No entanto, as possibilidades de acesso aos saberes, que são universalizados, ocorrem de maneira diferenciada.

Você já parou para pensar quais os saberes necessários ou básicos para a sobrevivência, na sociedade capitalista, principalmente para uma pessoa da classe trabalhadora? Quem já não ouviu a frase “**estuda menino para ser alguém na vida, ter um trabalho...**”. Vemos um grande contingente da população brasileira não ter acesso aos conhecimentos ofertados nos bancos escolares para terem a chance de “ter-se dado bem na vida”. E, o que sabem é considerado como “arcaico”, ou seja, ultrapassado.

Ora, as sociedades capitalistas têm em sua gênese a dominação como forma de se impor e um dos meios de legitimação é a **cultura**. Portanto, quem tem o acesso dos meios institucionais, como a educação, os meios de comunicação de massa, etc., consegue, de um certo modo, ditar algumas “regras” na sociedade.



PESQUISA

Pesquise em sua cidade como está a oferta de trabalho que exija o Ensino Médio e Superior e quais são as funções que cada nível de ensino pode ocupar. Verifique também se sua escola tem a porcentagem de alunos que assim que terminam o Ensino Médio ingressam na universidade em busca de “aprimoramento pessoal” para o trabalho. Apresente os resultados em sala de aula.

Mas, para entendermos as diferenças entre a cultura popular e erudita, devemos também analisar, além das relações sociais de poder, de

mando e controle social, como ao longo da história o chamado refinamento pessoal ajudou a reforçar as diferenças entre as classes sociais.

A idéia de refinamento pessoal compreende a aquisição de conhecimentos, a apropriação das normas lingüísticas da escrita, adquiridos na escola e universidades, lembrando que não se trata de um conhecimento qualquer, mas algo elaborado, sistematizado e reconhecido pela sociedade, no sentido de levar as pessoas a serem “cultas” e “civilizadas”. Esse também pode ser alcançado pelo convívio com pessoas “refinadas”, como por exemplo, a visitação e experiência com obras de arte consideradas Belas-artes.

Na Europa, desde os séculos XIV e XV, quando findava a Baixa Idade Média, **cultura** era sinônimo de civilização e conhecimento expresso pelas classes dominantes e dito civilizadas, que ainda não era a burguesia, mas sim a aristocracia. Ou seja, ter cultura era ser uma pessoa “cult”, detentora da razão e do conhecimento das coisas. Por conta disso, os valores culturais eruditos são associados à expansão colonizadora. De novo a idéia de que é necessário “civilizar” para o desenvolvimento e progresso das sociedades.

Para alguns autores, como os da escola de Frankfurt, importante Instituto para a Pesquisa Social criado em 1924 na Alemanha, Walter Benjamin (1892-1940), Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969), a cultura popular seria um meio de resistência da classe dominada às imposições da dominante.

O que ocorreu foi que, até o século XIX, “chique” mesmo era as pessoas portarem-se como os europeus, tudo nas casas burguesas era importado, faziam parte da última moda européia. Hoje, o “chique” é consumirmos o que é da última moda, mas no final do século XIX e início do XX, com o advento do que se chama cultura de massa e os diferentes modismos, houve certo “enjoamento” daquilo que era erudito. E não foi somente isso, a busca pela liberdade de expressão também contribuiu para a ocorrência de algumas mudanças culturais. A partir daí, o que era produzido e criado pelo povo foi apropriado pelos meios de comunicação.

Bom, mas que dizer do carnaval então? É uma festa popular? Embora o carnaval seja uma festa para todos, acaba, por conta da apropriação da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, sendo transformado em um espetáculo. O carnaval brasileiro, segundo DaMatta (1984: 75) em seu livro **O que faz o Brasil, Brasil?**, possibilita o encontro dos grupos e das classes sociais, das diferentes etnias. Constitui-se numa festa para todos. A troca de papéis sociais é comum, a vida diária, de casa ao trabalho, de muitas pessoas é mudada. Se a sociedade segrega e uniformiza a festa de carnaval, para quem participa, cria “(..) um cenário e uma atmosfera social onde tudo pode ser trocado de lugar (...)”.

O operário que em dias normais passa pelas ruas movimentadas vestindo seu simples uniforme e nem é notado, pode, no carnaval se fantasiar de um rei, aparecer na TV, ser reconhecido e admirado por um grande número de pessoas, pela sua destreza e agilidade de passos e coreografias ou simplesmente pela imagem que representa.



Foto: João Urban



ATIVIDADE

Faça uma análise do carnaval na nossa sociedade, com base no texto de DaMatta:

“Mas que coisa milagrosa! [...] Carnaval, pois, é inversão porque é competição numa sociedade marcada pela hierarquia. É movimento numa sociedade que tem horror à mobilidade, sobretudo à mobilidade que permite trocar efetivamente de posição social [...] Por tudo isso, o carnaval é a possibilidade utópica de mudar de lugar, de trocar de posição na estrutura social. De realmente inverter o mundo em direção à alegria, à abundância, à liberdade e, sobretudo, à igualdade de todos perante a sociedade. Pena que tudo isso só sirva para revelar o seu justo e exato oposto...” (DaMatta, 2000:78).

- O autor apresenta o carnaval como uma possibilidade de troca de papéis sociais e também nos leva a perceber seu caráter contraditório frente aos problemas sociais que enfrentamos. Com base no texto acima, discuta com os colegas levantando quais as contradições que o autor nos sugere quando fala das “possibilidades utópicas” do carnaval.

No Brasil, por conta das desigualdades socioeconômicas existentes, a classe trabalhadora, embora se constitua na maioria da população, não tem acesso a todas as manifestações culturais, tais como o teatro, óperas, educação de qualidade, etc. Por conta desta situação, numa interpretação de Carlos Rodrigues Brandão, autores como

Gramsci (1891-1937) consideram que, quando essas classes se manifestam com suas tradições culturais, estão de certa forma resistindo à cultura dominante e passam a lutar pelo que acreditam ser seu modo de vida, algo que faz parte de sua maneira de ver o mundo, de se expressar, de se reconhecer como classe.

A partir da discussão acima, podemos analisar a Literatura de Cordel no Brasil, veremos que esta, por ser uma literatura feita pelo povo, denunciando suas condições de vida e sua forma de ver o mundo, se constitui numa resistência por parte do povo de manter suas tradições culturais. Inspirada nos pliegos sueltos ou Folhas Soltas da Espanha e Portugal, a Literatura de Cordel ou os Folhetos, em nosso país, originou-se e desenvolveu-se tradicionalmente no nordeste brasileiro, configurando a expressão e manifestação cultural daquele povo.

A Literatura de Cordel no Brasil é um exemplo de expressão cultural que não sofreu tanto o processo de apropriação por parte da indústria cultural. Ou seja, não foram substituídos pelos meios de comunicação, mas convivem com o rádio e a TV. Os cordelistas ou repentistas espalhavam notícias e, ainda hoje, são um forte meio de comunicação com teores informativos, jornalísticos e entretenimento.

Os temas são geralmente populares difundindo a arte e a literatura folclórica, é o tipo de manifestação em que o povo ora canta, ora expressa na escrita com vocabulários próprios e regionais os costumes, as crenças ou personagens reais e imaginários, que configuram o seu cotidiano e são expostos em fios de barbante e colocados à venda.

Como a história de **Lampião** e sua companheira **Maria Bonita**, Padre Cícero, Cangaceiro, etc., que são personagens históricos do sertão nordestino. O nordeste foi palco da difusão da Literatura de Cordel, pois era um ambiente social cuja diversidade étnica, muito contribuiu para as formas de comunicação literária e poesia popular.



Lampião e Maria Bonita: Lampião (Virgulino Ferreira da Silva) foi um dos líderes mais famosos dos cangaceiros, tornou-se uma figura mitológica e lendária no nordeste, muito admirado pelo povo. Embora tendo praticado atos considerados imorais num período de sua vida pelo sertão, recebeu do governo federal da época a patente de oficial para lutar juntamente com os militares contra a Coluna Prestes. Sua companheira era Maria Bonita, que também o acompanhava em suas lutas, ambos foram mortos em 1938 e suas cabeças apresentadas ao povo nordestino e depois postas no museu local.

■ (Fonte: HORTA, 2004. Adaptado de: O grande livro do folclore).

Como a cultura é constantemente recriada pelos indivíduos em sociedade, tendo um caráter dinâmico, não é diferente com as expressões das obras da Literatura de Cordel. Os repentistas criam suas canções e histórias a partir da realidade social, muitas vezes denunciando a miséria e a fome nordestina, os acontecimentos políticos, a vida difícil dos trabalhadores rurais e urbanos, etc. Como podemos ler no fragmento do folheto **O testamento de Getúlio**, de José Gomes, que os assinava com o pseudônimo de Cuíca de Santo Amaro, cidade onde nasceu:

[...] Deixo ao povo brasileiro
Os quais me tinham amizade
Elas!... as Leis Trabalhistas
Para a sua liberdade
Deixo ela para o povo
Antes de ir pra a eternidade.

Deixo a todo trabalhador
Igualdade de condições
Isto é... o direito
Que também tem os patrões

E o Ministério do Trabalho
Pra castigar os Tubarões.

Deixo o cofre da Nação
Lá no Rio de Janeiro
Para os candidatos
E pra todo marreteiro
Que pelas eleições
Gastaram o seu dinheiro.

■ (Fonte: Batista, 1977:231).



ATIVIDADE

Com base no fragmento acima, produza um cordel a partir de sua realidade.

Gramsci (1891 – 1937), apud Brandão, diz que para todos os seus seguidores, o folclore é uma cultura de classe. (1982, p. 101). Ou seja, é a partir da realidade da luta de classes que se dá no cotidiano das pessoas, que esse tipo de obra literária expressa o saber do povo. Um saber baseado no senso comum, mas que reflete uma visão de mundo.

Existe diferença entre a Cultura Popular e o Folclore?

É interessante sabermos que sempre houve uma divergência entre os estudiosos e os próprios folcloristas. A “queixa” é a que, para os folcloristas, o **Folclore** é uma manifestação cultural tradicional do povo para o povo, são seus costumes nos contos e canções populares. Contudo, o termo Folclore surgiu em meados do século XIX e ganhou força quando, em 1846, o inglês William Thoms (1803-1885) inventou o termo folk-lore, (*folk* = povo e *lore* = saber, então, o “saber do povo”).

Antonio Gramsci: filósofo e político italiano, um dos fundadores do partido comunista italiano. Como teórico marxista defendia a hegemonia da classe .

Brandão em seu livro, **O que é Folclore**, discute sobre a dificuldade de se conceituar e diferenciar os termos Folclore e Cultura Popular. Mas, apresenta que no caso brasileiro, foi em 1950, com a intenção de efetivar as pesquisas e o estudo sobre as manifestações populares, na Carta de Folclore Brasileiro, redigida no I Congresso Brasileiro de Folclore, que pela primeira vez se buscou definir o que era o Folclore, e como tal fenômeno se expressa:

“Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica” (BRANDÃO, 1982: 31).



Foto: João Urban

■ Festa da Cavalaria de São Benedito - Aparecida - SP

Cultura popular e folclore são dois termos que, para muitos antropólogos, inclusive para Brandão, possuem o mesmo significado, pois, não são formas culturais estáticas e irreversíveis, mas que fazem parte das construções sociais, e por isso é dinâmica. No Brasil, vão além dos ritos, característicos das culturas africanas e indígenas, configuram também, a religiosidade, as danças, os pratos típicos de diferentes regiões, vivências e costumes regionais e tradicionais do povo.

Mas o que as pessoas comuns de nossa sociedade, que na maioria das vezes não são folcloristas e nem estudiosas dos fenômenos sócio-culturais, dizem de suas próprias tradições?



PESQUISA

Faça uma pesquisa em sua cidade para conhecer as manifestações de cultura popular. Depois, entreviste pessoas que participam desses grupos questionando o que as tradições lhes representam. Com os dados em mãos e com base no texto acima, produza um texto sobre essas manifestações culturais do cotidiano de sua cidade.

Bom, você deve estar pensando: O que toda essa história de folclore, cultura popular e erudita tem a ver com dominação e controle social?

Ao manter a sua própria expressão cultural, a classe popular trabalhadora está se opondo à cultura dominante e oficial, fazendo com que as tradições populares permaneçam não somente no imaginário das pessoas, mas tornando-as cada vez mais reais em seu cotidiano.

Por outro lado, a grande tendência de padronização cultural está fazendo com que as expressões culturais populares caiam no esquecimento ou quando muitas vezes é vista pelo próprio povo e a sociedade em geral, como uma cultura “pitoresca”. Uma outra crítica levantada com relação à padronização, é que quando as expressões culturais populares são planejadas, possuindo datas e regras para acontecerem, já não estão mais no controle e organização do povo para si mesmo no seu cotidiano.

O folclore torna-se nesse processo um instrumento de manipulação e controle social quando deixa de ser uma manifestação popular e passa a servir de “apaziguamento” entre grupos e classes sociais, como por exemplo, o carnaval, as festas religiosas, superficialmente demonstram uma integração harmônica das classes. Mas que na realidade cotidiana vivem em conflitos sociais.

E o comércio, onde ele entra nesta dinâmica sócio-cultural?

Na diferença entre os dois aspectos da cultura entram em cena a produção, a magia e a sedução da INDÚSTRIA CULTURAL...

Provavelmente você já ouviu falar em Indústria Cultural. A indústria cultural foi um termo criado por Adorno e Horkheimer, autores da escola de Frankfurt, que referenciavam este fenômeno ao que também conhecemos como “cultura de massa”, ou seja, a produção em larga escala de elementos da cultura. Ela é um dos frutos do sistema capitalista em que vivemos.

Com o estabelecimento do capitalismo, as cidades vão se transformando em pólos industriais e de importância social. Com isso, a população urbana aumenta e se torna o alvo do mercado e seus integrantes se transformam em consumidores em potencial, o que é conseqüência

de um barateamento da mercadoria industrializada, produzida em série. O mercado, em geral, se dinamiza, atingindo até a esfera cultural que, também, passa a ser transformada em mercadoria.

Você já se perguntou por que os hábitos e até os padrões de beleza sempre mudam? Com a propagação da cultura de massa entra em cena um novo padrão de beleza, uma nova estética que influencia o gosto das pessoas. E com o estabelecimento do capitalismo e da sociedade moderna, isso veio a se transformar mais ainda. As cidades passam a ficar cheias, são multidões que, de alguma maneira, estão aprendendo um novo estilo de vida, o urbano.

O sistema de capital percebe que uma massa emerge e, mais ainda, percebe que além de se produzir mercadorias de consumo geral para essa massa, poderia ser possível produzir, também, e em larga escala, elementos da cultura, transformando-os em mercadorias. Daí o termo cultura de massa ou para as massas, pois a partir do momento que se produz em série para o consumo do povo em geral, para existir um novo padrão de significações na visão de mundo, no que as pessoas pensam, sentem e agem.

Sabe aquela propaganda na TV que lhe deixou com uma vontade de tomar um refrigerante bem gelado, em pleno dia de verão?

Ou...

Aquela belíssimo carro, aquela casa dos seus sonhos, as roupas da última moda...

Os celulares de última geração...

Hum... São tantas as emoções e opções expostas e impostas pela mídia!



Realmente são muitas as opções, no entanto... Tudo o que é produzido pela indústria cultural custa dinheiro, ou seja, podemos “comprar” se tivermos as condições financeiras.

E o capital, onde ele entra em tudo isso? Bom, este por sua vez se apropria das expressões culturais, que podem ser: os jornais, livros, filmes, peças teatrais, músicas, tudo o que possa expressar a cultura de determinado grupo social. E então, ele a transforma em produto para o consumo fazendo com que a dicotomia entre popular e erudito quase se anule, pois a indústria cultural visa a compra e venda de tudo que ela produz, não importando se a burguesia está consumindo um CD de música Funk, originado e tocado nos bailes da periferia.

Quando falamos em **cultura** e, principalmente em cultura de massa e indústria cultural a coisa não é diferente. O que sempre vai estar em jogo é a manipulação dos valores e padrões estéticos visando ao controle das massas. Contudo, as classes sociais podem ter suas percepções e visões de mundo e também propagá-las.

Quem não se lembra ou já ouviu falar da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)? Assim que os militares tomaram o poder com atitudes autoritárias passaram a controlar não somente os assuntos políticos e econômicos, mas também as outras esferas sócio-culturais, censurando todo tipo de manifestação artística que eram contrárias ao regime autoritário.

Jovens artistas como Edu Lobo, Chico Buarque de Holanda, Geraldo Vandré, Geraldo Azevedo dentre outros, fizeram parte do movimento oposicionista de esquerda nos anos sessenta e setenta que se expressava culturalmente por meio da música. Tal movimento se constituiu numa **contracultura**, que mobilizou jovens e intelectuais do mundo ocidental, durante os anos 60 e 70, que proclamava uma nova maneira de pensar independente dos valores sócio-culturais e dominantes da época.

No Brasil, especificamente com a produção da música popular brasileira, a MPB, surgiu um novo tipo de música que denunciava a opressão frente às atrocidades do autoritarismo da época. Cantava um grito à liberdade! No Folhas sobre Movimentos Sociais você pode ver, detalhadamente, como o movimento estudantil se articulava e, em especial a participação de alguns destes compositores e cantores.

Como diz Renato Ortiz (1947-) em **Cultura brasileira e identidade nacional**, o que está por trás das manifestações populares não é pura e simplesmente uma visão de mundo, “(...) mas um projeto político que utiliza a cultura como elemento de sua realização... significa função política dirigida em relação ao povo”. (ORTIZ, 2003:72). Ou seja, as manifestações culturais populares podem se constituir em um projeto político, engajadas numa luta por diferentes reivindicações. Na atualidade ainda há vários cantores e grupos musicais que expressam em suas canções a realidade social, denunciando questões como: a crise política, a corrupção, a fome e a miséria da maioria da população brasileira.

Curiosidade:

A música popular “sertaneja” tem suas letras baseadas na coletividade rural.

Já a música popular urbana dos grandes centros possui vários gêneros conforme a identidade cultural regional dos grupos sociais.

Já que estamos falando em música... vamos dar um mergulho em algumas produções artísticas musicais e entender como os segmentos da sociedade podem se apropriar da arte para manifestar suas aspirações e idéias: a chamada Arte engajada.

Contracultura ou anti-cultura: termo originário da imprensa norte-americana, que significa oposição expressa de diferentes maneiras a algo estabelecido. Ou ainda, é uma crítica radical ao sistema social e cultural em vigor.

Qual o ritmo de música que você “curte”?

Temos à nossa disposição vários estilos musicais com diferentes ritmos, organizados por diversas durações e intensidade de movimentos. Os compositores combinam nos trechos das músicas um ou mais ritmos que fazem com que as mesmas expressem em todas as suas características, tanto a mensagem como a emoção contida nas letras. Grande parte das músicas produzidas durante o regime militar por militantes de esquerda e opositores ao autoritarismo, eram construídas por composições rítmicas e várias outras estratégias para passar despercebidas pela censura do período.

Ao ouvir uma música somos atraídos não somente pelos conteúdos das letras, mas também, às suas características rítmicas, melódicas e harmônicas. Há quem goste de ritmos constantes e lentos, como a valsa, por exemplo, ou ainda ritmos rápidos e fortes, como do samba, rock, etc.



ATIVIDADE

Vamos entender como Chico Buarque e Geraldo Vandré utilizaram as composições rítmicas para expressarem suas mensagens a partir de suas músicas, para “fugir” da censura do Regime Militar: “Pra não dizer que não falei das flores” e “Roda-viva”. Leia as estrofes abaixo e resolva as questões:

Roda-viva, de Chico Buarque (1967):

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Roda-moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

Pra não dizer que não falei das flores, de Geraldo Vandré (1968):

Pelos campos a fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição:
De morrer pela pátria e viver sem razão...

- Procure entender como os autores construíram suas canções, identificando quais as relações há entre: o contexto histórico (realidade social), o conteúdo das letras e o ritmo que caracterizam este tipo de música.
- Relacione as músicas com a atual realidade social e cultural de nosso país, identificando suas críticas válidas para a realidade brasileira. Monte um grupo de alunos e apresentem essas questões em sala de aula.

E as novelas e o cinema?

Você já percebeu como algumas pessoas não perdem um capítulo da novela, principalmente aquelas que conseguem atingir grande número de telespectadores? Tanto as novelas como o cinema são criações dos meios de comunicação a serviço do capital, pois não é feito pelas pessoas, como eu e você e tantas outras que os assistem. Os filmes, por exemplo, reproduzem acontecimentos como o holocausto dos judeus na Segunda Guerra Mundial, mas o interesse de tal produção cinematográfica, além de contar a história, é se utilizar dela como meio de sobrevivência e reprodução de capital.

Após a Revolução Industrial do século XVIII, tudo virou objeto de consumo, como vimos acima, tudo pode ser transformado em produto. Não só a cultura popular é difundida e disseminada. Até a própria sinfonia de Mozart, os quadros da Monalisa e Santa Ceia, de Leonardo da Vinci e obras de importantes artistas, como as do brasileiro Cândido Portinari, são reconhecidamente de origem erudita. Isto é, o que antes era encontrado somente em museus ou em casa dos ricos, passaram a entrar em casas simples, de pessoas de baixa renda, ou produzidas em série estampadas em camisetas de marcas comuns.

Contudo, por mais que os filmes e programas televisivos não apresentem um caráter enriquecedor para o conhecimento humano, sua crítica radical deve ser repensada, pois é possível encontrar diversas programações que trazem uma qualidade de produção e de informações, possibilitando às pessoas questionar a si e a sociedade na qual vivem.



PESQUISA

Pesquise sobre os valores sócio-culturais e padrões tanto de beleza como de consumo que a TV transmite. Debatam em sala de aula tais padrões, questionando se estes condizem com a realidade da população, especificamente do seu bairro. Depois, monte um documentário, fotografado ou filmado, que pode ser apresentado para os demais alunos do colégio.

E aí, quais as vantagens e desvantagens da indústria cultural?

Pensar a indústria cultural como vantajosa, é dizer que a partir dela mesma e dos meios de comunicação de massa, uma parcela da população, que sempre esteve alheia a fontes de informações, passa a ter possibilidade de maior acesso a tais fontes informativas, o que contribui para uma maior informação do público.

Outro argumento é o fato de que, pela indústria cultural, os **diferentes gostos e culturas** poderiam ser vistos e encarados de maneira mais sensível e abrangente. Ou seja, os meios de comunicação poderiam es-

Multiculturalismo:

É a existência de diferentes e múltiplas culturas. O termo multiculturalismo é atualmente muito discutido quando o assunto são políticas culturais, democracia e cidadania, como, por exemplo, acesso à educação de qualidade e a todas as manifestações culturais, independente das diferenças étnicas e culturais.

tar trabalhando com a temática do **multiculturalismo**, aproximando os diferentes, culturalmente falando, e diminuindo os entraves causados por tais distinções e preconceitos culturais.

Mas nem tudo parece ser bom...

O lado desvantajoso da indústria cultural é seu caráter coercitivo que se caracteriza na imposição à padronização, pondo em igual patamar todas as diferentes manifestações culturais, ou seja, vende uma imagem de “harmonia” de cultura única, descaracterizando as diferenças.

Outro argumento é quanto à criação de uma falsa necessidade de consumo pelas propagandas, como já discutimos acima. Além de desestimular o público a **pensar** e **refletir** a respeito do que vê, uma vez que tudo é traduzido em forma de entretenimento, informação rápida e pronta, torna-se um meio de comunicação alienante, pois a maioria do público em geral que somente tem acesso às “informações-relâmpago” é geralmente passivo e não consegue refletir com clareza de detalhes sobre os acontecimentos sociais.

Portanto, devemos ter a consciência de que os produtos veiculados na mídia são, em sua maioria, criados por grupos poderosos e que visam a lucratividade. Essa linha de raciocínio nos leva a imaginar a necessidade de continuar com o processo da industrialização da cultura, porém, não se deve perder a noção da existência da dominação, ou seja, que há grupos que desejam manipular as massas a comprarem tudo o que vêem e a viverem da maneira que eles, os donos do capital, querem.

A indústria cultural, com suas vantagens e desvantagens, pode ser caracterizada pela transformação da cultura em mercadoria, com produção em série e de baixo custo, para que todos possam ter acesso. É uma indústria como qualquer outra, que deseja o lucro e que trabalha para conquistar o seu cliente, vendendo imagens, seduzindo o seu público a ter necessidades que antes não tinham.

Podemos nos posicionar frente à indústria cultural? A indústria cultural, característica da sociedade contemporânea, deve ser pensada quanto ao seu papel. Torna-se necessária uma reflexão sobre que valores culturais estão sendo veiculados na mídia e a quem eles servem. Uma atitude otimista quanto à cultura de massa pode existir, porém uma atitude crítica deve permear os processos de transmissão e assimilação das informações veiculadas.

Você se sente alienado pelas maciças propagandas que apelam para o consumismo exacerbado? Vamos analisar como a população encara esta situação?



ATIVIDADE

Entreviste 5 pessoas de sua comunidade ou bairro, monte um questionário sobre a renda familiar, os utensílios domésticos e eletrônicos em geral que possuam em suas casas, as despesas com alimentação, vestuário e saúde e o acesso às diferentes manifestações culturais, tais como: teatro, cinema, música, educação, etc. Depois, com base no texto acima, monte um painel sobre a realidade da população frente aos apelos consumistas.

Referências:

- ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BATISTA, S. N. **Antologia da Literatura de Cordel**. 1ª ed. Natal: Fundação José Augusto, 1977.
- BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- BRANDÃO, C. R. **O que é folclore**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- COELHO, T. **O que é indústria cultural**. 15ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1984.
- HORTA, C. F. M. M. (Coord.). **O grande livro do folclore**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2004.
- LIMA, L. C. (Org.) **Teoria da cultura de massa**. 5ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PANELAS, O. Introdução e seleção de Maurice Van Woensel. In: **Biblioteca de Cordel**. São Paulo: Hedra, 2001.
- PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- TINHORÃO, J. R. **Cultura popular – temas e questões**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2001.
- SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2000.

I n t r o d u ç ã o

Quando você está caminhando nas ruas observa tudo o que há ao seu redor? Casas, ruas, estradas, prédios, carros, ônibus, pessoas.... Você sabia que tudo isto existe porque o ser humano para sobreviver age sobre a natureza, modificando-a e assim estabelece relações com os outros seres humanos? Como? Bem, isto é a vida social. Quando as pessoas vão ao trabalho, elas se relacionam com os outros colegas de trabalho, com a chefia, com o patrão. Na escola, elas se relacionam com os outros alunos, com a direção, funcionários e professores. Se entendermos estas relações dentro de um conjunto formado por todos os seres humanos vamos ter a Sociedade.

Está claro que ela é formada pelas pessoas, que por sua vez vão formular leis, regras, instituições, formas diferentes de produzir os objetos, de governar os países, organizar os Estados.

Como podemos entendê-la já que ela é tudo isto? De uma forma científica, isto é dentro de um pensamento racional mas também variado com uma multiplicidade de interpretações. Este pensamento é a Sociologia. É ela que nos ajuda a entender as relações de trabalho dentro da sociedade que vivemos: a sociedade capitalista.

Então para entender o capitalismo devemos recorrer à Sociologia? Sim, mas não sozinha. Junto com a História, a Geografia, a Economia, a Filosofia ela vai construindo uma explicação sobre o que ocorre com os seres humanos quando ao ir para o trabalho e para a escola, como citamos acima, eles vão se relacionando. Mas, se vivemos em mundo com guerras, exploração e desigualdade, pobreza e riqueza, como é que podemos afirmar que estamos nos relacionando? E se estabelecemos estas relações, como sabemos que vamos poder mudá-las, ou que vamos mantê-las?

Para responder a estas questões, dentro da Sociologia, existe um conjunto de temas e de teorias que são estudados pelos pensadores, e que vão revelando as respostas destas indagações.

Entre estes, temos a questão do **Trabalho, da Ideologia e da Globalização**. São temas que estão ligados entre si, se considerarmos que fazem parte daquele conjunto formado pelos seres humanos, que é a sociedade. Então a Sociologia estuda a sociedade ao se preocupar com estes assuntos? Sim!. E considerando que a história da Sociologia está relacionada com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, vamos ver que ela, ao analisar estas problemáticas, criou um conhecimento acerca do mundo, e dos homens e mulheres que nele moram, trabalham e estudam.

Para ajudar a entender como a Sociologia faz esta análise, e possamos compreender como esta dinâmica se desenvolve, estes dois “Folhas” foram elaborados.

O primeiro Folhas trata da questão do **trabalho** dentro da sociedade capitalista, como ele permite o desenvolvimento de um processo de exploração desta ação criativa. Isto é, a existência das classes sociais faz desta atividade uma ação marcada pela desigualdade. Esta desigualdade não se revela no momento em que os objetos são produzidos mas sim, no momento em que os trabalhadores vão consumir o que é necessário para sua sobrevivência. Esta produção não resolve somente problemas materiais como comida e moradia, mas questões subjetivas, como o conhecimento, os sentimentos. Como você irá ler, segundo a música “Comida” cantada pelos Titãs, “(...) não queremos somente comida, mas também diversão e arte”.

Procuraremos entender que os seres humanos para sobreviver retiraram da natureza a matéria-prima para produzir objetos necessários ao seu consumo. Esta ação é denominada trabalho. Ela é uma atividade que cria e criou tudo que a humanidade possui, desde a Pré-história até a atualidade, no século XXI. Criou os remédios para combater os vírus, como criou prédios – como os que existem no Japão, que acompanham as oscilações que os tremores de terras causam. Criou, tanto uma estação espacial, onde vivem cientistas, que fazem pesquisas relativas a uma possível sobrevivência no espaço, como as armas atômicas que dizimaram tantas pessoas. Cria as músicas, os filmes, os livros. É de fato uma ação criadora.

A questão é saber se esta produção é decidida por aqueles que a executam, ou se está nas mãos daqueles que são proprietários das máquinas, das ferramentas, da matéria-prima.

O segundo Folhas trata do fenômeno da **globalização** e de como e quando ela passou a ser dinâmica, dominante no capitalismo neste final do século XX e começo do século XXI. A globalização modificou a relação do Estado com a sociedade e a forma de organização da produção dos objetos necessários à sobrevivência. Vai observar também que se a globalização abre as fronteiras dos países, vai deixar o Estado refém dos interesses das corporações e dos organismos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional).

São dois Folhas que irão ajudar a entender o funcionamento do capitalismo, a partir da explicação sociológica que existem sobre os temas. Queremos uma saída para tantos problemas, estudar a sociedade em que vivemos, para sabermos refletir sobre eles, já que a reflexão pode ser uma alternativa para começar a desvendá-los.

Boa leitura e bom estudo!



O PROCESSO DE TRABALHO E A DESIGUALDADE SOCIAL

■ Katya Picanço¹

“A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
(...)
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer”

■ COMIDA – Arnaldo Antunes,
Marcelo Fromer e Sérgio Britto.

Você já escutou os versos acima e já parou para pensar sobre o que podemos fazer para ter tudo isto? Ou melhor, o que você, sua família, e seus amigos fazem para ter acesso a tudo isto?

Odisséia foi a aventura que Ulisses ou Odisseu realizou para voltar para casa, cheia de problemas – mortes de amigos, de familiares, falta de comida, encontro com ciclopes, chuvas, ventos, questionamentos sobre o poder dos Deuses e também da própria existência do ser humano – enfim uma história relatada por Homero, poeta grego a quem é atribuída a autoria desta história e da Ilíada. São histórias que servem para que se resgate na História da Humanidade o período homérico da Antiguidade Clássica.

Sabemos que para viver temos que ter comida, água potável, roupas e uma moradia segura. Mas sabemos também que na sociedade capitalista o caminho para ter o acesso à “comida, diversão e arte” não é nada fácil, é uma verdadeira odisséia. Então, como é possível suprir estas necessidades básicas?

Se “(...) a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte(...)”, o que fazemos afinal, para conseguirmos garantir e resolver estas questões? O que você faz?

Agora, como estão nos versos da música, queremos ter a garantia que as chamadas questões materiais – a comida, a água potável, as roupas adequadas para cada tipo de estação, a casa com segurança – e as questões subjetivas – sentimentos, desejos, gostos – sejam resolvidas. Temos aqui, portanto, duas questões essenciais: o que é imediato ou básico são necessidades materiais do ser humano; o que é subjetivo são necessidades imateriais. Mas esta preocupação não é somente uma preocupação particular, mas de todas as sociedades ao longo da história humana. Como “(...) a gente não quer só comida (...)”, estas duas necessidades devem ser resolvidas, e na busca destas soluções, novas necessidades vão surgindo. Assim, o contorno do nosso cotidiano vai sendo desenhado na medida em que as soluções de todos os tipos vão se realizando. Para pensar sobre isso, vejamos como a Sociologia pode nos auxiliar.

O pensador alemão Karl Marx (1818-1883) afirmou que, para resolver as suas necessidades básicas, o ser humano vai se apropriando da natureza, estabelecendo relações com outros seres humanos, pensando sobre a sua vida e criando novas e novas necessidades. Como isso é possível? Imagine que você tem que construir um banco de praça e a matéria-prima é de “segunda mão”. Tendo o material, o que mais é necessário para construir o banco? Bem, o conhecimento de como fazê-lo, e de como utilizar o material reciclável e as ferramentas. Temos, portanto:

- (1) você – um SER HUMANO;
- (2) o CONHECIMENTO;
- (3) a natureza que já foi modificada, a MATÉRIA-PRIMA;
- (4) e os INSTRUMENTOS – máquinas, ferramentas e utensílios.

São necessários todos estes elementos juntos para que o banco seja construído. Temos uma unidade que permite que você produza ou melhor construa o banco. Esta unidade é o que chamamos de PROCESSO DE TRABALHO.

Foi com este processo que a humanidade construiu tudo o que existe na vida: ferramentas, máquinas, a matéria-prima transformada ou não (um exemplo disto é o ferro encontrado bruto na natureza, transformado em aço para a fabricação de tratores, ônibus, geladeiras, bicicletas), os prédios, os estádios de futebol, as escolas, as ruas e es-

tradas, os ônibus espaciais... enfim um conjunto imenso de coisas. Se isolarmos o conhecimento, as ferramentas e a matéria-prima e retirarmos você da construção do banco, vamos observar que o banco não será construído. *Então consideramos você – o ser humano – o principal elemento desta unidade.* Isto porque é você quem vai dar asas à imaginação (pois não é só de pão que vive o homem) e construir e transformar tudo que o cerca.



PESQUISA

Pegue qualquer objeto do seu dia-a-dia e pesquise:

1. Qual é a matéria-prima utilizada? Ela é bruta ou já foi processada?
2. Explique que tipo de conhecimento está envolvido na fabricação deste objeto: artístico, científico, filosófico?
3. Quais ferramentas foram utilizadas? Quem esteve envolvido na sua fabricação? Explique como.
4. Faça uma conclusão considerando a importância deste objeto para o seu cotidiano. Explique se ele é fundamental ou secundário.

Então, seguindo o raciocínio anterior, sabemos que para viver temos que resolver problemas de ordem material e básica como comer, beber, vestir e morar. Mas como nos indica a música não é só disto que vivemos. Ir ao cinema, sair com os amigos, ir ao futebol, participar das festividades na família, exercitar e exercer nossa sensibilidade e gosto por um tipo de roupa, de música, de filme, de time de futebol, de professor, e de amigo fazem parte desta busca de resoluções. Para isto, os seres humanos vêm modificando a natureza e tudo ao seu redor, até a nós mesmos. Já sabemos que o ser humano é o principal elemento do processo de produção.

Se acompanharmos os jornais vamos perceber que as ações não caminham para a resolução das necessidades materiais e imateriais. A destruição do planeta e de outros seres humanos ocorrem indiscriminadamente em quase todos os lugares do mundo. Isto é o que em Sociologia foi chamado de contradição, por Karl Marx, pensador alemão já citado anteriormente neste texto: a não-resolução das necessidades humanas mesmo tendo condições para fazê-lo. São problemas que a humanidade não resolveu desde que o gênero *homo* começou a dominar o planeta.

Você sabe que nesta caminhada do ser humano, para resolver estas necessidades, ele desenvolve ligações com os outros seres humanos e várias formas de organizações sociais vão surgindo. Seguindo este ra-

ciocínio, é a unidade entre o ser humano, o conhecimento, os instrumentos e a matéria-prima, que possibilita a relação como o mundo natural e a criação do mundo social modificado. Vamos tentar entender como se desenvolvem estas ligações.

Quando o homem se espalhou pelo mundo, saindo da África e convivendo, segundo as recentes pesquisas da Paleoantropologia, com outras espécies do gênero, criou laços com os membros do seu grupo. Estes laços se estreitaram, ficando cada vez mais fortes, pois enfrentar a natureza – clima, vegetação, relevo, animais selvagens – revela-se uma aventura difícil e perigosa. Por isso, a união para garantir a existência passa a ser o elemento principal para continuar vivendo. Essas ligações são denominadas de relações sociais. Estamos vendo que, no início do processo de surgimento das primeiras formas de organização social estas relações eram coletivas.

Então, o que significa dizer que essas relações eram coletivas?

Imagine que você e seus amigos estão perdidos na floresta Amazônica e não conhecem o território, e necessitem fabricar instrumentos e utensílios. O mundo natural parece ameaçador e com certeza vocês buscarão ficar unidos, dividir igualmente a comida, a água, os cuidados com aqueles que estão doentes e com medo. Querem resolver tudo para que todos fiquem bem. Então, unidos, zelarão para que o grupo consiga sobreviver em um ambiente inóspito para o forasteiro. É muito importante observar que no processo de transformação da natureza, o

homem vai modificando o espaço natural considerando as suas capacidades e as ferramentas que possui. É uma combinação e uma escolha entre a capacidade humana de transformação e aquilo que ele vai encontrar na natureza. O que resulta desta relação é uma nova realidade que continua a ser explorada. Veja na proposta de trabalho a seguir como isto é possível.

O homem moderno ou o *homo sapiens sapiens* surgiu segundo os estudos da Paleantropologia há mais ou menos 200 mil anos. Espalhou-se pelo mundo há pelos menos 50.000 anos. Segundo as polêmicas relacionadas com as novas descobertas de fósseis, existe também a possibilidade de que o *homo sapiens* tenha convivido com outras espécies do gênero. Esta teoria faz parte das discussões do processo de transformações biológicas e de apropriação da natureza que deram origem ao homem moderno. O momento desta apropriação é denominado de Paleolítico – ou Idade da Pedra Lascada.





PESQUISA

Faça uma pesquisa e veja se ainda hoje existem regiões inóspitas além desta descrita acima, e pense como você e seu grupo agiriam para sobreviver. Para isto você deve:

1. Localizar a região e indicar qual é o tipo da paisagem;
2. descrever como garantiriam a água;
3. descrever como garantiriam a segurança;
4. descrever como garantiriam os alimentos;
5. descrever como garantiriam a saúde;
6. descrever como garantiriam a locomoção.

Então, no início da existência da humanidade (40.000 a.C.), havia uma relativa igualdade entre os membros de um mesmo agrupamento social. Relativa porque do ponto de vista das questões básicas de sobrevivência todos têm acesso a eles. Ao mesmo tempo estas sociedades eram hierarquizadas tanto com a divisão sexual do trabalho quanto com as demarcações etárias. Como sabemos disto? É só observarmos os povos indígenas brasileiros, antes da chegada dos europeus (século XIV da Era Cristã). A forma de organização e de resolução dos problemas de sobrevivência destes povos é exemplo deste período quando havia a necessidade de agir coletivamente, para enfrentar a natureza.

Veja, os indígenas que habitam o Parque Nacional do Xingu e os Bosquínamos da África setentrional. Atualmente, são exemplos deste período (quando havia a igualdade descrita acima – 700.000 a.C. a 40.000 a.C.) em que, ao resolver suas necessidades básicas, o ser humano o fazia coletivamente. Com o aprimoramento dos instrumentos e dos utensílios, e um controle maior sobre a natureza, com a agricultura e a domesticação dos animais, passa a existir em algumas regiões e entre alguns povos o acúmulo de alimentos. As casas são melhoradas para garantir um abrigo mais seguro e as roupas também acompanham estas mudanças com a utilização de novas matérias-primas para a sua confecção. Essas alterações acompanham a ocupação do espaço geográfico fazendo com que deixem de ser nômades e se transformem em povos sedentários. A Geografia, a História e a Sociologia são as Ciências que vão pensar o processo de trabalho interpretando como este se desenvolve nesta busca do ser humano de resolução das necessidades materiais e subjetivas.

O Parque Nacional do Xingu fica localizado no Norte do Brasil, entre os estados do Amazonas e Pará, e que abriga mais de 14 etnias, como os Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Trumai, Karabi, Suyá, entre outros.

O armazenamento da água e alimentos fica mais aprimorado com a utilização da cerâmica como matéria-prima. O aperfeiçoamento da navegação e a utilização da roda e do transporte acompanham este ritmo. É importante frisar que estas transformações não são lineares nem evolutivas. Elas são desiguais e acompanham a forma utilizada por cada povo na sua região na ocupação do espaço e na criação da sociedade. Não podemos achar que todos fizeram da mesma maneira. Ao contrário, a forma de ocupação e o processo cultural revelam como cada povo enfrentou a natureza e foi resolvendo suas necessidades básicas.

As formas mais apuradas de solução dos problemas imediatos: comer, beber, vestir e morar, na medida em que são resolvidos acabam criando outras e novas necessidades. Assim, locais onde é possível guardar os alimentos e a água vão sendo construídos para que estes sejam utilizados nos momentos de escassez, que são freqüentes e fazem com que as contradições (Lembra? A não-resolução das primeiras necessidades) assombrem os seres humanos. Vai ser necessário que alguns cuidem deste acúmulo e da sobra do que foi produzido ou consumido.

Estes que vão cuidar do que todos produziram vão criar um grupo de segurança para auxiliá-los nesta nova tarefa. Este corpo de segurança, provavelmente são os mais fortes ou os que já tinham a tarefa de serem os guerreiros do grupo. Temos aqui um conjunto de pessoas que se desliga, se afasta daqueles que estão produzindo o necessário para a sobrevivência de todos. Você pode perguntar: quando isso ocorreu?

Essas mudanças ocorrem na passagem do Neolítico para o surgimento da sociedade desigual (III milênio antes da Era Cristã), quando vai existir a propriedade e esta não vai ser coletiva. Este distanciamento em que alguns vão viver do TRABALHO que outros executam, permitiu o surgimento da desigualdade entre os seres humanos dentro da mesma sociedade. Essa desigualdade foi se aprofundando e as decisões sobre a distribuição do que foi produzido passam a ser realizadas por estes, que vão se tornando donos/proprietários das terras, dos animais, das ferramentas...

Como isso é possível? Imagine que você está trabalhando no campo e as pessoas que cuidam do armazenamento observam que se não for estipulada uma cota de consumo para cada família, não terão comida suficiente para o próximo período de escassez. Então devem, para garanti-la, criar punições para aqueles que não cumprirem o que foi determinado. Que tipo de punição? Algo como ter que trabalhar em dobro, dar os seus animais, dar as ferramentas que utilizam – daí, para trabalhar tem que utilizar as ferramentas de outros. Viu como começou a propriedade do que chamamos meios de produção – ferramentas, matérias-primas, os galpões e prédios.

A forma de divisão da sociedade em que uns são **proprietários dos meios de produção** – ferramentas, matérias-primas, conhecimentos – e

No estudo da História, vamos observar esta passagem como o surgimento do período conhecido como modo de produção escravista e também do modo de produção asiático; eles se desenvolveram em regiões diferentes do planeta. O modo de produção asiático, também conhecido como tributário e hidráulico encontrada no Oriente próximo – Egito e Mesopotâmia, Índia, Extremo Oriente, e em algumas sociedades Pré-colombianas em diferentes épocas. Já o modo de produção escravista encontrado na Antigüidade Clássica, ou seja – Grécia e Roma.

outros são somente **proprietários da força de trabalho** – energia gasta no dia-a-dia e o conhecimento de como executar a sua tarefa no processo produtivo – é a base para o que chamamos de sociedade capitalista. Esta diferença entre os seres humanos vão marcar as relações sociais que passaram a estabelecer a partir do fortalecimento das duas classes sociais: os donos dos meios de produção e os proletários. Podemos, assim, buscar no passado da humanidade muitas das explicações para a situação complicada que é a busca do emprego hoje.

As soluções se inscrevem no plano daquilo que chamamos de conquistas da humanidade; mas não podemos esquecer o que chamamos de contradições. São elas que vão marcar estas conquistas e nos alertar para perguntar sobre o principal elemento do trabalho que é o ser humano.

Bem, voltando às questões do início do texto, vamos ver que a humanidade, para resolver as questões materiais e subjetivas (ter “comida, diversão e arte”) vai construindo o seu cotidiano, e que este já foi predominantemente coletivo, mas se modificou com a transformação da natureza. Surge a desigualdade entre os seres humanos e essa, por sua vez, vai marcar o dia-a-dia da sociedade.

Assim, o que não podemos esquecer é que, na medida em que a humanidade vai se apropriando da natureza, modifica o espaço que a cerca e desenvolve não só ações criativas, mas também destrutivas – o aquecimento global – consequência do desmatamento, da poluição pelo dióxido de carbono, pela poluição de rios e solos, pela retirada de minerais de maneira predatória – sem citar a matança de animais e a destruição do seu hábitat.



PESQUISA

Pesquise três diferentes processos de trabalho e demonstre como ocorre a modificação da natureza e as relações entre os homens nesta transformação. Faça um painel para cada um deles e apresente para a sala.

E é justamente por isso que não podemos desejar somente a comida, pois junto dela deve vir a água potável, a vestimenta adequada, a casa segura, o acesso ao conhecimento, às artes, à Filosofia. Tudo o que foi criado pelo ser humano com a intenção de resolver os problemas para viver, e também as soluções para os problemas como os indicados acima relacionados com as ações destrutivas. Pense sobre as soluções que podem ser dadas para resolver estas novas questões – a destruição da natureza, que estão diretamente ligadas às necessidades materiais e subjetivas apontadas no início e nas indagações finais da música “Comida” referenciada no texto.

Neste texto você leu sobre a transformação da natureza a partir do processo de trabalho realizado ao longo da história da humanidade, na busca de resolver suas necessidades básicas. Já o emprego é esta ação que chamamos de trabalho; ela é a atividade remunerada, que os trabalhadores assalariados executam durante a jornada de trabalho no dia-a-dia.

Essa busca de saídas para resolver as contradições entre produção e escassez – de alimentos, de água, de moradia, de escolas, de segurança, de saúde, de lazer... de acesso à “diversão e arte” – transforma o ser humano em um ser que supera limites. Assim, uma indagação deve permanecer quando olhamos os problemas e vemos a dor e o sofrimento de muitos: “Você tem fome de quê?”

Podemos fazer uma lista interminável de necessidades materiais e subjetivas que não foram resolvidas, mas com certeza o item Justiça deve aparecer. Sabia que a idéia (e, portanto uma necessidade subjetiva) de justiça é uma construção humana? Muitas vezes para resolvermos questões materiais, nós recorremos a uma questão subjetiva, como a justiça. Então para sobreviver, o ser humano construiu tudo que temos – transformando a natureza, construindo relações sociais e também elaborando discussões complexas sobre as necessidades subjetivas. Leia nos versos da música e perceba como eles formam uma unidade: “(...)bebida é água /comida é pasto / você tem sede de quê? / você tem fome de quê? / a gente não quer só comida /a gente quer comida, diversão e arte”(...) !!!!



Foto: João Urban



ATIVIDADE

Pense nos versos da música e elabore uma lista das necessidades materiais e subjetivas. Relacione essas necessidades com o processo de trabalho a partir do que foi tratado neste texto.

Referências:

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- _____ & SILVA, M.A.M. (Orgs). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- HARRY B. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____ **Miséria da filosofia**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1982.
- _____ **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____ **A Ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____ **Manifesto do Partido Comunista**. URSS: Edições Progresso, 1987.
- MARCUSE, H. **A ideologia da Sociedade Industrial o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Filmes:

- Segunda-feira ao sol.(Las Lunes al sol. 2002. Espanha, direção Fernando Leon de Aranoa).
- A guerra do fogo (1981, França/Canadá, direção: Jean-Jaques Annud)
- Peões (2004, Brasil, direção Eduardo Coutinho).
- Ilha das Flores (1989, Brasil, direção Jorge Furtado). Acesso à internet: www.portacurtas.com.br
- Tempos modernos (1936, direção Charles Chaplin)

Música:

- Comida - Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto.



GLOBALIZAÇÃO

■ Katya Picanço¹



Você já parou para observar onde são fabricados os produtos que são consumidos no seu dia-a-dia? Já olhou a etiqueta da sua camiseta ou a sola do seu tênis e viu a procedência de cada um deles? Ou já observou estas lojas que vendem produtos a preços baixos e identificou a origem de cada um?

Já ouviu falar ou já utilizou a Internet? Notou que as comunicações se aceleraram e uma pessoa na sua escola neste instante pode se comunicar com outro estudante de outra escola, em outro continente? Se isto ocorre entre estudantes, pense o que está ocorrendo no mundo dos negócios?

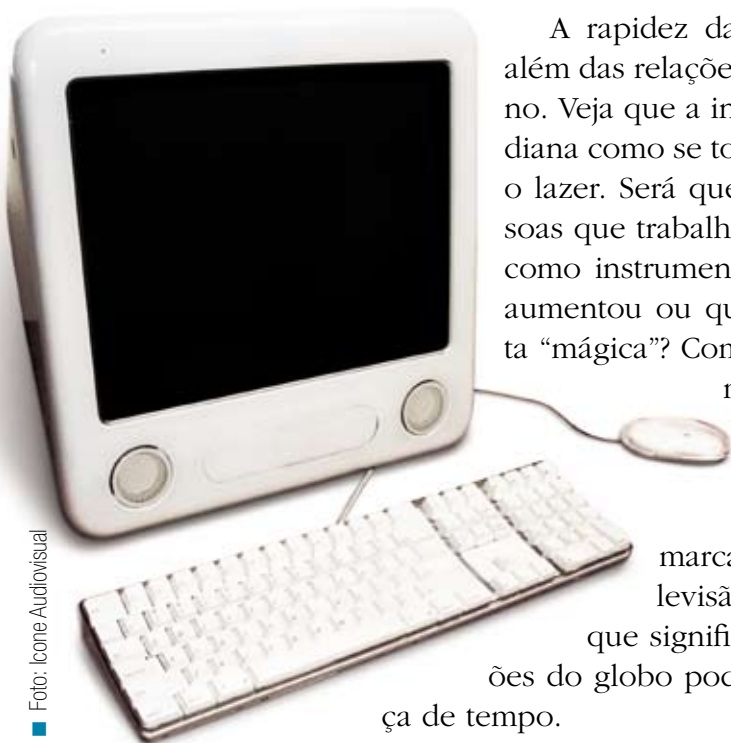


Foto: Icone Audiovisual

A rapidez da internet parece uma ação meio mágica, além das relações que os indivíduos estabelecem no cotidiano. Veja que a internet imprime uma velocidade à vida cotidiana como se todos fossem ficar com mais tempo livre para o lazer. Será que realmente é assim, no cotidiano das pessoas que trabalham e necessariamente precisam da internet como instrumento de trabalho? Você conhece alguém que aumentou ou que diminuiu a sua jornada em função desta “mágica”? Com ela parece que o mundo ficou menor, ou mais Global?

Por exemplo, já reparou na roupa e nos acessórios que os jovens de outros lugares do mundo usam? Não é da mesma marca que o seu tênis, o seu celular, a sua televisão? No cinema, as estréias são mundiais, o que significa que você e os habitantes de outras regiões do globo podem assistir ao filme em uma curta diferença de tempo.

E o que tudo isto têm haver com você? Você consome produtos, utiliza a internet, vai ao cinema... parece que tem muito!. Mas para entendermos o quanto ela interfere na sua vida vamos entender porque é que ficamos com a impressão de que o mundo ficou menor ou mais global. Para isso vamos começar lendo os trechos das notícias que seguem:

Aumenta tensão às vésperas da cúpula do G-8

Gênova - Cerca de 20.000 policiais patrulhavam a cidade italiana de Gênova e seus arredores enquanto cerca de 50.000 pessoas realizavam nesta quinta-feira, às vésperas do início da cúpula do Grupo dos Oito (G-8), o primeiro de uma série de protestos contra a globalização e de maneira geral contra as políticas do Primeiro Mundo em relação aos países mais pobres.

Foi um evento pacífico contra as restrições aos imigrantes. Em tom festivo, os participantes carregavam cartazes e gritavam palavras de ordem. Ambienta-listas seguravam enormes balões verdes e uma banda tocava música.

Mas a tensão aumentou no norte da Itália por causa de três falsas suspeitas de bomba, uma em Milão, outra em Florença e uma em Turim. A polícia italiana permanece em alerta máximo e mantém rígido controle nos 27 postos fronteiriços do país. (...)

Grupos de imigrantes da África e da América Latina lideravam o cortejo, alguns carregando bandeiras de Colômbia, Argentina e Peru. Havia cartazes com as mais diversas reivindicações, como a de integrantes da comunidade curda na Europa, pedindo a libertação do líder rebelde Abdullah Ocalan e “paz no Curdistão”.

Polícia bloqueia acesso a local de reuniões da OMC em Hong Kong

Polícia e manifestantes contra a OMC (Organização Mundial do Comércio) voltaram a se enfrentar nas ruas de Hong Kong neste sábado, no dia dos confrontos mais violentos desde o início da reunião da organização, na terça-feira (13). As principais entradas do centro de convenções onde acontece a reunião foram trancadas e guardadas por grupos de policiais.

Os grupos de manifestantes são formados principalmente por agricultores sul-

coreanos e ativistas de países do sudeste asiático e europeus que se opõem à liberalização do comércio global.

De acordo com a rede de TV local, cerca de 30 pessoas ficaram feridas. A polícia, no entanto, informou que o confronto deixou cinco feridos, incluindo um policial.

Cerca de 10 mil ativistas antiglobalização estão em Hong Kong para protestar contra a reunião da organização, que tenta chegar a um acordo sobre a liberalização do comércio mundial. Dos

manifestantes, 2.000 são fazendeiros sul-coreanos, considerados o grupo asiático que mais se opõe à abertura do comércio agrícola.

(...)

A manifestação começou de forma pacífica, com os manifestantes levando rosas e balões amarelos, nos quais se lia o slogan “Não, não OMC”. O aumento no número de ativistas, no entanto, levou alguns deles, mais próximos às barreiras, a empurrar alguns policiais.

(...)

■ Folha Online

Com a leitura dos trechos das notícias acima você pôde perceber que existem reuniões entre os representantes dos países ricos, em alguns lugares do mundo e que existem pessoas que são contra elas. Se você leu com atenção observou que essas pessoas se reúnem para protestar contra o G-8, FMI, OMC. São siglas que vão aparecer nos noticiários de jornais e são relativas à globalização. Globalização novamente! O que isto tem a ver com a sociedade em que vivemos?

Bem, vivemos numa sociedade capitalista que está organizada a partir da valorização do capital, isto é, a riqueza que é propriedade do capitalista. Esta é empregada no processo produtivo – novas tecnologias, novas matérias-primas, novas fábricas – e possibilita que um novo acúmulo de riqueza/capital seja gerado. Este acúmulo ocorre a partir da extração da mais-valia que pode **ser absoluta quando o trabalho se estende em jornadas longas ou além da jornada estipulada legalmente, ou relativa que é gerada pela produção de mais produtos via a utilização de novas tecnologias que intensificam a produção.**

FIQUE DE OLHO

Como é esta riqueza que o capital emprega? Entenda que todo trabalhador para executar suas atividades é contratado por um número X de horas que é a sua jornada de trabalho. Dentro desta jornada o que ele produz paga o seu salário, a matéria-prima, os impostos, água, luz, telefone, transporte da matéria-prima, do objeto produzido e às vezes do próprio trabalhador. Vamos supor que isto ocorra com metade das horas trabalhadas. A outra metade das horas, em que o trabalhador continua trabalhando é o lucro do patrão.

E isto gera a mais-valia, isto é um valor a mais, que é o lucro do capitalista. Por exemplo, em uma jornada de oito horas, quatro horas trabalhadas todos os dias no mês pagam os custos com a produção; as outras quatro horas em que o trabalhador continua trabalhando é a mais-valia.

O funcionamento desta sociedade em que se produz muitos objetos que serão consumidos não é harmônico. É uma sociedade que tem um desenvolvimento baseado em contradições – problemas que a humanidade ainda não resolveu, como a fome entre as populações carentes em quase todas as regiões do mundo. Estas contradições podem gerar crises para o funcionamento da sociedade.

Crise? Você sabe o que é uma crise? Já ouviu alguém dizer que está em crise? Observe que quando a pessoa afirma isso, ela está querendo dizer que existem problemas que precisam de soluções, mas que estão difíceis de serem encontradas. E o que isso tem a ver com os problemas que a sociedade capitalista encontra para funcionar?



PESQUISA

Pesquise sobre o que foi a famosa Crise de 1929 e faça uma lista de acontecimentos relacionados com ela relativos ao desenvolvimento da Sociedade Capitalista, nos EUA e no Brasil.

Bem, desde os anos 70, o mundo capitalista vive uma crise que tem como estopim o aumento do barril do petróleo estipulado pela Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo – OPEP. Como o petróleo é a forma de energia dominante no capitalismo, tanto que o seu controle pode significar a invasão de países e a morte de seres humanos, o aumento do seu preço traz problemas para os capitalistas, pois encarece tudo o que é produzido, impulsionando a diminuição do lucro dos capitalistas.

Esta crise foi caracterizada pelos economistas, geógrafos e sociólogos em geral como uma crise de superprodução. Uma crise de superprodução ocorre quando o capital empregado não tem retorno para o capitalista, nem como forma de valor (extração da mais-valia), como também de consumo, pois este não acompanha o excesso de oferta de produtos. Isto ocorre quando se produz mais do que se consome, gerando desemprego, o que diminuiu o consumo.

Para resolver essa crise, que se aprofundou nos anos de 1973 e 1974 e atingiu todos os países que necessitavam de petróleo para manter a produção de objetos, as soluções foram interessantes para os capitalistas: diminuir o número de trabalhadores, utilizar novas formas de

organizar a produção e a utilização de novas tecnologias; diminuir as taxas a serem pagas ao Estado.



PESQUISA

Faça uma pesquisa sobre as guerras que envolvem o controle sobre o petróleo, confeccionando um mapa com datas e os países envolvidos nestas disputas, não esquecendo de demonstrar como tudo isto terminou.

Tendo em vista que esta crise, que tem nos anos 70 o seu ápice, impossibilitava que o capitalismo internacional (indústrias, bancos estrangeiros e os organismos internacionais) o FMI e o Banco Mundial mantivessem a sua taxa de lucro semelhante ao pós guerra (após 1945 quando houve um crescimento da economia), a saída capitalista foi a abertura de mercados, a reestruturação produtiva e a instalação de governos neoliberais. Vamos entender cada um destes itens.

Segundo o pensador Robert KURZ (1997), a globalização significou uma perda para os trabalhadores e aquelas pessoas excluídas do mercado de trabalho, seja ele o mercado formal – com a carteira assinada, seja o informal – sem carteira e sem benefícios. Ela significa não a modernização, mas um aprisionamento do Estado aos interesses das grandes corporações e dos organismos multinacionais. Neste processo, o Estado vai liberando a fronteira econômica do país para que as empresas estrangeiras se instalem com isenção de taxas – água, luz, impostos – e com a adequação de uma infra-estrutura que possibilita a chegada de matérias-primas e o escoamento da produção – via estradas, portos e aeroportos. Aliado a isso, há uma abertura de mercado aos produtos estrangeiros, que passam a competir com os produtos nacionais. Neste processo, as pessoas menos favorecidas são prejudicadas, pois o Estado, ao diminuir o investimento em programas e projetos sociais, impossibilita que justamente aqueles que mais precisam tenham acesso aos serviços públicos.

Além da diminuição (veja que estamos destacando uma diminuição e não extinção) do poder do Estado, com o processo de globalização, os blocos econômicos intensificam as tarefas como: a abertura comercial e a possibilidade das empresas globalizadas de utilizarem a mão-de-obra mais barata que possa existir neste conjunto de países regionalmente fronteiriço. É o caso do MERCOSUL, do NAFTA e da proposta da ALCA. (Estas siglas estão definidas no fim do texto).

Os blocos econômicos são reuniões de países que possuem relações econômicas e uma proximidade geográfica – veja o exemplo do MERCOSUL – e se organizam para realizar uma abertura comercial mais intensa das suas fronteiras alfandegárias e sociais. A existência dos Blocos Econômicos foi uma das saídas do capitalismo à crise dos anos 70, e impõem sobre os trabalhadores no mundo, e no caso da ALCA, sobre os trabalhadores de todo o continente americano, a possibilidade de perder direitos trabalhistas com as mudanças neoliberais (ver neste texto sobre Neoliberalismo e Estado). Essa organização intensifica a circulação de capital – da extração da mais-valia, pois pode se deslocar instalando fábricas nas regiões onde a mão-de-obra é mais barata e com uma organização sindical inexistente ou mais enfraquecida. Essa circulação aumenta a exploração sobre os trabalhadores e a transforma em uma exploração continental.

A globalização cria uma ilusão de que vivemos a era de um progresso sem limites, e esconde assim a sua forma exploratória (o aumento da exploração do trabalho, com as empresas circulando, se instalando e desinstalando sem se preocupar com o ônus social) e destrutiva (ao estabelecer junto com as políticas neoliberais uma forma de retirar dos trabalhadores a seguridade que as leis trabalhistas proporcionam). Em 2002, foi realizado no Brasil um plebiscito sobre a ALCA. Você teve conhecimento do seu resultado? Pesquise em sites relacionados com o movimento social e popular sobre este resultado e reflita sobre o que os brasileiros pensam sobre esta questão.

FIQUE DE OLHO

Já leu nos jornais sobre migrantes ilegais tentando entrar nos países buscando melhores condições de vida; isto ocorre com brasileiros e mexicanos tentando entrar nos EUA, com bolivianos tentando entrar no Brasil, chineses e africanos tentando entrar na Europa. Em relação a isso, duas questões são importantes para que possamos pensar: por que não conseguem ficar no seu país? O que ocorre nos países de origem que os impede de ficar e trabalhar, ter família, estudar, ter acesso ao lazer? A outra questão é como estas pessoas são tratadas nestes países em que tentam entrar? Essa situação só tem se agravado com o processo de globalização em que, como diz o pensador citado acima, Robert Kurz, neste processo os trabalhadores, em todas os lugares do mundo, vêm perdendo. Acompanhe as notícias sobre essas migrações e não esqueça que todos somos seres humanos e devemos ser tratados com respeito.



PESQUISA

Pesquise sobre as seguintes questões relativas ao Mercosul:

- Quais os produtos que são comercializados entre estes países.
- Se existem taxas, e qual é o valor aproximado, para a entrada de produtos dos países do Mercosul e no Brasil.

■ A organização do trabalho

Entre os anos do pós-guerra (Segunda Guerra Mundial e os anos 70) a organização do trabalho na fábrica estava baseada nas idéias de J. Ford (1863-1947) e F. Taylor (1856-1915). Ford era dono da fábrica norte-americana Ford e Taylor era um engenheiro que trabalhava na Fábrica Midvale Steel Company. Eles foram os responsáveis, cada um a sua maneira, por estabelecerem medidas para um controle sobre os trabalhadores, no cotidiano da fábrica. A compreensão de Henry Ford, conhecida como a proposta fordista, estava baseada na seguinte premissa: "(...) para um consumo em massa uma produção em massa (...)". Para isso, a produção deveria ser organizada de maneira a impedir desperdício de tempo do operário na execução das tarefas. Para que isso ocorra o trabalho deveria ser partido em várias funções e o trabalhador executaria somente uma função. Para que haja continuidade entre estas tarefas parceladas, criou-se uma esteira rolante, na qual os objetos vão sendo produzidos na medida em que os trabalhadores executam a sua função um ao lado do outro. Para que não ocorressem interrupções nesta "linha de montagem", Ford propôs a padronização das peças.

Já as idéias de Frederick Taylor, conhecida como a proposta taylorista, estavam baseadas nas seguintes questões, em que deveria haver:

- a separação entre quem planeja a atividade de produção de um objeto e quem de fato vai executá-la;
- um processo de seleção de operários que sejam adequados para o trabalho, sem que tenham um perfil rebelde, capaz de questionar as regras na seleção dos trabalhadores;
- um controle sobre o tempo e sobre o movimento que o trabalhador leva para executar uma atividade. Esse controle deveria ser realizado pela chefia utilizando um cronômetro, medindo a ação deste operário.



Foto: João Urban

■ Linha de montagem

Essas idéias já estavam sendo aplicadas na Ford, no início do século XX. Mas é somente com o pós-guerra que há uma disseminação desse sistema pelo mundo, atingindo até as fábricas rivais da Ford como a General Motors e a Chrysler. (GOUNET, T. 2002).

Assim, uma questão deve ser respondida: como é que foram produzidos os carros a partir da crise que afetou a produção capitalista mundial? Para responder a essa questão veja o que se segue:

Os anos 70 foram marcados pela crise do petróleo (1973) o que impulsionou a crise de superprodução e uma mudança na forma de organização da produção, e na intensificação do processo de globalização da economia. As mudanças na forma de organização da produção significaram um reordenamento das funções cotidianas nas fábricas e a utilização de novas tecnologias – acelerando a utilização da robótica na linha de montagem. A indústria automobilística foi a primeira a passar por essas mudanças.

Veja que na organização fordista a produção ocorreu primeiro nas fábricas de automóveis e depois se dissemina pela sociedade; isso ocorre pelo complexo industrial e de serviços que estão ao longo da cadeia produtiva da indústria automobilística que é muito extenso e atinge a produção industrial como um todo. A produção do aço, do vidro, das borrachas e outras fibras, tintas, estofamento, peças e acessórios, propaganda, financiamentos, pontos de venda e revenda, postos de combustíveis, enfim, uma amplitude que atinge todas as esferas da economia da sociedade.



Foto: João Urban

Essas mudanças possibilitaram que uma outra forma de organização da produção, mais enxuta, que produzia de acordo com a demanda do mercado, passasse a ser utilizada como uma das saídas para resolver a crise da sociedade na esfera produtiva. É o padrão toyotista que tem origem na fábrica japonesa Toyota, nos anos 50, e se diferencia do Fordismo nos seguintes aspectos:

- enquanto o fordismo produzia em massa; o toyotismo produzia na medida em que ocorre uma procura por determinado modelo de automóvel;
- o trabalho parcelar e individualizado passa a conviver com o trabalho em equipe, em que as máquinas vão sendo utilizadas pelo grupo de trabalhadores responsáveis que vão operando várias máquinas. Essa característica intensifica um processo de convencimento do trabalhador, quando das mais diversas formas – reuniões, jornais internos, premiações – ele é instigado a “vestir a camisa da empresa”, e passa a achar que faz parte de uma equipe e que é capaz de participar efetivamente do processo. Esse convencimento não aponta que as decisões sobre o que vai ser produzido, quem vai ser demitido, em qual região do mundo a fábrica vai se instalar, não passa pelo seu crivo;
- o trabalho deixa de ser especializado em uma única tarefa e passa a ser feito por um operador preparado para realizar mais de uma função dentro do processo produtivo;
- o planejamento da produção é adequado à demanda e a produção de mais de um modelo e automóvel pode ser realizada na mesma fábrica, o que é diferente do fordismo, quando se produz somente um modelo de automóvel.



Foto: Nego Miranda

Mas fundamentalmente, o toyotismo permite que a fábrica funcione com um número menor de funcionários ao ser comparada com o fordismo, já que é possível que um operário realize mais de uma função. Na Toyota, por exemplo, um operário pode operar mais de cinco máquinas e ao atuar com outros operários, passa a realizar funções que antes eram da chefia. Isso diminui as funções, possibilitando um “enxugamento” no processo produtivo. (GOUNET, 2002).

FIQUE DE OLHO

A diminuição de funções e a utilização de máquinas mais sofisticadas têm diminuído a oferta de emprego com carteira assinada e, assim, aumentado o número de pessoas trabalhando sem carteira assinada. Se o Estado diminui a fiscalização sobre o que ocorre na sociedade, como uma das propostas Neoliberais, cada vez mais vamos ter pessoas trabalhando sem garantia de direitos. Estes direitos não podem ser vistos como privilégios de alguns, mas como uma conquista que deve ser estendida e ampliada para todos os trabalhadores.

Os **governos** são formados por pessoas que são eleitas (existem governos não eleitos como foram os sucessivos governos militares entre os anos de 1964 e 1984 no Brasil) para administrarem o Estado com uma proposta política. **O Estado Moderno** surge durante os processos revolucionários dos séculos XVII e XVIII. Alvo de polêmicas constantes dentro do pensamento filosófico e sociológico, vai-se consubstanciar em um complexo de leis, instituições, os três poderes – legislativo, executivo e judiciário – sendo também representado pela idéia de nação com um território com fronteiras, idioma, moeda, e cultura.

O **governo não é o Estado**; ele é o conjunto de propostas políticas que determinado grupo de pessoas, organizadas nos partidos políticos, vai executar quando está administrando o Estado. As propostas políticas são realizadas via os programas assistenciais, educacionais, econômicos.

Neste processo de desenvolvimento do capitalismo, a globalização assume uma dinâmica interessante quando há o encontro entre o que é global, e o que é local. Neste caso, em muitos lugares temos a tradição se defrontando com uma dinâmica que modifica as características ou que as remodelam. A instalação das montadoras de automóveis na região metropolitana de Curitiba são um exemplo de relação global e local. Elas se instalam e há um conjunto de mudanças na região que modificam hábitos e costumes, como a busca intensa dos trabalhadores da região de realizarem cursos que os habilitem ao trabalho nestas fábricas. Por isso, nesta região, aumentaram as ofertas de cursos e faculdades voltados à capacitação industrial, à informática e às línguas estrangeiras.

A sociedade capitalista é organizada a partir de leis, da ideologia, das instituições, que vão se desenvolvendo na medida em que os seres humanos vão atuando sobre elas e vice-versa. Como vivemos em uma sociedade capitalista, estas leis estão determinadas pelos interesses daqueles que dominam a sociedade: os capitalistas. Em contrapartida existem aqueles que se organizam em movimentos sociais e que estão contrários a esses interesses. Neste embate, entre quem domina e quem é dominado, o Estado – uma instituição com muitas ramificações – aparece para as pessoas como além deste conflito, como se fosse um juiz.

Esta aparência reside na concepção disseminada na sociedade de que o Estado é uma entidade acima dos seres humanos como se fosse superior aos interesses das classes sociais. Mas ele não é, pois é administrado por pessoas que representam os interesses dominantes, fi-

cando para os dominados a tarefa de denunciar essa situação e tentar mudar o Estado e a sociedade. Isso fica observável quando entende-se que esta ação aparece no Estado via políticas governamentais, isto é, via governo.

A concepção de Estado demonstrada acima, como um conjunto de instituições, é diferente da concepção Marxista (baseada nas idéias do pensador Karl Marx) que entende o Estado como um aparelho, ou um instrumento a serviço da dominação capitalista, formado por aparelhos repressores e ideológicos.

Lendo o texto ao lado você observa duas idéias que são rivais sobre o funcionamento da sociedade capitalista. É muito importante você entender a existência destas duas concepções, e analisar que o Estado é um conjunto complexo de instituições, mas que essas instituições são administradas por pessoas, que vão representar os mais variados interesses na sociedade. Sendo este um complexo de instituições, vamos compreender que existe uma dinâmica no funcionamento do Estado que vai variar na medida em que variam as pessoas e as propostas que elas utilizam para governar.

Assim, entenda primeiro, que o Estado não é uma entidade que está acima dos interesses dos seres humanos. E segundo que ele pode ser modificado na medida em que as políticas adotadas impulsionam mudanças no conjunto de instituições que o constituem, modificando-o. Essas políticas têm como objetivo central, diminuir a influência do Estado sobre a economia, a sociedade, a cultura. Como será que essas políticas são compreendidas na atualidade do final do século XX e começo do século XXI? Vejamos.

Segundo o historiador inglês Perry Anderson (1995), o Neoliberalismo tem uma história que remonta os anos posteriores a Segunda Guerra Mundial quando um grupo de pensadores neoliberais se organizou e elaborou um conjunto de medidas, tais como: liberar o Estado das questões sociais e coletivistas que segundo estes pensadores são onerosas para os cofres públicos; liberar as fronteiras comerciais de taxas que dificultassem as relações comerciais internacionais; controlar a emissão da moeda; modificar as leis que controlam o Estado no que diz respeito à Previdência, às leis trabalhistas, aos impostos, à propriedade intelectual, às empresas e instituições públicas e a relação com o movimento sindical; e estas modificações na lei damos o nome de Reforma do Estado.

Estas idéias passaram a ser aplicadas nos países na década de 1970 e têm significado a diminuição da presença do Estado na sociedade, na economia, na cultura. Essa diminuição vai encontrar na Reforma do Estado a sua legitimação. Precisamos entender o que é a Reforma do Estado: é uma mudança nas leis, que liberam ou diminuem a presença do Estado na fiscalização das questões trabalhistas; no cuidado com a escola e com a saúde pública; no cuidado com os aposentados; com a infraestrutura – estradas, portos, aeroportos. A solução dada por aque-

Estado intervencionista: (europeu)

“Partidos de Massas, sindicatos fortes e rápido crescimento eleitoral marcaram este reformismo no Norte. (...) Embora indústrias selecionadas tenham sido estatizadas em alguns países (Grã-Bretanha e Áustria foram os casos mais significativos), a propriedade pública não estava entre os seus objetivos básicos. A marca registrada da social-democracia no Norte foi a edificação de welfare states, com pleno emprego e amplos serviços sociais. As formas e a abrangência destes serviços variavam de país para país, e os resultados raramente se deviam apenas a iniciativa socialdemocrata.” (ANDERSON, 1996:10).

Estado neoliberal:

“O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram a taxa de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E finalmente (...) se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 1995:12).

les que defendem o Neoliberalismo é a privatização dos órgãos e serviços que estão sob a tutela do Estado.

O Neoliberalismo é uma retomada, no século XX e XXI, da proposta liberal, defendida por John Locke (1632-1704), no século XVII. Locke, pensador inglês afirma que os homens são livres e iguais entre si, na medida em que não existe uma desigualdade natural. Tudo está ao acesso de todos, não devendo nada regular o acesso aos bens. Assim, operários e capitalistas como proprietários, cada um à sua maneira, de qualidades diferentes podem trocá-las como se fosse uma troca entre iguais, entre seres livres, não devendo o Estado se colocar entre eles.

No pensamento liberal, o trabalhador pode escolher entre trabalhar para este ou para aquele patrão, de acordo com a sua conveniência, pois ele é livre para escolher. É aqui que entra o pensamento marxista para fazer a crítica a esta questão e desvendar o papel do Estado, como representante dos interesses capitalistas.

Na grande maioria das vezes o trabalhador não pode escolher a tarefa, o salário e muitas vezes para quem vai trabalhar. Há na sociedade dividida em classes a hegemonia da classe dominante no controle da organização do trabalho, do Estado, da economia, da cultura. Essa hegemonia é a própria dominação que os capitalistas exercem sobre os trabalhadores e sobre o conjunto da sociedade, o que impede que os indivíduos possam escolher incondicionalmente para quem vão trabalhar.

As pessoas que trabalham já devem ter ouvido, quando pedem um aumento de salário ou melhores condições de trabalho, que se não estiverem satisfeitas, podem pedir a conta, pois existem pessoas que trabalhariam por um salário menor. Essa pressão faz com que as pessoas muitas vezes aceitem a imposição hegemônica do patrão.



Foto: João Urban

O Neoliberalismo, como uma reedição das idéias liberais, vêm modificando a relação do Estado com a sociedade. Por exemplo, no Brasil ocorreu a privatização de estradas com a cobrança de pedágio; do Sistema Brasileiro de Telecomunicações; dos bancos estaduais, como o Banestado (Banco do Estado do Paraná); da CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, empresa que produz aço para a indústria de bens duráveis – como carros, eletrodomésticos.

Desta lista o que você concluiu? Já parou para pensar como ficará a situação daqueles que não podem ter acesso ao serviço de telefonia, luz, água, gás, escola, saúde, sem que o Estado financie e garanta o acesso de todos às conquistas tecnológicas e sociais? São questões importantes que envolvem a adoção por parte dos governos, das políticas neoliberais, e que dizem respeito à sua existência.

FIQUE DE OLHO

Você tem conhecimento sobre a situação da saúde pública no Brasil? Hospitais lotados, com pessoas morrendo nas filas sem atendimento, funcionários com salários atrasados, lixo nos corredores. Daí alguns podem pensar, então por que não vender, já que não consegue cuidar? Veja que a saúde já está sendo vendida com a existência dos planos privados que cobram taxas altíssimas e nem sempre atendem nas situações de risco de vida. Mas a pergunta que devemos fazer é: e como ficam aqueles que não podem pagar? Existem pessoas que fecham os olhos para isto porque conseguem pagar planos caros e não se importam com o que ocorre com os outros indivíduos. Será que esta atitude corresponde a uma atitude humanista e solidária?

Existe uma questão muito importante nesta discussão de globalização e neoliberalismo. Não podemos ficar com “raiva” do que é estrangeiro e passarmos a praticar atos preconceituosos, atos de xenofobia – preconceito contra os estrangeiros. O problema central é que a globalização e o neoliberalismo passaram a ser mundiais e atingem os trabalhadores e as populações mais pobres do mundo todo. As manifestações contra a globalização apontam, como está nos textos jornalísticos do começo deste “Folhas”, para ações globais na defesa dos mais pobres, dos trabalhadores, contra o trabalho infantil, contra o tráfico de crianças e mulheres, contra a prostituição infantil em todo o mundo. Você sabia, por exemplo, que existem os *homeless* (sem casa ou sem-teto) nos países europeus e nos EUA?

A globalização também significou o aumento das contradições do capitalismo em todos os países (essas contradições são os pro-



■ Caminhada contra a ALCA II Fórum Social. Disponível em: <http://www.mst.org.br/multimedia/gfotos/11%20FSM/2forum1.htm>

blemas básicos que a humanidade ainda não resolveu para todos como moradia, comida, segurança, vestuário, educação, saúde); o que pode significar em contra partida um crescimento da solidariedade mundial. Sobre essa questão veja sobre o Fórum Social Mundial na última parte deste “Folhas”.

■ Os movimentos anti-globalização

Os primeiros anos do século XXI são palco para um conjunto de manifestações que possuem várias reivindicações, mas com uma característica que as unifica: são globais. Ocorrem às vezes em épocas distintas, em vários países, principalmente como uma resposta às reuniões do G-8, da OMC e de outros fóruns de discussão internacional do capitalismo que reúnem somente os representantes dos governos.

O Fórum Social Mundial que se reuniu quatro vezes em Porto Alegre, no Brasil e uma vez em Mumbai, na Índia, é também uma resposta dos setores populares e organizados contra a globalização hegemônica pelos interesses norte-americanos, que têm no Banco Mundial e no FMI os seus representantes.

São movimentos contrários **à política econômica do G-8, que é hegemônica**. Mesmo sem ter uma unidade e muitas vezes sem ter uma articulação das propostas vão desenvolvendo suas reivindicações. É a união daqueles que são contra uma globalização desumana e um Estado neoliberal privatizador. Questões importantes fazem parte das discussões destes que são contra a globalização. Desde a polêmica dos transgênicos, do aquecimento global, dos direitos dos povos pobres, contra a fome no mundo, pelos direitos dos pequenos agricultores, contra a dívida externa dos países pobres. Enfim, um conjunto indistinto de manifestações e reivindicações por uma globalização dos explorados e dominados, contra a globalização do capital.



PESQUISA

Pesquise em jornais e revistas quais são as reivindicações dos grupos que fazem parte das manifestações antiglobalização e identifique aqueles que têm como proposta serem contrários aos rumos da globalização capitalista, que foram tratados neste texto: a abertura de mercado, as mudanças na organização do trabalho e o neoliberalismo.

■ Siglas

FMI: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL: criado em 1946 pelo acordo de Bretoons Wood, tinha como finalidade coordenar as relações financeiras entre os países; o desenvolvimento das políticas ficou sob a hegemonia norte-americana, na medida em que os EUA passavam a liderar o mundo capitalista no pós-guerra.

BANCO MUNDIAL: criado em 1945 pelo acordo de Bretoons Wood, tinha como finalidade no pós-guerra coordenar as relações financeiras entre os países. o desenvolvimento das políticas ficou sob a hegemonia norte-americana, na medida em que os EUA passavam a liderar o mundo capitalista no pós-guerra.

G-8: A cúpula do G-8 (Grupo dos Oito) é uma reunião anual que conta com a participação dos governos dos sete países mais ricos do mundo (G-7), formado por EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá, e da Rússia. Suas reuniões tratam de questões relativas à globalização.

OMC: Organização Mundial do Comércio. Suas reuniões tratam de questões relativas ao comércio entre os grandes grupos empresariais no mundo todo.

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul): foi criado em 1991, são membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

NAFTA (TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS): (North America Free Trade Agreement) O NAFTA foi iniciado em 1988, são países-membros do NAFTA: Estados Unidos, Canadá e México.

ALCA (ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS): proposta dos EUA de um novo acordo comercial e industrial compreenderia América do Norte, Sul, Central, alvo de negociações, sem acordo entre os países, principalmente da América Latina que resistem à sua implementação.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: um espaço organizado de discussões dos setores populares apoiados por sindicatos, ongs, governos populares, associações profissionais e que discutem propostas diferentes das feitas pelo G-8.

“(…) É um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ongs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não-confessional, não governamental e não-partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização” (www.forumsocial.org.br).

Referências:

ANDERSON, P. **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Balanço do Neoliberalismo In: Sader, E. e GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. Neoliberalismo e neosocialismo. IN: IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de catedral à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, B. de S. **Dilemas de nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento**. Revista Educação e Realidade. nº 26 (1) 13-32. jan/jul., 2001.

Sites

www.forumsocial.org.br

I n t r o d u ç ã o

Desde que homens e mulheres passaram a viver em grupos e a trabalhar coletivamente, várias formas de organização social foram se configurando, sendo que uma das mais recentes e que permanece até hoje em várias sociedades, chama-se Estado.

Mas, por que isso aconteceu? Se retornarmos aos filósofos que realizaram as primeiras análises acerca do Estado, iremos perceber que esses chegaram a algumas conclusões, mas principalmente a uma, que fala da necessidade que os homens têm, como um todo, quando vivem em sociedade, de estar sob a responsabilidade de uma instância ordenadora, que lhes dê o direcionamento de determinadas decisões, quer dizer, o que aponta a dificuldade dos homens e mulheres em viverem coletivamente em “estado de natureza”.

Assim, o Estado se consolidou como uma instituição que no decorrer do desenvolvimento das sociedades, apresentou características as mais distintas, que foram desde o poder de um único homem, até o Estado que buscava representar a coletividade.

A partir do início do desenvolvimento do capitalismo, temos a formação dos Estados Nacionais Modernos, os quais são caracterizados por mecanismos políticos que facilitam o governo de determinado grupo sobre determinado território. Esses mecanismos baseiam-se em sistemas de leis e regras sociais, mas principalmente na capacidade do governo de usar a “força” com a finalidade de implementar suas políticas.

Essa capacidade de atingir objetivos (com o uso da força), inclusive diante de fortes resistências, chama-se **poder**. O poder, para ser efetivado (bem -sucedido em seus objetivos) faz uso do que conhecemos como **ideologia**.

A ideologia pode ser definida como o conjunto de idéias ou como a “visão de mundo” de um grupo (ou classe social) que se impõe, ou procura se impor sobre outro.

Todos desejam estar bem, viver bem, enfim ser felizes! É isto que ouvimos continuamente, principalmente dos meios de comunicação – nos comerciais de TV, nas músicas, nos filmes, etc... Mas o que significa esta “felicidade” propagada pela mídia? Significa consumir, ou seja, ser proprietário de um carro maravilhoso, do último modelo de celular, freqüentar lugares badalados da moda...

As conseqüências desse tipo de raciocínio nos levam a uma busca desenfreada por produtos e por um modelo de vida quase inatingível! Trata-se de uma corrida sem ponto de chegada, e na qual descobrimos que esta “felicidade” que se compra, caberá a apenas alguns. E como ficam os milhões de seres humanos que morrem de fome e de epidemias, que nunca freqüentaram uma escola, que vivem nas ruas ou na beira das estradas? Qual o significado da felicidade para estas pessoas? É muito provável que seja um prato de comida.

O que nos leva a desenvolver este pensamento individualista? A acreditar que o sucesso e a felicidade dependem unicamente do esforço de cada um? A ignorar que vivemos numa sociedade na qual as oportunidades não são colocadas igualmente...

O primeiro “Folhas” aqui apresentado discute como a sociedade capitalista vai sendo mantida mesmo com todos os problemas que ela possui. A Sociologia novamente vai contribuir para demonstrar como ocorrem as dinâmicas dentro do capitalismo. Ela explica como a ideologia vai disseminar um conjunto de normas e idéias que vão reproduzindo as relações que homens e mulheres estabelecem quando buscam resolver suas necessidades de sobrevivência.

No segundo “Folhas” você estudará o por quê e como o Estado foi sendo organizado, algumas de suas formas e tipos de governo, bem como o seu desenvolvimento em alguns países. Verá, também como as populações, de acordo com algumas ideologias, foram se organizando e mudaram os rumos dos governos de seus países. Diante disso, fica o desafio para podermos pensar o Brasil.



IDEOLOGIA

■ Katya Picanço¹

Você já parou para refletir por que agimos desta ou daquela maneira, quando estamos na escola, no trabalho, nas festas familiares? Ou por que você se veste deste ou daquele modo e por que quer comprar um celular ou um tênis novos que você viu na televisão?

As propagandas que aparecem na TV, nos jornais e nas revistas mostram imagens bonitas com a intenção de cativar o telespectador. Elas podem ser da seguinte forma: a imagem representa uma paisagem bonita, que pode ser uma praia, estrada de terra, deserto, cidade – e o automóvel é dirigido por pessoas sorridentes e felizes, vivendo situações surpreendentes. Ou ainda em um ambiente animado, cheio de jovens, sorridentes, dançando, todos com um celular sofisticado com novas funções. E assim elas encantam as pessoas, pois as propagandas têm a tarefa de cativar para vender o produto e estimular um comportamento que é característico da sociedade capitalista: o consumismo. Esse comportamento aparece como máximo que todos – jovens, adultos, idosos, crianças e adolescentes devem seguir ao criar necessidades que estão **além** daquelas que são básicas – comer, ter acesso à água potável, moradia segura, educação, lazer, saúde e transporte.

Assim, as propagandas, os programas televisivos, os filmes e as novelas passam a idéia de que com a posse de objetos – celulares, tênis, roupas, mochilas, bonés, chaveiros, cosméticos, acessórios, eletrodomésticos – todos terão uma satisfação imediata e universal. Como se o fato de consumir fosse suficiente para garantia de uma vida plena e feliz.

Para compreender melhor, observe o quanto existe de consumismo na sua ação e da sua família, realizando o exercício abaixo.



PESQUISA

Faça uma lista de objetos consumidos por você e sua família durante um mês separando aquilo que é necessário para você daquilo que é considerado supérfluo. Depois, observe se o que está na lista do que é necessário é realmente essencial, pois consideramos básico dentro deste texto aquilo que garante a nossa existência: comida, água, moradia, lazer, saúde, transporte e conhecimento. Compare e reflita na seguinte ordem:

consumo necessário > consumo supérfluo > consumo básico.

Este é o ponto de partida neste texto, para entender a ideologia em uma de suas formas aparentes – o consumo – que vai moldando o comportamento das pessoas dando à ação humana uma direção que tem como objetivo a posse dos objetos. Observe ainda que nas propagandas essa posse aparece como se estivesse ao alcance de todas as pessoas. Como vivemos na sociedade capitalista, sabemos que ela é uma sociedade desigual – dividida em classes sociais – e que essa desigualdade marca qualquer acesso à propriedade de objetos particulares como a propriedade dos meios sociais de produção. Mas, nas propagandas há uma inversão dessa realidade. Vamos refletir sobre essas questões buscando no pensamento teórico da Sociologia um apoio para desvendarmos a ideologia camuflada.



ATIVIDADE

Leia os trechos das músicas e indique qual é a crítica ao consumismo que está na mensagem de cada uma delas:

Geração Coca- cola

Legião Urbana

Quando nascemos fomos programados

A receber o que vocês nos empurram

Com enlatados dos USA, de 9 às 6.

Desde pequenos nós comemos lixo

Comercial e industrial

Mas agora chegou a nossa vez

Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês...

Televisão

Titãs

A televisão me deixou burro,

muito burro demais

Agora todas coisas que eu penso me parecem iguais

O sorvete me deixou gripado

pelo resto da vida

E agora toda noite quando deito

é boa noite querida

Ô cride, fala pra mãe

Que eu nunca li num livro que

um espirro

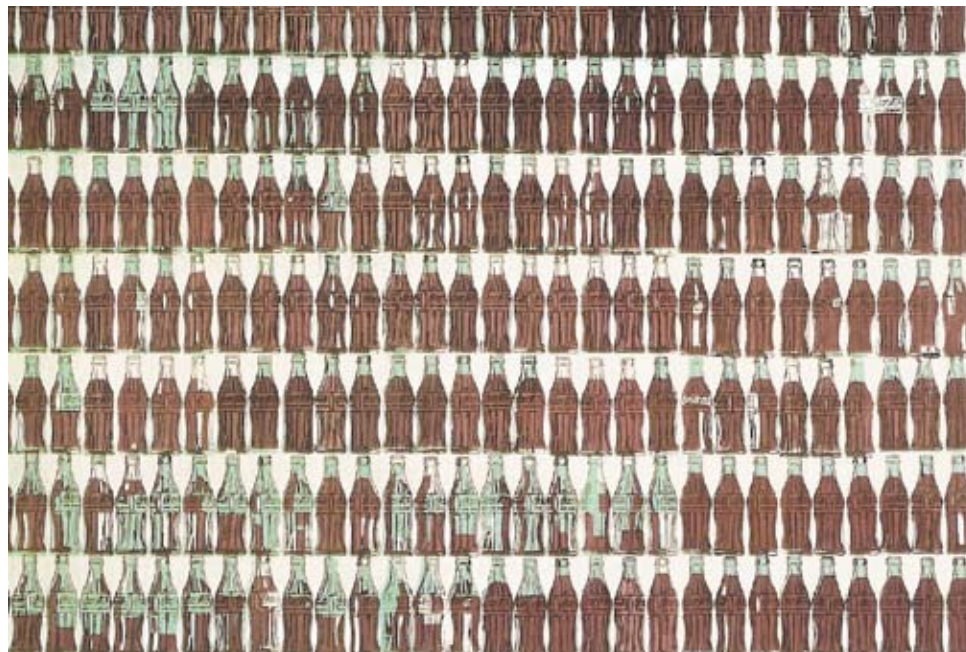
fosse um vírus sem cura

Vê se me entende pelo menos

uma vez, criatura!

■ A ideologia e a dominação capitalista

O pensador alemão Karl Marx (1818-1883) afirmou que a ideologia dominante será aquela advinda da classe que domina a sociedade, ela representará, então, as idéias, a forma de pensar e explicar o mundo provenientes desta mesma classe. Essas afirmações encontramos na obra **A Ideologia Alemã** escrita em 1845-1846, “As idéias (...) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX, 1996: 72). E essas idéias possuem a característica de aparecerem para todos como universais e racionais “(...) cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas” (MARX, 1996: 74).



■ Andy Warhol. 210 coca-cola bottles, 1962, o/c 82,5 x 105". Private Collection – NY.

Para Marx, na sociedade capitalista a produção de objetos é a atividade essencial, pois é com ela que a divisão em classes e a exploração do trabalho ocorrem. Essa divisão impulsiona a classe dominante em manter o controle sobre o conjunto da sociedade. Na análise que Marx realiza sobre o capitalismo, que encontramos na obra **O Capital**, de 1867, há uma crítica à forma como essas relações entre patrões e empregados vão ocorrendo na sociedade.

Quando compramos alguma coisa não nos importamos em saber em quais condições de trabalho e com qual salário aquele objeto foi produzido. Por exemplo, se você está com frio e tem que comprar uma blusa, vai se preocupar com a utilidade que ela terá para você. Não se preocupará com as condições de trabalho dos operários da indústria têxtil.

A propaganda irá atuar sobre você e o consumo ocorrerá via esta ação misteriosa e mágica que revela somente a utilidade do produto.

Isso ocorre com qualquer objeto produzido no capitalismo, pois todos eles podem ser igualados. Veja: se as horas gastas para produzir a sua blusa forem igualadas às horas para produzir um CD, eles vão ter o mesmo preço. É por isto que muitas vezes um CD custa o mesmo que uma lata de ervilha. Quanto menos tempo leva, dentro da jornada, para produzir um objeto, mais lucro tem o capitalista, que com uma determinada produção paga os gastos que tem com o trabalhador. Essa igualdade de horas trabalhadas vai equiparar as mercadorias e na hora do consumo só vai importar o preço das coisas. Este é o caráter mágico cheio de “argúcias teológicas” que Marx está indicando no seu texto que vamos citar a seguir:

“A primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. Como valor de uso, nada há de misterioso nela, quer a observemos sob o aspecto que se destina a satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire essas propriedades em consequência do trabalho humano. É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. (...) A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho”. (MARX, K., 1994: 82).

Nesta obra, O Capital, Marx, demonstra o Valor de todo e qualquer objeto que no capitalismo possui a forma de Mercadoria. Estes objetos vão possuir uma utilidade, que está localizada no consumo, e algo mais que está localizado na hora que a blusa, no caso do exemplo, for produzida. Analisar e desvendar o processo produtivo e a organização da sociedade foi a sua intenção.

Ao consumirmos somos influenciados pela necessidade e **utilidade** – básica ou supérflua – que temos de possuir determinado objeto. Em geral, não nos preocupamos em compreender o que ocorre com a realidade do trabalhador e seu modo de vida. Assim, o valor de uso, a utilidade possui uma força ao despertar a nossa atenção para o consumo.

Então a Mercadoria possui um **VALOR DE USO** que é a utilidade do produto, o que nos leva a consumi-lo para suprir essa necessidade.

Já o que Marx chamou de **VALOR** é o processo de fabricação deste objeto (no caso do exemplo, a blusa), que tem um lugar determinado, na fábrica, quando durante a jornada de trabalho, ocorre o processo de exploração do trabalho no capitalismo. Vejamos, no exemplo a seguir:

Quando um(a) trabalhador(a) é contratado por uma determinada jornada de trabalho de 8 horas diárias, estamos considerando, que dentro desta jornada, existem três momentos:

1. Uma primeira parcela em que com duas horas de atividade em que este trabalhador(a) executou a sua função, **ele paga o seu salário**.
2. Uma outra parcela, de duas horas em que a sua atividade paga os **custos da produção** – matérias-primas, impostos, transporte do produto, a compra de novas máquinas.
3. Uma terceira parcela de quatro horas em que este trabalhador continua produzindo e estes produtos são o lucro ou um valor a mais – **MAIS-VALIA** – que o proprietário da fábrica vai se apropriar.

Esse processo configura o que Marx chamou de essência da sociedade, quando ocorre a produção de objetos, pois é neste momento

Mais-valia: São as horas dentro da jornada de trabalho – a de 8 horas do exemplo acima – em que a produção executada se reverte para o capitalista na forma de lucro. Ela pode ser **relativa** – quando estas horas aumentam de acordo com o desenvolvimento do processo de automação; e pode ser **absoluta**: quando as horas de trabalho excedem a jornada.

que o trabalhador vai reproduzindo a sociedade ao aceitar as disposições legais do seu contrato de trabalho e se submete à jornada nele estipulada. Em outros momentos também ocorrem determinações sobre os indivíduos quando vão estabelecendo uma ação de conformidade frente à “dureza” que é o cotidiano da busca do emprego, de pagar as contas, de ser atendido pelo médico, de poder ir ao cinema, enfim, resolver as **necessidades materiais** – ter acesso à comida, à água potável, a um abrigo seguro, ao conhecimento, e as **necessidades** subjetivas - sentimentos, desejos, questionamentos, aspirações.

E na hora em que vive este cotidiano, ele vai sendo sugado pela necessidade de garantir que as metas estabelecidas, no emprego sejam cumpridas: prazos, cotas, produtividade que estão na fábrica, na loja, no banco, na gráfica, no trabalho do cobrador e do motorista de ônibus. No campo a realidade não é diferente, há a exigência de melhor rentabilidade na colheita de tantos alqueires no dia, nas exigências de colher tantas toneladas de cana no dia, enfim. Prazos são estabelecidos e para garanti-los nós não pensamos muito, vamos fazendo, executando e obedecendo, sem questionar.

■ A ideologia e a normatização do cotidiano

Continuando a análise sobre a relação da ideologia com o cotidiano, e considerando a reprodução e manutenção da sociedade como um processo social, apresentamos o pensamento da filósofa Marilena Chauí sobre esta questão:

“Como sabemos, a ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as idéias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensina” a conhecer e a agir”. (CHAUÍ, 1997: 3-4).

Portanto, as nossas escolhas estão ligadas à **ideologia** que de acordo com os interesses daqueles que dominam a sociedade, vai organizando o mundo à nossa volta.

Ao observar cenas na televisão que mostram as pessoas andando na rua indo para o trabalho em ônibus lotados, em caminhões precá-

rios, as filas e os grupos que se formam à volta de uma oferta de emprego ou de vagas na colheita de algum produto, você já parou para pensar porque isto ocorre? O que faz com que as pessoas todos os dias, realizem esta busca cotidiana, incessantemente? **Por que** as pessoas vão repetindo estas ações cotidianas? Há um conformismo nesta repetição? O que pensar sobre isto nos indica?



■ Foto: Icone Audiovisual

Voltando ao ponto de partida do conceito vamos observar que ao reafirmarmos a necessidade de fazermos “aquilo que se espera de nós” vamos reproduzindo a sociedade. Esta reprodução está justamente no que foi descrito acima quando as pessoas aceitam a situação sem questioná-la. Mas, a responsabilidade deste conformismo não está nas pessoas isoladamente, nos indivíduos. Está nas idéias contidas na **ideologia**, que ao serem disseminadas na sociedade vão garantindo que a aceitemos nos moldes em que ela está organizada. Fazemos isto porque recebemos um conjunto de informações que vão atuar sobre a nossa forma de pensar sobre o mundo, as pessoas e as coisas. Faça a tarefa a seguir e analise sobre o papel da ideologia e a ação dos seres humanos.



ATIVIDADE

Descreva uma situação ou uma cena (em que) você se conformou com as limitações impostas – no trabalho, na escola ou, na família ou na comunidade – e uma outra situação em que você não se conformou e quebrou as “regras”. Reflita sobre isso, concluindo sobre o que é mais fácil: é conformar ou se rebelar? Por quê?

Após as conclusões da proposta de trabalho acima leia novamente o que escreveu Marilena Chauí sobre a força da ideologia sobre as pessoas, tendo em vista a pressão que ela exerce sobre o cotidiano:

“A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado”. (CHAUÍ, 1997: 3-4).

Essas idéias universalizantes são dúbias e passam a concepção, por exemplo, de que todos estão em condições iguais de competir, o que é garantido pela Constituição Federal de 1988, mas ao mesmo tempo demonstra que entre estes existem os mais “capazes” que vão ter acesso ao emprego, a vaga na universidade, a ser campeão na ginástica da escola. Esse pensamento, ao dar primazia ao vencedor, cria um preconceito, pois desconsidera aqueles que ficaram em segundo lugar, em terceiro, em quarto, em último como se essas pessoas não merecessem respeito. Não percebemos esta dubiedade quando incentivamos e assistimos às competições entre as pessoas, entendendo que o resultado que elas apresentam é a verdade absoluta.

E esta verdade passa a ser uma idéia universal de que os primeiros são os mais capazes, o que incentiva um comportamento competitivo entre as pessoas. Ao fazer isso, a ideologia cria uma ação preconceituosa e individualista, pois muitos acham que é correto ser assim, pois “eu fui o melhor”. Nada mais ilusório, já que há desigualdades materiais (de classe) e de outros tipos também, como as de gênero e etnia, que estão fora das “escolhas” dos indivíduos, e que acabam tornando desiguais também, as oportunidades sociais das pessoas.

O individualismo é uma ideologia que surge com o pensamento liberal do século XVII, que tem John Locke como principal representante. Essa concepção, naquela época, guindava o ser humano a uma esfera de atuação que lhe era negada na Sociedade Feudal (século V a XV), com a dominação da nobreza. Com a ascensão da burguesia (século XVIII) e o seu controle do Estado e a disseminação e norma-

tização das suas idéias na sociedade, a concepção de Indivíduo como aquele capaz de agir, deixa de ser inovadora passa a cristalizar no nosso cotidiano, via os meios de comunicação, a idéia de que o melhor, é o mais capaz e é aquele que deve ter acesso aos bens e serviços da sociedade. Isso significa desenvolver um individualismo, que nos séculos que se seguiram (XVIII ao XXI) aumentou com o consumo, pois somente alguns podem consumir mais que os outros.

Muitas pessoas acham que isto está correto pois foi ele quem venceu – a disputa pelo emprego, pela promoção, pela vaga na faculdade. Vencer em uma sociedade de desiguais significa reprodução da sociedade, pois se alguém venceu outros ficaram de fora. E se ficaram de fora, permanece a desigualdade. Questionar essa realidade é importante para percebermos como veremos adiante, neste texto, a quebra dos padrões individualistas e conformistas vigentes.

Primeiro precisamos entender o processo de internalização que impulsiona a ação cotidiana de ir ao trabalho, à escola, ao médico, aos compromissos sociais, para depois entendermos o processo de rompimento com a ideologia.

■ O processo de internalização e a condição humana

Sabemos que se faltarmos na escola, no trabalho, na consulta médica vamos sofrer uma punição. Se não cumprirmos as regras de organização da sociedade, a mesma vai atuando sobre nós na forma de advertências, desemprego, perda da vaga, no caso das situações indicadas acima. E existem outras situações, como chegar atrasado na prova de um concurso e não podermos entrar mesmo que a responsabilidade sobre o atraso não seja nossa. Ou melhor, imagine que você está observando o pôr-do-sol e pensando sobre como esta cena é bonita; ou pensando na sua vida – familiares, amigos, namorados e namoradas, emprego, escola, futebol... enfim, tudo que diz respeito a você. O que isso tem haver com a dominação e a reprodução na sociedade?

O seu pensamento não ocorreu sem você estar ligado à sociedade em que vive. Você não começou a pensar naquele momento, pois tudo que você sentiu não surgiu de repente. Você o trouxe consigo, pois realizou a experiência de ser punido pelos códigos de conduta, e aprendeu ao longo de sua vida o que significa ser punido de alguma forma.

Assim, você sabe quando está na hora de ir para o emprego, pois se não for vai ser no mínimo repreendido, podendo até ser demitido. Assim você se levanta e deixa de ver o nascer do Sol e vai para a empresa, o banco, a loja, o mercado, a colheita, o armazém, o escritório da cooperativa.

Você já ouviu falar da trilogia do filme Matrix? Nessa trilogia, segundo o enredo, as pessoas vivem em um mundo que a máquina criou. Tudo que o ser humano é e deseja está nesta história, ligado a esta dominação. Alguns personagens se revoltam contra esta situação e se organizam para romper com ela. A frase a seguir está no primeiro filme da trilogia: “Você vivia em um mundo de sonhos, Neo”. Ela, dentro da história é o momento em que é demonstrado a um dos personagens, o Neo, que o mundo em que ele vivia era criado pela máquina.

Já observou também, na televisão, as propagandas de carros que mostram todos felizes, vivendo aventuras, satisfeitos e realizados com a posse do automóvel? Ou ainda as propaganda de celulares (você têm um?) em que a satisfação se realiza tendo em vista a posse de um celular mais e mais sofisticado?

É como se vivessemos um outro mundo controlado por outras pessoas e objetos, e que vamos aceitando como se ele fosse normal e universal.



ATIVIDADE

Assistir ao filme Matrix e fazer um paralelo entre a situação colocada pelo filme e pelas propagandas, assinalando sua conclusão. Elabore um texto em que você apresente as suas considerações sobre o tema a partir do seguinte roteiro: a) descrição daquilo que assistiu; b) relacionar o filme com a propaganda; c) relacioná-los com a realidade; d) dar a sua opinião no final do texto comparando todos os outros itens com o seu cotidiano.

Considerando que ideologia é este processo de identificação e aceitação de um comportamento universalizado e ao mesmo tempo individualizado você já pensou como é que de fato ela atua organizando a vida cotidiana. Afinal, somos ou não somos livres para organizá-la de acordo com a nossa vontade? Essa discussão envolve uma reflexão muito interessante que é realizada dentro da Filosofia e que diz respeito ao que os filósofos chamam de CONDIÇÃO HUMANA. Veja no texto ao lado o que o filósofo Jean-Paul Sartre (1905 – 1980) escreveu sobre a condição humana afirmando que na sua configuração não existe natureza – condições naturais que não podem ser mudadas, por exemplo, mesmo com toda a modificação tecnológica sobre uma macieira, mudando o sabor, a casca, as sementes a macieira sempre vai dar maçã) – e sim ação histórica – ação humana que modifica continuamente a realidade (desde a sua ação de acordar e ir

todos os dias para escola ou para o trabalho até ações que envolvem conflitos sociais), e que portanto a indagação sobre o que somos passa por entender que se somos históricos devemos compreender as contradições ou os problemas que os seres humanos vivem ao longo da história da humanidade.

Sendo assim, as pessoas não são conformistas porque querem livremente, mas porque a existência de um complexo que atua sobre elas vai conformando as suas ações e idéias. Este complexo, que é a ideologia vai conservar o grupo que controla as decisões, como a classe que domina a sociedade. Assim, há uma dominação ideológica, que se desenvolve com a intenção de reproduzir a sociedade e fazer com que as regras e o lugar que cada um ocupa – os que dominam e os dominados – continue o mesmo, ou que as mudanças ocorram dentro do controle daqueles que têm interesse em manter tudo como está.

■ A dominação ideológica e o interesse do indivíduo

Mas este processo ideológico que atinge a todos os indivíduos, transformando a nossa maneira de entender e pensar e, portanto agir, não é somente um processo de dominação. É possível encontrar no nosso dia-a-dia, manifestações de ruptura desta ideologia. Vejamos como isso poderia ocorrer:

Imagine que você e seus amigos resolveram reivindicar mais luz e infra-estrutura de lazer no seu bairro. Vocês vão ter que se organizar, fazer abaixo assinado, entrar em contato com a prefeitura, exigir a presença dos vereadores. Mas, o terreno que vocês estão pensando em utilizar para construir uma praça com bancos, quadra, iluminação, palco para apresentações, um galpão para reuniões é alvo de interesse de uma construtora e de imobiliárias. Existem outros terrenos, mas para vocês este é o melhor porque está localizado ao lado de um bosque de mata nativa. E é por isso que a construtora está também interessada. Vai construir um condomínio de luxo na região. Vejam só a disputa que vai ser para convencer a prefeitura que o terreno deve ser destinado para o lazer do bairro. Assim como vocês, a construtora vai se organizar.

De um lado vocês e seus amigos e do outro a construtora. No meio está o poder público, representado pela prefeitura. Será uma boa briga, se vocês de fato tivessem interesse e disposição para organizar esta luta. Então, não são somente os interesses daqueles que detêm o ca-

“Além disso, se é impossível achar em cada homem uma essência universal que seria a natureza humana, existe contudo uma universalidade humana de condição. Não é por acaso que os pensadores de hoje falam mais facilmente de condição do homem que da sua natureza. Por condição entendem mais ou menos distintamente o conjunto de limites a priori que esboçam a sua situação fundamental no universo. As situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã ou senhor feudal ou proletário. Mas o que não varia é a necessidade para ele de estar no mundo, de lutar, de viver com outros e ser mortal (...) E embora os projetos possam ser diversos, pelo menos nenhum me é inteiramente estranho (...)” (Sartre, 1978:16).



pital e o controle das decisões que vão se organizar e se manifestar. Aqueles que não são proprietários do capital, mas da sua força de trabalho – energia e conhecimento, também vão ter os seus interesses expressos nos embates dentro da sociedade. Não esqueça que capital é a riqueza – fábricas, máquinas, matéria-prima, prédios, ações – que é propriedade

do capitalista que deve ser constantemente investida para gerar mais capital.

Entenda e fique atento para a questão a seguir, que na sociedade capitalista, o poder público está a serviço da classe dominante, via seus representantes nos governos. O governo de um município é realizado por pessoas que possuem identificações políticas com as mais diferentes propostas sobre como administrar e governar uma cidade. Isso ocorre porque

nesta sociedade não existe neutralidade nas ações que as pessoas desenvolvem, pois como a ação humana é uma ação histórica e política, ela sempre vai representar os interesses das classes sociais, das mais variadas formas, em meio aos confrontos entre a ideologia dominante e os interesses dos dominados.

Assim, estes interesses – dos dominados – expressam-se das mais variadas formas, sejam organizados nos sindicatos, nos partidos políticos ligados às lutas democráticas e dos trabalhadores, sejam nos movimentos sociais – feministas, negros, étnicos, estudantil, ecológicos, do campo e da cidade, pelo direito ao emprego, à terra, por moradia e por infra-estrutura básica.

Por exemplo, você já deve ter ouvido falar em greve! Este é um direito, que no Brasil é assegurado por lei a partir de 1988 com a promulgação da Constituição. Esse direito é exercido pelos trabalhadores organizados nos seus sindicatos, nos momentos em que precisam pressionar mais os seus empregadores – no meio rural e urbano, no setor de serviços ou produtivo, no setor público ou no privado, no Brasil e em muitos lugares do mundo.

Quando exercem este direito estão defendendo os seus interesses por melhores salários e melhores condições de trabalho. Esses interes-

ses são diferentes dos seus empregadores, que no capitalismo, buscam economizar com o trabalho e aumentar o capital. Esse modo de confrontação ao ser exercida pelos trabalhadores na forma de greve faz com que os seus interesses se contraponham aos dos empregadores.

Como vimos acima, aqueles que dominam a sociedade querem que sejamos conformistas, que aceitemos as regras que a ideologia dissemina na sociedade. Com a greve ou outra forma de contestação – manifestações, passeatas, operações para diminuir o ritmo do trabalho, faltas coletivas, denúncias na imprensa e no ministério público – os trabalhadores abrem brechas na ideologia dominante, possibilitando que outra forma de pensar e agir no cotidiano possa se desenvolver, o que pode possibilitar que um questionamento sobre a organização da sociedade ocorra.

Este desenvolvimento enfrentará a dominação ideológica pela ação da classe dominante, que ao utilizar todos os meios de comunicação, o aparato militar e disseminação de idéias, vai reforçar a ideologia predominante de que as pessoas “são baderneiras, gostam de confusão e querem prejudicar o país”.



PESQUISA

1. Entrevistar duas pessoas que tenham participado de alguma greve, fazendo as seguintes perguntas:
 - a) Foi fácil tomar a decisão de entrar em greve?
 - b) Havia organização anterior – sindicato, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), comissão sindical, de negociação e/ou outras ou ela começou com a necessidade de realizar a greve?
 - c) Quais eram as reivindicações?
 - d) O que propunha o patrão?
 - e) Qual foi o resultado?
 - f) Se a organização para a greve continua ou se o sentimento de solidariedade e/ou amizade entre os trabalhadores se desenvolveu e se ele permaneceu com o fim da greve.
2. Observar:
 - a) Se as reivindicações dos trabalhadores têm objetivos diferentes da proposta patronal;
 - b) A quem o resultado obtido favoreceu?
3. Escrever um relatório sobre as questões que foram analisadas com a entrevista e uma conclusão a partir do item 2.

Veja que deste modo muitas vezes essas lutas localizadas dentro da sociedade podem assumir um caráter mais econômico, ou mais político ou cultural ou social, enfim, o que é importante é saber que essas lutas existem na medida em que as pessoas vão se deparando com contradições, isto é com problemas não resolvidos da humanidade. Assim há um embate entre a ideologia dominante e os interesses dos dominados.

Se buscarmos na história vamos encontrar muitos exemplos destas situações como por exemplo:

- A Revolução Francesa (1789) e a Revolução Russa (1917) são também momentos históricos diferentes, mas que podem demonstrar como os confrontos, de forma diferenciada pelo momento histórico em que ocorreram, são elementos importantes para que possamos entender este conflito entre a classe que domina a sociedade e a classe dominada.
- Os movimentos hippie, feminista e pelos direitos civis nos EUA, nos anos 1960 são exemplos de lutas que realizam reivindicações além das questões entre o trabalho e o capital – como liberdade de expressão e de manifestação cultural, contra o machismo, o autoritarismo patriarcal e contra o preconceito étnico.
- Em fins dos anos 70 e início dos anos 80, no Brasil, houve um crescimento da luta sindical. Esta atingiu o patamar de luta política ao contribuir para o movimento democrático pelo fim da Ditadura Militar (1964-1984).



PESQUISA

Pesquisa: A Ideologia pode ter outros sentidos além do que foi apresentado neste Folhas. Ela pode, por exemplo, referir-se a constituição de uma ciência que buscasse a gênese das idéias, procurando desvendar como as mesmas foram sendo criadas e divulgadas na sociedade. (Destutt de Tracy).

Ela ainda pode ser entendida como uma “visão de mundo” mais geral e hegemônica, que domina em certas conjunturas históricas por ser “coerente” com as demais estruturas sociais, o que poderia levar os indivíduos a atuar-agir em determinadas direções. Ela: “organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas sociais e informa todas as atividades individuais ou coletivas”. (GRAMSCI, 1978, p.377).

Em um outro sentido, ela pode ser entendida também como a forma de compreender o mundo que se baseia na aparência imediata dos fatos analisados, sem perceber a condição histórica-social-cultural para produção dos mesmos. (Marx)

Baseado no que foi rapidamente apresentado acima, você deve ter percebido que, algumas vezes, os conceitos trabalhados na Sociologia, têm significados diferentes. Vamos testar isto? Escolha uma das possibilidades listadas acima e procure mais informações a seu respeito. Crie um pequeno texto onde você irá comparar o conceito de Ideologia apresentado neste Folhas e o de sua pesquisa, apontando os elementos que eles tenham em comum e os que os diferencia. Bom trabalho!

Referências:

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BAKHTIN (VOLOCHINOV), Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**, São Paulo: Brasiliense, 1997.
- EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Unesp, 1997.
- FORACHI, M.M. & MARTINS, J. de S. (Orgs) **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro : LTC, 2004.
- FROMM, E. Consciência e sociedade industrial, In. FORACHI, M.M. & MARTINS, J. de S. (Orgs.) **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARCUSE, H. **A Ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. **O Manifesto comunista**. URSS: Edições Progresso, 1987.
- _____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MANNHEIN, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SARTRE, J-P. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural. 1978.
- ZIZEK, S. (org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

Filmes:

- Matrix (EUA ,1999, Diretores: Andy Wachowski, Larry Wachowski)
- Sarafina, o Som da Liberdade (EUA, 1993, 116 min, direção: Darrel Roodt)
- Hair (EUA, 1979, 120 minutos, direção: Milos Forman)
- A. Spartacus (EUA : 2004, 76 minutos, direção: Robert Dornhelm)
- B.Spartacus (EUA : 1960 183 minutos Direção: Stanley Kubrick)
- Viva Zapata! (EUA, 1952, direção: Elia Kazan)
- Danton (França / Polônia, 1982, 130 minutos, direção: Andrzej Wajda



FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

■ Salvina Maria Ferreira¹



S e os homens sempre procuraram ser livres, por que organizaram um meio de serem controlados?

Tal como nós, muitas pessoas tentaram responder à questão acima e escreveram verdadeiros tratados a partir de seus estudos e análises de sua sociedade e do momento histórico em que viviam. Acompanhem algumas dessas respostas!

Começemos por Nicolau Maquiavel (1469-1527) que viveu numa sociedade italiana corrompida, dividida, sujeita às invasões externas. Ele nos diz que os homens buscam uma organização de um poder capaz de colocar freios em seus maus sentimentos e em seus desejos mundanos. Assim sendo, o homem só tem um caminho: escolher uma forma de governo capaz de controlar a maldade humana.

Afinal que tipo de governo seria esse? Segundo Maquiavel, somente um príncipe seria capaz de organizar os homens numa sociedade onde existisse o equilíbrio, sem maus desejos, educada, virtuosa e com instituições estáveis. Quando chegasse a atingir esse tipo de sociedade, o príncipe não precisaria mais governar pois os homens chegariam a um ideal e poderiam mudar a forma de governo para a República pois os homens seriam virtuosos e participariam ativamente.

Para o filósofo Thomas Hobbes (1588-1679), o homem, em seu “estado de natureza”, acaba provocando conflitos com os outros, pois vive competindo, desconfia de todos e vive buscando a glória. Essa situação levou os homens a buscarem uma maneira de evitar esse constante estado de guerra de todos contra todos.

E qual foi a saída? A saída foi fazer um contrato que assegurasse a paz. Mas será que só isso resolveu a questão? Segundo Hobbes, não, pois um papel assinado não garante a paz. É necessário que os homens submetam sua vontade à vontade de um só homem que os mantenha em respeito e sob leis. E quem seria esse homem? Que tipo de organização seria necessária? Esse homem seria um rei que exerceria o poder despoticamente e essa organização seria o Estado absolutista.

Mas o que é Estado absolutista e por que Hobbes nos dá essa resposta? Bem, na sociedade dele, a Inglaterra, havia muitos conflitos entre o poder real, absoluto, e o poder do Parlamento, que queria liberdade política e econômica, e isso estava levando a muitas brigas. Além do mais, o governo existe para que possamos viver em paz e o poder do governante tem que ser ilimitado. Portanto, segundo Hobbes, ou o poder é absoluto, centralizado e sem divisões ou continuamos a viver na condição de guerra, de poderes que se enfrentam constantemente.

Já, para John Locke (1632-1704), a resposta à questão inicial é: os homens concordaram, livremente, em organizar a sociedade com o objetivo de preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam no “estado de natureza”. Que direitos são esses? O direito à vida, à liberdade e aos bens, que Locke simplesmente chama de propriedade. E como garantiriam isso? Por meio de um corpo de leis. A próxima ação dos homens foi a de escolher a forma de governo a partir da decisão da maioria.

Qual a forma de governo defendida por Locke? Aquela que for escolhida pela maioria e que cumpra seu objetivo: conservar a propriedade. Se isso não for cumprido e ainda o governo usar da força sem amparo legal, o povo tem o legítimo direito de resistência à opressão e à tirania.

Por que Locke defende o poder legítimo da população ir contra uma forma de governo? Porque ele era contra o poder absoluto exercido em sua sociedade, a inglesa. Essa é mais uma prova de que qualquer tipo de governo, para ele, só é válido se for do consentimento do povo.

Vejam os mais uma resposta à nossa questão inicial. Ela nos é dada por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) que, em seu livro **O Contrato Social**, nos diz que os homens fizeram uma escolha entre serem infinitamente livres em seus impulsos, que podem aniquilar a “vida natural” ou aceitarem as garantias de liberdade e de propriedade dadas pela lei. É possível, então, ser livre mesmo a partir da criação de leis? Não é algo esquisito, pois as leis não nos limitam? Segundo Rousseau não, porque somos parte ativa e passiva nesse processo. Como assim? É o seguinte: nós elaboramos as leis e ao mesmo tempo as obedecemos, o que mostra ser possível a relação perfeita entre liberdade e a obediência. Obedecer à lei escrita por nós mesmos é um ato de liberdade.

Para que a melhor escolha prevalecesse, foi necessário que todos fizessem uso da razão e da liberdade, a fim de instituírem um contrato. Essa é a primeira condição que dá legitimidade à vida política, uma vez que todos estamos em pé de igualdade. A partir daí os homens fizeram um contrato que inaugurou a organização de um Estado. E qual a forma de governo defendida por Rousseau? Diferentemente dos outros pensadores aqui apresentados, ele afirma que qualquer forma de governo que se adote é secundária desde que ela esteja submetida ao poder soberano do povo. O governo é, então, entendido como corpo administrativo do Estado, sendo limitado pelo poder do povo. É nesse sentido que, mesmo sob o regime monárquico, o poder do povo pode ser soberano, se o monarca governar como funcionário do povo.



ATIVIDADE

Diante dessas idéias, nos cabem algumas questões. Responda-as:

1. Pesquise o que significa “estado de natureza” para Hobbes e John Locke. É a mesma explicação de “vida natural” para Rousseau? Faça uma comparação entre os significados encontrados.
2. Releia as idéias de Maquiavel, Hobbes, John Locke e Rousseau. Depois diga com qual delas você concorda e não concorda, bem como o porquê.
3. Você é convocado a responder a questão: “Por que o homem, querendo ser livre organiza um meio de ser controlado?” Como a responderia?

E a problemática continua, mesmo que tenhamos conseguido entender um pouco os motivos da organização do Estado. E qual seria, então a melhor forma de organização desse Estado? Maquiavel defende um governo centralizado na pessoa de um príncipe; Hobbes defende

a monarquia absolutista; John Locke diz que a melhor forma é aquela escolhida pelo povo; já Rousseau defende que a melhor forma de governo é aquela em que, quem for escolhido para governar deve ser funcionário do povo, que é soberano. Para entendermos melhor por que existem essas opções de tipos de governo, leia atentamente a história que se segue.

“Uma discussão célebre”

“Uma história das tipologias das formas de governo, como esta, pode ter início na discussão referida por Heródoto, na sua História (...) entre três persas – Otanes, Megabises e Dario – sobre a melhor forma de governo a adotar no seu país depois da morte de Cambises. O episódio, puramente imaginário, teria ocorrido na segunda metade do século VI antes de Cristo, mas o narrador, Heródoto, escreve no século seguinte. De qualquer forma, o que há de notável é o grau de desenvolvimento que já tinha atingido o pensamento dos gregos sobre a política um século antes da grande sistematização teórica de Platão e Aristóteles (no século IV). A passagem é verdadeiramente exemplar porque, como veremos, cada uma das três personagens defende uma das três formas de governo que poderíamos denominar de “clássicas” (...). Essas três formas são: o governo de muitos, de poucos e de um só, ou seja, “democracia”, “aristocracia” e “monarquia”, embora naquela passagem não encontremos ainda todos os termos com que essas três modalidades de governo foram consignadas à tradição que permanece viva até nossos dias.

(...) Otanes propôs entregar o poder ao povo (...) argumentando assim: ‘Minha opinião é que nenhum de nós deve ser feito monarca, o que seria penoso e injusto. Vimos até que ponto chegou a prepotência de Cambises, e sofremos depois a dos magos. De qualquer forma poderia não ser irregular o governo monárquico se o monarca pode fazer o que quiser, se não é responsável perante nenhuma instância? Conferindo tal poder, a monarquia afasta do seu caminho normal até mesmo o melhor dos homens. A posse de grandes riquezas gera nele a prepotência, e a inveja é desde o princípio parte de sua natureza. Com esses dois defeitos, alimentará todas as malvadezas: cometerá de fato os atos mais reprováveis, em alguns casos devido à prepotência, em outros à inveja. Poderia parecer razoável que o monarca e tirano fosse um homem despido de inveja, já que possui tudo. Na verdade, porém, do modo como trata os súditos demonstra bem o contrário: tem inveja dos poucos bons que permanecem, compraz-se com os piores, está sempre atento às calúnias. O que há de mais vergonhoso é que, se alguém lhe faz homenagens com medida, crê não ter sido bastante venerado; se alguém o venera em excesso, se enraivece por ter sido adulado. Direi agora, porém, o que é mais grave: o monarca subverte a autoridade dos pais, viola as mulheres, mata os cidadãos ao sabor dos seus caprichos.

O governo do povo, porém, merece o mais belo dos nomes, ‘isonomia’; não faz nada do que caracteriza o comportamento do monarca. Os cargos públicos são distribuídos pela sorte; os magistrados precisam prestar contas do exercício do poder; todas as decisões estão sujeitas ao voto popular. Proponho, portanto, rejeitarmos a monarquia, elevando o povo ao poder: o grande número faz com que tudo seja possível’.

(...) Megabises, contudo, aconselhou a confiança no governo oligárquico: ‘Subscribo o que disse Otanes em defesa da abolição da monarquia; quanto à distribuição do poder ao povo, contudo, seu conselho não é o mais sábio. A massa inepta é obtusa e prepotente; nisto nada se lhe compara. De nenhuma forma deve tolerar que, para escapar da prepotência de um tirano, se caia sob a plebe desatinada. Tudo o que faz, o tirano faz conscientemente; mas o povo não tem sequer a possibilidade de sa-

ber o que faz. Como poderia sabê-lo, se nunca aprendeu nada de bom e de útil, se não conhece nada disso, mas arrasta indistintamente tudo o que encontra no seu caminho? Que os que querem mal aos persas adotem o partido democrático; quanto a nós, entregariamos o poder a um grupo de homens escolhidos dentre os melhores – e estaríamos entre eles. É natural que as melhores decisões sejam tomadas pelos que são melhores’.

(...) Em terceiro lugar, Dario manifestou sua opinião: ‘O que disse Megabises a respeito do governo popular me parece justo, mas não o que disse sobre a oligarquia. Entre as três formas de governo, todas elas consideradas no seu estado perfeito, isto é, entre a melhor democracia, a melhor oligarquia e a melhor monarquia, afirmo que a monarquia é superior a todas. Nada poderia parecer melhor do que um só homem – o melhor de todos; com seu discernimento, governaria o povo de modo irrepreensível; como ninguém mais, saberia manter seus objetivos políticos a salvo dos adversários.

Numa oligarquia, é fácil que nasçam graves conflitos pessoais entre os que praticam a virtude pelo bem público: todos querem ser o chefe, e fazer prevalecer sua opinião, chegando por isso a odiar-se; de onde surgem as facções, e delas os delitos. Os delitos levam à monarquia, o que prova que esta é a melhor forma de governo.

Por outro lado, quando é o povo que governa, é impossível não haver corrupção na esfera dos negócios públicos, a qual não provoca inimizades, mas sim sólidas alianças entre os malfeitores: os que agem contra o bem comum fazem-no conspirando entre si. É o que acontece, até que alguém assume a defesa do poder e põe fim às suas tramas, tomando-lhes o lugar na admiração popular, admirado mais do que eles, torna-se monarca. Por isso, também a monarquia é a melhor forma de governo.

Em suma, para dizê-lo em poucas palavras: de onde nos veio a liberdade? Quem a deu? O povo, uma oligarquia, ou um monarca? Sustento que, liberados por obra de um só homem, devemos manter o regime monárquico e, além disso, conservar nossas boas instituições pátrias: não há nada melhor’.”

■ (BOBBIO, 1985. p.39-41).



ATIVIDADE

Vejam: temos algumas respostas do porquê os homens organizaram a sociedade e o Estado. Vamos trabalhar um pouco respondendo às questões abaixo.

- Os três personagens da história “Uma discussão célebre”, Otanes, Megabises e Dario fazem, cada um, a defesa de uma das formas de governo e criticam outra. Faça um quadro que mostre qual é o tipo de governo defendido e criticado por cada um. Neste quadro anote os argumentos que eles utilizam.
- Com mais três colegas, elejam um tipo de governo para defenderem e um outro para criticarem, isto é, dizerem porque apóiam um e não o outro. Depois montem um tribunal onde apresentarão a defesa e as críticas desses tipos de governo. Escolham cinco colegas para serem os juizes que elaborarão o veredicto final de cada tipo de governo.



Tudo isso nos leva a pensarmos em nossas sociedades e em nossos tipos de governo. Por que temos, no Brasil e nos E.U.A., a República presidencialista? Por que na Inglaterra e na Espanha há a Monarquia parlamentarista? Por que na França e na Itália há o Parlamentarismo? Por que a experiência de alguns países, como, por exemplo, a França e os E.U.A., é tida como modelo para os demais?

Para respondermos essas questões é necessária a pesquisa do processo histórico de cada país a fim de entendermos as razões ou os motivos de terem determinado certo tipo de governo. Vejamos a história da França, mais exatamente o processo da Revolução Francesa, como exercício de análise e compreensão.

Essa Revolução ocorreu em 1789 e desde então é cantada em verso e prosa como modelo de revolução democrático-burguesa. Mas por quê? É considerada modelo porque pode e deve servir de exemplo; democrático porque ao lançar as palavras de ordem – liberdade, igualdade e fraternidade – procurou assegurar o respeito aos direitos de cada um; e burguesa porque, conforme mostrou a história, ajudou e ajuda a deter propostas de mudanças mais efetivas.

Mas precisamos nos perguntar sobre a organização da sociedade francesa às vésperas da revolução de 1789: Que tipo de sociedade era? Quem a governava? Como a governava? Quem inspirou os ideais revolucionários? Os revolucionários conseguiram atingir os objetivos propostos?

Para começar, pode-se dizer que, apesar dos historiadores colocarem como período final do feudalismo o século XVI, havia ainda, na França, alguns caracteres feudais que, teimosamente, insistiam em manter-se vivos por mais tempo. Isso está longe de significar, entretanto, que o sistema feudal se mantivesse dominante até o século XVIII, pois, um capitalismo “agrário” vinha sendo introduzido muito antes disso, a ponto de, no século XVIII, os tradicionais pagamentos aos senhores serem bastante modestos quando comparados com os arrendamentos capitalistas.

Politicamente, a sociedade francesa era governada pelos reis que mantinham o poder centralizado em suas mãos a ponto de Luis XV dizer ao Parlamento de Paris:



“Em minha pessoa reside o poder soberano. Só a mim pertence o poder legislativo, sem dependência e sem partilha. A ordem pública emana de mim por inteiro, e os direitos e interesses da nação estão unidos necessariamente aos meus, e só repousam em minhas mãos.” (MICELE, 1987:52).

Veja você! O que diferencia os antigos reis absolutistas dos ditadores de hoje não é a prepotência deles, mas a capacidade de dizer claramente e em público, o que ia em suas cabeças!

Luis XV ignorava ou talvez fingia não saber que a monarquia estava desacreditada, que os poderes locais, simbolizados pelos antigos senhores feudais, não aceitavam a centralização da administração, que os intendentess de justiça, de polícia e de finanças eram funcionários poderosos, pois em suas mãos estava o controle das revoltas, do comércio, da agricultura e da indústria, além de serem responsáveis pelo recrutamento de soldados para o exército e da cobrança de impostos antecipados à Coroa.

Além desses problemas internos, a França estava falida pois disputava, com a Inglaterra, a Áustria e a Prússia, por exemplo, territórios coloniais. No fundo era uma briga pela divisão do mundo e do controle político e econômico a partir de interesses exclusivos.

Está dando para perceber como o tipo de governo implantado na França vai construindo seu próprio fim? Então continuemos! Vejamos agora como a sociedade francesa estava organizada internamente. Vamos lembrar de uma perguntinha clássica que se faz quando estudamos de 5ª à 8ª: Como estava organizada a sociedade francesa às vésperas da revolução de 1789? Lembra a resposta? Vamos ajuda-lo! Ela estava organizada em três grupos:

- a) 1º Estado representado pelo clero que tinha privilégios políticos, judiciários e fiscais, controlava 10% das terras de todo território francês e, além disso, cobrava taxas de batismo, casamento, sepultura e a dízima. Isso não quer dizer que todo o clero tinha esses privilégios. Somente o alto clero, isto é, bispos e abades, tinha esses privilégios. Os que pertenciam ao baixo clero, ou seja, os padres sem cargos, passavam dificuldades tanto quanto a maioria da população francesa.
- b) 2º Estado representado pela nobreza, aquela que detinha o poder na Idade Média, também tinha muitos privilégios como: podiam usar espada; tinham banco reservado nas igrejas; não pagavam impostos; tinham o monopólio de acesso aos cargos superiores do exército, da igreja e de serem juizes. Muitos ainda recebiam impostos dos seus camponeses.
- c) 3º Estado era composto pelos camponeses, artesãos, operários, pela burguesia, fosse ela comercial, industrial ou financeira e pelos profissionais liberais – médicos, juristas, literatos e professores. Para grande parte desses que compunham o 3º Estado, especialmente os camponeses, artesãos e operários, a situação não era nada boa. Para piorar, uma grande seca, entre 1785 e 1789, provocou a elevação dos preços dos principais produtos consumidos por eles. Isso fez com que a fome se alastrasse ainda mais. Dá para perceber o que andou acontecendo, não? Como conter camponeses, artesãos e operários famintos e revoltosos?

Aqui, para tentar responder quem inspirou os propósitos da revolução, retornemos aos nossos pensadores, especialmente Locke e Rousseau que tentaram provar que os homens são os principais responsáveis por seu destino. Analisemos assim: as necessidades práticas da burguesia de aumentar seus lucros e a busca dos camponeses, artesãos e operários de acabar com a fome e a miséria acabaram dando respaldo às idéias filosóficas. Só faltava arregaçarem as mangas e irem para a luta. Foi o que aconteceu em 14 de julho de 1789 quando uma multidão invadiu e tomou a Bastilha, fortaleza onde o rei trancafiava seus inimigos políticos.



Foto: João Urban



PESQUISA

Só nos resta saber se os revoltosos conseguiram seus objetivos. Fica aqui o desafio:

1. Faça uma pesquisa e responda se os revoltosos conseguiram atingir seus objetivos e quais meios foram utilizados.
2. Pesquise se na história do Brasil houve um acontecimento ou uma revolta que possa ser comparada com a Revolução Francesa. Faça um quadro comparativo entre elas destacando: por que ocorreu, quem participou, quais os objetivos, o que a influenciou e quais os resultados obtidos.
3. Entreviste cinco pessoas com as seguintes questões:
 - a) Você sabe explicar o que é:
 - 1) Monarquia?
 - 2) Oligarquia?
 - 3) Democracia?
 - 4) Parlamentarismo?
 - b) Hoje, no Brasil, temos o presidencialismo como tipo de governo. Quem fez essa escolha? Com base em quê?
 - c) Se tivéssemos um plebiscito no Brasil para mudar o tipo de governo, em qual você votaria? Monarquia, Oligarquia, Parlamentarismo ou Presidencialismo? Por quê?

Construa um texto comentando e relacionando as respostas com a questão inicial de nosso estudo. Leia suas conclusões para os demais colegas.

■ Referências:

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo.** 4ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1985.

GOMES, R. **Crítica da razão tupiniquim.** 8. ed. Curitiba: Criar, 1986.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** 3ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

KANT, I. **Crítica da razão prática.** Lisboa: edições 70, 1989. (Textos Filosóficos).

MICELI, P. **As revoluções burguesas.** São Paulo: Atual, 1987.

ROUSSEAU, J. J.. **Do contrato social.** São Paulo: Nova Cultural, 1999. v. 1.

SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna. O intelectual de virtù. In.: WEFFORT, Francisco (Org). **Os clássicos da política:** 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. v. 2.

WEFFORT, F. (Org). **Os clássicos da política:** 13ª ed. São Paulo: Ática, 2003. v. 2.

I
n
t
r
o
d
u
ç
ã
o

Neste capítulo abordaremos um tema de extrema importância para a Sociologia que trata dos *movimentos sociais*. Buscaremos compreender quais as características dos mesmos e ainda trataremos de apresentar alguns *movimentos* que se fazem presentes na história do capitalismo.

Mas por que seria tão importante para a Sociologia a temática dos *movimentos sociais*? Por que abordar essa discussão e não outra?

Bom, podemos começar a pontuar algumas questões importantes que demonstram a relevância desse tema em um livro didático de Sociologia destinado ao Ensino Médio.

Vamos começar discutindo o que querem dizer essas duas palavras “movimento” e “social”. Pensar todo o desenvolvimento da história da humanidade é pensar todas as transformações que o homem vem produzindo para si mesmo.

Essas transformações estão presentes em todos os âmbitos da vida humana, desde a forma de se comunicar (pense que até o desenvolvimento da palavra e da escrita outras formas de comunicação foram utilizadas, como por exemplo, a pintura na parede das cavernas até a forma de se alimentar, se vestir, de se organizar socialmente.

Temos, portanto, que a palavra “movimento” nos indica uma série de transformações na vida do homem, e estas garantem que a história seja um movimento que cria novas situações, permitindo que um dia seja diferente do outro.

Mas quem realiza esses movimentos?

Essas mudanças, movimentos que acontecem na história são gerados pelos próprios homens que fazem parte da história. Isso quer di-

zer que todas as alterações que acontecem em nossas vidas são fruto da interferência do próprio homem na mesma.

Isto porque o homem não vive isolado do mundo à sua volta, nós somos seres sociais e, enquanto tais, realizamos as transformações na história de forma social, envolvendo um grupo ou uma classe, mas nunca isoladamente.

Desta forma, já estamos discutindo a segunda palavra: “social”. O que ela quer nos dizer? Ela nos traz a idéia de que esses movimentos de transformação que estávamos tratando acima ocorrem junto à sociedade, em situações específicas e em um período específico.

Se agora juntarmos essas duas palavras tem-se que movimento social é a transformação histórica desencadeada pelo homem que vive em sociedade na sua própria história.

Essa afirmação não é incorreta para movimento social. Mas, para a Sociologia essa definição certamente é incompleta. Isso porque, a mesma não explica porquê surgem os movimentos sociais, não nos auxilia a discutirmos sobre o papel que os movimentos sociais cumprem na sociedade contemporânea, não nos ajuda a pensarmos quais são os tipos de movimentos sociais existentes, isso para citar apenas alguns problemas.

Por isso, nos três Folhas que seguem este capítulo procuramos desenvolver indagações que proporcionem a você, aluno, o questionamento do que é um movimento social, ao mesmo tempo que exemplificamos a temática historicamente com alguns casos que julgamos mais relevantes para um primeiro contato.

Introdução

Assim, no primeiro Folhas abordaremos questões como: por que surgem os movimentos sociais? O que são os movimentos sociais? Quais os possíveis projetos dos movimentos sociais? Bem como, discutiremos como os movimentos sociais encontram-se na atualidade do capitalismo.

No segundo Folhas, discutiremos sobre os movimentos com caráter agrário que se desenvolveram no Brasil, falaremos, portanto, das Ligas Camponesas e do MST. Abordaremos tais organizações discutindo a formação agrária de nosso país, desde a colonização até a contemporaneidade, buscando compreender porquê se faz necessário na nossa história esses tipos de movimentos.

Ainda, trataremos das especificidades históricas que diferenciam o surgimento das Ligas Camponesas de 1945 até 1964 quando comparado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que surge com caráter nacional em 1985.

No terceiro e último Folhas, o movimento a ser focado será o estudantil. Nesta discussão demonstraremos o importante papel desenvolvido pelos estudantes no mundo durante o ano de 1968, e forneceremos os recursos legais para que o aluno, na escola em que se encontra, atue de forma positiva tanto dentro de seu espaço escolar como em sua comunidade.

Todos os três Folhas apresentados, portanto, discutirão os movimentos sociais no período de vigência do sistema capitalista, mais especificamente, no século XX, sempre tendo como princípio apontar o *porquê, quando e como* os mesmos se desenvolveram.

Seguindo a proposta do Livro Didático Público, essas discussões apontadas não se encontram encerradas, mas são apresentadas de modo a ajudá-lo a questionar e analisar a realidade social a partir dos referenciais teóricos da Sociologia.

Agora, que você aluno inicia a leitura dos textos, sugerimos que a ordem seja esta seqüência apresentada, e apreenda com os vários movimentos sociais, marcantes em nossa história, que a possibilidade de realizarmos transformações sociais dependem de ações coletivas, sempre criando *um movimento*, mudanças em nossas vidas.

*“[...]Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim.”*

“Tanto Mar”, Chico Buarque, 1978.



MOVIMENTOS SOCIAIS

■ Valéria Pilão¹

*P*or que há pessoas que teimam em se organizar e propor mudanças para a sociedade?

Você já ouviu falar em movimentos sociais, não é? Afinal, o que são os movimentos sociais, e mais, qual a importância deles para nossa vida cotidiana?



Na história contemporânea temos diversos exemplos de formas de organizações coletivas, reivindicando as mais diferentes coisas ou ações caracterizando o que é um movimento social.

Como exemplo, citamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Fórum Social Mundial (FSM), o movimento hippie, movimento feminista, o movimento estudantil, o movimento dos sem-teto, o movimento pela “Tradição, Família e Propriedade” (TFP), os movimentos anti-capitalistas, dentre outros. A lista de movimentos sociais existentes é longa, isso pensando apenas nos séculos XX e XXI.

É pelo significado social e político e, ainda, pela quantidade de movimentos sociais existentes que tal tema é de extrema importância para a Sociologia.

Vamos por partes...

É importante dizer que abordaremos a temática dos movimentos sociais sempre pensando na forma de organização social atual em que vivemos. Portanto, estaremos tratando dos movimentos vinculados ao sistema capitalista. Quer dizer, priorizaremos aqueles movimentos sociais que nascem de demandas próprias desta forma de organização social.

As cidades, organizadas na forma que conhecemos hoje, desenvolveram-se a partir do século XII, ligadas às necessidades dos homens medievais de realizarem trocas comerciais. Mas, no entanto, sabendo que durante a Idade Média a forma de organização social dava-se principalmente dentro dos feudos, essas cidades ainda não assumiam a importância que as mesmas possuem numa sociedade industrial.

Com a consolidação do capitalismo a partir do século XVIII, continuou existindo uma separação entre campo e cidade, mas tal distinção não criava um isolamento do campo, ao mesmo tempo em que, o desenvolvimento e o progresso não se restringiam à cidade. Em suma, estamos tratando da importância do rural e do urbano para o desenvolvimento capitalista, que cria duas realidades diversas, mas que, no entanto, nunca deixam de estar vinculadas e apresentando novas necessidades.

Considerando que a sociedade capitalista tem sua organização e sua dinâmica marcadas pelas disputas e conflitos entre as classes sociais presentes nela, principalmente, entre as duas classes fundamentais, a burguesia e os trabalhadores, boa parte dos movimentos sociais será motivada diretamente, por interesses de classe ou manifestará aspectos daquelas disputas como são os casos dos movimentos sindical, de camponeses, dos sem-teto. Já outros movimentos, como o feminista, os de juventude, o hippie, os ecológicos, podem ou não estar, tam-

bém, motivados diretamente por “interesses de classe” de seus participantes. Ocorre, muitas vezes, de suas razões mais evidentes serem da ordem de outros interesses, como os ligados a lutas contra discriminações de gênero, étnicas, de geração ou culturais.

Assim, na sociedade contemporânea, tanto quem vive nas zonas urbanas, como quem vive nas zonas rurais, organiza-se em torno de seus interesses particulares e forma os mais diversos movimentos sociais.

Não negamos a diferença quanto ao ritmo de vida existente para quem mora no campo e para quem vive na cidade. Por exemplo: quem mora na cidade sempre se assusta, num primeiro momento, com os horários que as pessoas da zona rural acordam, almoçam e jantam, pois, na maioria das vezes, isso ocorre sempre mais cedo, em comparação à vida urbana.

A comparação contrária também é verdadeira: quem sempre morou no campo fica alucinado com o número de pessoas nas ruas, com a quantidade de carros, de prédios e da corrida contra o tempo de quem vive nas cidades.

Diferenças entre o campo e a cidade existem e, certamente vão muito além destes dois exemplos acima, mas há também um elemento que une essas duas formas de vida aparentemente distintas: o fato de que tanto o trabalhador da cidade como o do campo e seus pequenos produtores, para obter a sua sobrevivência, submetem-se às regras e leis da produção de mais-valia. Os primeiros quando vendem sua força de trabalho no mercado, os segundos quando têm a sua produção sujeitada às demandas e obrigações impostas pelas leis de mercado capitalista e da prioridade dos interesses dos capital urbano.

Sendo assim, boa parte dos movimentos sociais que se organizam a partir desta realidade social nasce ou se relaciona, direta ou indiretamente, com questões ligadas à estrutura de classes e aos conflitos de interesses entre as diversas classes e frações de classe. Isto pode ser observado, por exemplo, no movimento feminista, onde demandas pelo fim do machismo estão ao lado de reivindicações pela redução da exploração no trabalho. O mesmo pode ser observado em movimentos como o dos negros no Brasil, onde a luta contra a discriminação por cor da pele está associada a demandas por emprego e escolaridade. Ou, ainda, quando se vê, no movimento social que luta por terra, surgir a organização das mulheres exigindo dos “homens sem-terra” tratamento igualitário dentro da organização do próprio movimento.

Os movimentos caracterizam-se por reivindicações diferentes, mas a idéia do movimento social como forma de organização coletiva é extremamente importante neste sistema, pois é a partir deles que se consegue suprir determinadas necessidades dos mais diversos grupos.

Classes Sociais: com a consolidação do capitalismo segundo Karl Marx, estabeleceu-se o conflito e a contradição, principalmente, entre os interesses de duas classes sociais fundamentais neste sistema. Estamos falando da burguesia (composta pelos indivíduos que detêm os meios de produção e o capital) e do proletariado (classe trabalhadora que necessita vender a sua força de trabalho em troca de salário, por não deter os meios de produção e capital).



PESQUISA

Pesquise como o modo de produção capitalista, ao longo do século XX, determinou as formas de trabalho encontradas tanto no campo como na cidade, diferenciando-as, e traçando suas semelhanças.

Quando tratamos dos movimentos sociais encontramos diversas características gerais que permeiam a todos eles, uma delas, por exemplo, é o fato de que estes demonstram a possibilidade de atuarem na História de modo a “determinar” como será o seu desenvolvimento. Estamos falando que os indivíduos tornam-se sujeitos históricos quando organizados de forma coletiva e com objetivos em comum, e, portanto, apesar de não terem certezas sobre o futuro do movimento, podem lutar (seja qual for a reivindicação e o projeto) para a inclusão, exclusão ou transformação radical da sociedade.

Esta forma de movimento é muito importante numa sociedade como a que vivemos, pois *políticas públicas*, tais como: *econômicas, sociais, educacionais, trabalhistas*, dentre tantas outras, podem ser modificadas, quando indivíduos que isoladamente não possuiriam um grande poder de transformação organizam-se, e com isso, conseguem interferir na sociedade, transformando-a, ou até, mantendo-a de forma a garantir seus interesses.

Podemos citar, como exemplo de manifestações sociais que extrapolam a tentativa de reformas e desejam uma transformação social radical da sociedade, a Revolução Cubana, que surge como uma manifestação contrária ao regime ditatorial presente no país, e acaba por culminar num governo socialista, a partir de 1959.

Inúmeros exemplos poderiam ser citados para mostrar o homem enquanto sujeito histórico. A partir do momento em que no Brasil tem-se o movimento social dos negros buscando a sua inclusão, uma série de benefícios foram por este grupo conquistados, como por exemplo: as políticas afirmativas (sobre este assunto ver mais no “Folhas” sobre cultura), isso representa um processo de transformação na organização da sociedade, que para acontecer necessitou que o indivíduo compreendesse seu papel na sociedade como sujeito histórico.

Portanto, afirmar que a sociedade é desta ou daquela forma, e que não adianta tentar interferir, é reproduzir um pensamento que na verdade atende aos interesses daquelas pessoas, grupos ou classes sociais que se encontram privilegiadas nas relações sociais, já que os movimentos sociais estão presentes na História para demonstrar exatamente o contrário: quando os indivíduos organizam-se coletivamente muito da estrutura social pode ser alterada.

A princípio, abordaremos este tema de forma mais teórica para melhor definir o que é, *quando, como e porque se desenvolvem* os movimentos sociais.

Os movimentos sociais apresentam-se ao longo da História de diversas maneiras e por diversos motivos mas, como se verá em seguida, há algumas características em comum a todos eles, por exemplo: em todo movimento social há um princípio norteador.

■ O que seria este princípio norteador?

Trata-se de um projeto construído coletivamente, na maioria das vezes buscando a solução de um problema, a transformação de uma situação, ou ainda, o retorno a uma situação anterior, na qual os indivíduos entendem que havia uma melhor condição para suas vidas.

Os tipos de projetos dos movimentos sociais variam, principalmente, a partir do posicionamento quanto a características do *status quo*. Alguns movimentos ligados à luta por terra e por moradia podem pôr em dúvida a própria lógica do sistema social, questionando, por exemplo, a forma da propriedade e de distribuição da riqueza social. Outros movimentos sociais, como o feminista, os de juventude, os étnicos, podem pretender, primeiramente, modificar valores e comportamentos sociais. É o que ocorre quando movimentos sociais feministas “pedem” tratamento igual para as mulheres no mercado de trabalho, mesmo sem questionar, exatamente, o trabalho assalariado como forma de exploração do trabalho.

Para uma melhor compreensão do que está sendo dito acima podemos usar como exemplo as reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este tem como projeto a realização da reforma agrária que significa o fim dos latifúndios e a possibilidade da existência de pequenas propriedades rurais, nas quais os menos favorecidos, nesta sociedade capitalista, poderiam estabelecer-se de forma a criarem seu sustento através de uma agricultura de subsistência ou organizada em cooperativas.

É importante salientar que a questão da terra no Brasil sempre foi uma das bandeiras dos movimentos sociais, pois em nossa estrutura agrária a concentração de terras e a existência de latifúndios estão presentes desde o início de nossa colonização. Isto porque nossa formação social deu-se em dependência de outros países, consequentemente, nossa produção agrária também.



■ Assentamento João Batista - Pará

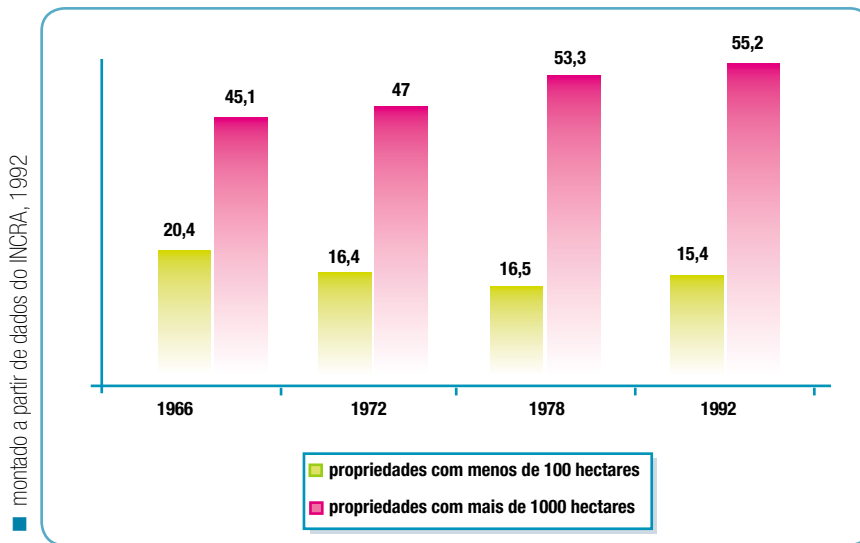
Para elucidar o que estamos dizendo, podemos citar a criação das Capitânicas Hereditárias — cuja produção era destinada ao mercado português; um exemplo disso na atualidade é a produção da soja e da laranja que também é destinada ao mercado internacional.

Assim, temos como característica estruturante em nosso país, a subordinação de parte importante da produção agrícola a uma produção em larga escala e às necessidades do exterior, o que leva a um modelo baseado na utilização de grandes propriedades rurais, produzindo uma pequena variedade de produtos.

Podemos ter uma maior clareza desse processo no Brasil quando utilizamos algumas informações obtidas a partir dos dados cadastrais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de 1992, a partir dos quais fica claro que a concentração de terra no Brasil só tem aumentado. Conforme podemos observar no gráfico abaixo, desde a década de 1960, vem aumentando a porção de terras abarcadas pelas propriedades com mais de 1000 hectares e, em contrapartida, diminuindo aquela ocupada pelas propriedades com menos de 100 hectares. Para facilitar a visualização da imensidão de terras de que estamos tratando, cada 1 hectare equivale a 10.000 m².

Capitânicas Hereditárias: forma inicial da distribuição das terras brasileiras. Neste modelo, as terras eram dadas, pela coroa portuguesa, para quem tivesse a possibilidade de investimento e quisesse se aventurar por aqui.

Porcentagem sobre o total de terras do Brasil



ATIVIDADE

O que aconteceu no período de 1972 a 1978 que acelerou a concentração fundiária brasileira? Isto ocorreu em todas as regiões? Por quê?

Quais as consequências sociais desse processo no campo e nas cidades?

Essa concentração fundiária causa sérios problemas. Os pequenos produtores não conseguem obter rendimentos significativos, pois lhes falta o essencial – a terra. Considerando que esses produtores são a maioria e que empregam grande parte da força de trabalho do campo, podemos entender muitos fatos, como as precárias condições de vida da maioria da população rural e a venda de terras por parte dos pequenos proprietários para os produtores maiores ou para as grandes empresas.

Em suma, a questão da terra torna-se uma bandeira para os movimentos sociais, pois sua concentração transforma-se em um problema num país de grandes dimensões, e com uma população sem acesso à terra e sem condições de ter acesso àquilo que ela produz.

No caso dos movimentos sociais que lutam pela mudança na estrutura agrária, fica evidente a presença de “interesses de classe” em jogo. Por exemplo, trabalhadores do campo X grandes proprietários. Conhece-se também, movimentos sociais do campo organizados por pequenos proprietários, que buscam, às vezes, melhores políticas estatais para suas necessidades (crédito, política de preços mínimos) ou se organizam para enfrentar ameaças de desapropriação por causa da instalação de barragens e usinas de energia em suas terras. Aqui, já se tem um conflito de classes direto. O enfrentamento se dá entre pequenos proprietários e o Estado. Vê-se, portanto, que há movimentos cujas motivações e propostas visam mais a defesa do status quo, conforme já observado anteriormente

Na atualidade, um movimento que pode explicar de maneira clara o que são essas organizações coletivas, que não pensam na organização social de forma a transformá-la e sim de modo a voltar a formas anteriores são os movimentos neonazistas, também conhecidos como skinheads.

Não só no Brasil, mas por todo mundo, crescem as manifestações fóbicas a diferentes culturas, nacionalidades ou etnias; especificamente aqui, há movimentos oriundos da ideologia nazista, que chegam a tratar com violência indivíduos que se vestem ou comportam-se diferentemente do eles definem como correto.

Há um grupo na grande São Paulo chamado “Carecas do ABC”, cuja atividade coletiva chegou ao extremo da agressão física contra outros jovens como os de grupos punks. Encontra-se, também entre os “Carecas”, o preconceito contra os negros, os homossexuais e os nordestinos. Na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, recentemente (set/2005) um grupo pregando ‘o orgulho branco’ agrediu uma pessoa negra na região denominada setor histórico da cidade. Suas atitudes

não pararam por aí, panfletos cujo conteúdo propunha o preconceito aos homossexuais e aos negros foram afixados nos postes do local.

Gazeta do Povo – quinta-feira, 27 de out. de 2005.

“Racismo leva 11 pessoas à prisão: grupo acusado de colar adesivos incentivando o ódio contra negros e homossexuais é detido em Curitiba”.

“Na casa dos acusados, o Cope apreendeu farto material

de apologia ao nazismo, como bandeiras, livros — entre eles o Mein Kampf de Adolf Hitler — camisetas, fitas de vídeo, fotos do casal com outros skinheads e até de crianças fazendo a saudação nazista.”

Como já adiantamos atrás, temos um terceiro tipo de movimento social que não só luta pela transformação de uma dada situação, mas também tem como objetivo a transformação radical da forma de organização da sociedade.

O que estamos dizendo, neste caso, é que o coletivo organiza-se a partir de uma necessidade cotidiana, como, por exemplo, melhores condições de trabalho; mas quando o movimento começa a desenvolver seus objetivos transformam-se, a luta intensifica-se, e inicia-se uma tentativa de mudança radical do sistema.

Certamente, o que estamos descrevendo não é nenhuma receita de como o movimento social deve se organizar para se tornar revolucionário, na verdade, para que tal dimensão possa ser atingida há fatores sociais e históricos do momento vivenciado que contribuem para tal formação, portanto, há uma indeterminação histórica, isso quer dizer que há uma impossibilidade, a priori de afirmar o que acontecerá ou não no futuro, se esse caráter revolucionário pode ocorrer ou não.

Esses movimentos geralmente organizam-se a partir de uma reivindicação local e específica, mas, à medida que se desenvolvem, começam a adquirir maior expressão social, extrapolando suas reivindicações iniciais, o que exige do próprio movimento um novo projeto e uma nova proposta para o futuro.

Estamos dizendo agora que, se por um lado, é possível pensar em movimentos que querem alterar algumas características da realidade social, outros pedem uma volta a antigas formas de pensamento preconceituosas e autoritárias, e ainda, existem os movimentos sociais que criam a possibilidade de uma nova forma de organização social, na tentativa de superarem suas necessidades.



PESQUISA

Realize uma pesquisa buscando um movimento social existente no Brasil que represente uma destas três formas descritas acima, caracterizando-o e compreendendo os motivos que os levaram a defenderem, suas reivindicações. Para realizar esta pesquisa sugerimos que procure um movimento que exista na sua região, seja ela rural ou urbana.

Desta forma, trataremos um pouco mais cuidadosamente dos movimentos sociais que apresentam pouca possibilidade de ruptura (transformação radical da sociedade) com a realidade social posta, mas que de alguma forma apresentam alternativas. Um bom exemplo para estas formas de movimento encontra-se no Fórum Social Mundial, realizado desde 2001, que já ocorreu no Brasil, em Porto Alegre, e na Índia, em Mumbai.

O Fórum Social Mundial (FSM) foi idealizado e criado a partir da iniciativa de alguns brasileiros que desejavam desenvolver uma resistência ao pensamento dominante, e principalmente, a forma neoliberal de organização política e econômica em que a sociedade encontra-se na atualidade.

A vontade de fazer oposição ao neoliberalismo no Fórum Social é tão séria que, as datas para as suas realizações foram programadas sempre concomitantes a do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça. Esse Fórum Econômico é realizado anualmente para discutir os rumos a serem dados à economia dos países centrais e periféricos.

A partir do momento em que surgiu a idéia, criou-se um Comitê Organizador a fim de por em prática o Fórum; o mesmo acabou ocorrendo no ano de 2001, em Porto Alegre, na sua primeira edição, e no mesmo ano foi criado um Conselho Internacional para melhor desenvolver a sua organização e eventos.



■ I Fórum Social Mundial – Abertura

www.mst.org.br/multimedia/gfotos

Neoliberalismo:

Os princípios do neoliberalismo remontam o liberalismo clássico de Adam Smith, no qual o mercado não é regulado pelo Estado, e sim pela livre concorrência. Na atualidade o liberalismo está sendo reestabelecido de acordo com as novas necessidades históricas surgidas – por isso, o uso do prefixo neo (novo) – na política econômica mundial. Entre as propostas de tipo neoliberal, destacam-se a indicação de retirada do Estado das atividades econômicas, a redução de políticas estatais de proteção de mercado e a redução da regulamentação estatal sobre as relações trabalhistas

O FSM é também composto por outros Fóruns realizados paralelamente nas mais diversas regiões, com os mais diversos propósitos. Há os chamados fóruns temáticos: Fórum Mundial da Educação, Fórum sobre “Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Tráfico de Droga”; e ainda, os fóruns nacionais e regionais: como por exemplo, Fórum Pan-Amazônico, Fórum Social Africano, entre tantos outros mais.

Esta formação caracteriza o FSM como uma série de grandes eventos, nos quais são discutidas as mais diversas temáticas sempre preocupadas com a criação de alternativas para a realidade social. Desta forma, o FSM constitui-se como um espaço de articulação, debate, discussão e reflexão teórica pelos mais diversos movimentos sociais que participam de suas atividades.

Estes movimentos sociais, por sua vez, possuem os interesses mais diversos, não havendo, portanto, uma prioridade na defesa das lutas. Todas são importantes e válidas, pois seguindo o projeto norteador do Fórum, cada uma delas possui um contexto específico que as fazem necessárias. Segundo o que diz Boaventura de Sousa Santos, sociólogo e participante do Fórum: “As prioridades políticas estão sempre situadas e dependentes do contexto” (Santos, 2005: 37)

Assim, a impossibilidade da construção de uma alternativa coletiva, geral, ao mesmo tempo que, possibilita a diversidade e a não imposição de um único modelo como alternativa, também faz com que o ambiente de debate perca-se na preocupação individual de cada movimento. Geralmente, é pensado como uma saída que reforme o sistema, pois para uma transformação radical da sociedade é necessário a existência de um grande movimento social.

Portanto, cada movimento possui suas necessidades, buscam alternativas diferenciadas para seus problemas e utiliza-se do FSM como um momento para suas articulações e debates. Esta característica é tão forte dentro da organização ou realização do Fórum que na sua carta de princípios consta que nenhum dos participantes pode falar em nome do FSM, tamanha é a diversidade de reivindicações e propostas lá encontradas. Para maiores informações sobre a Carta de Princípios do FSM pode ser consultado o site do Fórum: www.forumsocialmundial.org.br.

Uma outra característica peculiar quanto à constituição do Fórum é o fato do mesmo não possuir qualquer liderança; os seus dois conselhos e o caráter democrático das decisões não permitem que exista uma hierarquia, e ainda é atribuída, por parte dos movimentos sociais que participam do Fórum uma grande importância às redes que são criadas ou possibilitadas por intermédio da Internet.

Assim, como afirma o próprio Boaventura: “O FSM é uma utopia radicalmente democrática que celebra a diversidade, a pluralidade e a horizontalidade. Celebra um outro mundo possível, ele mesmo plural nas suas possibilidades”. (Santos, 2005: 89)

As diferenças dos movimentos sociais participantes do FSM, portanto, são inúmeras, como já foi afirmado. Há uma pluralidade quanto à sua constituição que fica ainda mais clara quando são discutidas as possibilidades e alternativas para a sociedade. Encontram-se desde os que querem romper drasticamente com esta forma de organização social em que vivemos, até os que reivindicam uma reforma no sistema político, econômico e social, garantindo sua inclusão neste.

O que há em comum entre todos eles, e os fazem se reunir, é a luta contra as formas devastadoras assumidas pelo neoliberalismo contra as minorias e os não-detentores de capital. Há também, a opção pela busca da transformação, seja ela qual for, por intermédio da intervenção e pressão política, lutando e idealizando a construção de um outro mundo por meio de mecanismos pacíficos.

Na verdade essa caracterização atual do Fórum enquanto espaço de movimentos sociais, não é um consenso. Esta é uma posição, por exemplo, de Francisco Withaker (um dos fundadores do FSM e membro das comissões), defensor da idéia de que se uma linha comum for estabelecida, o espaço será perdido e se estará “asfixiando” a própria fonte de vida do Fórum.

Outra posição também encontrada é a de que o Fórum deve ser sim um movimento dos movimentos, isso quer dizer que o Fórum deve assumir uma posição política, pois caso contrário, será um espaço que se perderá e não canalizará nenhuma ação concreta, perdendo seu sentido de existência.

É assim que o Fórum, tomado como exemplo, sintetiza algumas das características e dilemas dos movimentos sociais atuais.



PESQUISA

Uma afirmação realizada no início desta discussão ainda pode ser retomada: foi afirmado que o FSM é representativo dos movimentos sociais que não realizam uma ruptura radical com a realidade, mas também, foi dito, que os movimentos que compõem o Fórum são contrários ao neoliberalismo e buscam alternativas para a sociedade.

Assim, com base no que foi dito acima, pesquise os projetos de dois movimentos sociais que participam do Fórum Mundial Social e compare seus objetivos e suas propostas para a sociedade. Para realizar tal pesquisa, sugerimos que se consulte o site ou os materiais impressos produzidos pelo Fórum.”.

■ Referências:

GOHN, M. G. (Org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____. **Movimentos Sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.

HOBSBAWN. E. **Rebeldes Primitivos:** estudo sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **A era do capital: 1848-1875.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

SANTOS, B. S. **O Fórum Social Mundial:** manual de uso. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

TOURAINÉ, A. **A sociedade pós-industrial.** Lisboa: Moraes editores, 1970.

■ Site:

www.forumsocialmundial.org.br



MOVIMENTOS AGRÁRIOS NO BRASIL

■ Valéria Pilão¹

S Se você fosse um latifundiário, o que pensaria sobre os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária?

E se você fosse um trabalhador rural sem lugar para morar e trabalhar, você participaria desses movimentos?





■ Assentamento do Contestado, próximo a cidade da Lapa, ocupado em 07/02/1999. Foto: Giselle Nicaretta.

Reforma Agrária: Processo de redistribuição de terras (latifúndios), em novas modalidades de ocupação, como pequenas propriedades, propriedades coletivas, colônias com direito ao uso de terras do Estado, realizado pelo Governo.

“- Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida.
- É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio.
- Não é cova grande.
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

[...]

- Viverás, e para sempre
na terra que aqui aforas:
e terás enfim tua roça.
- Aí ficarás para sempre,
livre do sol e da chuva,
criando tuas saúvas.
- Agora trabalharás
só para ti, não a meias,
como antes em terra alheia.
- Trabalharás uma terra
da qual, além de senhor,
serás homem de eito e trator.
- Trabalhando nessa terra,
tu sozinho tudo empreitas:
serás semente, adubo, colheita”.

(João Cabral de Mello Neto, “Morte e Vida Severina”)

■ Vamos refletir sobre estes problemas conhecendo os movimentos sociais que lutam pela posse da terra!

Como foi dito no “Folhas” anterior com relação aos movimentos sociais, para que possamos compreender um movimento temos que entender as necessidades históricas que possibilitaram o surgimento deste. Ou seja, para abordarmos a questão dos movimentos sociais rurais no Brasil é necessário analisar e entender o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e suas formas de produção agrária.

Para alguns autores das Ciências Humanas, houve pelo menos três formas de desenvolvimento do capitalismo. Isto quer dizer que ao lon-

go da história os países tornaram-se capitalistas, mas cada um com características específicas. Para ilustrar o que estamos discutindo, podemos exemplificar perguntando por que o Brasil é diferente dos EUA, ou da Itália, e assim por diante. E é por conta desta maneira diferenciada de desenvolvimento do sistema capitalista, que temos, por exemplo, movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária no Brasil e não na Europa.

■ Vejamos como isso aconteceu!

Em países como a França e a Inglaterra tem-se a chamada via clássica do desenvolvimento do capitalismo. Isso quer dizer que nesses países, a burguesia realizou rupturas radicais com o antigo mundo feudal e absolutista. Em suas bandeiras de luta, a burguesia desejava não só o progresso, mas também, a liberdade, a igualdade e a fraternidade para todos. Em outras palavras, nestes países ocorreram revoluções, a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial (século XVIII).

Em locais onde esses processos aconteceram, especialmente no caso francês, a burguesia, na luta pelo poder do Estado, contou com a colaboração de outros segmentos sociais. Posteriormente, renegando as classes que haviam participado da queda do mundo absolutista, a saber: a classe de camponeses expropriados de suas terras, um número significativo de pequenos comerciantes e de trabalhadores assalariados da cidade. Estes, mais tarde conformariam o proletariado.

No restante da Europa e, em destaque, na Alemanha, a transição para o sistema capitalista não se deu pelo movimento de massas populares, mas sim num acordo entre a burguesia ascendente e a nobreza feudal decadente. Este processo foi descrito por Marx e Engels como aburguesamento da nobreza e enobrecimento da burguesia.

Esse caminho de desenvolvimento do capitalismo foi denominado por Lênin de via prussiana do desenvolvimento burguês. Diferentemente do ocorrido na França e Inglaterra, não há ruptura revolucionária com as antigas classes dominantes de proprietários rurais.

Apresentamos até agora, duas formas de desenvolvimento do capitalismo, no entanto, dependendo da leitura que se faça sobre o desenvolvimento do mesmo, ainda é possível tratar a respeito de uma terceira forma. Esta terceira forma está diretamente vinculada à maneira como o capitalismo desenvolveu-se no Brasil, que teve início no Período Colonial, a partir do século XVI.

Não só o “descobrimento” do Brasil, bem como todo o processo produtivo que aqui foi desenvolvido, esteve necessariamente vinculado com as necessidades políticas e econômicas da metrópole portuguesa. Tanto a extração de pau-brasil, quanto a produção de cana-de-açúcar eram atividades realizadas de acordo com as necessidades da economia da coroa portuguesa.



Lênin: Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924) Um dos participantes da Revolução Russa (1917) — revolução esta que teve por objetivo criar um sistema socialista —, desenvolveu importantes discussões a respeito do desenvolvimento do capitalismo e sobre a implementação do socialismo na Rússia.

Capital Internacional:

Acúmulo de riqueza, reproduzido no desenvolvimento industrial, financeiro e agrário de um país diferente do seu local de origem (geralmente países periféricos como o Brasil), visando sempre a geração de mais riqueza e lucro, que retornará ao seu país inicial.

Balança Comercial:

Relação final entre a exportação e importação de mercadorias por um país.

PIB: Valor total da produção e riqueza produzida em um país.

Os latifúndios de monocultura formam a base da organização agrária do nosso país. Desde o início de nossa formação social temos na constituição do Brasil a presença de latifúndios vinculados à monocultura. Esta característica, apresentada desde o princípio, mantém-se predominantemente em toda a história brasileira.

A história do Brasil agrário é marcada por uma característica peculiar: o fato de nossa produção sempre ter ocorrido vinculado às necessidades dos países europeus, seja no período de transição do mundo medieval para o capitalista, seja posteriormente, já com o efetivo desenvolvimento do capitalismo. São as necessidades do capital internacional que direcionam nossa produção.

Assim, desde o período no qual a economia baseava-se na produção canavieira, passando pela produção de algodão (mercadoria produzida em larga escala, devido à demanda oriunda da revolução industrial), produção cafeeira e atualmente, da soja e do gado de corte, dentre outras mercadorias produzidas, o Brasil manteve-se com uma economia agrária subordinada aos interesses externos e, portanto, dentro de um modelo agro-exportador.

Se por um lado, afirma-se que tais empreendimentos são positivos para o desenvolvimento da economia nacional, do PIB (Produto Interno Bruto) e da balança comercial, por outro, uma série de fatores negativos podem ser evidenciados nesta forma de desenvolvimento agrário. Dentre estes fatores podemos citar:

- a) este é um tipo de produção que por estar vinculado a interesses externos ao do país pode, a qualquer momento, em função de uma crise da economia mundial, por exemplo, tornar-se desinteressante, e por conta disso criar uma situação de crise econômica nacional;
- b) este tipo de modelo agrário, por necessitar de grandes extensões de terras, torna a propriedade rural restrita a uma pequena parcela da população;
- c) realiza uma produção que não satisfaz as necessidades imediatas (subsistência) da população nacional.

Esses fatores são as principais explicações que nos mostram a necessidade de uma Reforma Agrária no Brasil. E também demonstram porque tal fato não acontece, por exemplo, nos países europeus.

Vimos, mesmo que brevemente, que nos países de via clássica (França e Inglaterra) houve uma revolução que rompe com o antigo mundo medieval, e ainda, nesses países a produção agrícola não foi a da monocultura, caracterizando a formação do latifúndio, muito pelo contrário, esses países compravam a produção das colônias (monocultura) para a sua produção industrial.

Quando houve a revolução industrial na Europa, e a Inglaterra iniciou com a produção têxtil, foi o Brasil um dos fornecedores de algodão. Hoje, a produção de laranja em larga escala é exportada aos Estados Unidos, e também a soja é exportada para vários países.

Na atualidade, essa realidade da produção agrícola baseada em enormes extensões de terras, com uma pequena variação do tipo de produto, proporciona uma sociedade na qual a quantidade de proprietários de terra é reduzida, e ainda, a produção da pequena propriedade rural é desvalorizada no mercado nacional.

Há pelo menos de 4 a 6 milhões de famílias sem-terra, cerca de 1% dos proprietários rurais possuem 46% das terras produtivas e cadastradas no Brasil (Censo do IBGE – 1996). As propriedades com menos de 100 ha representam neste último censo, 89,3% das propriedades, mas representam cerca de 20% das terras brasileiras. Neste mesmo Censo foram registradas 17.930.890 pessoas ocupando atividades no campo, contrapondo-se aos dados de 1985 — que registram 23.394.881 trabalhadores — portanto, percebe-se uma redução do trabalho no campo em 23%.

Existe um outro indicativo que contribui para destacarmos a importância da pequena propriedade na produção agrícola no Brasil. Segundo os dados estatísticos sobre o montante da produção das pequenas e médias propriedades produzidos pelo IBGE no Censo Agropecuario de 1996, temos que: a produção de áreas com menos de 100 ha correspondem a 47% da produção nacional, os estabelecimentos entre 100 ha a 1.000 ha correspondem a 32%; já as áreas com 1.000 ha a 10.000 ha correspondem a 17% da produção, e ainda, as áreas acima de 10.000 ha produzem apenas 4% do valor total da produção no Brasil.

Segundo esses dados, é possível observar que mesmo a produção da pequena e média propriedade sendo desvalorizada pela existência de atividades rurais agro-exportadoras, ela é responsável pela maior parte da produção agrária realizada no país. Isso em última instância reforça a discussão e a necessidade de realização de uma grande Reforma Agrária neste território.

São consideradas no Brasil, segundo a chamada Lei de Reforma Agrária, pequenas propriedades, áreas que possuam menos de 5 módulos fiscais, médias propriedades, aquelas que tenham de 5 a 15 módulos e grandes propriedades, áreas que tenham mais de 15 módulos. Os valores dos módulos fiscais variam de Estado para Estado, de região para região, pois para a determinação do valor em hectares são levados em consideração o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com tal exploração, outras atividades produtivas na área, e ainda, o conceito de propriedade familiar.



PESQUISA

Realize uma pesquisa sobre a condição da produção agrícola na sua região ou do Estado, buscando dados que tragam o tipo de produção existente (seu destino), bem como a distribuição dessas terras (tamanho e proprietários) e a condição de vida do trabalhador do campo.

Bom, até aqui explicamos, mesmo que brevemente, porque um país como o Brasil possui movimentos sociais cujo objetivo é a Reforma Agrária. Mas temos ainda de entender quando e como esses movimentos sociais se organizam para tal.

■ Primeiros Movimentos de luta pela terra: As Ligas Camponesas

Vamos descrever um quadro social bastante peculiar quanto às suas características agrárias. Características estas que colocam em xeque a forma como a organização do campo encontra-se na atualidade, pelo menos no que diz respeito à distribuição de terras. Se por um lado, tem-se um país cuja formação capitalista permitiu uma desigualdade social ímpar, e certamente necessita de uma reformulação para atender às necessidades de toda a população; por outro, essa transformação pode ser alcançada de diversas maneiras.

Ao longo da história brasileira, principalmente no que diz respeito ao século XX, várias propostas de Reforma Agrária foram discutidas pelos mais diversos movimentos e governos. Hoje o movimento de maior destaque e evidência é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Mas antes de seu surgimento, houve uma série de movimentos que discutiram e lutaram pela reforma agrária. Dentre eles podemos citar as Ligas Camponesas; a Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em 1975; ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) criada em São Paulo, final de 1955; e o MST.

A história das Ligas Camponesas pode ser compreendida em três momentos: o primeiro, que começa em 1945 e vai até 1947; um segundo, que se inicia em 1948 até 1954; e um último momento, com certeza, o mais expressivo do movimento, que foi de 1954 até o seu final, em 1964.

As chamadas Ligas Camponesas têm sua origem entre os anos de 1945 – 1947. Neste período, nosso país estava passando por um regime de relativa democracia. Havia chegado ao fim a ditadura do 2º gover-

no de Getúlio Vargas, que reprimiu toda e qualquer forma de manifestação social contrária as suas idéias, inclusive colocando na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro.

E foi justamente a partir dos integrantes do Partido Comunista que as primeiras Ligas Camponesas se formaram. Em quase todos os Estados brasileiros os trabalhadores rurais organizaram-se, no entanto, devido ao fato do Partido ter sido colocado novamente na ilegalidade no ano de 1947, houve uma certa desmobilização do movimento, que, no entanto, continuou resistindo até meados dos anos de 1950 em alguns lugares.

Alguns fatos marcaram este segundo período: a guerrilha de Porecatu (conflito entre posseiros e latifundiários na divisa de São Paulo e Paraná — 1950), a revolta de Dona Noca (conflito no interior do Maranhão — 1951), o território livre de Formoso (conflito entre posseiros e latifundiários por uma área de quase 10 mil quilômetros quadrados) e o primeiro Congresso Nordeste de Trabalhadores Agrícolas (ocorrido em Recife, sob a orientação do Partido Comunista de Pernambuco — 1954).

Após o ano de 1954, as Ligas Camponesas organizaram-se ainda com mais força, principalmente no estado de Pernambuco. De modo geral, será esse o principal foco de resistência e atuação desse movimento rural. Isto porque havia uma série de fatores que contribuíram para o desenvolvimento do movimento no local, destacam-se: o fenômeno da seca, altos índices de mortalidade, a decadência da economia da região, dentre outros.

A atuação das Ligas desenvolveu-se no sentido de conscientização e politização dos trabalhadores do campo e a busca pela reforma agrária também estava vinculada a melhores condições de trabalho.

O movimento das Ligas Camponesas adquiriu tamanha importância no cenário nacional que muitos de seus integrantes visitaram a ex-União Soviética, a China e Cuba, em diversos momentos. Isso com o intuito de melhor organizar o movimento e articulá-lo com outros, como também, conhecer a produção agrícola desses países e a forma como se dava a distribuição de terras.

A passagem por esses países, por parte dos membros das Ligas Camponesas, também se deve ao fato dessas nações estarem experimentando formas de organização social e do trabalho diferenciadas das existentes no capitalismo. Chamadas de socialismo, estas experiências apareciam no horizonte como possibilidades de se efetivar um sistema no qual os valores humanistas poderiam ser vivenciados, e as desigualdades sociais superadas, acabando, inclusive, com a luta de classes entre os trabalhadores e a burguesia.

Algumas inovações dessas alternativas de organização social poderiam ser observados na forma de distribuição de terras que experimen-

tavam. No caso de Cuba, por exemplo, logo após a Revolução (1959), estabeleceu-se no país uma Reforma Agrária que nacionalizava as propriedades com mais de 420 hectares e as redistribuía aos trabalhadores e arrendatários.

Portanto, tinha-se em Cuba pós revolucionária, uma distribuição das terras diferenciada do sistema capitalista (e do Brasil) e ainda, por mais que nestes solos a maior parte da produção fosse a da cana-de-açúcar, lá não havia a concentração de terras, nem a distribuição concentrada da renda, pois o trabalho era organizado de forma coletiva.

Estes eram exemplos de organizações sociais que os integrantes das Ligas Camponesas estavam buscando conhecer, para que assim, de alguma forma, pudessem desenvolver novas experiências em solo brasileiro.

Uma série de fatores políticos e sociais, nacionais e internacionais, colaboraram para o desenvolvimento e ampliação não só da Ligas Camponesas, no início da década de 1960, mas de uma série de movimentos tanto no campo quanto na cidade. Estamos falando da eleição de um governo progressista para governo federal, nas figuras de Jânio Quadros e João Goulart – 1961, e também da Revolução Cubana (já citada no primeiro Folhas de movimentos sociais – 1959).

Por um momento as Ligas Camponesas aglutinaram em sua volta uma série de outras manifestações sociais, como por exemplo: Ligas de Estudantes; Ligas Urbanas; Ligas Feministas; dentre outras. Houve ainda na Liga Camponesa a formação de guerrilhas para organizar a resistência à oligarquia agrária, tendo a participação não só do homem do campo, mas também, o da cidade.

Na organização dos movimentos utiliza-se uma série de mecanismos para sensibilizar o homem do campo e mobilizá-lo pela luta da terra e da Reforma Agrária. Seus integrantes discutiam a necessidade da existência desse movimento utilizando-se da Bíblia, do Código Civil, e da Poesia Popular (violeiro, cantador e folhetista); isto porque estas eram linguagens que faziam parte daquele cotidiano, ao mesmo tempo, que se tornavam grandes facilitadores, considerando que uma grande quantidade da população era analfabeta.

No estatuto das Ligas é possível compreender a finalidade da existência do movimento. Consta no Artigo 2º:

“A liga tem por objetivos:

- 1º Prestar assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas.
- 2º Criar, instalar e manter serviços de assistência jurídica, médica, odontológica e educacional, segundo suas possibilidades.

Parágrafo Único: A Liga não fará discriminação de cor, credo político, religioso ou filosófico entre seus filiados.” (ESTATUTO DAS LIGAS, 2002:183).

Guerrilha: organização política, cujo objetivo de transformação pode ser atingido através da luta armada.

Desta forma, tem-se que na organização e reivindicações das Ligas estava presente além da luta por uma redistribuição dos latifúndios, antes de tudo, uma melhor condição do homem do campo e a sua devida assistência. As ligas Camponesas sofreram um revés e chegam ao seu fim quando ocorre o golpe militar de 1964, impossibilitando qualquer atuação do movimento.

As causas do golpe militar foram as mais diversas, mas podemos colocar a existência de um governo progressista no Estado Federal, aliada a uma série de manifestações sociais que colocavam em risco interesses da burguesia nacional e internacional. Havia também a ameaça à grande propriedade rural, associada à existência do Partido Comunista, em um cenário internacional que apontava, de certa forma, uma possível expansão do socialismo na América Latina. Estes fatores criaram condições para a efetivação do golpe político da direita que tomou o poder e decretou o fim de todos esses movimentos.

Dáí que podemos compreender que a história do Brasil é marcada por uma série de atos políticos e sociais tanto da classe trabalhadora quanto da burguesia à procura de melhores condições para a sua existência. Como já foi mencionado no “Folhas” anterior, esta situação geralmente leva ao conflito, sendo que os movimentos sociais são a expressão dos mesmos, ao mesmo tempo que o golpe militar em 1964 também o é.

Burguesia Nacional:

detentores de capital e dos meios de produção cuja origem é a mesma do país no qual investem.



Foto: O. Jansen

■ Revolta dos Posseiros – Capanema – PR (1957)



PESQUISA

Realize uma pesquisa que aborde os motivos do golpe militar em 1964 e suas conseqüências para os movimentos sociais e partidos de esquerda existentes no Brasil naquela época.

Bom, é fato: a ditadura militar brasileira impediu uma maior expansão dos movimentos sociais no pós-1964, mas, no entanto, estes nunca deixaram de existir efetivamente, pois, se por um lado o golpe os abafou, por outro, ele não resolveu uma série de questões sociais que estavam presentes na nossa realidade e que levavam parte da população a retomar a luta por reivindicações anteriores. O problema da concentração de terras, por exemplo, agravou-se.

■ A reorganização dos trabalhadores rurais: A retomada da luta pelo MST

Entre 1964 e 1985, durante o período de ditadura militar, o capitalismo no Brasil conheceu um certo tipo de “crescimento”; hoje, também fruto desse crescimento o país é verdadeiramente um gigante, mas é um gigante na ordem dos países que se subordinam aos interesses do capital internacional e dos países centrais.

A partir de 1964, a economia nacional conheceu uma forma de desenvolvimento na qual a sua produção passou a ser direcionada para dois pólos principais. De um lado a intensificação da produção dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletro-eletrônicos), e de outro, o esforço para uma produção com caráter exportador. Tais medidas econômicas proporcionaram um surto de desenvolvimento econômico, que só teria fim nos anos 70.

Entretanto, assim como em outros períodos da história nacional, os mesmos mecanismos que asseguraram o êxito do chamado “milagre econômico” do período militar, condicionaram e conduziram ao seu próprio fim. Se o regime militar proporcionou, de uma forma ou de outra, um suposto desenvolvimento econômico nacional, por outro lado, este mesmo governo trouxe diversas mazelas para a Nação.

Entre os problemas desencadeados pelos governos militares, sem dúvida, a questão do “arrocho salarial” foi a mais significativa. Por meio de medidas constitucionais, o governo proibiu o aumento dos salários em períodos menores que um ano; e quando os reajustes eram efetivados, quem fornecia os índices era o próprio governo (Justiça do

Trabalho – Federal), certamente manipulando-os, sendo estes sempre inferiores ao da inflação do ano anterior.

Assim, as custas dos trabalhadores e de um regime no qual qualquer manifestação contrária ao governo era absolutamente proibida, o Brasil, na década de 1970, teve elevados índices de crescimento, que se tornaram conhecidos como o “milagre econômico”.

No entanto, este surto de aceleração da economia entrou em colapso a partir de 1973, quando se tem no âmbito internacional a chamada “crise do petróleo”. E em alguma medida foi tornando-se cada vez mais difícil sustentar as formas manipulatórias do Estado brasileiro, já que em determinado momento, boa parte da burguesia nacional tornou-se contrária aos militares, pois estes não estavam satisfazendo-os tanto como desejavam. Tais insatisfações aumentaram ainda mais, quando no ano de 1978, ocorre a “2ª crise do petróleo”, deixando a economia mais vulnerável, tanto pensando na ótica dos trabalhadores como da burguesia, pois o crescimento nacional a altos índices não mais ocorre ao mesmo tempo que se mantém o “arrocho” salarial.

É neste momento que se tem no plano nacional duas situações conhecidas, que ocorreram concomitantes: de uma lado o Estado – tendo como presidente o general Ernesto Geisel – já propondo, em vista da sua pouca legitimidade e do esgotamento da experiência ditatorial, uma transição a um regime democrático de forma “lenta, gradual e segura”; e de outro lado, a efervescência de vários movimentos sociais, pois parte da população, principalmente trabalhadores e moradores pobres das periferias das grandes cidades, já não se subordinava totalmente ao silêncio imposto pelos militares.”

Inegavelmente, a segunda metade da década de 1970 foi marcada por profundas tentativas de oposição ao regime militar: se de um lado, a própria burguesia começava a se incomodar em alguns momentos com o regime, de outro, as contestações por parte do movimento estudantil, das articulações nos bairros (por meio da Igreja Católica) contra a carestia começam a tomar fôlego.

Iniciava-se um processo de manifestações e a tentativa de mais uma vez inserir os intelectuais, políticos e militantes (que estiveram, ou ainda estavam exilados), na cena nacional. Uma das discussões que se processam neste período já era a tentativa de se reestabelecer os antigos partidos de esquerda (que até este momento, tinham um pequeno espaço legal apenas por intermédio do MDB), e ainda, a criação de novas organizações sociais e partidos.

É marca desse período o surgimento não só do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra MST (1984), mas também do Partido dos Trabalhadores – PT, no final da década de 1970.

Nesse momento de crise econômica e política nacionais, junto à possibilidade novamente de organização coletiva é que o MST surgiu,

Crise do Petróleo: Na década de 1970 houve duas crises do petróleo, a primeira em 1973 e a segunda em 1978, ambas fruto de uma alta do preço do petróleo, que sendo a matéria-prima básica (combustível e derivados), criaram um colapso econômico no mundo capitalista.

a princípio sem uma organização centralizada; uma série de conflitos de terras aconteceu durante o regime militar, mas só com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o movimento começou a se articular.

O movimento, embora já existisse desde o final da década de 1970, só ganha estatuto de movimento organizado nacionalmente em 1984 com o 1º Encontro Nacional, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. Em 1985, acontece o 1º Congresso Nacional do MST, na cidade de Curitiba, também, no estado do Paraná. (Documentos e mais informações sobre o MST visitem o site www.mst.org.br)



www.mst.org.br/multimedia/fotos

■ Encontro dos Sem Terrinha

Esses dois momentos marcaram o surgimento de um movimento que ao longo da década de 1980 e 1990 deixou marcas profundas na história nacional. Se estas marcas são questionáveis ou não, o fato é que a produção agrária no Brasil volta a ser discutida, bem como a distribuição de terras, e ainda, as desigualdades sociais existentes nesta sociedade.

A forma de atuação do MST é feita a partir de ocupações de terras públicas ou particulares (latifúndios improdutivos ou que possuem dívidas com o Estado) criando um fato político que pressiona os órgãos públicos a negociarem a concessão da posse da terra. Certamente, este processo de ocupação nem sempre é harmonioso, grandes conflitos armados e sangrentos já ocorreram.

Como foi dito no “Folhas” anterior a respeito dos movimentos sociais, em alguns movimentos é evidente a defesa de interesses e visões de mundo que surgem a partir das condições de classe de seus membros. No caso do MST, seu interesse, a saber a Reforma Agrária, entra em conflito necessariamente com os interesses da burguesia proprietária dos latifúndios.

Em várias ocasiões há conflitos entre os integrantes do MST e a polícia, que é, por vezes, incumbida pela justiça de restaurar a posse da terra. Outras vezes enfrentam milícias armadas pelos fazendeiros para evitar que ocupem suas terras. Os latifundiários no Brasil possuem uma organização própria criada em 1985, chamada UDR (União Democrática Ruralista), cujo objetivo é a defesa da propriedade fundiária, que seus possuidores julgam estar ameaçadas pelo MST.

Quando a ocupação é considerada legal ainda demora um período para que os integrantes do movimento consigam a posse da terra. Por mais que grandes dificuldades sejam encontradas nesses processos de ocupação até o da conquista do direito da posse da terra, uma outra série de problemas é criada a partir do momento em que se conquista o direito da terra.

Fato Político:

Atividade realizada por um grupo que desencadeia uma série de conseqüências, dentre elas, tornar pública a sua reivindicação, tendo como principal objetivo a atenção da imprensa e do Estado para uma resolução mais rápida do problema.

Um desses problemas é o de como organizar a produção agrícola, agora que o latifúndio foi dividido em uma série de pequenas propriedades? E ainda, como criar possibilidades para que esses “novos” pequenos proprietários sobrevivam e consigam tirar da terra o seu “pão”?

Uma das saídas que vem sendo gerada pelo movimento é o de organizar a pequena propriedade em cooperativas, ou mesmo os agricultores se unirem para produzirem coletivamente, buscando assim uma maior inserção destes produtos no mercado.

Por seu lado, essas alternativas também enfrentam dificuldades. Muitas vezes, por conta do incentivo insuficiente dado pelos governos, o pequeno produtor não resiste e acaba por vender a terra. A comercialização da terra “conquistada” pela Reforma Agrária por parte dos integrantes dos Movimentos de Sem-Terra, é um dos fatos que recebe a crítica mais comum presente entre a população em geral. Também, não podemos deixar de mencionar o papel da mídia na ênfase que ela dá a esse fato, tratando-o de modo isolado das suas causas. De um modo geral, quanto ao MST, as notícias de boa parte da mídia, são quase sempre tendenciosas – favoráveis às posições dos proprietários de terras



www.mst.org.br/multimedia/fotos

■ Acampamento Cabanos no Maranhão



ATIVIDADE

Procure notícias de jornais ou, se possível, assista ao documentário chamado “Meu bem, meu mal”— sobre a caravana do MST que se dirigia a Curitiba no ano de 2000, e teve um dos integrantes morto num confronto com a polícia — e avalie a quem a reportagem analisada acaba defendendo.

Além de tudo, deve-se levar em consideração que a concorrência do pequeno produtor com a produção em larga escala e mecanizada no campo, na maioria das vezes, é desleal, já que o latifúndio não só possui toda uma infra-estrutura para sua produção como também, consegue muito mais facilmente créditos dos governos, geralmente por sua produção ter como finalidade a exportação.

Dentre as tentativas de superação destes obstáculos, o MST também possui como alternativa não só a capacitação política, mas também técnica do assentado, formação preocupada em fornecer conhecimentos adequados para um melhor aproveitamento da terra.

O MST, além de ser contrário a um único tipo de produção agro-exportadora (monocultura), também incentiva a realização de culturas que deixem de utilizar agrotóxicos em seus produtos, bem como o de sementes transgênicas, realizando inclusive encontros agroecológicos, na tentativa de gerir novas experiências.

Certamente, a repercussão do MST, no Brasil, aumentou em muito a partir de meados dos anos 1990, quando alguns conflitos ocorreram em diversas ocupações. Tendo em vista sua capacidade de articulação, o movimento também aumentou sua atuação na sociedade, participando de uma série de outras discussões como, por exemplo, colocando-se contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), discutindo o papel da mulher e produzindo um projeto político-pedagógico para os processos educacionais que acontecem nos seus assentamentos.

O MST certamente é fruto de um conjunto de fatores históricos nacionais e internacionais do desenvolvimento do capitalismo que criaram uma realidade social cheia de conflitos e contradições, da mesma forma que as Ligas Camponesas foram uma tentativa de luta e reivindicação por melhores condições do trabalhador rural.



■ Assentamento Santa Maria do Oeste - PR



ATIVIDADE

Como última atividade a ser desenvolvida, sugerimos uma saída a campo realizando uma visita a um assentamento ou acampamento do MST, para conhecer essa realidade. Uma outra sugestão é a leitura de notícias que tratem do tema da Reforma Agrária, bem como, vídeos que falem sobre o movimento realizando assim uma produção de texto.

Referências:

BASTOS, E. R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

GOHN, M. G. **Os sem-terra, ONG's e cidadania**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

JUNIOR, C. P. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

MELO NETO, J. C. **Morte e vida severina**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2000.

MELO, D. M. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979-2000. In.: GOHN, M. da Gloria (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MORAES, C. História das ligas camponesas do Brasil. In: STEDILE, J. Pedro (org.). **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

STEDILE, J. P. (org.). **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

_____. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Sites

www.mst.org.br. Acesso em 25/11/2005

www.incra.gov.br. Acesso em 30/11/2005

www.ibge.gov.br. Acesso em 02/12/2005

Vídeos

Cabra marcado para morrer, 1984, Brasil, direção: Eduardo Coutinho.

O bem e o mal, 2001, Brasil, Direção: Tetê Moraes.

O sonho de Rose, 2001, Brasil, Direção: Tetê Moraes.



MOVIMENTO ESTUDANTIL

■ Valéria Pilão¹

*E*nquanto estudante o que você pode fazer para transformar a sociedade na qual você se encontra?

*S*erá que os estudantes, quando organizados, podem ser considerados movimentos sociais?

*E*será que essas organizações já trouxeram mudanças para a sociedade?



Em novembro de 1985, foi criada uma lei federal que regulamenta o funcionamento das entidades estudantis no Brasil. Essa lei, de nº 7.398 de 4 de novembro de 1985, assegura aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio o direito de se organizarem autonomamente e criarem uma entidade representativa de seus interesses.

Mas você sabe como funcionam tais entidades e conhece esta lei?

O que estamos tratando é da possibilidade, por exemplo, dos alunos de qualquer escola no Brasil poder criar um Grêmio Estudantil a partir da eleição direta do corpo discente (alunos).

Está na lei nº 7.398:

“Art. 1º – Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudante como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais”.

Qual o procedimento que devemos ter para criar um Grêmio?

É criada uma ou mais chapas, compostas por alunos da própria escola, que concorrerão a uma eleição, e posteriormente, representarão os interesses dos alunos nas discussões da escola.

Portanto, a partir dessa lei, o estudante além de se organizar enquanto entidade representativa, também pode reivindicar mudanças não só dentro da sua escola, como também, no que diz respeito à sociedade em que está envolvido.

Boa parte das instituições de ensino hoje, tanto do Ensino Fundamental e Médio, como as de nível Superior, possuem suas entidades representativas. As escolas possuem seus Grêmios Estudantis, as Universidades possuem CA's (Centros Acadêmicos), DA (Diretório Acadêmico) e DCE (Diretório Central dos Estudantes); e ainda existem entidades que representam o coletivo dos estudantes não só na instituição, mas em toda a sociedade, nas mais diversas instâncias. Assim, temos no Estado do Paraná a UPE (União Paranaense de Estudantes) e a UPES (União Paranaense de Estudantes Secundaristas), e em nível nacional a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Mas nem sempre foi assim na história do Brasil. Durante o período militar (1964-1985), essas entidades foram proibidas de se organizarem em acordo com a lei. Não que as mesmas deixaram de existir, mas elas estiveram na clandestinidade durante quase todo o período, e por consequência, seus integrantes também.

Agora, se essas organizações eram ilegais (do ponto de vista constitucional e jurídico), por que esses estudantes colocaram suas vidas em risco fazendo parte dessas instituições e organizando movimentos sociais no Brasil durante esse período?

A resposta certamente não é porque eles eram baderneiros, ou desejavam criar conflitos sem nenhum sentido, muito pelo contrário, esses estudantes que na época fizeram parte dos movimentos estudantis, desejavam uma sociedade mais justa, democrática, na qual de fato pudessem defender seus interesses.

Portanto, da mesma forma que os movimentos sociais já estudados nos textos anteriores, como o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – que defendem o fim do latifúndio e a reforma agrária –, o movimento social organizado pelos estudantes também reivindicavam transformações na sociedade brasileira.

E isso não acontece só no Brasil, em outros países como a França, os Estados Unidos da América, a Alemanha, a Itália, o Chile, a Argentina, a Espanha, dentre tantos outros países, possuíram ou possuem movimentos estudantis, defendendo os mais diversos motivos.



ATIVIDADE

A sua escola tem um Grêmio Estudantil? Você sabe quais atividades esse Grêmio tem desenvolvido em prol de você, estudante, e da sua comunidade? Discuta as suas propostas em sala de aula, buscando interferir nessa entidade.

Caso em sua escola não exista um grêmio, organizem-se de modo a oferecer discussões que proporcionem a criação de um.

Para obter maiores informações sobre como organizar um Grêmio, bem como as lutas do movimento estudantil na atualidade, procurem as entidades representativas no Estado ou mesmo as Nacionais.

A segunda metade do século XX teve em sua história uma série de situações que de certa maneira criaram condições para o surgimento de inúmeros movimentos sociais.

No caso específico do Brasil, o golpe militar de 1964 deu início ao regime ditatorial, incompatível com os valores democráticos e, acabou por favorecer e desencadear movimentos sociais, tanto de oposição quanto de defesa do governo vigente.

O regime ditatorial brasileiro tinha como um de seus objetivos conter as crescentes manifestações de caráter popular, que exigiam reformas sociais, mais ou menos, profundas (agrária, estudantil e urbana, principalmente). A direita e a extrema direita política da época, julgavam que essas manifestações e reivindicações estavam vinculadas de forma direta e indireta à expansão do socialismo e do comunista pelo mundo.

Guerra Fria:

Momento histórico iniciado após o fim da II Guerra Mundial, no qual EUA (Estados Unidos da América) e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) dividem o mundo em dois blocos, o que era capitalista e o bloco comunista. Neste período houve uma série de conflitos indiretos entre esses dois países dentro de outros territórios nacionais, como, por exemplo, Cuba ou o Vietnã. A corrida armamentista, o desenvolvimento tecnológico-espacial e a busca pela expansão de seus regimes em outros países também foram marcas desse período.

Não podemos deixar de lembrar que durante a década de 1960, ocorria no mundo a chamada Guerra Fria, cujos principais participantes eram a ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e os Estados Unidos. Pós-II Guerra Mundial estabeleceu-se uma disputa entre essas duas potências, que desejavam a expansão e consolidação de seus regimes econômicos e políticos, a saber, o socialismo e o capitalismo. E este fator externo foi fundamental para o advento da ditadura militar no Brasil, inclusive contando com a participação direta de organizações secretas e militares norte-americanas como a CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos) no processo de treinamento dos militares brasileiros e observando o desencadeamento das ações da esquerda.

Os jornalistas tinham suas reportagens censuradas, os atores e escritores tinham suas peças impedidas de serem exibidas, os professores eram obrigados a deixarem as salas de aula por emitirem opiniões contrárias tanto ao regime ditatorial, como também, os valores morais e sociais impostos pelo Estado.

Um grande número de partidos e organizações de esquerda surgiu neste período de tensão na sociedade brasileira, cujo principal objetivo era o fim da ditadura militar.

Cada organização desta exerceu, durante a ditadura, um importante papel de resistência. Uma série de ações foram pensadas e realizadas na busca pela transformação da sociedade brasileira.

Podemos então citar dentre essas mais variadas formas de atuação na sociedade brasileira: O PCB (Partido Comunista Brasileiro), ALN (Aliança Libertadora Nacional), PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ação Popular (AP), a POLOP (Organização Operária Marxista Política Operária), isso para elencar apenas algumas.

Esses grupos tinham as mais diferentes orientações: uns tinham como meta a guerrilha armada, outros discutiam a formação de uma “frente ampla”, a qual uniria a burguesia nacional, os trabalhadores e as mais diversas organizações sociais para combater a ditadura.

Entre as formas de intervenção desses grupos, podemos lembrar da prática de seqüestros organizados pelo MR-8, que chegaram a incluir embaixadores estrangeiros, e também a realização de assaltos a bancos, organizados como o intuito de arrecadar fundos para a resistência à ditadura.

O próprio movimento estudantil desenvolvia ações que questionavam e combatiam a ditadura. Mesmo antes da execução do golpe em 1964, principalmente a UNE possuía uma série de atividades, nas quais a valorização do nacional estava posta em primeiro plano.

Uma dessas atividades era em torno dos CPC's (Centro Popular de Cultura). Esta entidade foi criada no ano de 1962 pela UNE e tinha co-

mo objetivo fomentar a produção cultural brasileira. Seus incentivos davam-se em todas as áreas da arte. Em todas as obras que foram produzidas estavam presentes um caráter nacional popular associado ao protesto social. Com esta nova concepção sobre o que a arte tinha de representar, objetivava-se criar uma unidade nacional por meio da valorização da população brasileira, trazendo para o centro das manifestações artísticas o seu cotidiano e suas experiências sociais.

Dessa forma, a música, o teatro e todas as outras manifestações artísticas tinham como objetivo final de suas produções a apresentação de temas que fossem, de algum modo, ligados às classes populares do país, buscando criar uma identidade nacional que se opunha aos valores culturais das elites dominantes, “contaminados” por cultura estrangeira.

Um bom exemplo para este tipo de produção que valorizava o nacional popular e ainda realizava protesto é a música “Subdesenvolvido”, de Carlos Lyra e Chico de Assis.

Nessa música, a letra descreve uma situação já bastante comum na época, que era a incorporação de valores que não eram nacionais, mas sim norte-americanos, denominado pelos autores de “americanos”.

Eles fazem referência ao *consumo* de formas de pensar, dançar e cantar que tinham sua origem nos EUA, um país desenvolvido. Este país, segundo a letra, nos influenciava, mas, no entanto, estas formas de pensar não correspondiam à nossa realidade nacional.

Subdesenvolvido

Os versos da música dizem:

“[...] O povo brasileiro embora pense, dance, cante como o americano,
 não come como americano
 não bebe como americano
 vive menos, sofre mais
 [...] Subdesenvolvida, subdesenvolvida
 Essa é que é a vida nacional”.

Portanto, temos uma letra que discute a incorporação de um modo de vida que não é brasileiro, de um povo que não possui as dificuldades nacionais e ainda, não vive numa nação subdesenvolvida.

E a solução para este tipo de problema, seguindo a proposta do CPC, seria a elaboração cultural e teórica de manifestações genuinamente brasileiras, que resgatassem a produção nacional popular e ainda, que fossem instrumento de crítica política e social.

Os trabalhos desenvolvidos pelos artistas que compunham o quadro do CPC's da UNE, portanto, desejavam criar uma arte que resgatasse o nacional popular e, ao mesmo tempo, fosse uma forma de se protestar contra questões de caráter político e social.

O movimento estudantil realizou outros atos contra as políticas educacionais, já sob o regime militar brasileiro. No ano de 1965, os estudantes saíram às ruas reivindicando mais verbas para o ensino, como também o fim do acordo MEC-USAID (Ministério de Educação e Cultura/Agência e Ajuda Externa dos EUA).

Uma das principais mudanças propostas no acordo com a Agência norte-americana dizia respeito ao incentivo à privatização do ensino brasileiro, principalmente o Ensino Superior. Além disso, a Agência financiava programas educacionais de caráter conservador e subsidiava ainda a formação de pós-graduados no EUA. O USAID também tinha como objetivo promover no estrangeiro uma posição favorável aos EUA no que dizia respeito à Guerra Fria. Em um dos seus relatórios afirmava:

“A Guerra Fria é uma batalha para o intelecto do homem [...]. Se nós pudermos ajudar essas universidades a exaltar a verdade, a encontrá-la e a ensiná-la, então nós teríamos a maior segurança de que o Brasil seria uma sociedade livre e um amigo leal dos Estados Unidos”. (USAID apud GERMANO, 2000; 127-8)



Confronto entre policiais e estudantes em São Paulo, em agosto de 1968.

■ Foto: Arquivo Nacional/Correio da Manhã.

Grupos Paramilitares: organizações de caráter privado, que reproduzem o ideário do Estado e realizam ações com estruturas muito parecidas com as do Exército.

Com posições contrárias a essas políticas educacionais propostas pela Reforma Universitária, mais uma vez, o movimento estudantil coloca-se contra as políticas desencadeadas pelo governo militar.

Por conta de suas atuações na sociedade brasileira, a UNE, e de modo geral, todo o movimento estudantil foi alvo do governo militar brasileiro. Já em 1º de abril de 1964, a sede da UNE, localizada no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada por um grupo paramilitar chamado CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Esses grupos paramilitares agiram durante quase todo o período da ditadura, na tentativa de eliminar os movimentos sociais existentes que representavam um suposto “perigo vermelho”, como comunistas (organizados ou não nos partidos), e os estudantes que eram, em boa parte, vinculado à UNE.

Fazer oposição a esse regime, no entanto, era uma ação bastante perigosa, principalmente, após o ano de 1968, quando os militares ins-

tituem o chamado AI-5 (Ato Institucional nº 05). Esses Atos eram instrumentos jurídicos que permitiam a criação de novas leis, que se sobrepunham a Constituição Nacional, mas ao mesmo tempo permitiam a utilização da mesma no que estivesse de acordo com os valores do regime militar.

Consta no artigo 4º do Ato Institucional nº 05 de 13 de dezembro de 1968:

“ Art 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais”.

Esse ato dentre as várias ações que deliberava, colocou o Congresso Nacional em recesso, da mesma forma que várias Assembléias Legislativas Estaduais e Câmaras de Vereadores. Diversos parlamentares foram cassados e presos, inclusive um dos articuladores do golpe de 1964, Carlos Lacerda que, até o ano de 1965, mantinha-se como governador do antigo estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Este ato demonstra como o governo estava tornando-se cada vez mais rígido e punitivo.

A criação deste ato institucional ainda possibilitava que a qualquer momento fosse dada voz de prisão ao cidadão e encaminhado as instituições competentes (polícia política), sem a necessidade de um mandato judicial e sem a garantia do direito de “hábeas corpus”, que é um direito garantido por Constituição, no qual é possível que o preso seja libertado e aguarde todo o andamento do processo.

Isso possibilitava que a cada passo julgado equivocadamente pelo governo, a cada palavra dita fora da medida estabelecida pelo mesmo, o cidadão poderia ter rapidamente sua prisão decretada ou mesmo seus direitos de político, de jornalista, de compositor impossibilitados de serem exercidos.

Do ponto de vista social e político estabeleceu-se um caos no país do futebol, que não mais possuía um árbitro que antes do jogo estabelecesse as regras do mesmo, muito ao contrário, as regras, as normas e as possibilidades eram a todo o instante alteradas, obviamente, sempre de acordo com os interesses do governo.

É em meio desse conflito social e político, no qual os partidos e organizações de esquerda existentes estavam na ilegalidade e eram sempre considerados subversivos, e ainda, numa nação na qual existiam no Congresso Nacional apenas dois partidos políticos: o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que o movimento estudantil brasileiro faz forte oposição ao governo, exigindo direitos democráticos e mudanças em suas políticas.

O ano de 1968 marca a história do Brasil, no entanto, não só pela criação do Ato Institucional nº 05, mas, também, porque neste mesmo ano foram realizadas inúmeras ações contrárias ao governo militar organizadas pelo movimento estudantil de grande repercussão nacional.

Uma série de fatos marca o movimento estudantil no ano de 1968, um dos mais chocantes foi a morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, em março deste referido ano. Sua morte deve-se a um conflito entre os estudantes e a PM (Polícia Militar), a Polícia Civil e agentes do DOPs (Departamento de Ordem Política e Social).

Os estudantes estavam reivindicando que o restaurante universitário Calabouço, na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) tivesse o valor de suas refeições reduzidas além das melhorias e conclusão das obras no estabelecimento.

Uma manifestação foi organizada para que essas reivindicações se tornassem públicas, no entanto, neste período, era necessário pedir que o governo a autorizasse. Uma vez não sendo autorizada, e ainda, por ser contrário ao governo, esse movimento foi brutalmente reprimido com violência dos policiais, levando o estudante Edson Luís à morte.

A partir da morte deste estudante, vários conflitos envolvendo os estudantes, a comunidade de modo geral e a polícia foram acirrados. A repressão policial tomava as formas mais brutais, deixando alguns setores da sociedade escandalizados com os fatos que eram transmitidos pela imprensa.

Na missa de sétimo dia de Edson Luís, novamente todos os participantes, inclusive os pais, foram cercados pela presença de policiais e

da cavalaria na frente da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, antes e depois da missa.

A tensão e o medo de se desencadear novamente um massacre com os presentes para a missa, fez com que no final da mesma, todos saíssem juntos, com os padres na primeira fila.

“– Não gritem, não falem nada — de vez em quando dizia um padre. — Devagar, ninguém corre.

O silêncio do cortejo permitia que se ouvisse a impaciência do inimigo que os esperava a alguns metros: era aquele mesmo ruído de cascos de cavalos que antes chegava ao altar e agora estava cada vez mais próximo” (VENTURA, 1988: 121).



Estudantes carregam caixão com o corpo de Edson Luís Lima Souto, morto em confronto com a polícia militar em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro.

Mas apesar da repressão mostrar-se cada vez mais dura e obstinada em liquidar seus adversários, as manifestações, dos mais diversos grupos não deixaram de acontecer. Por todo o país, tanto os estudantes, como os intelectuais e militantes não deixaram de se organizar.

Em São Paulo, são impressionantes os relatos que tratam dos conflitos na Rua Maria Antonia, onde se localizavam a Faculdade de Filosofia da USP e a Faculdade Mackenzie. No caso de São Paulo, o conflito foi entre estudantes que tinham posições contrárias, os que tinham uma postura de esquerda, contestadora da ditadura com alunos cujas posições políticas estavam vinculadas ao do regime militar.

"[...] os estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da Universidade começaram uma batalha de tiros, bombas, rojões e coquetéis molotov que durou até o dia seguinte, deixando como saldo um prédio incendiado, muitos feridos e um morto: o secundarista José Guimarães de 20 anos". (VENTURA, 1988: 221)

Como já foi afirmado anteriormente, a participação em movimentos sociais está vinculada à posição política que defendemos na sociedade. Desta forma, podemos encontrar no movimento estudantil os contrários à existência do próprio movimento contra a ditadura. Estes estavam por sua vez inseridos em organizações paramilitares como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), já citado anteriormente.

Os conflitos, portanto, aconteciam tendo os mais variados objetivos e defesas. E estes levavam a sociedade brasileira a uma situação de tensão constante. Inclusive, após a promulgação do AI-5, este estado de "nervosismo" tornou-se ainda mais comum, nem tanto pelo aumento dos conflitos, pois estes foram progressivamente reduzindo-se, já que o risco de ser preso e morto era enorme, mas pela dificuldade extrema de posicionar-se politicamente.

A lista de presos, torturados e desaparecidos durante a ditadura brasileira é imensa, há 125 presos políticos, cujo destino suas famílias nunca descobriram, mesmo existindo, já na época, um movimento organizado pelas mães e familiares dos presos que desejavam obter notícias de seus paradeiros.



PESQUISA

Vivemos em um país democrático, podemos eleger nossos governantes, podemos nos posicionar politicamente, podemos inclusive nos manifestar contra uma série de situações livremente... Será? Faça uma pesquisa sobre o movimento estudantil nos últimos anos aqui no Paraná e na sua cidade, e procure descobrir quais são as reivindicações do movimento estudantil na atualidade e ainda, pesquise se estas foram alcançadas.

A tensão e o descontentamento desses anos da ditadura brasileira podem ser percebidos vislumbrando-se não só uma série de manifestações dos estudantes, mas, também, podem ser ouvidos e sentidos quando analisamos uma série de composições da época.

Em muitas composições de vários artistas nacionais era cantada a tristeza do exílio, ou mesmo, a melancolia de uma sociedade na qual os direitos políticos dos cidadãos estavam completamente limitados. Neste período da nossa história, vários compositores, das mais diferentes vertentes musicais da época: tropicalismo, música popular brasileira tiveram suas canções parcial ou completamente censuradas pelos militares.

Chico Buarque de Holanda, um dos mais importantes compositores da música popular brasileira, teve diversas músicas censuradas pelo regime militar. Ele utilizava pseudônimos, como Julinho da Adelaide, para tentar burlar a censura dos militares.

Isso porque em suas letras, muitas vezes, ele criticava a ditadura ao mesmo tempo em que apostava em dias melhores. Dias melhores significavam para o compositor a retomada de um país democrático.

Em sua música “Apesar de você” está a esperança num futuro, ao mesmo tempo em que a ditadura brasileira é retratada como uma forma de conter o “florescimento” (desenvolvimento) da nação. Leia os versos da música ao lado:

Só que, ao mesmo tempo em que eram produzidas as chamadas músicas de protesto contra a ditadura, havia também os compositores que exaltavam o país do futebol, bem como, suas maravilhas e seu crescimento econômico vertiginoso.

Podemos observar essa diferente postura frente à sociedade brasileira da época quando analisamos trechos da música “Prá frente Brasil”, de Miguel Gustavo, que foi escrita para a seleção brasileira de futebol tri-campeã no ano de 1970.

Nessa canção, há a tentativa de valorizar conquistas esportivas nacionais do período, buscando retratar um Brasil otimista e promissor. Este tipo de postura, por causa do silêncio em relação às atrocidades do regime militar, substituído pelo elogio ufanista da nação, acabava por ser a forma de expressão ideológica mais apropriada aos propósitos de controle social por parte dos militares.

Apesar de você

“[...] Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
que esse dia há de vir
Antes do que você pensa [...]”

(Chico Buarque, 1970)

Prá frente Brasil

“Noventa milhões em ação
Prá frente Brasil do meu coração
Todos juntos vamos
Pra frente Brasil
Salve a seleção [...]”

(Miguel Gustavo, 1970)



■ Taça Jules Rimet

http://www.museudosportes.com.br/img_noitias/5352.jpg

Como pode ser observado, há nas duas canções uma postura diferente quanto à sociedade em que se vivia. Na primeira letra, de Chico Buarque, temos uma postura crítica, na qual se tem a esperança que aquela forma de organização política tivesse fim, a esperança do término da ditadura militar. Já na outra consagrada canção para os campeões da copa de 1970, a seleção canarinho, tem-se o ufanismo (exaltação) da nação brasileira.

Da mesma forma, portanto, que os movimentos sociais adquirem projetos diferentes em acordo com sua consciência de classe, na música, na arte em geral, a forma com que representa o mundo possui um vínculo direto com a maneira com que o indivíduo ou o grupo que a produz concebe e analisa a sociedade. Com isso, compreendemos o porquê destas duas posturas tão diferentes retratando o Brasil militar.

Dê um lado, portanto, com a música de Miguel Gustavo há a valorização da seleção de futebol e a aclamação de um futuro coletivo e melhor para a sociedade brasileira, com os versos: “Todos juntos vamos/ Pra frente Brasil [...]”; por outro, temos a música de Chico Buarque que em acordo com sua postura diante do regime ditatorial brasileiro (regime este que o obrigou a exilar-se, pois o referido compositor era contrário ao governo militar e um defensor da redemocratização do país), escreve uma música cuja principal mensagem é a aposta que mais cedo do que se imaginava o fim do regime chegaria.



ATIVIDADE

Há uma música chamada “Sinal Fechado” do sambista Paulinho da Viola do ano de 1969, na qual há vínculos diretos com o período vivenciado pelo Brasil após a criação do AI-5, já mencionado anteriormente no texto. Analise esta letra e explique o porquê desta ligação, se preferir procure a letra na íntegra para realizar a atividade.

[...]Quanto tempo... pois é... (pois é... quanto tempo...)
 Tanta coisa que eu tinha a dizer
 Mas eu sumi na poeira das ruas
 Eu também tenho algo a dizer
 Mas me foge a lembrança [...]

Se no Brasil a década de 1960 foi marcada por uma série de manifestações de caráter social, nos quais o movimento estudantil teve uma atuação bastante importante, no restante do mundo, seja ele ocidental ou oriental, de modo geral os estudantes também estiveram presentes.

No que diz respeito ao ano de 1968, em diversos países os estudantes saem às ruas gritando palavras de ordem, pelo fim da Guerra do Vietnã, confrontando a rigorosa repressão sexual em voga, ou ainda, as rígidas relações de autoridade comuns nas escolas da época.

O ano de 1968 foi particularmente caloroso no mundo todo. Mas certamente podemos destacar alguns movimentos cujas repercussões extrapolaram seus limites nacionais.

Guerra do Vietnã:

conflito entre os vietcongs e vietnamitas. Eles disputavam pelo território nacional do Vietnã, e tinham como aliados, os primeiros, os comunistas soviéticos, e os segundos os Estados Unidos da América, ambas forneciam homens e armamentos para os conflitos.

Você já ouviu falar do movimento hippie? Certamente sim, mas você sabe o que é? Qual a sua origem? Quais as suas causas, os projetos de vida de seus participantes?

Esse movimento tem sua origem nos Estados Unidos da América, com o objetivo de fazer oposição à guerra do Vietnã. Pregava-se o amor e não a guerra, com a frase: “Faça o amor não faça a guerra”, objetivava-se uma nova forma de vida cujos valores são bem diferentes do *american way of life* (jeito americano de ser), desenvolvendo uma forma de conceber a vida muito diferente dos valores sociais vigentes na atualidade.

E mais, o movimento hippie era contrário a esse consumismo desenfreado ao qual as pessoas subordinam-se cotidianamente. Consumismo este que inclusive se apropria do visual do movimento para “lançar a moda da próxima estação”.

O movimento hippie foi, portanto, também a expressão de uma “contra-cultura”, isso quer dizer que: ao mesmo tempo que eram contrários à Guerra do Vietnã, os que faziam parte do movimento também ofereciam uma forma de organização social diferente, diferente da forma com que a sociedade norte-americana organizava-se e se reproduzia tanto socialmente como culturalmente.

O movimento hippie pode ser considerado também a expressão social de certos descontentamentos referentes à sociedade norte-americana, da mesma forma que no Brasil, o movimento estudantil pode ser considerado fruto e tentativa de rompimento com valores obscuros e segregadores como os presentes no regime militar.

Se discutirmos o movimento estudantil francês, também poderemos observar que desde o seu surgimento há um descontentamento presente, e a necessidade de se criar algo novo na sociedade.

O chamado Maio de 68, na França, é um exemplo de movimento estudantil que também rompeu com os limites nacionais, pois na época, o mesmo influenciou outras atividades estudantis pelo mundo, ao mesmo tempo, que por meio de outras manifestações realizadas pelos quatro cantos do planeta também obteve a solidariedade de muitos estudantes.

O maio de 68 francês ainda hoje é discutido nas Ciências Sociais, sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores, pois o mesmo proporcionou na sociedade francesa, durante seu curto período de intensas manifestações, a revelação de uma série de descontentamentos e possíveis soluções que marcariam a França para sempre.

“Na França a rebelião estudantil liderada pelo estudante Danny Cohn-Bendit, promove uma greve geral e aproximadamente 10 mil pessoas enfrentam a polícia num confronto que ficou conhecido como a Noite das Barricadas” (PARANA, 1998, s/p).

O movimento estudantil francês extrapolou os limites da universidade para incorporar na sua luta a necessidade de outros, como os trabalhadores, que num ato conjunto decide realizar uma greve geral na França.

Por conta do descontentamento com a estrutura universitária, os estudantes saem à rua e entram em choque, tal qual aconteceu no Brasil, com a polícia. E estes confrontos foram absolutamente violentos.

“[...] os confrontos entre universitários, colegiais, transeuntes, policiais serão extremamente violentos: carros tombados, incêndios de caixotes, granadas de gás lacrimogêneo, espancamentos.” (MATTOS, 1981: 53).

Da mesma forma que aconteceu no Brasil, uma série de estudantes foram presos; a Universidade Sorbonne foi invadida pela polícia na tentativa de sufocar o movimento. Essas invasões às Universidades foram atitudes bastante presente aqui no Brasil; os estudantes da UnB, por exemplo, foram brutalmente reprimidos em Brasília, dentro da própria universidade.

O maior diferencial do movimento do Maio de 1968, foi sem dúvida, sua junção com movimentos de trabalhadores que também participaram dos conflitos de rua. Barricadas eram montadas nas ruas para a proteção. Os paralelepípedos eram arrancados das ruas e posteriormente eram utilizados como “arma” lançados nos policiais.

Seria possível elencar uma série de manifestações estudantis pelo mundo que tiveram sua organização estritamente vinculada aos fatos ocorridos na França, vários movimentos acontecem em apoio aos estudantes franceses, por exemplo, na Tchecoslováquia.

Os estudantes da Tchecoslováquia, que em maio de 1968, manifestaram-se favoráveis aos estudantes franceses na frente da embaixada da França, também tentaram resistir meses depois à invasão soviética em seu país.

Mais uma vez, mostra-se uma capacidade muito grande dos movimentos estudantis em se organizarem e imporem uma resistência a sistemas políticos que por meio de determinadas formas de organizações reprimem e limitam a atuação e criação do homem em sociedade.

Com tudo o que foi discutido e apresentado neste texto, concluímos que o movimento estudantil historicamente possui uma grande possibilidade de resistência e de participação social...



Foto: J. Marçal

■ Movimentos de Estudantes em defesa da escola pública, 2000, Curitiba.

Pensando nisso... vocês, alunos, já discutiram sobre o Grêmio Estudantil da sua escola????

Não há nenhum movimento que já tenha começado grande, a história tem um ritmo próprio, no qual tudo é construído, portanto, iniciar pelo grêmio estudantil já é um bom começo.

Mas se lembrem, as organizações sociais devem ser discutidas sempre com muita responsabilidade, pois o movimento estudantil no mundo todo possui uma histórica digna e feita de importantes projetos para transformação social.



PESQUISA

Bem pelo que abordamos neste texto e nos dois Folhas anteriores sobre os movimentos sociais, vimos que para a existência de qualquer forma de organização é necessário um ponto em comum, que pode ser um desejo de transformação.

Na última atividade proposta, vocês alunos pesquisaram sobre as ações do movimento estudantil hoje. Mas e vocês, alunos do Ensino Médio possuem um projeto, têm desejos para si e para a sociedade ?

Ou vocês acham que em nossa sociedade está tudo bem, nada deve ser mudado ?

Estamos num mundo no qual catástrofes ecológicas vêm sendo anunciadas, por conta de desequilíbrios ambientais, um mundo onde há um continente inteiro morrendo de fome, e muito pouco é feito, uma sociedade que ainda reproduz valores como os racistas e ainda acham que os errados são os negros...

É possível elencar uma lista de situações desagradáveis que devem ser mudadas...

Pensando nisso, desenvolvam um texto apontando elementos que poderiam favorecer mudanças positivas na sua vida e na da sua comunidade.

■ Referências:

ARNS, D. P. **Brasil nunca mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil** (1964-1985). São Paulo: Editora Cortez, 2000.

GOENNENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

MATTOS, O. **Paris 1968**: as barricadas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC e a era da TV. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA (SEEC) maio de 68: Sonhos de transformação. Curitiba: Imprensa Oficial, 1998.

VALLE, M. R. **1968, o diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

VENTURA, Z. **1968: o ano que não acabou**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988

WORMS, L. S.; COSTA, W. B. **Brasil século XX**: ao pé da letra da canção popular. Curitiba: Editora Nova Didática, 2002.

■ Site

www.une.org.br

■ Vídeos

“O que é isso companheiro”, 1997, Brasil, direção: Bruno Barreto.

“Que bom te ver viva”, 1989, Brasil, direção: Lúcia Murat.

“Pra frente Brasil”, 1983, Brasil, direção: Roberto Farias.

■ Músicas Citadas:

Subdesenvolvido, Carlos Lyra e Chico de Assis.

Apesar de Você, Chico Buarque de Holanda, 1970.

Pra frente Brasil, Miguel Gustavo, 1970.